



Universidade Católica Portuguesa Centro Regional de Braga

ROSTO SOCIAL DA RELIGIÃO

AS MOTIVAÇÕES RELIGIOSAS DAS ORGANIZAÇÕES SÓCIO CARITATIVAS CATÓLICAS

Dissertação de Doutoramento apresentada à
Universidade Católica Portuguesa para a
obtenção do grau de doutor em **Estudos da
Religião.**

Roberto Rosmaninho Mariz

Sob a Orientação do Prof. Doutor João Manuel
Correia Rodrigues Duque

Co-Orientação da Prof.^a Doutora Alexandra Patrícia
Lopes Esteves



FACULDADE DE FILOSOFIA – FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

JUNHO - 2014

AGRADECIMENTO

Ao terminar o presente trabalho pretendo manifestar a minha gratidão a todos os que permitiram e colaboraram para que tal fosse possível.

Agradeço ao Prof. Doutor João Duque, orientador principal desta investigação. Esteve na motivação inicial para que esta pesquisa acontecesse no âmbito do Doutoramento dos Estudos da Religião. Foi o seu acompanhamento próximo e amigo uma ajuda imprescindível. Manifesto o meu obrigado à Prof.^a Doutora Alexandra Esteves por esta coorientação na investigação, essencialmente na segunda parte do trabalho. O meu reconhecimento à Prof.^a Doutora Engrácia Leandro pela ajuda no início da pesquisa no que se refere ao trabalho de campo.

Deixo expressa a minha imensa gratidão às quatro instituições socias que aceitaram o convite a participar neste trabalho: às direções que amigavelmente aceitaram o convite, aos colaboradores e utentes/clientes que com profissionalismo fizeram a aplicação dos inquéritos.

Um obrigado a quem ajudou na reprografia e correção do texto.

O meu reconhecimento a quantos se revêm na cooperação deste trabalho, sem que o nome aqui se encontre verbalizado.

RESUMO

A religião, como realidade presente no seio da sociedade e das pessoas, apresenta-se como um elemento com o qual todos se cruzam no seu quotidiano, direta ou indiretamente. A religião quanto à identidade, à vivência e à sua manifestação é olhada a partir de diversas perspetivas. Essencialmente, aqui se referem três dicotomias interligadas: individualidade – coletividade, consciência pessoal – vivência social e interioridade - exterioridade. Procuramos perceber de que modo a religião, de modo particular a religião cristã, não se circunscreve só na individualidade, interioridade e vivência espiritual da consciência íntima, mas como se define e apresenta a si mesma necessitada da vivência exterior, com os respetivos laços na coletividade e operacionalidade na sociedade.

Assim, deparamo-nos com a ação social de igreja, a qual se apresenta ancorada numa profunda reflexão, denominada de doutrina social da igreja. Esta ação social manifestando-se na vivência de cada pessoa, encontra uma consistente operacionalização nas instituições particulares de solidariedade social de igreja. Procuramos compreender até que ponto o conteúdo da fé é o impulso para esse agir social e de que modo os seus agentes sentem essa implicação.

Palavras-Chave:

Religião – Doutrina social da igreja – Ação social

ABSTRACT

Religion, as a reality present within the society and people, presents itself as an element with which we all intersect in our daily lives, directly or indirectly. Religion in what concerns identity, experience and its manifestation is analyzed from various perspectives. In essence, we refer three interconnected dichotomies: individuality (collective and personal experiences), social awareness and interiority – exteriority. We seek to understand how religion, in particular the Christian religion, is not limited only by individuality, interiority and spiritual experience of one's intimate awareness, but how does it defines itself and is in need of an external experience, with connections to the collectivity and operating conditions of society.

Thus, considering that the Church social action, which is anchored in deep reflection, we find it as being the Church's social doctrine. This social action expressing itself in the experience of every person has a consistent operationalization in the private social welfare institutions of the Church. We seek to understand to what extent the content of faith is the impetus for this social action and how its agents feel this implication.

Keywords:

Religion – The social doctrine of the Church – Social action

SIGLAS

AAS – Acta Apostolicae Sedis

DSI – Doutrina Social da Igreja

IPSS's – Instituições Particulares de Solidariedade Social

NS/NR – Não sabe e/ou Não responde

CIR – Canónica de Instituto Religioso / Centro Social do Instituto Religioso

CM – Canónica Misericórdia / Santa Casa da Misericórdia

CP – Canónica Paroquial / Centro Social Paroquial

NC – Não Canónica / Centro Social Não Canónico

Índice

Página

Introdução.....	16
1 - Problema	17
A - Colocação	17
B - Implicações	18
C - Relevância	19
D - Oportunidade	20
2 – Objetivos	21
3 – Hipóteses.....	22

1ª Parte

Enquadramento Teórico: Sociedade e Religião	24
I – Cidadania do sagrado.....	26
A – Secularismo: sublime sob vigilância.....	28
B - Religião como função	34
C – Religião: o invisível no «eu»	38
D – Religião: construção ideológica	40
II - Religião: Narrativa Social	44
A – Fé: Compromisso secular	46
B – Caridade: rosto original do cristianismo primitivo	51
1 – Igreja nascente: Caridade - prioridade da fé.....	52
1.1- Serviço organizado	52
1.2- Tertuliano – Cristãos: os mais solidários.....	56
1.3- Juliano – Cristãos: exemplo social para os pagãos	57

2 – Crescente ação solidária	60
III – Cristianismo: Reabilitação da Vítima	62
A – Proibição do desejo da inveja.....	65
B – Ignição da Rivalidade.....	68
C – Distintivo do cristianismo	72
D – Paixão de Cristo – Novo Paradigma	76
E – Preocupação moderna com as vítimas	83
IV – Doutrina social da igreja: Impulso para a ação social.....	87
A – Missão da igreja e fundamentos	91
1 – Leigos: Agentes privilegiados da intervenção social da igreja.....	95
2 – Bíblia: Palavra caritativa	101
B – Sociedade personalista: a pessoa humana no centro.....	110
1 – Homem: ser que se inquieta por Deus.....	115
2 – Técnica: ao serviço do homem	118
3 – Ser humano: proprietário de bens para o serviço comum	121
4 – Ser humano: ser criador.....	123
5 – Modelo democrático: o mais adequado à pessoa humana.....	125
C – Princípios basilares da doutrina social da igreja.....	126
1 – Bem Comum.....	127
2 – Caridade.....	131
3 – Solidariedade	136
4 – Subsidiariedade	148
D – Ação Social – Evangelho em ação.....	153
E – Para além da justiça: civilização do amor	157

2ª Parte

Investigação: IPSS's canónicas: Que Rosto?	162
I – Metodologia e Enquadramento Epistemológico	164
A – Caminhos do saber.....	164
B - Conjugação de técnicas.....	175
1 – Análise documental.....	178
2 – Inquérito por questionário	180
3 – Entrevista.....	182
C – População Alvo e Amostra.....	185
1 – População alvo.....	185
2 – Amostra	186
3 – Caminho percorrido	190
3.1– Dificuldades	190
3.2– Fragilidades	191
II – Aferição Estatutária e Regulamentar.....	194
A – «Legislação social».....	194
1 – Legislação Civil	195
2 – Legislação canónica	200
B - Misericórdias.....	204
1 – Génesis: impulso caritativo	204
2 – Estatuto: compromisso sócio espiritual.....	207
3 – Regulamentos Internos.....	211
4 – Plano de Atividades/Atividades.....	213
C – Centros Sociais – IPSS's	217
1 – Contextualização.....	217

2 – Ação sócio caritativa	219
2.1– Centro Social Paroquial – IPSS Canónica	220
2.1.1– Estatutos	220
2.1.2– Regulamentos Internos.....	222
2.1.3– Plano de Atividades/Atividades.....	226
2. 2– Centro Social de Instituto Religioso – IPSS Canónica.....	229
2.2.1– Estatutos	230
2.2.2– Regulamento interno	231
2.2.3– Plano de Atividades/Atividades.....	233
2. 3– Centro Social – IPSS não canónica	236
2.3.1– Estatutos	236
2.3.2– Regulamentos Internos.....	237
2.3.3– Plano de Atividades/Atividades.....	239
D – Síntese comparativa	242
III – Pulsar da Religião na Sociedade	249
A – Caraterização sociológica.....	249
1 – «Estratificação dos inquiridos».....	250
1.1– Sexo/Género	250
1.1.1– Colaboradores	250
1.1.2– Utentes/clientes	251
1.2– Idade.....	252
1.2.1– Colaboradores	252
1.2.2– Utentes/clientes	253
1.3– Estado Civil.....	253
1.3.1– Colaboradores	253
1.3.2– Utentes/clientes	254

1.4–	Habilitações literárias:	254
1.4.1–	Colaboradores	255
1.4.2–	Utentes/clientes	255
2–	Vínculo à instituição	256
2.1–	Ligação à instituição	256
2.1.1–	Colaboradores	257
2.1.2–	Utentes/clientes	260
2.2–	Quantificação.....	264
2.2.1–	Colaboradores	264
2.2.2–	Utentes/clientes	267
3–	Religiosidade	268
3.1–	Crença	269
3.1.1–	Colaboradores	269
3.1.2–	Utentes/clientes	269
3.2–	Religião	271
3.2.1–	Colaboradores	271
3.2.2–	Utentes/clientes	271
3.3–	Crete praticante.....	272
3.3.1–	Colaboradores	272
3.3.2–	Utentes/clientes	273
3.4–	Prática dominical	274
3.4.1–	Colaboradores	274
3.4.2–	Utentes/clientes	276
	Síntese.....	277
B –	Relevância da ação social na vivência da religião	278
1–	Dimensões da religião	279
1.1–	Colaboradores.....	279

1.2– Utentes/clientes.....	287
Síntese.....	295
2– Importância da ação social desenvolvida pela igreja	296
2.1– Colaboradores.....	296
2.2– Utentes/clientes.....	297
3– Reconhecimento da eclesialidade da instituição.....	299
3.1– Colaboradores.....	299
3.2– Utentes/clientes.....	301
4– Trabalho social como modo de viver a fé	303
4.1– Colaboradores.....	303
4.2– Utentes/clientes.....	304
5– Prática eclesial na instituição.....	305
5.1– Colaboradores.....	305
5.2– Utentes/clientes.....	306
6– Trabalho social como ação em igreja.....	307
7– Ação social como realização da fé.....	309
7.1– Colaboradores.....	309
7.2– Utentes/clientes.....	310
Síntese.....	311
C – Ação social de igreja (IPSS’s canónicas) – Que importância?.....	314
1– Reconhecimento da ação social de igreja.....	314
1.1– Importância das instituições sociais de igreja para a igreja	314
1.1.1– Colaboradores	314
1.1.2– Utentes/clientes	316
1.2– Importância das instituições sociais de igreja para a sociedade	317
1.2.1– Colaboradores	317
1.2.2– Utentes/clientes	318

1.3– Importância das instituições sociais de igreja para o estado	319
1.3.1– Colaboradores	319
1.3.2– Utentes/clientes	320
1.4– Importância atribuída pelo estado às instituições sociais em geral	321
1.4.1– Colaboradores	321
1.4.2– Utentes/clientes	322
1.5– Importância atribuída pelo estado às instituições sociais de igreja	323
1.5.1– Colaboradores	323
1.5.2– Utentes/clientes	324
Síntese.....	325
2– Especificações.....	326
2.1– Diferenças entre as instituições sociais de igreja e as instituições sociais que não são de igreja	327
2.1.1– Colaboradores	327
2.1.2– Utentes/clientes	328
2.2– Concretização	329
2.2.1– Colaboradores	329
2.2.2– Utentes/clientes	332
Síntese.....	335
3– Motivações	336
3.1– Colaboradores.....	336
3.2– Utentes/clientes.....	339
Síntese.....	341
D - Doutrina social de igreja: «ilustre (des)conhecida»	341
1– Conhecimento da doutrina social da igreja	342
1.1– Colaboradores.....	342
1.2– Utentes/clientes.....	343

2– Importância da doutrina social da igreja	344
2.1– Colaboradores.....	344
2.2– Utentes/clientes.....	345
3– Relevância da doutrina social da igreja para a sociedade	346
3.1– Colaboradores.....	346
3.2– Utentes/clientes.....	347
4– Conhecimento da doutrina social da igreja nas IPSS’s canónicas	347
4.1– Colaboradores.....	347
4.2– Utentes/clientes.....	349
5– IPSS’s canónicas como operacionalização/concretização da doutrina social da igreja	350
5.1– Colaboradores.....	350
5.2– Utentes/clientes.....	351
Síntese.....	352
E – Ação social de igreja (IPSS’s canónicas) – Qual a prioridade?.....	354
1– Dimensões importantes numa instituição social.....	354
1.1– Colaboradores.....	354
1.2– Utentes/clientes.....	360
2– Dimensões importantes numa instituição social de igreja.....	367
2.1– Colaboradores.....	368
2.2– Utentes/clientes.....	373
Síntese.....	378
3– Caraterísticas específicas da instituição	380
3.1– Colaboradores.....	381
3.2– Utentes/clientes.....	384
Síntese.....	388
4– Importância da dimensão religiosa	389

5. Atenção aos necessitados	390
F – Cidadania do religioso	392
1– Presença pública/cívica da religião na sociedade	393
1.1– Colaboradores.....	393
1.2– Utentes/clientes.....	394
Síntese.....	395
2– O estado face às instituições sociais: imposição ou relação de parceria?	396
3– Estado e instituições sociais de igreja: que espaço para projetos de fé?	397
IV – ANÁLISE CRÍTICA: objetivos e Hipóteses em apreciação.....	400
A – Objetivos	400
B – Hipótese.....	402
C – Conteúdos transversais	410
1 – Dimensões da religião	410
2 – Valorização da ação social de igreja	412
3 – Dimensões valorizadas nas instituições sociais	413
4 – Motivações na preferência da instituição	415
5 – Dimensão religiosa da educação das crianças e atividades dos idosos.....	415
6 – Presença pública/cívica da religião	416
7 – Autonomia das instituições.....	416
D – Instituições sociais de igreja: dupla face	417
1 – Colaboradores	417
2 – Utentes/clientes.....	418
3 – Vivências religiosas	420
4 – Estatutos – Prática.....	421

CONCLUSÃO.....	424
BIBLIOGRAFIA	428
Bibliografia Geral.....	428
Doutrina social da igreja – Magistério	442
Metodologia	445
IPSS's: legislação civil e canónica, estatutos, regulamentos e planos de atividades	448
ANEXOS – Questionários	452
QUESTIONÁRIO PARA SONDAGEM DE OPINIÃO: Direção/Colaboradores.....	452
QUESTIONÁRIO PARA SONDAGEM DE OPINIÃO: Encarregados de educação da infância – Responsáveis dos utentes/clientes da terceira idade – Utentes/clientes da terceira idade	458

INTRODUÇÃO

O título do trabalho impele a investigação para a presença da religião na «cidade», na sociedade, na vida cívica e pública. Apontado este nível da investigação, sugere-se, simultaneamente, a resposta de que essa presença será objetiva e inegável na área social. Isso pressupõe, por outro lado, que a organização da intervenção social de uma instituição religiosa – neste caso, da igreja católica – seja suficientemente fundamentada nas suas próprias crenças, o que torna a atividade social (especificamente no âmbito da organização caritativa) uma dimensão da própria religião. Propomo-nos, por isso, investigar se é esse o caso nas instituições que escolhemos como campo de trabalho. Partiremos da hipótese de que essa referência religiosa existe, ainda que possa ser difusa.

1 - Problema

A - Colocação

Que lugar para a religião na sociedade? Eis a questão de base para o trabalho de investigação que se segue: perceber onde, quando e como a religião tem legitimidade para ser presença operante na sociedade; entender como a religião se deverá «posicionar» no seio da sociedade e como a sociedade se deverá articular com a religião; em suma, enquadrar a «cidadania» de uma determinada religião no seio de uma determinada sociedade.

A religião é multiforme nas suas manifestações, crenças e vivências; contudo, no presente trabalho, focaliza-se na igreja católica, dado o contexto em que a investigação é realizada.

De imediato surgem duas questões que se articulam com a questão principal, completando-a e explicitando-a: Que relevância social é *imputada* à religião? Que relevância social lhe é *constitutiva*? Surge a dificuldade de se definir quem é que imputa ou atribui a relevância social à religião: As pessoas do interior de uma comunidade religiosa? A própria instituição? A sociedade? O estado? São interrogações que teriam de ser dirimidas ao pormenor, dificultando a concisão da investigação. Deste modo, a questão inicial, sendo tratada na globalidade no enquadramento teórico, ao transitar para a pesquisa no terreno, ficará focalizada nos seguintes termos: *Qual o enquadramento religioso das estruturas e dos agentes das Instituições Particulares de Solidariedade Social¹ (IPSS's) canónicas e das Misericórdias?* A resposta a esta questão pretende ser explícita acerca da presença da dimensão religiosa nas estruturas e nos agentes da ação social das instituições de matriz cristã.

¹ Utilizaremos a sigla IPSS's para designar as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Refletindo sobre a pertinência e relevância do agir social da igreja, assim como sobre as suas características, procuraremos estudar a percepção dessa pertinência nos agentes das *instituições de igreja – de matriz cristã*: como se definem as instituições na sua identidade? Os agentes sociais (direções e colaboradores) realizam este trabalho movidos pelo facto de serem crentes ou não? Estão convictos da importância do serviço social para a religião ou não? O mesmo se diga dos utentes/clientes. Será importante a igreja ter este tipo de instituições? Fazem elas parte da ação da igreja?

Acrescentemos algumas questões que se levantam, ao nível prático, no funcionamento destas instituições, dado que as misericórdias e IPSS's têm uma relação intensa com o estado: Como se situam as instituições sociais na relação com o estado? A dependência destas instituições em relação ao estado corta-lhes a matriz e a liberdade? Existirá uma correlação negativa entre a comparticipação do estado e o contributo da Comunidade? Estas instituições sentem-se percebidas como parceiras do estado ou simples «braços operativos» do estado? Com a profissionalização dos quadros técnicos, transformar-se-ão mais em agentes burocráticos do que agentes do social? Os programas, critérios e opções são definidos pela instituição ou impostos? Os atores das IPSS's e misericórdias sentem-se agentes da caridade (apoio gratuito) ou relegam-no para outras instituições, tais como as conferências vicentinas? Pratica-se a justiça e/ou a caridade no seu seio?

São interpelações pertinentes, que importa ter em conta na investigação a ser feita nas instituições.

B - Implicações

Ao estudarmos o fenómeno religioso, importa perceber as dimensões e características que lhe são inerentes. A religião, enquanto tal, é estudada como fenómeno psicológico,

sociológico, filosófico, antropológico, teológico, etc. Cada um dos ramos do saber terá a sua perspectiva e o seu horizonte, a partir do qual desenvolve o seu pensamento e as suas pesquisas.

Podemos considerar dois opostos: a religião interpretada como fenómeno com relevância, presença e pertinência social ou a religião interpretada como dimensão unicamente pessoal e da consciência. É na definição desta amplitude que se situa o problema: afirmar ou não a dimensão social, pública e exterior como intrínsecas ao ato de crer.

O interesse da definição da amplitude da manifestação e vivência do crer é fulcral, já que essa definição terá consequências no modo como pensamos uma religião – neste caso, a Católica – e a pertinência da sua atuação. Se a definimos como realidade meramente pessoal e da consciência individual, então não se considera que dada religião tenha qualquer ação ou intervenção na sociedade, sendo relegada para a insignificância social; pelo contrário, se lhe é intrínseco, da sua essência e da sua constituição ter repercussão na vida social, pública e exterior, então os respetivos valores e princípios consubstanciar-se-ão em ações e estruturas, e não meramente em sentimentos ou teorias.

A questão interessa claramente à sociedade e à religião. Interessará ao crente e ao não crente, pelo impacto social do tema. Em suma, interessará a todos, mesmos aos indiferentes diante da questão, já que, direta ou indiretamente, os implicará.

C - Relevância

Será importante, para a religião e para a sociedade, não adiar esta definição. Quando a igreja católica se pretende apresentar com plena cidadania, como sujeito e ator do agir social, terá de afiançar racionalmente esta pragmática inerente a si, imanente à religião, de modo que, pela argumentação, manifeste a pertinência da religião na vida pública e social.

A religião tem conhecido diferentes enquadramentos na sociedade, ao longo dos tempos. A *modernidade* conduziu ao questionar de certa *harmonia e união, mesmo fusão* entre religião e sociedade, potenciando a reflexão sobre a separação das esferas. Esse novo caminho trilhado tem passado por fases de oscilação entre a oposição, a tolerância e a harmonia entre as esferas. Assim, a própria sociedade necessita de apurar o lugar que a religião deve ter no seu seio. De uma equilibrada reflexão sobre esta temática poderá surgir uma sociedade mais harmonizada entre crentes e não crentes, mais preparada para integrar os diferentes credos.

Conjugam-se diversas perspectivas neste horizonte, que vão desde a perceção da ação da religião como controlo absoluto da sociedade, até à espoliação de qualquer elemento religioso da vida pública, ficando aquele reduzido à vida individual e pessoal. Entre os extremos, situam-se as perspectivas em que a religião, dizendo respeito à consciência da pessoa, também tem a sua pertinência social e o seu lugar na sociedade, sem que uma e outra realidade se subjuguem. Será neste enquadramento que poderemos compreender melhor o lugar da religião no seio da sociedade civil e a sua relação mútua.

D - Oportunidade

O caminho da secularização e da laicidade - nos extremos, do secularismo e do laicismo - que a modernidade tem trilhado, tem-se traduzido imensas vezes numa oposição clara a toda a presença social da religião. Por seu turno, o tempo presente tem revelado novos fundamentalismos religiosos, um pouco por toda a parte.

Situando-nos no nosso contexto social e cultural, percebemos a clara defesa da neutralidade da sociedade e do estado, emergindo tendência para a exclusão de qualquer presença da religião nos edifícios públicos, nas escolas, nos hospitais, etc. Aqui encontramos

mais uma ocasião para refletir sobre a identidade da religião e as autonomias específicas das diferentes esferas da sociedade.

Todo o serviço social desenvolvido pela igreja católica serve de mote para esta investigação. Estamos perante uma presença do religioso no mundo civil, sem que a mesma seja afirmada pela dimensão especificamente espiritualidade, mas pelo agir no âmbito social e educacional, pelo conjunto de serviços que desenvolve.

2 – Objetivos

A clarificação dos objetivos ajudará a cristalizar tudo o que se foi apresentando até ao momento. Propomos, como objetivos principais da nossa investigação, os seguintes:

- 1 – Refletir a identidade da religião no binómio: interioridade – exterioridade; individualidade – coletividade; templo – ação social.
- 2 – Fundamentar na reflexão e na história a relevância social da religião.
- 3 – Decifrar a cidadania da religião na sociedade.
- 4 – Descortinar as linhas centrais da doutrina social da igreja², de um modo peculiar nos princípios fundamentais da ação social.
- 5 – Perceber até que ponto as IPSS's canónicas são instituições *de* ou *da* igreja.
- 6 – Encontrar o lugar/relevância da matriz cristã nas IPSS's canónicas.
- 7 – Compreender até que ponto os seus agentes (direção, técnicos, colaboradores e utentes/clientes) concebem a ação destas instituições (o seu trabalho) como ação de igreja.

² A partir daqui utilizaremos a sigla DSI para designar a doutrina social da igreja.

3 – Hipóteses

Definida a investigação e apresentados os objetivos, formulamos as hipóteses, a partir dos dados até agora disponíveis e da reflexão realizada. De certo modo, trata-se de fazer passar pela própria verdade uma afirmação, sem que seja possível fornecer provas incontestáveis disso. Será a investigação que a irá confirmar ou recusar³. Se é verdade que a construção das hipóteses não garante o êxito da investigação, também é verdade que a sua ausência potencia a indefinição e a perda de objetividade do problema a resolver.

As hipóteses que apresentamos são construídas a partir das leituras realizadas e da reflexão já concretizada, conjuntamente com a experiência de campo, na ligação de longos anos à ação social da religião em diversas instituições sociais da mesma. São hipóteses construídas com base nos elementos de que dispomos no momento, sendo o trabalho de investigação o trajeto para averiguar a veracidade das mesmas. Assumida a reflexão teórica nos padrões anteriormente apresentados, colocam-se cinco hipóteses para o trabalho a ser realizado nas instituições escolhidas para o efeito.

- 1 – As IPSS's canónicas são uma concretização específica da DSI.
- 2 – Os agentes das referidas instituições, na generalidade, sentem que estão a «ser igreja», a agir eclesialmente.
- 3 – O agir social nas IPSS's canónicas, enquanto tal, incorpora uma dimensão de carácter religioso.
- 4 – As IPSS's ligadas às ordens religiosas têm mais vincada a matriz cristã e a sua concretização.

³ Cf. B. DESHAIES, *Metodologia da Investigação em Ciências Humanas*, 249-278.

5 – As IPSS's não canónicas manifestam apenas algumas diferenças, relativamente às IPSS's canónicas, pelo facto de os seus agentes serem na maioria «pessoas cristãs» e se encontrarem «ambas» subordinadas aos mesmos regulamentos emanados do estado.

As cinco hipóteses elencadas afluem a presença e a atividade da igreja nas suas instituições sociais: aqui enquadrámos as misericórdias, à semelhança das demais IPSS's canónicas, apesar da singularidade das mesmas. A primeira hipótese indica que estas instituições são uma forma «acabada» da presença da religião na sociedade e, como tal, uma concretização da sua doutrina social. Contudo, como sugere a hipótese quatro, as IPSS's das ordens religiosas terão mais viva esta matriz religiosa, dado terem uma presença forte dos membros da própria comunidade na «gestão» pedagógica. A hipótese dois ressalva a generalidade, para salientar que não será unânime, entre os seus agentes, esta convicção e consciência. Na quinta hipótese, aflora-se a convicção de que uma IPSS não canónica, fruto de estarmos num meio maioritariamente católico e de todas serem igualmente reguladas pelo estado, não difere em muito de uma IPSS canónica. Obviamente que a pouca diferença entre uma e outra pode ser colocada também na perspetiva oposta: por falta da clara perceção da matriz religiosa das instituições canónicas. A quinta hipótese é aquela que nos levanta mais dúvidas. Contudo, mantemo-la, fruto da terceira hipótese, na qual se afirma que o próprio agir social em prol do outro, ainda que não formalmente religioso, o é implicitamente. Uma pessoa que esteja numa instituição religiosa, criada a partir do impulso religioso, no apoio a conceder aos que dele precisam – sente-se no interior de uma pragmática religiosa.

1ª PARTE

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

SOCIEDADE E RELIGIÃO

O *primeiro ponto* desta parte centrar-se-á na reflexão acerca da religião, enquanto tal, aplicando-a à problemática da sua presença ou não na sociedade. Fundamentaremos a cidadania da religião e a prática social da igreja com recurso às propostas de J. Milbank, na sua obra *Teologia e Teoria Social*⁴. Teremos de considerar, na modernidade ocidental, que nos cruzamos com os caminhos da secularização e da laicidade. Em torno da reflexão da modernidade, na qual a igreja e a ação social atual se desenvolve, procuraremos perceber onde se pode mover e situar a religião.

A presença da religião cristã na sociedade, ao longo dos tempos, encontra uma marca comum: a ação social. Os *pontos* seguintes aprofundam a ação social da igreja como dado incontornável da essência da religião.

Iremos reter a mensagem de dois escritos da antiguidade, no que se refere a esta temática, um cristão e outro pagão: Tertuliano, na obra *Apologético* e o imperador pagão Juliano, com a obra *Contra os galileus* e em outros escritos. Este percurso permitirá efetuar uma breve fundamentação histórica da questão. Ali, essencialmente no *Apologético*, verificamos que o cristão, encontrando a sua matriz na cidade celeste e na vida eterna, tem de ser – e quer ser – um cidadão exemplar da cidade terrestre. Em ambas as obras nos apercebemos da ação social como uma marca profunda da auto compreensão da igreja.

Partindo da reflexão de R. Girard, centrada na *preocupação moderna pelas vítimas* e exposta na obra *Eu via Satanás cair do céu como um raio*⁵, aprofundaremos a relevância e sentido da ação social no seio da religião cristã.

Esta parte terminará com uma abordagem focalizada nos princípios fundamentais da DSI. Sobressairá o princípio personalista, que coloca o ser humano no centro de tudo, em torno do qual circulam princípios como o bem comum, a caridade, a solidariedade e a subsidiariedade, sendo que os três últimos potenciam o primeiro.

⁴ J. MILBANK, *Teologia e Teoria Social – Para além da razão secular*, Loyola, S. Paulo, 1995.

⁵ R. GIRARD, *Eu via Satanás cair do Céu como um raio*, Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

I – CIDADANIA DO SAGRADO

A religião não existe separada do mundo nem situada para além do mundo social e cultural que a cerca. Estudar a ação e o agir de uma dada religião exige o seu enquadramento cultural. Relativamente ao cristianismo, Joseph Ratzinger considera a relevância que esse estudo tem de atribuir às características da modernidade. Refere que é preciso reconhecer que quem tenta anunciar a fé no meio de pessoas envolvidas na vida e no pensamento de hoje pode sentir-se como um palhaço, ou como alguém que se levantou de um sarcófago antigo e se apresenta ao mundo de hoje com os trajes e pensamento de antigamente, mostrando-se incapaz de compreender este mundo e de ser compreendido por ele. Aquele que empreender esta «tarefa» com uma atitude autocrítica, perceberá que não se trata apenas de uma questão de forma ou de uma crise de roupagem com que a teologia se apresenta. Quem levar a sério esta missão, experimentará e reconhecerá não apenas a dificuldade de se fazer entender, mas também a insegurança da sua própria fé e igualmente o poder aflitivo da incredulidade presente dentro da sua própria vontade de crer⁶. No mundo plural em que vivemos, o crente e o não crente terão o dever de mutuamente se interpelarem.

A modernidade inaugura uma nova forma de enquadrar o sagrado e de olhar a religião. Se é verdade que o tempo da modernidade, caracterizado pela secularização, é apontado, por uns, como um tempo hostil à igreja, também é visto, por outros, como o tempo ideal quanto à relação entre o estado e a igreja.

No processo da modernidade encontramos, antes de mais, a afirmação da laicidade. A laicidade, enquanto conceito, não surge na modernidade, já vem da antiguidade. Este

⁶ Cf. J. RATZINGER, *Introdução ao Cristianismo*, 5-25.

conceito «tem raízes cristãs: vem de *laikós*, em grego. Era já um conceito que procurava definir o profano em relação ao sagrado, num mundo em que a tendência era afirmar-se pelo sagrado nas diversas expressões religiosas»⁷. A tendência de muitas sociedades era a de organizar toda a vida civil e mesmo política em torno do sagrado.

O cristianismo veio introduzir uma rutura com esta visão e uma viragem neste enquadramento. «O cristianismo foi portador de um dado que chamaria, em linguagem teológica, a tensão escatológica, e introduziu na história uma dimensão nova. Deixa margem para uma afirmação não sacral, na medida em que a plenitude da realidade anunciada não é deste tempo e desta história»⁸. É introduzida pelo cristianismo «uma desmitologização, ou uma desmitificação dos próprios conceitos, e das próprias formulações do sagrado aplicadas à política, à sociedade, à realidade como um todo. Como o cristianismo está centrado (...) na autenticidade e na simplicidade do mistério da ressurreição e da ação do Espírito Santo na história, daí todo o espaço dado ao tempo (...) para que a história faça o seu caminho»⁹.

A mensagem cristã anuncia um novo mundo, uma perfeição e santidade que não são identificáveis com nenhuma organização da sociedade, ou com qualquer momento da história. Encontram momentos da história em que se sacralizou a sociedade ou dada forma de governo, em que as esferas se cruzavam e misturavam. Esta fusão tem concretização objetiva na definição da religião de estado em muitos dos países do Ocidente. «Durante muitos séculos, o estado tutelou – como instrumento de coação – a vivência religiosa das populações. Mas também, de uma ou outra forma, as instituições religiosas encaravam o estado como garante e proteção de determinada prevalência confessional, entendida esta como expressão de

⁷ J. POLICARPO, «A laicidade», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 18 (2001) 389.

⁸ *Id.*, *Ibid.*, 390.

⁹ *Id.*, *Ibid.*, 396.

coerência e coesão social»¹⁰. Certamente que aqui se poderá encontrar a semente para muita da laicidade agressiva que entretanto surgiu.

A laicidade, inserida no processo da secularização da sociedade, da racionalização e da afirmação da consciência individual, aponta para um enquadramento sadio da religião no seio da sociedade. «Acontece que um novo caminho das relações entre a laicidade e as religiões está aberto, desde que a perspectiva de uma contribuição comum das tradições religiosas para a renovação da prática cidadã substituiu o confronto, ou a coexistência desconfiada, de universos de pensamento pensando-se como irreconciliáveis»¹¹.

Não pretendemos aprofundar os complexos temas da secularização e da laicidade, unicamente relacioná-los com a reflexão que se segue, em torno do lugar e relevância que uma dada religião poderá ou deverá ocupar no seio de uma sociedade.

O secularismo e a laicidade que caracterizam a nossa sociedade deixam espaço para a religião? Será o tempo presente um obstáculo ao ardor e à vitalidade da religião, de um modo particular do catolicismo? Seguindo de perto J. Milbank, afirmaremos que o cristianismo não tem de ser refém da cultura secular e secularizante que nos rodeia. O direito à cidadania no meio da sociedade civil aparecerá como intrínseco à própria religião.

A – Secularismo: sublime sob vigilância

Peter Berger «afirmou que a “sociologia” é hoje o nome da crítica científica e humanista da religião, a sarça-ardente pela qual a teologia contemporânea tem de passar. E,

¹⁰ A. M. FERREIRA, «Laicismo ideológico e laicidade. Entre a ideia de tolerância e a tentação totalitária», in *Theologica*, 39 (2004) 316. Será relevante aprofundar a relação difícil no cristianismo primitivo com o império romano - Cf. Q. S. F. TERTULIANO, *Apologetico*. Introdução, versão do latim e comentário: José Carlos Lopes Miranda, Livraria Alcalá, Lisboa, 2002. Igualmente terá significado atender ao que aconteceu com a 1ª República em Portugal - Cf. J. SEABRA, *O Estado e a Igreja em Portugal no Início do Século XX. A lei da Separação de 1911*, Princípa, Cascais, 2009.

¹¹ D. HERVIEU-LÉGER, *O peregrino e o convertido. A religião em movimento*, 243.

em larga medida, os próprios teólogos têm aceitado a ideia de que é possível dar uma explicação “social” pelo menos para algumas das características da crença religiosa»¹². Supõe-se que se deva admitir de modo pleno as alegações críticas da sociologia como uma «propedêutica para a explicação de um resto religioso mais genuíno»¹³. Foi-se olhando a sociologia, no primado que concede à explicação do social pelo social, como recurso último para a explicação do religioso.

Presume-se que nada escapa à mediação social, de modo que, mesmo a experiência religiosa mais pessoal reflete uma situação social. Observa-se a religião como mero produto histórico. Trata-se de uma «espécie de neo-ortodoxia, sendo ela mesma uma variante do protestantismo liberal: uma palavra revelada de Deus que só fala de si mesma, que não penetra de facto o reino das construções simbólicas humanas sem ser conspurcada e distorcida»¹⁴.

A sociologia, quando procura a explicação e a compreensão de um dado fenómeno religioso, assume-o como sendo um facto social, mero fruto da sociedade, despindo-o de qualquer presença sobrenatural. Este «método» de pesquisa é apresentado como o mais correto, ou mesmo, como o único correto. Coloca-se sob dúvida tudo que se apresente com origem divina. O divino não potenciou o agir social, o agir social é que engendrou «almofadas» divinas para justificar ações e práticas sociais. Não poderemos explicar a origem de um fenómeno religioso pelo divino, unicamente explicar o fenómeno religioso a partir do humano, da construção social.

¹² J. MILBANK, *Ibid*, 137. Ao longo desta reflexão, J. Milbank confronta e refuta o pensamento de diversos autores. Apesar de indicarmos algumas obras analisadas, faremos essa reflexão socorrendo-nos das interpretações e citações que o próprio faz. Cf. P. L. BERGER, *Um Rumor de Anjos. A sociedade moderna e a descoberta do sobrenatural*, Vozes, Rio de Janeiro, 1973.

¹³ J. MILBANK, *Ibid*.

¹⁴ *Id.*, *Ibid.*, 138.

Diante desta perspetiva, somos convidados a fazer um esforço inverso: a colocar uma «meta-suspeita que lance dúvida sobre a possibilidade da suspeita»¹⁵. Poderemos dizer que a sociologia coloca sob suspeita o dado revelado, sendo que devemos colocar esta suspeita sob desconfiança. Nesta redução ao social, olhada numa visão funcionalista, processa-se uma troca: o que é questionável – o divino como origem – é reduzido a algo que é considerado como inquestionável – o social na origem. Questionando este inquestionável, abre-se caminho, não à negação da «redução ao social», mas a que se lance dúvida sobre a própria ideia de que exista algo social, ao qual o comportamento religioso possa ser remetido.

Afirma-se hoje que «os cientistas são bastante mais humildes. Seria bom que aqueles que estão encarregues de explicar, interpretar e ensinar a religião, adotassem um comportamento análogo. A humildade é uma das virtudes cardiais nas três fés teístas – judaísmo, cristianismo e islão. A humildade não é apenas uma virtude ética, tem também valor epistemológico»¹⁶. Solicita-se uma atitude que seja marcada pela abertura à verdade do outro, impedindo-se de se absolutizar a própria verdade.

O conceito de social emerge no âmbito da história do «secular». Interliga-se, neste processo, ao conceito de soberania da política e do estado. É a perspetiva do poder presente – presença vigilante – em todas as partes do corpo social. As manifestações particulares e históricas têm de ficar sob uma alçada superior e perspetiva superior, que é a do estado, sobre o tecido social e a humanidade, identificando-se com uma «religião universal», uma essência destilada de religiosidade que é uma construção em benefício da paz secular¹⁷.

Encontramos as bases deste pensamento em Durkheim e Max Weber que, embora com óticas diferentes, falam da prioridade do social. Durkheim¹⁸ considera a prioridade do

¹⁵ *Id., Ibid.*

¹⁶ M. S. AYDIN, «Contributo das religiões para a partilha dos valores e da cidadania comum», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 18 (2001) 431.

¹⁷ Cf. J. MILBANK, *Ibid*, 139.

¹⁸ Cf. E. DURKHEIM, *A divisão do trabalho social*, Editorial Presença, Lisboa, 1977; Cf. *Id., As regras do método sociológico*, Editorial Presença, Lisboa, 1980 – Aqui se apresentam os factos sociais como realidades

social nas religiões tradicionais, dado o contributo que manifestam em prol da coesão social; Max Weber¹⁹, acentuando a primazia da razão instrumental e económica, e o carisma, também conduz à universalização da religião em nome de uma razão instrumental em função do todo político.

Isto é a base da teoria política ocidental moderna, apontando para a soberania ilimitada do estado sobre a vontade do indivíduo. Olhando as sociedades não ocidentais e pré-modernas a partir desta perspetiva a sociologia também enquadra o mesmo controlo sobre os indivíduos, quando visa essencialmente a distribuição do *status* e a distribuição de papéis.

É erro considerar o facto social e a ação social como existindo em si mesmos, independentemente da personificação ritual, da sua manifestação linguística e do sistema simbólico presente. O *puro poder social e puro facto social* é uma ilusão, uma abstração que esquece a realidade; está sempre acompanhado de toda a simbologia, sendo que nem sempre é o facto que origina a simbologia, mas a simbologia que determina um dado facto social²⁰. Deste modo, olhar a religião como um «mundo simbólico» construído pela sociedade para permitir a sua coesão pode não ser a verdade, ou, pelo menos, não ser toda a verdade e a única verdade. Enquadrar tudo unicamente em função da coesão social, é ser redutor. Fica a questão: A religião não existe antes e para além?

«Para Durkheim, os valores são as constantes que preservam a *stasis* social no nível do todo orgânico; para Weber, são coisas arbitrariamente desejadas pelo indivíduo isolado»²¹. Quer colocando o assento no todo quer colocando no indivíduo, a sociologia fica-se pelo social, como origem ou fim.

exteiores aos indivíduos, com existência própria e, como tal, capazes de se impor às pessoas; afirma claramente a objetividade da realidade social; Cf. *Id.*, *As formas elementares da vida religiosa*, Ática, São Paulo, 1981.

¹⁹ Cf. M. WEBER, *Metodologia das Ciências Sociais*, Campinas, Cortez – Unicamp, S. Paulo, 1992; Cf. *Id.*, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Pioneira, São Paulo, 1996; Cf. *Id.*, *Economia e sociedade*, Editora UNB, Brasília, 1991.

²⁰ Cf. J. MILBANK, *Ibid.*, 140-141.

²¹ *Id.*, *Ibid.*, 141.

A «crítica da metafísica» que a sociologia realiza torna-se numa nova metafísica que se pretende possuidora de uma representação totalizante e definitiva da finitude, bem como um humanismo que salvguarde um sujeito livre e inefável que somente “tem um efeito aparente” nessa finitude, mas que sempre, em essência, a transcende. Para a sociologia, a religião é um componente da esfera “humana” protegida»²².

A sociologia, portanto, leva a feito um certo «confiscar da identidade» da religião, tornando-a uma religião fiscalizada; há um «policimento do sublime», que leva a excluir da religião as suas modalidades de «disciplina e controle», remetendo-a a mero valor privado²³.

Milbank destaca exemplos concretos da sociologia, na análise do fenómeno religioso, como concretização do «policimento secular do sublime». Começemos pelo pensamento de Talcott Parsons.

Em Parsons²⁴ encontramos três dados: afirma que Durkheim e Weber respeitam os limites do racional e do não-racional – apresentando uma ligação entre os dois, embora a religião seja considerada voltada para crenças «não-empíricas»; admite que a religião se refere a alguma esfera «real» que está para além do factual; percebe-se nele o desejo de se aproximar tanto da visão durkheimiana quanto da visão weberiana da religião. O contexto americano favorece este enquadramento: o pluralismo de Weber encontra eco num país com múltiplas seitas e grupos religiosos, mas o mesmo acontece com o tema rousseauiano-comtiano da «religião civil» de Durkheim, num país em que o estado sempre foi associado com o elemento «comum» de crença em Deus e em que a devoção à constituição pode ser o equivalente a uma religião da liberdade individual²⁵.

Na tentativa de mediar Weber e Durkheim, Parsons deu um grande contributo à sociologia da religião e à sociologia em geral. Entre a ação de Weber e a estrutura de

²² *Id., Ibid.*, 143.

²³ *Cf. Id., Ibid.*

²⁴ *Cf. T. PARSONS, Estrutura da Ação Social, Vozes, Rio de Janeiro, 2010.*

²⁵ *Cf. J. MILBANK, Ibid.*, 144-145.

Durkheim, encontra o terceiro termo na *linguagem*. Procura incorporar na sociologia a teoria da «interação simbólica» de G. H. Mead²⁶: a comunicação e a sociedade tornam-se possíveis quando uma ação é isolada por um sujeito e quando outro sujeito faz o mesmo, fazendo surgir a imitação e os padrões de expectativas que permitem o uso dos signos. Das ações repetidas chegamos às «autorrespostas». Assim se congregam os paradigmas: com Weber fala-se da prioridade causal dada à ação voluntária; com Durkheim reconhece-se que o sentido é antes de tudo público e universal. Contudo, acaba-se por privilegiar uma ou outra, já que é impossível encontrar um indivíduo pré-social e uma comunidade sem indivíduos. A «“comunicação” é apenas um fenómeno secundário no âmbito de uma linguagem que primeiro “posicionou” tanto coisas como pessoas»²⁷. Tem de reconhecer-se a recusa de atribuir prioridade a uma dimensão sobre a outra; existe o «sempre já» da ação e da estrutura.

A religião é para Parsons «ao mesmo tempo “carismática”, pertence a uma esfera “existencial” privada, e “integrativa” – fornecendo uma ideologia necessária à esfera pública»²⁸. «No nível da experiência privada, o conteúdo da religião é universal e refere-se a uma dimensão permanente do ser humano. No nível dos subsistemas culturais, ela é plural e diversificada, refletindo várias convenções simbólicas arbitrarias. Contudo, no nível da “sociedade” como um todo, da religião civil, ela é mais uma vez universal, visto que *somente neste nível* a arbitrariedade simbólica representa algo real, a saber, um todo orgânico, um sistema auto contido capaz de conservar as suas energias num equilíbrio autoajustável»²⁹.

Deparamo-nos com três sublimes: um *sublime da experiência privada* – antes e fora da expressão linguística; um *sublime do sistema inteiro*; e um *terceiro sublime*, quando as

²⁶ Cf. G. H. MEAD, *Espíritu, persona y sociedad*, Paidós, Buenos Aires, 1968.

²⁷ J. MILBANK, *Ibid.*, 146.

²⁸ *Id.*, *Ibid.*, 147.

²⁹ *Id.*, *Ibid.*, 148.

duas universalidades da religião se fundem numa só – a lei cívica do todo é objeto de uma livre abdicação por parte de cada um³⁰.

A sociologia americana revela que, como policiamento secular, o seu propósito secreto é garantir que a religião seja mantida conceptualmente nas margens – simultaneamente a sua influência é negada e aclamada a sua pureza transcendente. Tem de se demonstrar que a religião existe para todas as sociedades, seja a nível pessoal seja a nível do todo, mas recusando-se a ideia de que a religião possa entrar no nível mais essencial da organização simbólica da sociedade; mas, sendo essa a situação da religião, ela não pode explicar-se como um fenómeno social em si³¹. A «religião é descrita como evoluindo até um verdadeiro autorreconhecimento da sua própria marginalidade»³². Nesta análise social, constrói-se uma «ilusão» do facto social, à margem da religião, situando-se a religião numa «existência irreal».

B - Religião como função

A interpretação funcionalista da religião relega-a para uma mera consequência. Acontece uma redução da religião a mera função e a mero produto social, de tal modo que, na busca dos factos sociais que estão na sua causa - sob a capa da «verdade verdadeira» - acaba por se esconder ou negar a validade da interpretação teológica. Normalmente, a religião é interpretada com base nas funções de integração, socioeconómica ou de transição.

³⁰ Cf. *Id., Ibid.*

³¹ Cf. *Id., Ibid.* Em torno do último inquérito realizado pela Universidade Católica Portuguesa às identidades religiosas em Portugal, a pedido da Conferência Episcopal Portuguesa, R. SANTOS, no artigo «O estudo “Identidades religiosas em Portugal”: a mediação jornalística», in *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia / Lisboa*, 43 (2013) 235-255, trabalhando as «publicações» que afloraram a temática das identidades religiosas em Portugal, chega à conclusão que muitas outras notícias sobre a igreja católica saíram nesses dias, refletindo o pulsar da instituição na sua relação com o país. Trata-se de um elemento que mostra a presença visível e pública na sociedade portuguesa nos tempos hodiernos.

³² J. MILBANK, *Ibid.*, 149.

Fixemo-nos no sacramento central da vivência da religião cristã: a eucaristia. Afirma-se, numa interpretação sociológica funcionalista, que «uma função da eucaristia é promover a coesão dos elementos dispersos da comunidade cristã»³³. No fundo, a comunidade, para que exista unida e coesa, «inventou» a eucaristia. Esta explicação acaba por se tornar numa tautologia, já que explica a realidade com o que ela é e faz (a eucaristia é comunhão e foi inventada para realizar a comunhão).

Um outro modo funcionalista de interpretar a religião consiste em afirmar que «uma das funções do cristianismo é apoiar o domínio patriarcal»³⁴. O cristianismo surgiria para dar conteúdo argumentativo e solidez social ao modelo patriarcal, enquanto forma de organizar a sociedade. Deus será compreendido como o monarca celestial e a realeza como sagrada.

Para se fundamentar tais funções, estabelece-se a regra de que uma dada sociedade terá uma função correspondente. Assim, o sociólogo afirmará que as sociedades hierárquicas, com poder fortemente centralizado, terão uma religião monoteísta. Contudo, com esta análise, o sociólogo irá fazer um trabalho de mera «historiografia narrativa». Aprofundando, percebemos que a narrativa de historiografia não poderá estabelecer uma prioridade causal da estrutura social sobre a religião e vice-versa. A correlação fica por mera constatação empírica de que tais sociedades se parecem, em grosso modo, umas com as outras³⁵.

A «sociologia funcionalista não acrescenta à historiografia nada que não seja metafísico»³⁶. Negando a religião como causa, apresenta-a como sendo um efeito, ou um instrumento utilizado pela sociedade para garantir determinadas realidades, nomeadamente a coesão e funcionalidade da sociedade. Esta explicação, tida como global e total, não é mais do que uma «nova metafísica».

³³ *Id., Ibid.*

³⁴ *Id., Ibid.*, 150.

³⁵ *Cf. Id., Ibid.*

³⁶ *Id., Ibid.*, 151.

Poderemos afirmar que «a história descreve, a sociologia explica». A leitura socioeconómica da religião tem influenciado interpretações bíblicas e históricas. Contudo, J. Milbank afirma que não chega a tal, já que a sociologia se torna mera descrição narrativa. Deste modo, levantam-se diversas perguntas: Qual a razão de os teólogos e críticos bíblicos aceitarem tão amplamente que a sociologia é capaz de iluminar a história bíblica e cristã?³⁷

Urge ter cautela com a «sociologia bíblica»: tem a dimensão positiva de alertar para aspetos que de outro modo passariam ao lado, mas tem alguma tendência a pressupor que possui um acesso mágico ao sentido, a um nível do pré-texto. Esquece-se que o acesso à génese social não é possível no pré-texto, mas acontece precisamente sempre num processo de leitura e escritura³⁸.

Qual a explicação funcionalista para a origem do cristianismo? Segundo Milbank, Engels via o cristianismo como religião das ordens inferiores e oprimidas do Império Romano; Nietzsche, por seu lado, vê o cristianismo como expressão do ressentimento dos sem poder e excluídos; Weber, por outro lado, considera o cristianismo como a «religião da salvação» das classes médias urbanas, em contraste com a religião puramente mágica dos camponeses e os cultos aristocráticos de honra. Apesar de Weber estar um pouco mais perto da realidade, não há evidências históricas destas conclusões; a realidade é bem mais complexa³⁹.

Com base no Novo Testamento, parece encontrar-se um contraste entre o ambiente inicial do ensinamento de Jesus na Galileia – área de privação e de produção sub-asiática, com senhores proprietários ausentes – e o ambiente urbano posterior das primeiras

³⁷ Cf. *Id.*, *Ibid.* Vejamos a título de exemplo: Gottwald afirma que Israel não foi único somente pela sua religião, mas também pelo modo particular de implementar mecanismos sociais que impedissem as desigualdades económicas e a concentração do poder político. Mas afirmar que o jlavismo é primeiramente uma ideia social e política, e que as ideias religiosas são em função das primeiras ideias, criando a ideia do Deus criador e proprietário de tudo, impedindo a super acumulação da propriedade e da escravidão da vida, dando a primazia à pessoa, e não subordinação à natureza, é forçar a relação causal num dado sentido, já que pode ser inverso. Cf. N. K., GOTTWALD, *As tribos de Iahweh. Uma sociologia da religião de Israel liberto 1250-1050 a.C.*, Paulus, São Paulo, 1986.

³⁸ Cf. J. MILBANK, *Ibid.*, 154-155.

³⁹ Cf. *Id.*, *Ibid.*, 155.

comunidades. Pode dizer-se que as teses dos sociólogos das origens do cristianismo são mais históricas que sociológicas⁴⁰. Somos convidados a levar mais a sério as narrativas bíblicas, já que elas nos contam como as coisas aconteceram antes do «diagnóstico causal», aparecendo não meramente como resultado do acontecido, mas na condição de «fazer-as-coisas-acontecer»⁴¹.

Noutra versão, a «religião deve ser compreendida como um ingressante tardio no discurso social e a sua função é lidar com as inevitáveis *lacunae* deixadas por um sistema social ou ideológico»⁴². Encontramos isso claramente no tema dos «ritos de passagem».

Ainda segundo Milbank, Turner afirma que o «sublime já não se encontra fora do social, na margem da individualidade, nem é o todo social; ele está situado, em vez disso, no interior da sociedade, na constante negociação de passagens perigosas. Paradoxalmente, é a sublimidade vazia, marginal, que entra nas transações sociais mais fundamentais»⁴³.

Esta «interpretação acrescenta mais uma vez a toda a história uma perspectiva moderna para a qual a religião tem que ver com uma esfera suprarracional, existencial. Simplesmente, não acontece na maioria das sociedades, o momento fugidio da transição, ser o local por excelência do sagrado. Pelo contrário, só há transições *porque* há estádios e distinções, e estes têm uma qualidade hierárquica, prenhe de valores, de modo que são eles mesmos imbuídos de sacralidade. A maioria das transições costumam ser iniciações, como o batismo, em que a jornada não é um ir e vir do quotidiano, mas uma passagem definitiva do reino profano para o sagrado»⁴⁴. É uma passagem do profano para o sagrado, e não de um profano para outro profano.

⁴⁰ Cf. *Id., Ibid.*, 161.

⁴¹ Cf. *Id., Ibid.*, 164.

⁴² Cf. *Id., Ibid.*, 165.

⁴³ Cf. *Id., Ibid.*, 166. Cf. V. TURNER, *Dramas, Fields, and Metaphors: Symbolic Action in Human Society*, Cornell University Press, Ithaca, 1974; Cf. V. TURNER – E. TURNER, *Image and Pilgrimage in Christian Culture*, Columbia University Press, Nova Iorque, 1978.

⁴⁴ *Id., Ibid.*

Continuando nas explicações causais, encontramos na sociologia afirmação de que a função primária da religião é lidar com os casos de mudança desta vida ao fornecer-nos uma reflexão acerca do infortúnio, do sofrimento e do mal. Contudo, mais uma vez estamos a reduzir a religião, no caso, a mera teodiceia⁴⁵. O papel da religião fica assim reduzido, diante do mal e sofrimento, ao papel de fazer conformar-se com as expectativas da justiça, criadas pela imaginação fértil. A religião terá o seu lugar para além de um subproduto social, não será mera transição de um estado para outro, nem mera justificação para os «vazios» da vida.

C – Religião: o invisível no «eu»

A religião é transportada para a invisibilidade social. A «religião não pode ser abrangida no espaço como o todo social, a margem social ou como a transição social: assim, aqui o discurso da sociologia entra em colapso. Do mesmo modo, não pode ser abrangida no tempo como origem, estádio ou meta final»⁴⁶. Entregue à invisibilidade social, a religião deixa de poder ser objeto de análise por parte da sociologia, já que ela versa a sua análise sobre os factos sociais com exterioridade e objetividade.

As visões evolucionistas da história pressupõem que haja alguma verdade sobre a sociedade ou o conhecimento humano que permanece, para além do caminhar da história. Para Parsons e seguidores, o que permanece são as esferas de valor dos vários subsistemas. A religião está abrangida pela teoria da diferenciação evolutiva. Bellah, Geertz e Parsons afirmam que a religião, à medida que se diferencia, vai sendo apreendida de maneira mais adequada, acabando por ficar confinada à esfera da experiência, que será o ponto real de

⁴⁵ Cf. *Id., Ibid.*, 169.

⁴⁶ *Id., Ibid.*, 171.

partida da teologia. Neste horizonte, a religião, reduzida à experiência privada, torna-se inefável e não identificável, não podendo mais ser demonstrada como constante universal⁴⁷.

Bellah⁴⁸, falando da contínua necessidade da religião civil, aponta, como fator decisivo para o evoluir da percepção religiosa, a gradual «descoberta do eu»: em primeiro lugar o eu privado que se confessa em relação direta com Deus – cristianismo; depois o eu religioso ambíguo que se distingue do eu ético de Lutero; e, por fim, a descoberta das «leis» dessa ambiguidade que ainda reconhece a sua necessidade. A crescente descoberta do «eu» remete a religião para a dimensão privada e discreta; contudo, como conciliar esta privatização da crença, fruto da individualização, com a necessidade de se estar sujeito à administração impessoal e à ação pública?⁴⁹

O «positivismo superior», emancipado da dialética, acaba por sugerir que tudo o que temos aqui é a ciência teológica moderna, bem como a política formalizada moderna, legitimando as reivindicações de poder e validade universal. Esta narrativa tende a apresentar o ocidente moderno como o culminar da história universal, daí que as sociedades não ocidentais, com tecnologia simples, sejam catalogadas como primitivas. O evoluir tecnológico também tem o seu espelho no evoluir da religião, como já se foi apresentando. Mas, segundo Milbank na análise histórica podemos encontrar sociedades primitivas com religiões sem deus, como com noção de transcendente, como sociedades seculares. Não há uma sequência diacrónica unidirecional⁵⁰.

Também é comum um outro olhar na abordagem pós-Parsons, que considera o caminho da secularização não como o declínio da religião, mas como diferenciação, onde o que a religião perdeu foi a influência imprópria na esfera pública, bem como os «emaranhamentos» institucionais e rituais. Assim, a verdadeira «religião do eu» e da

⁴⁷ Cf. *Id.*, *Ibid.*, 172-173.

⁴⁸ Cf. R. N. BELLAH, *Beyond belief: essays on religion in a post-traditional world*, University of California Press, Berkeley, 1991.

⁴⁹ Cf. J. MILBANK, *Ibid.*, 173.

⁵⁰ Cf. *Id.*, *Ibid.*, 174-175.

experiência direta podem florescer como nunca. Neste caminho da religião pessoal, Luhmann⁵¹ afirma que a verdadeira religião é a Palavra de Deus puramente fundada numa revelação divina que se confirma a si mesma. Deste modo, a verdadeira religião diferenciada não é a experiência, mas a fé na palavra revelada. Contudo, a ser assim, atender-se-á que só a teologia sabe disto, não a sociologia⁵².

Luhmann afirma que a doutrina vai substituindo o ritual. Nesta evolução, vê a passagem do Antigo Testamento para o cristianismo e deste para a *reforma*, como o protótipo das outras evoluções religiosas, e as que não o fizeram são consideradas imaturas⁵³. Ele escreve que «a religião nunca é capaz de chegar a uma autoconsciência perfeita da sua própria função, já que isso tenderia a infligir uma derrota a si mesma»⁵⁴.

D – Religião: construção ideológica

Um outro caminho para compreender a religião é aquele que a considera como «ideologia»⁵⁵.

⁵¹ Cf. N. LUHMANN, *Funktion der Religion*, Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1996. M. MORGADO, no artigo «Público e Privado: a Religião entre a “Saída” e a “Entrada”», in *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia / Lisboa*, 43 (2013) 257-283, deixa-nos uma reflexão relevante nesta temática: Olhando o processo de secularização, aborda a questão dos crentes que privatizam e individualizam a sua fé, na expressão dos crentes da «saída da religião», afirmando que «os crentes na religião da “saída da religião” já não têm a sua vida social, matéria e mental, moldada pela religião. A religião é para eles uma experiência individual e as relações que o antigo enquadramento religioso estruturavam (...) esboroam-se» (p. 273). Falando da presença da religião no seio da sociedade, afirma que «não basta assumir a defesa de uma liberdade religiosa meramente negativa, de uma liberdade da igreja meramente defensiva e compatível com a sua retirada para uma esfera estritamente privada. Não basta porque essa conceção minimalista de liberdade religiosa não responde à vocação autêntica da igreja. Afinal de contas, a igreja é um povo. É uma comunidade estruturada e organizada, que assume como dever a procura do bem-comum de toda a sociedade» (p. 279). Refletindo o fenómeno religioso no tempo atual, J. T. MENDONÇA, com o título «O que resta de Deus», in *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia / Lisboa*, 43 (2013) 285-293, indica que mais do que se anunciar o fim do religioso, importa olhar as profundas transformações do fenómeno religioso.

⁵² Cf. J. MILBANK, *Ibid.*, 176.

⁵³ Cf. *Id.*, *Ibid.*, 178.

⁵⁴ Cf. *Id.*, *Ibid.*, 179.

⁵⁵ Cf. *Id.*, *Ibid.*, 181.

A partir do interacionismo simbólico, Berger e Luckmann⁵⁶ apresentam a teoria da gênese social: os arranjos primitivos não requerem uma cobertura sagrada, mas meras convenções, que acidentalmente se vão desenvolvendo por meio da interação simbólica entre os indivíduos, estabelecendo as primeiras regras sociais e o primeiro sentido da identidade pessoal. Esses «argumentos» são passados para a «segunda geração» e só com a transmissão para a «terceira geração» começam a surgir as questões da *racionalização*. Essas questões surgem unicamente porque as circunstâncias da gênese dos arranjos foram esquecidas, sendo fornecida, então, não a história verdadeira, mas uma história mítica que vincula os factos sociais existentes a uma ordem eterna ou natural imaginada. É apenas nesse estágio que a sociedade vem exigir «um pátio sagrado»⁵⁷.

A esta teoria – prática original inocente e positiva que a religião oculta – Milbank coloca três objeções⁵⁸. Em primeiro lugar, Berger não apresenta evidências textuais em nenhuma cultura (não há evidências deste auto esquecimento e auto obscurecimento); um segundo argumento prende-se com a questão: por que motivo uma origem inocente teria de exigir a suplementação ideológica? Por fim, a memória desse estado original não se deveria manter e ser transmitido corretamente depois da segunda geração, como acontece com os mitos que são transmitidos com pouca alteração ao longo das gerações?

Estamos perante a teoria da alienação da realidade social, segundo a qual um facto, tendo um carácter humano, terá de ser sempre negado como tal, sendo os arranjos sociais atribuídos a Deus ou a deuses, conferindo-lhes, deste modo, uma veracidade eterna⁵⁹.

Podemos questionar e comparar: se as religiões podem ocultar a contingência histórica e o papel da invenção humana, também os modernos sistemas seculares de pensamento o fazem, sendo eles incapazes de admitir a sua própria escolha de valores com

⁵⁶ Cf. P. L. BERGER and T. LUCKMANN, *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge*, Doubleday, New York, 1989; Cf. N. LUHMANN, *Id., Ibid.*

⁵⁷ Cf. J. MILBANK, *Ibid.*, 182.

⁵⁸ Cf. *Id., Ibid.*

⁵⁹ Cf. *Id., Ibid.*, 183.

relação à conjugação de uma liberdade vazia a partir de uma razão instrumentalista. É mais fácil as sociedades religiosas admitirem a sua contingência e singularidade das escolhas fundamentais, já que envoltas em mistério, exigindo os requisitos da fé. As religiões são mais realistas sobre o caráter inexplicável da existência cultural do que a ciência normalmente se atreve a ser⁶⁰.

Uma nova abordagem da ideologia considera a religião nos termos das crenças auto legitimadoras de grupos sociais poderosos que disfarçam a arbitrariedade do seu próprio exercício do poder⁶¹. Turner⁶² “super simplificou”, ao ponto de afirmar que o século XX enfrentou o dilema de que a religião, embora necessária, não é verídica. A religião tinha essencialmente uma função de controle, mais do que de integração, em termos de restrição e reprodução dos corpos sociais; agora essas funções são cumpridas primeiramente pelos processos seculares. Passou-se do controle ideológico para o controlo científico. A religião está confinada à representação ideológica; ora esta tarefa já não é necessária numa sociedade que não requer uma ideologia geral. Fica reduzida a mera preocupação privada⁶³. Enquanto função de controlo, a «religião é essencialmente o ópio das massas»⁶⁴. Contudo, analisando a realidade histórica, percebemos que muitas vezes este «poder» não foi tão real e efetivo quanto se pretende apresentar.

A sociologia da religião tem de perceber os seus limites. A razão secular afirma que há um ponto de vista «social», a partir da qual se podem localizar e examinar vários fenómenos «religiosos». Mas ficou demonstrado que os pressupostos da natureza da religião ajudam eles mesmos a definir a perspetiva desse ponto de vista social. Do ponto de vista desconstrutivo, a prioridade da sociedade sobre a religião pode sempre ser invertida, e todo o positivismo secular demonstra ser uma teologia positivista. Frente a isto, a sociologia poderia

⁶⁰ Cf. *Id., Ibid.*, 185.

⁶¹ Cf. *Id., Ibid.*

⁶² Cf. B. S. TURNER, *Religion and social theory*, Sage, London, 1994.

⁶³ Cf. J. MILBANK, *Ibid.*, 186.

⁶⁴ *Id., Ibid.*, 187.

ainda existir, mas teria de redefinir-se como uma «fé». Pode opor-se a conceção de que a religião se refere à relação do «indivíduo» com o «social» em nome das sociedades hierárquicas (em termos de hierarquias de valores e não de pessoas) para as quais, tanto a individualidade como a coletividade estão subordinadas a uma organização substantiva de papéis, propósitos e valores. Aqui a religião pode ser tão «fundamental» que não se pode colocar em posição secundária em relação quer à sociedade quer à experiência privada. O positivismo radical enfrenta a impossibilidade de uma explanação séria, quer científica, quer humanista⁶⁵.

Esta «derrota» imposta por J. Milbank ao pensamento secular, nomeadamente à sociologia que explica a religião a partir do social, tem a virtude de fazer abalar a absoluta segurança da análise secular sobre toda a história humana e, de um modo particular, sobre a história da religião, mostrando as suas debilidades: a sociologia, aparecendo com uma superioridade em relação a toda e qualquer outra interpretação e admirada como o cume da evolução do pensamento, acaba por colocar-se no patamar de uma nova metafísica, que tudo pretende explicar.

São deixados a nu os enviesamentos que ocorrem, quando se analisa o passado com critérios e contexto de «hoje». É sabido que o «hoje» é edificado a partir do «ontem», e também é verdade que a análise do passado é moldada pelo presente; contudo, importa estar atento, para que o passado não seja refeito analiticamente a partir das categorias do presente, já que tal «enfoque» pode distorcer a realidade.

Questiona-se a teoria que considera o social como a base de tudo. A dúvida que a sociologia (o secular) colocou sobre o transcendente – aparecendo como produto social – é

⁶⁵ Cf. *Id.*, *Ibid.*, 189-190.

colocada sob suspeita. Coloca-se dúvida sobre a dúvida. Por que razão tem de ser o espiritual e o transcendente fruto do social e não vice-versa?

A sociologia produz contributos de âmbito histórico, que ajudam à compreensão de determinadas dimensões que, de outro modo, seriam esquecidas, mas não fornece uma explicação fundante da religião nem do transcendente. A teologia não pode ser refém do secular. A religião/teologia não pode aceitar ficar policiada e reduzida à esfera individual e misteriosa, situada nas margens da sociedade. Urge afirmar a sua identidade e pertinência social.

Pode constatar-se um certo exagero na posição de Milbank ao fazer equivaler a sociologia a «mera» historiografia. São saberes que não se reduzem mas se complementam: um mais descritivo e analítico, outro mais explicativo e compreensivo da realidade. Se é verdade que não podemos ficar presos às explicações seculares do sublime, também é verdade que muitas reflexões da sociologia trazem elementos muito válidos para a compreensão da realidade (veja-se o exemplo apontado do judaísmo, com a «explicação» da monarquia e da distribuição da propriedade). Contudo, se não podemos ficar prisioneiros dessa explicação, nem apresentá-la como «a» explicação, temos de ver nela um contributo sério a atender.

II - RELIGIÃO: NARRATIVA SOCIAL

A religião (e muito especificamente o cristianismo) não se concebe a si mesma como reduzida à esfera individual e à vivência pessoal⁶⁶. Ela apresenta-se com uma relevância e

⁶⁶ T. M. TOLDY, no artigo «A secularização da sociedade portuguesa no contexto das modernidades múltiplas», in *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia / Lisboa*, 43 (2013) 23-55, aprofunda a situação do enquadramento da religião no seio da secularização e da modernidade, refletindo em torno da crescente diferenciação da vivência religiosa e da privatização da religião que se instala, sem se afirmar, pelo menos por agora, o eclipse total da religião como instituição no espaço público. Igualmente A. TEIXEIRA, na publicação «A eclesiosfera católica: pertença diferenciada», in *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia / Lisboa*, 43 (2013) 115-205, fala das vivências religiosas atuais em Portugal, enquadrando a questão da privatização da

pertinência sociais intrínsecas à sua essência e existência. Sem o seu dinamismo social, não se compreende como nasceu, cresceu e se desenvolveu. Porque «a fé cristã não trata simplesmente – como à primeira vista pode pensar-se – do eterno que fica fora do mundo e do tempo humano como coisa totalmente distinta dele. A fé trata antes de Deus *na* história, de Deus como homem»⁶⁷.

A verdade, enquanto situada no *factum* ou no *faciendum*, tem consequências também sobre a fé. A que nível se situa a fé, no *factum* ou no *faciendum*? Situada como *faciendum*, transporta-se para uma «teologia política», como meio para transformar o mundo. A fé não se pode reduzir a esta dimensão: quem coloca a fé num só plano, quer do *factum* quer do *faciendum*, não descobrirá o significado da frase «eu creio». A fé não se reduz à ideia dum programa de ativa transformação do mundo nem se associa a uma cadeia de acontecimentos⁶⁸. Mas se é certo que a fé não se reduz ao *faciendum*, incorpora-o, juntamente com o *factum*.

Se o cristianismo impôs uma aproximação ao Deus dos filósofos, negando os deuses do paganismo, também é verdade que se distancia dele de um modo muito claro. A fé cristã concedeu uma significação nova à conceção do Deus dos filósofos: «retirou-o do terreno puramente académico e transformou-o profundamente. (...) Este Deus que se concebe como puro ser ou puro pensar, eternamente fechado em si, sem projecção alguma para o homem e

religião no mundo secularizado e a crescente autonomia dos indivíduos face às instituições, alerta, na página 145, para o facto de «não cair na ilusão de que essa escolha se faz de um modo alienado face ao meio social envolvente – incluindo tradição religiosa em que o indivíduo foi socializado –, como se as pessoas nascessem por geração espontânea». Deixamos a indicação de mais quatro artigos sobre esta temática: H. VILAÇA, «Novas paisagens religiosas em Portugal: do centro às margens», in *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia / Lisboa*, 43 (2013) 81-114 - afirmando que é inegável a crescente heterogeneidade e individualismo nas vivências religiosas; J. E. B. de PINHO, «Comunidades eclesiais: as exigências da integração plural», in *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia / Lisboa*, 43 (2013) 295-317 – referindo o aparecimento de uma espécie de «religião à la carte»; D. TERRA, «Os dados da Individualização crente: uma reflexão teológica», in *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia / Lisboa*, 43 (2013) 319-344 – indicando as novas articulações entre o «nós eclesial» e os «percursos do eu da fé»; J. da S. LIMA, «revisitar a cidade: identidades religiosas em meio urbano», in *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia / Lisboa*, 43 (2013) 345-379 – sugerindo que a secularização trás o fim da hegemonia e a multiplicidade dos itinerários de fé.

⁶⁷ J. RATZINGER, *Ibid.*, 35.

⁶⁸ Cf. *Id.*, *Ibid.*, 46-47. A fé incorpora uma confiança que faz o homem tecer (“fazer”) os passos da vida com o olhar da esperança - Acerca da importância da esperança e desesperança na vida, deixamos duas obras que refletem a temática: M. UNAMUNO, *Del sentimiento trágico de la vida*, Editorial Credos, Madrid, 1980 e J. C. BERMEJO, *La muerte enseña a vivir. Viver sanamente el duelo*, San Pablo, Madrid, 2003.

para o seu pequeno mundo; este Deus dos filósofos, cuja pura eternidade e imutabilidade exclui toda a relação ao imutável e contingente, é para a fé o homem Deus, que não só é o pensar do pensar, eterna matemática do universo, mas *agapé*, potência de amor criador. (...). Deus, eterna geometria do universo, só pode sê-lo porque é amor criador»⁶⁹.

O conteúdo do evangelho e a imagem cristã de Deus «corrigem a filosofia e fazem-nos ver que o amor é superior ao puro pensar. O pensar absoluto é um amor, não uma ideia insensível, mas criadora, porque é amor»⁷⁰.

Deus, na perspectiva do cristianismo, não se *encontra* simplesmente no abstrato e na dimensão das ideias, mas interliga-se com a vida concreta do homem, iluminando-o na sua identidade; «por cima da mais rigorosa teoria aparece o sumamente prático. Ao falar sobre Deus descobrimos o que o homem é. O mais paradoxal é o mais luminoso e o que mais nos ajuda»⁷¹.

A – Fé: Compromisso secular

A tradicional divisão entre natural e sobrenatural aponta para uma distinção entre essas dimensões que, em última análise e do ponto de vista do crente, fica reduzida a mero conceptualismo. Não se negando a devida autonomia das esferas da sociedade, é afirmado, de um modo claro, que o natural emerge do sobrenatural e o sobrenatural resplandece no natural. O dualismo recua para dar lugar à unidade, sem fusão. Certamente que a segmentação terá pertinência filosófica e relevância analítica, mas com a devida vigilância intelectual, para que não se transformem em dimensões antagónicas. A unidade referida encontra eco no Segundo

⁶⁹ J. RATZINGER, *Ibid.*, 115.

⁷⁰ *Id.*, *Ibid.*, 118.

⁷¹ *Id.*, *Ibid.*, 159.

Concílio do Vaticano, a que J. Milbank chama «revolução integralista»⁷², e que apresenta o enquadramento para entendermos a fé que opera no mundo e no agir concreto do ser humano.

Situemo-nos na crença cristã, a qual professa a presença de Deus na vida, ao ponto de a modificar e transformar. A pessoa, no seu viver, não pode separar o ser-não-crente do ser-crente. Percebendo-se habitado por Deus e pela sua mensagem, a sua vida terá de refletir tal crença. «Na humanidade concreta, histórica, não existe um estado de “pura natureza”; em vez disso, cada pessoa sempre já foi trabalhada pela graça divina, o que tem como consequência não se poder separar analiticamente as contribuições “natural” e “sobrenatural” dessa unidade integral»⁷³.

A teologia da libertação encontra os seus alicerces nesta perspetiva. A graça – Deus – acompanha toda a nossa vida, e «se toda a vida concreta da humanidade está sempre imbuída de graça, não é por certo possível separar preocupações políticas e sociais de preocupações “espirituais”»⁷⁴. A «simples» afirmação pessoal de que «Deus existe» não pode deixar indiferente, terá de implicar a pessoa cognitiva e ativamente. Não é possível ter uma vida dividida em duas: a espiritual, na relação com Deus por um lado, e a política e social, na relação com os outros, por outro lado⁷⁵. Seguramente que existirá a especificidade de cada dimensão, mas terá forçosamente, enquanto credo professado, de influenciar toda a vida do crente.

Este princípio questiona muitos aspetos da sociedade e do pensamento ocidentais. Poder-se-á compreender a realidade secular e a sagrada como estanques e separadas? O pensamento secular não dirá nada sobre a vertente teológica? E a teologia não terá uma palavra no mundo secular? J. Milbank afirma ser um erro a teologia ter cedido à afirmação da autonomia – mesmo absolutização – do pensamento secular.

⁷² J. MILBANK, *Ibid.*, 270.

⁷³ *Id.*, *Ibid.*

⁷⁴ *Id.*, *Ibid.*

⁷⁵ Cf. *Id.*, *Ibid.*

Não faz sentido a tendência secular de excluir a teologia para compreender o social; é fundamental uma crítica teológica da sociedade. «Sem um reconhecimento do sobrenatural, o nosso relato da realidade é incompleto»⁷⁶. Este enunciado contempla bem a necessidade de perceber que o sobrenatural se encontra no natural, para que possa ser entendido, e a necessidade de tomar-se consciência que o natural é percebido enquanto presença do sobrenatural. Basta sentir-se como criaturas de Deus, vendo Deus como fonte e origem do ser/do existir, de modo a não poder-se abandonar, na análise do agir humano, a dimensão do transcendente.

O «integralismo significa “a sobrenaturalização do natural”. Num nível prático não pode haver justiça verdadeira sem caridade nem ordem social verdadeira sem transformação pela sociedade sobrenatural. Num nível teórico, as teorias seculares da sociedade podem na melhor das hipóteses ser provisórias, e as suas conclusões permanecem sujeitas a revisão e correção pela teologia»⁷⁷. Poderia considerar-se que se está a defender uma perspectiva de cristandade medieval, almejando-se uma estrutura eclesial a comandar tudo. Contudo, não é isso que se pretende afirmar. Rejeita-se «por inteiro o modelo da cristandade medieval, em que a hierarquia eclesial também exercera um poder político, coercivo. Mas (...) [afirma-se a] importância da transformação da estrutura social e política mediante a “influência” do laicado cristão»⁷⁸.

O cristianismo tem duas opções claras diante da sociedade secular democrática em que se encontra: «ou se adapta à cultura democrática maioritária (quer dizer, admitir para si mesma os valores fundamentais desta cultura, para por ela ser aceite e nela poder pactuar), ou utiliza as possibilidades da diferenciação social para construir um subsistema com sólidos

⁷⁶ *Id., Ibid.*, 274.

⁷⁷ *Id., Ibid.*, 292.

⁷⁸ *Id., Ibid.*, 293.

valores próprios»⁷⁹. Importa entender corretamente a «adaptação à cultura democrática maioritária», já que não se trata de ser ou não democrático diante do sistema político, mas de ceder aos valores de uma possível maioria ou não. Dir-se-á que a religião, para se enraizar na vida das pessoas, necessitará de «conservar a necessária distância do poder político. [Como já verificamos] A descristianização da Europa tem muito a ver com o facto de as igrejas terem procurado a proximidade do estado»⁸⁰. Será na afirmação das convicções que a religião poderá não ser reduzida a uma comunidade prestadora de serviços de ritos de passagem e a uma instituição social⁸¹.

Sobressai a radical importância de se perceber que o secular não poderá ser esquecido pelo crente; pelo contrário, o crente perceber-se-á como peregrino operante nesse espaço. A história manifesta o papel inegável da religião na edificação das sociedades: «Inegável é a contribuição que as religiões prestam à sociedade. São numerosas as instituições caritativas e culturais que atestam o papel construtivo dos crentes na vida social. Ainda mais importante é a contribuição ética da religião no âmbito político»⁸².

A teologia política e da libertação pretendem afirmar a importância da fé na transformação das condições reais das pessoas. A controvérsia surge «na questão da possível redução da ideia de salvação à de emancipação social e política. As interrogações costumam ser apresentadas nos termos de alguma alternativa do tipo: é a salvação um mecanismo de recrutamento de indivíduos para o céu? Ou é ela uma libertação da raça humana de estruturas sociais opressivas e a inauguração do reino como uma utopia deste mundo?»⁸³.

Verifica-se o risco de se ficar só pela salvação utópica terrena, buscando-se a construção de um novo mundo, correndo-se o perigo de se reduzir a teologia da libertação a

⁷⁹ K. G. BALLESTREM, «Igreja e cultura democrática. Adaptação e conflitos», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 18 (2001), 418.

⁸⁰ *Id.*, *Ibid.*, 419.

⁸¹ Cf. *Id.*, *Ibid.*, 424.

⁸² *Dum Dies XLIV Internationalis commemoratur pro Pace promovenda: «Libertas religiosa, iter ad pacem»*, 6.

⁸³ J. MILBANK, *Ibid.*, 304.

um novo marxismo; de igual modo, não é caminho correto projetar, em antítese, a salvação do indivíduo separada da sociedade. Estas dimensões e realidades (o «cá» e o «lá», o «eu» e o «nós») não se separam, a não ser na dimensão analítica e teórica.

«Os teólogos da libertação adoram insistir que o próprio Jesus parece exigir uma resposta anónima: a pessoa que pratica a caridade reconhece Cristo no próximo e é seu verdadeiro seguidor. Contudo, para o cristianismo, o amor é uma prática aprendida altamente complexa, que Jesus manifesta de maneira plenamente exemplar. É somente porque a caridade é vista como definida de modo integral pelas palavras e atos de Cristo que se pode falar deste como portador de uma restauração insubstituível da natureza humana. Se o amor fosse óbvio, a perfeição do amor seria conhecida primordialmente por meio da introspeção, e não por uma instanciação prática do amor num percurso particular»⁸⁴. Cristo não é apenas uma motivação subjetiva, não é apenas um dado motivacional, mas uma realidade objetiva que molda e transforma objetivamente.

«A teologia política e da libertação forma um conluio com o “policimento do sublime” da sociologia ao cindir a salvação num aspeto inefável, transcendente, “religioso” (...). Só é cristão num sentido anónimo»⁸⁵. Acaba por reconduzir a espiritualidade unicamente à esfera pessoal e ação cívica.

A teologia, na sua ação cristã, precisa da pertinência histórica e da elevação transcendente. «Para existir salvação com um conteúdo cristão especificável, tem de haver um discurso diretamente teológico acerca do sócio histórico: sem isso, a teologia ocupa o lugar teologicamente predeterminado da metafísica transcendentalista»⁸⁶.

⁸⁴ *Id., Ibid.*, 310.

⁸⁵ *Id., Ibid.*, 315-316.

⁸⁶ *Id., Ibid.*, 327.

B – Caridade: rosto original do cristianismo primitivo

O cristianismo primitivo estava fortemente marcado pela matriz social, pela caridade que exercia. Sendo o núcleo central da sua crença a afirmação de Jesus como o Cristo - Deus encarnado – que depois de morto ressuscitou, tem a sua marca primordial na caridade que exerce entre os seus membros e com os não crentes. A bíblia disso faz eco no livro dos Atos dos Apóstolos.

S. Paulo faz referência a uma grande coleta realizada pelas igrejas da Macedónia, em favor da igreja de Jerusalém que sofria privações, fruto das perseguições movidas pelos judeus. *«Sou testemunha de que, segundo as suas possibilidades, e até além delas, com toda a espontaneidade e com muita insistência, pediram-nos a graça de participar neste serviço em favor dos santos. E indo além das nossas expectativas, deram-se a si mesmos, primeiro ao Senhor e depois a nós, pela vontade de Deus. Por isso, pedimos a Tito que, tal como a havia começado, levasse a bom termo, entre vós, esta obra de generosidade. Mas, dado que tendes tudo em abundância - fé, dom da palavra, ciência, toda a espécie de zelo e amor que em vós despertámos - cuidai também de sobressair nesta obra de caridade»* (2 Cor 8, 3-7).

A prática da caridade não era uma teoria nem um dado acessório, fazia parte da essência do novo credo que se professava, sendo esse um distintivo positivo diante dos não crentes em Cristo. Como testemunho deste facto, vamos referir-nos a dois escritos da antiguidade, no que se refere a esta temática, um cristão e outro pagão: Tertuliano, com a obra *Apologético*, e o imperador pagão Juliano, com a obra *Contra os galileus*, assim como outros escritos. Muitos outros autores da Patrística afluem com profundidade esta temática; contudo, não pretendendo nós realizar um estudo apurado sobre a ação caritativa na Patrística, mas unicamente propor uma referência clara e concisa sobre a temática, optamos por escolher

estes dois autores, os quais são referidos nas encíclicas papais sobre a ação social da igreja, de um modo concreto pelo Papa Bento XVI⁸⁷.

1 – Igreja nascente: Caridade - prioridade da fé

A igreja nascente concretiza ou não toda a dimensão social contida no evangelho? É o aprofundamento deste dado que pretendemos realizar neste ponto.

1.1- Serviço organizado

Ao iniciarmos o nosso olhar sobre a igreja nascente, citamos duas passagens centrais dos Atos dos Apóstolos, tendo uma sido já referida: *«Todos os que tinham abraçado a fé reuniam-se e punham tudo em comum: vendiam as suas propriedades e bens e dividiam-nos entre todos, segundo as necessidades de cada um. Dia após dia, unânimes, mostravam-se assíduos no Templo e partiam o pão pelas casas, tomando o alimento com alegria e simplicidade de coração. Louvavam a Deus e gozavam da simpatia de todo o povo»* (Act 2, 44-47a); *«A multidão dos que haviam abraçado a fé tinha um só coração e uma só alma. Ninguém considerava exclusivamente seu o que possuía, mas tudo entre eles era comum. Com grande poder os apóstolos davam testemunho da ressurreição do Senhor, e todos tinham grande aceitação. Não havia entre eles necessitado algum. De facto, os que possuíam terrenos ou casas, vendendo-os, traziam os valores das vendas e os depunham aos pés dos apóstolos. Distribuía-mos então, a cada um, segundo a sua necessidade»* (Act 4, 32-35)⁸⁸.

⁸⁷ Cf. *Deus Caritas Est*, 22 (Tertuliano), 24 (Juliano), 31 (Juliano). As referências, de um modo particular a Tertuliano, são feitas noutros documentos e por outros Pontífices, veja-se a título de exemplo a *Rerum Novarum*, 16 (Tertuliano); *Evangelii Nuntiandi*, 21 (Tertuliano) e *Evangelium Vita*, 61 (Tertuliano).

⁸⁸ Cf. *Deus Caritas Est*, 20. Acrescente-se o testemunho da carta a Filémon, onde a relação de escravo-senhor deverá dar lugar à relação de irmão para irmão.

Estas passagens, podendo ser interpretadas como um ideal projetado do que se procura viver, não deixam de ser uma referência muito concreta ao lugar que ocupa a dimensão social neste novo credo. O empenho pela busca do necessário para vivência de todos aparece como dimensão essencial no seio desta nova comunidade. Celebrar a fé é celebrar a fraternidade, é celebrar um mundo novo construído entre os homens. É este modo de proceder que causa admiração, ao ponto de gozarem *de grande aceitação* na sociedade (Act 2, 47).

O cristianismo não surge com um ímpeto de luta política e social, no sentido de derrubar um dado modo de poder ou um dado modo organizativo da sociedade; contudo, encontramos passagens de exigência da transformação social. Ligado a estas passagens, que podem ser conotadas como texto de um ideal projetado, encontramos a instituição do diaconado. Não nos referimos tanto à sua originalidade histórica⁸⁹, mas à concretude da mesma e à índole específica para que foi instituído no seio da comunidade. O diaconado surge precisamente para a comunidade poder continuar a prestar a assistência aos pobres, nomeadamente às viúvas. A comunidade vai crescendo com as novas pessoas que aderem à fé em Cristo, ao ponto de os apóstolos, responsáveis primeiros pela nova comunidade, já não poderem desempenhar todas as tarefas de responsabilidade. Assim, de modo a poder continuar libertos para a pregação, escolhem em comunidade sete diáconos para o serviço das mesas – para o serviço da caridade: *«Naqueles dias, aumentando o número dos discípulos, surgiram murmurações dos helenistas contra os hebreus. Isto porque, diziam aqueles, suas viúvas estavam sendo esquecidas na distribuição diária. Os Doze convocaram então a multidão dos discípulos e disseram: “Não é conveniente que abandonemos a Palavra de Deus para servir às mesas. Procurai, antes, entre vós, irmãos, sete homens de boa reputação, repletos do Espírito e de sabedoria, e nós os encarregaremos desta tarefa. (...) A proposta*

⁸⁹ Para analisar o enquadramento histórico e semântico da palavra, veja-se B. J. KOET, «O diácono “evangelista”. Um díptico sobre o diaconado», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 26 (2009) 245-255.

agradou à multidão. E escolheram (...). Apresentaram-nos aos apóstolos e, tendo orado, impuseram-lhe as mãos» (Act 6, 1-6)⁹⁰.

A diaconia, como instituição, vai-se fortalecer nos primeiros séculos da igreja, aparecendo, no caminhar histórico, o diácono como aquele que ajuda o Bispo na ação caritativa. Não é meramente uma pessoa que tem uma missão de ajudar os pobres, mas alguém (uma estrutura) que «articula» a ação caritativa de toda a comunidade, em prol dos necessitados⁹¹.

Não se trata apenas de uma partilha esporádica e individual; percebe-se claramente que estamos perante um serviço organizado e institucionalizado. Apercebemo-nos que a diaconia «não é um elemento periférico, mas uma dimensão estrutural na definição do ser cristão e missão eclesial. (...) A diaconia não é apenas uma questão de cristãos individuais, mas constitui um elemento estruturante da vida eclesial, ao ponto de se falar de uma “estrutura diaconal” da igreja»⁹². A diaconia aparece como parte integrante do anúncio do evangelho; ela «aparece como espírito de doação, como atitude pessoal de vida que o cristão é chamado a realizar na sua existência quotidiana. (...) A diaconia cristã não é apenas ajuda em situações de necessidade, gestos caritativos em determinadas circunstâncias pontuais, mas ação constante e persistente a todos os níveis para a construção de um mundo mais humano. (...) Não é apenas uma tarefa, uma responsabilidade mais ou menos privada de pessoas e de alguns grupos, mas é, também e decisivamente, agir comunitário com uma necessária dimensão pública. (...) É tarefa a ser vivida, embora de modos diferentes, por todos e por

⁹⁰ Cf. *Deus Caritas Est*, 21.

⁹¹ Cf. H. NORONHA GALVÃO, «Diáconos. Ordenados para o serviço», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 18 (2001), 130-143. O ministério diaconal vai decair com o crescer da igreja no império, sendo muita da assistência caritativa assumida pelas Ordens Religiosas, conforme vão crescendo e diversificando-se. O II Concílio do Vaticano veio reabilitar o diaconado; contudo, encontra-se distante do «carisma» que carregava no início do cristianismo, estando presentemente ligado sobretudo à liturgia e anúncio.

⁹² J. E. BORGES DE PINHO, «Comunhão eclesial e diaconia», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 18 (2001), 119.

cada um dos cristãos»⁹³. Há uma «escola comum» em prol do outro, numa comunhão que ganha vida nas ações e estruturas concretas de diaconia.

As viúvas aparecem com grande destaque entre os necessitados a precisarem de apoio. Não podemos deixar de ter presente que o sustento da casa estava essencialmente confiado ao homem, sendo as lides domésticas atribuídas à mulher. Se o marido morre, como poderá a mulher sustentar-se e sustentar os seus filhos?

Tiago, por seu lado, aflora a questão das desigualdades sociais de um modo muito explícito. Coloca a descoberto o erro social da grande diferenciação na distribuição dos bens. Manifestando o desprezo que os ricos têm para com os pobres, deixa uma mensagem profunda de transformação social. Nas passagens da carta, evidencia-se a acentuação que faz da fé como compromisso social com o irmão.

Afirma-nos Tiago: *«Tornai-vos praticantes da Palavra e não simples ouvintes, enganando-vos a vós mesmos! Com efeito, aquele que ouve a Palavra e não a pratica assemelha-se a um homem que, observando o seu rosto no espelho, se limita a observar-se e vai-se embora, esquecendo-se logo da sua aparência. (...) Se alguém pensa ser religioso, mas não refreia a sua língua, antes se engana a si mesmo, saiba que a sua religião é vã. Com efeito, a religião pura e sem mácula diante de Deus, nosso Pai, consiste nisto: visitar os órfãos e as viúvas nas suas tribulações e guardar-se livre da corrupção do mundo»* (Tg 1, 22-27); *«Meus irmãos, se alguém disser que tem fé, mas não tem obras, que lhe aproveita isso? Acaso a fé poderá salvá-lo? Se um irmão ou uma irmã não tiverem o que vestir e lhes faltar o necessário para a subsistência de cada dia, e alguém dentre vós lhe disser: “Ide em paz, aquecei-vos e saciai-vos”, e não lhes der o necessário para a sua manutenção, que proveito*

⁹³ J. E. BORGES DE PINHO, *Ibid.*, 122-124. Ver uma obra relevante acerca da caridade e diaconia na igreja primitiva - U. FALESIEDI, *Le Diaconie: I servizi assistenziali nella Chiesa antica*, Instituto Patristico Augustinianum, Roma, 1995. Aqui se faz uma profunda investigação sobre a dimensão caritativa no judaísmo, na mensagem evangélica e no início do cristianismo.

haverá nisso? Assim também a fé, se não tiver obras, está morta no seu isolamento» (Tg 2, 14-17).

Volta a acentuar a dimensão prática da fé na ajuda aos necessitados, às vítimas da sociedade, não podendo o crente ficar alheio ao que o rodeia. A religião cristã coloca o acento da credibilidade da fé nas obras sociais que origina, na atenção que o crente dá aos outros.

1.2- Tertuliano – Cristãos: os mais solidários

Perante as muitas acusações infundadas feitas aos cristãos, Tertuliano defende-se, no capítulo XXXIX do *Apologético*, dizendo que a comunidade se congrega e se reúne, não para planear o mal, mas para o bem: rezar, ler o texto sagrado e, como é referido explicitamente, colocar tudo em comum. Os cristãos formam uma verdadeira comunidade de bem e amor, reunida em Cristo.

Relativamente à «arca comum» existente nas celebrações, lá se colocam ofertas, num espírito de generosidade espontânea e voluntária. «Cada um lá coloca uma módica contribuição, num dado dia de cada mês ou quando cada um quiser, e só se quiser e puder. Porque ninguém é a isso obrigado, mas é de sua espontânea vontade que o faz. São como que depósitos de piedade. De facto, não se lhe recorre para malbaratar em comezainas e bebedeiras, nem em tascas de mau gosto; mas sim para dar sustento e sepultura aos necessitados, para valer a órfãos sem meios de fortuna, aos servidores domésticos na sua velhice, como também aos náufragos... E aqueles que sofrem perseguição nas minas, nas ilhas de degredo, nas prisões, contando que seja por causa da lei de Deus, tornam-se pupilos a cargo da sua Confissão [cristãos que sofrem a prisão ou outras penas por fidelidade à fé mas (ainda) não deram dela o sumo testemunho (“martírio”)]»⁹⁴.

⁹⁴ Q. S. F. TERTULIANO, *Ibid.*, 461-463, nºs 5-6, nota 469.

A marca dos cristãos «é sobretudo esta diligência da caridade. (...) “Olha”, dizem eles, “como eles se amam uns aos outros!” (...) “E como estão preparados a morrer uns pelos outros”»⁹⁵. O amor e a fraternidade dos primeiros cristãos estão entre os valores reconhecidos no exterior, ainda que o maldizer tente apontar outros fins a tal comunhão. «Nós que já por uma só alma e um só coração nos achamos intimamente unidos, não hesitamos em pôr em comum algum bem. Tudo está indistintamente ao dispor de todos. Tudo menos as esposas»⁹⁶.

Perante a acusação de que as receitas dos templos pagãos diminuem, é dito com ironia: «É verdade (vós o dizeis) que as contribuições dos templos baixam de dia para dia. Quantos ainda hoje lhes lançam a sua moeda?... O problema é que não chegamos para levar socorro, ao mesmo tempo, aos homens e aos vossos deuses necessitados. Nem nós achamos que não se deva distribuir esmolas senão a quem no-lo peça. Mas está bem; estenda também Júpiter a mão para receber a sua parte, já que, entretanto, gasta mais a nossa misericórdia de bairro em bairro do que de templo em templo a vossa religiosidade»⁹⁷.

Estes pequenos excertos do *Apologético* manifestam claramente como a caridade constituía uma realidade intrínseca da comunidade cristã. Não se trata de algo momentâneo e esporádico, mas de um esforço continuado, para que não haja necessitados no seu meio.

1.3- Juliano - Cristãos: exemplo social para os pagãos

O imperador Juliano empreendeu um enorme esforço para que o paganismo voltasse a reinar no império. Essencial nesse esforço foi a obra *Contra os Galileus*, na qual procura «desmistificar» o cristianismo e mostrar a superioridade do paganismo. No meio de todo esse esforço, encontramos nos seus escritos uma clara valorização da ação caritativa do cristianismo.

⁹⁵ *Id., Ibid.*, 463, n° 7.

⁹⁶ *Id., Ibid.*, 467, n° 11.

⁹⁷ *Id., Ibid.*, 495-497, n° 8.

Bento XVI refere Juliano nos seguintes termos: «Uma alusão merece a figura do imperador Juliano o Apóstata († 363), porque demonstra uma vez mais quão essencial era para a igreja dos primeiros séculos a caridade organizada e praticada. Criança de seis anos, Juliano assistira ao assassinio de seu pai, de seu irmão e doutros familiares pelas guardas do palácio imperial; esta brutalidade atribuiu-a ele – com razão ou sem ela – ao imperador Constâncio, que se fazia passar por um grande cristão. Em consequência disso, a fé cristã acabou desacreditada a seus olhos»⁹⁸.

Deste modo, quando chega a imperador, «decide restaurar o paganismo, a antiga religião romana, mas ao mesmo tempo reformá-lo, para se tornar realmente a força propulsora do império. Para isso, inspirou-se largamente no cristianismo. Instauro uma hierarquia de metropolitas e sacerdotes. Estes deviam promover o amor a Deus e ao próximo. Numa das suas cartas, escrevera que o único aspeto do cristianismo que o maravilhava era a atividade caritativa da igreja. Por isso, considerou determinante para o seu novo paganismo fazer surgir, a par do sistema de caridade da igreja, uma atividade equivalente na sua religião. Os “Galileus” – dizia ele – tinham conquistado assim a sua popularidade. Havia que imitá-los, senão mesmo superá-los. Deste modo, o imperador confirmava que a caridade era uma característica decisiva da comunidade cristã, da igreja»⁹⁹.

Nas cartas escritas em Antioquia, Juliano dirige um forte apelo à caridade dos sacerdotes pagãos: «Há que praticar, portanto, antes de tudo a filantropia, pois a ela se seguem muitos outros bens e sobretudo o mais excelente e maior, a benevolência dos deuses. (...) A filantropia é múltipla e diversa»¹⁰⁰. É necessário «compartilhar, pois, os bens com os homens, mas com os bons de forma mais liberal, e com os de falta de recursos e os pobres o que baste para a sua necessidade; eu afirmo inclusive (...) que seria santo também vestir e alimentar os inimigos, porque damos ao ser humano e não a um caráter determinado. Por isso creio que

⁹⁸ *Deus Caritas Est*, 24.

⁹⁹ *Id.*, *Ibid.*

¹⁰⁰ JULIANO, *Contra los Galileus. Cartas y fragmentos. Testimonios. Leyes*, 140.

este cuidado se deve estender também aos que estão no cárcere»¹⁰¹. Claramente a filantropia, a partilha e a ajuda aos homens é um bem primeiro, sem o qual o benefício dos deuses não acontecerá, sendo esta ação destinada não apenas ao merecedor, mas a todos, mesmo aos inimigos. Juliano não deixa de aflorar a habitual imputação da culpa da pobreza aos deuses ou de lhes atribuir a solução a encontrar («fazer chover ouro»)¹⁰², já que tal é uma desculpa para a não ação em prol dos outros, um pretexto para não partilhar.

Este cuidado com os pobres é apontado como «estratégia» utilizada pelos ímpios galileus – entenda-se cristãos – para conquistar as pessoas para a sua crença. «Sucedeu, creio, que os pobres, desprezados pelos sacerdotes [pagãos], não receberam a atenção, e os ímpios galileus, compreendendo-o, se entregaram a esta filantropia e reforçaram-se por a colocar em prática sob a aparência das suas práticas. Assim como os meninos enganados por um pastel, (...) os convencem a segui-los»¹⁰³. Qualifica a realidade caritativa do cristianismo primitivo, nos seguintes termos: «eles chamam ágape, hospitalidade e serviço das mesas, pois entre eles a ação é tão variada como o seu nome»¹⁰⁴. É esta dimensão que fez o número dos «ateus» (cristãos) crescer.

Juliano cataloga os cristãos como os ímpios e os ateus, sendo não crentes nos deuses do paganismo. Este homem, do poder e da escrita, manifesta com clareza a importância que a caridade ocupava no seio da cristandade, o reconhecimento que tal «atividade» merece por parte da sociedade e como está convencido que os sacerdotes dos deuses pagãos, só devotando tal atenção aos carenciados poderão trazer de volta ao paganismo os crentes na nova religião. Estamos diante de um testemunho que não poderemos menosprezar, até pelo facto de ter vindo de alguém que luta contra o cristianismo. Este reconhecimento aclara a importância da filantropia e da caridade no seio da nova crença.

¹⁰¹ *Id., Ibid.*, 141-142.

¹⁰² *Cf. Id., Ibid.*, 141.

¹⁰³ *Id., Ibid.*, 156.

¹⁰⁴ *Id., Ibid.*, 156.

2 – Crescente ação solidária

O passar dos séculos não diminui, pelo contrário, veio acentuar a tônica social do cristianismo. S. Basílio, bispo de Cesareia, na segunda metade do século IV, manifesta uma profunda inquietação pela desigualdade na distribuição dos bens (manifestando-se contra a acumulação de riqueza nas mãos de poucos) e demonstra preocupação pelo cuidado dos pobres, com a construção de um hospício para eles¹⁰⁵. «A criação de estruturas para acolhimento dos pobres, tratamento dos enfermos, hospitalidade para com os estrangeiros, constitui um dos traços visíveis da imagem da igreja do séc. IV. A condição privilegiada que a igreja ia adquirindo, no interior do Império romano, permitia-lhe traduzir em estruturas de considerável relevância o cuidado com os pobres, que lhe era inato por causa do evangelho»¹⁰⁶.

Toda a ação caritativa da igreja, que se prolonga e cresce ao longo dos séculos, encontra uma contextualização social, nos séculos XV a XVIII, que importa referir: «numa sociedade feudal e rural, os marginais eram tolerados e sustentados, mas cada vez mais vão ser percebidos como perigosos e inquietantes. (...) A figura do pobre degrada-se com a emergência de uma sociedade do lucro; o pobre é um ocioso, quer dizer um parasita, ou então uma força de produção (barata) desempregada, o que é inaceitável na teoria mercantilista. (...) O mais seguro paliativo é então punir a vagabundagem e pôr a trabalhar aqueles que são fisicamente capazes. (...) Começam a emergir categorias de pobres e de pobreza: os pobres

¹⁰⁵ Cf. G. LAITI, «São Basílio e a prática da caridade», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 26 (2009) 157-164. O artigo aprofunda o tema da caridade no tempo de São Basílio, procurando alicerçar a reflexão nos discursos de Basílio e Gregório de Nazianzo e nos escritos do historiador Hermas Sozomeno.

¹⁰⁶ G. LAITI, «São Basílio e a prática da caridade», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 26 (2009) 158.

“dignos” ou “envergonhados”, por exemplo, deviam ser melhor tratados que os outros»¹⁰⁷. A caridade pessoal, que era positivamente avaliada, passa a ser negativamente enquadrada, até proibida¹⁰⁸. A igreja acompanha esta situação de combate à mendicidade e leva a efeito a edificação de «novos hospícios para indigentes ou para pessoas idosas, de casas de correção, de hospitais e outras instituições desse tipo. (...) A caridade individual não foi suprimida: está orientada para uma caridade institucionalizada, que repõe a ordem numa sociedade em agitação»¹⁰⁹. A «esmola é rentabilizada»; é não dada só para tirar a fome, mas pretende-se que com ela, em estruturas organizadas, se insiram as pessoas na sociedade, de modo a atingirem outro patamar social, não ficando eternamente a mendigar. S. Vicente de Paulo é um marco incontornável desta época, pela estratégia e conteúdo dos «grupos de ação social» que criou.

Os séculos XIX e XX originaram para a sociedade uma nova situação: a industrialização. Com ela surge toda a problemática do proletariado. A nova situação obriga a sociedade a refletir, de modo a encontrar modelos sociais que congreguem sadiamente o florescimento económico com a questão operária. Se é verdade que «o intransigentismo católico dominante no séc. XIX não é meigo com o socialismo, mas é também fortemente hostil com o liberalismo económico desenfreado; o certo é que há mais operários cristãos do que se dizia. Por altura das greves de 1936 e na Resistência, operários comunistas, socialistas e cristãos estão mais lado a lado do que em confronto»¹¹⁰. A igreja toma parte na defesa dos direitos dos operários, surgindo as encíclicas sociais, a partir do «lançamento», por Leão XIII, da *Rerum Novarum*, adquirindo a ação social da igreja uma nova intervenção e um novo quadro de reflexão. É neste período que surge o «estado providência», o qual se poderia

¹⁰⁷ J-R ARMOGATHE, «Da esmola à assistência secs. XV-XVIII», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 26 (2009) 166. B. GEREMEK, na obra, *A Piedade e a Força. História da Miséria e da Caridade na Europa*, Terramar, Lisboa, 1986, reflete a questão da pobreza essencialmente na Idade Média e o seu caminho para a Modernidade. É rica a obra na apresentação dos aspetos benignos e maléficos com que a pobreza era ou é olhada. Também se encontra as diferentes atitudes perante a pobreza, nomeadamente a preocupação moderna com o «Terceiro Mundo».

¹⁰⁸ Cf. J-R ARMOGATHE, *Ibid.*, 167.

¹⁰⁹ *Id.*, *Ibid.*, 167.

¹¹⁰ Y-M HILAIRE, «A caridade à prova dos factos secs. XIX-XX», in *Communio. Revista Internacional Católica* 26 (2009) 172.

pensar que tornaria supérflua a caridade; contudo, constatou-se um novo impulso de ações e obras sociais e caritativas pioneiras, sendo de destacar, no meio das imensas iniciativas, a *Ajuda à Igreja que Sofre* (1947), o *Comité Católico Contra a Fome e para o Desenvolvimento* (1962), a *Delegação Católica para a Cooperação* (1967), *participação de cristãos na criação da Amnistia Internacional* (1961), a *Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura* (1974), *todos os movimentos ligados à LOC – Liga Operária Católica, a ação imensa da Caritas Internacional e da Ordem de Malta*¹¹¹.

III – CRISTIANISMO: REABILITAÇÃO DA VÍTIMA

Tendo aprofundado o lugar da religião como autora de uma determinada narrativa na sociedade, o enfoque centra-se agora na religião, muito concretamente no cristianismo, enquanto defensora das vítimas da sociedade. Olhando as sociedades, percebemos que nelas se produzem excluídos e discriminados, independentemente das razões que conduzem a isso. Para aprofundarmos esta questão, apreciamos a relação entre a religião e a violência, de um modo particular, a postura do cristianismo perante as vítimas que são originados pela violência¹¹².

René Girard constata que «os nossos sábios e os nossos eruditos esperam, desde há séculos, o desaparecimento do cristianismo e, pela primeira vez, ousam afirmar que chegou a hora. Entrámos, afirmam com solenidade, ainda que de um modo pouco insípido, na fase pós-cristã da história humana»¹¹³. Indica René Girard que este pensamento se alimenta do comparativismo com tendência igualitária entre as religiões, concebendo-as como produtoras

¹¹¹ Cf. *Id., Ibid.*, 174-175.

¹¹² Esta recolha de informação e reflexão tem como base o pensamento de R. GIRARD exposto na obra *Eu via Satanás cair do Céu como um raio*, já apresentada.

¹¹³ R. GIRARD, *Ibid.*, 11.

de violência. Afirma-se mesmo que «a crise do religioso é, realmente, um dado fundamental do nosso tempo. Para se lhe encontrar o começo é preciso remontar à unificação do planeta, às Grandes Descobertas, talvez mais atrás ainda, a tudo o que impele a inteligência humana para as comparações»¹¹⁴.

Com a teoria do desejo mimético e do mecanismo vitimatório – a imitação que origina sentimentos de rivalidade e de inveja, descarregando-se toda a «rivalidade» numa dada vítima, a qual se torna fonte de pacificação da comunidade pelo despejar das tensões, seguindo-se a divinização da mesma –, René Girard apresenta a forma como a violência ocorre e como a religião aí se enquadra. Muitos comparativistas anticristãos igualam a bíblia aos relatos de outros mitos e religiões tribais. Para «fugir» a esta comparação, alguns teólogos, de um modo paradigmático Bultmann, fazem um esforço de desmitificação, procurando retirar tudo que se assemelhe à mitologia. Contudo, este esforço, levado ao limite, pode aniquilar o cristianismo¹¹⁵. Importa encontrar um outro ponto que alavanque para uma verdade presente nos evangelhos. Aqui encontraremos a originalidade de René Girard.

O erro não está na comparação, está no único propósito que os etnólogos antirreligiosos tiveram com este princípio. «Devido à sua hostilidade ao cristianismo, estes investigadores baseavam-se exclusivamente nos mitos. Tratavam os mitos como objetos conhecidos, aos quais se esforçavam por reduzir os evangelhos supostamente desconhecidos (...). Este método pressupunha um domínio da mitologia que, na realidade, estes etnólogos não possuíam. (...) Para não voltar a cair-se nesse impasse, há que voltar atrás e partir da bíblia e dos evangelhos»¹¹⁶.

Importa assinalar uma diferença importante: «Os relatos bíblicos e evangélicos distinguem-se dos relatos míticos tão radical e decisivamente quanto possível. Os relatos míticos retratam as vítimas da violência coletiva como culpados. São simplesmente falsos,

¹¹⁴ *Id., Ibid., 12.*

¹¹⁵ *Cf. Id., Ibid., 13.*

¹¹⁶ *Id., Ibid., 15.*

ilusórios, mentirosos. Os relatos bíblicos e evangélicos retratam estas mesmas vítimas como inocentes. São essencialmente exatos, fiáveis e verídicos»¹¹⁷. Verifica-se «que a divindade dos heróis míticos resulta da ocultação violenta da violência, a divindade que se atribui a Cristo funda-se na força reveladora das suas palavras e, sobretudo, da sua morte livremente consentida, que torna manifesta, não só a sua própria inocência, mas também a de todos os “bodes expiatórios” do mesmo tipo»¹¹⁸.

Podemos dizer que esta obra de R. Girard contém uma marca clara de antropologia do religioso. Não se trata de teologia em sentido explícito. Debatendo com pensadores «seculares», de um modo particular com etnólogos, René Girard visa uma demonstração, não como as antigas apologéticas (não se trata da demonstração das provas da existência de Deus), mas sim a de que os textos bíblicos, especialmente os evangelhos, revelam a verdadeira natureza do desejo humano, contrariamente aos mitos antigos.

Convém situar o pensamento do autor com as suas próprias palavras: «O presente livro constitui (...) uma apologia do cristianismo. Longe de dissimular este aspeto, reivindicoo sem hesitar. Esta defesa “antropológica” do cristianismo nada tem a ver, seguramente, nem com as “velhas provas da existência de Deus”, nem com o “argumento ontológico”, nem com o sobressalto “existencial” que abalou com brevidade a inércia espiritual do século XX. Todas estas coisas são excelentes no seu tempo e espaço, mas, do ponto de vista cristão, apresentam o grande inconveniente de não ter qualquer relação com a Cruz. (...) Longe de estar para sempre fora de moda e ultrapassada, a religião da Cruz, na sua integridade, é uma valiosa pérola cuja aquisição justifica mais que nunca o sacrifício de tudo o que possuímos»¹¹⁹.

Acompanhemos o caminho reflexivo de Girard, desde o mecanismo vitimatório à recuperação da vítima.

¹¹⁷ *Id., Ibid.*, 17.

¹¹⁸ *Id., Ibid.*, 18.

¹¹⁹ *Id., Ibid.*, 19.

A – Proibição do desejo da inveja

O princípio central que é tido na análise de Girard é de que é necessário proibir tudo que de mal se possa fazer ao outro. No Decálogo, olhando o sexto, sétimo, oitavo e nono mandamentos, vemos a proibição da violência, por ordem de gravidade: *Não matarás, Não cometerás adultério, Não roubarás, Não dirás falso testemunho contra o próximo*. No décimo, encontramos um que engloba os anteriores «pela extensão e objeto: em vez de proibir uma *ação*, proíbe um *desejo*: “Não desejarás a casa do teu próximo. Não desejarás a mulher do teu próximo, o seu servo, a sua serva, o seu boi, o seu burro, e tudo o que é do teu próximo” (Ex 20, 17)»¹²⁰.

No quadro da modernidade, esbarramo-nos com a negatividade perante qualquer proibição, afirmando-se que é «proibido proibir»; contudo, se o desejo dos bens do próximo, em vez de proibido, fosse tolerado e encorajado, a «guerra seria perpétua no seio de todos os grupos humanos (...). A porta ficaria amplamente aberta ao famoso pesadelo de Thomas Hobbes, *a luta de todos contra todos*»¹²¹. Note-se o que acontece com duas crianças ou adultos quando disputam alguma coisa, ainda que insignificante; como uma vai querer o que a outra tem, ainda que tenha algo igual, pelo simples facto de a outra ter. A cobiça produz a rivalidade e esta conduz à desordem, podendo levar ao fim da sobrevivência das comunidades; como tal, é preciso pôr cobro a isto. «O legislador que proíbe o desejo dos bens do próximo esforça-se por resolver o problema número um de qualquer comunidade humana: a violência interna»¹²².

Pretendendo os homens manter a paz entre si, «há que definir a proibição em função desta atroz constatação: o próximo é o modelo dos nossos desejos. É a isto que chamo o

¹²⁰ *Id., Ibid., 23.*

¹²¹ *Id., Ibid., 24.*

¹²² *Id., Ibid., 25.*

desejo mimético. O objeto que desejo segundo o exemplo do meu próximo, pretende ele conservá-lo para seu próprio uso e não abrirá mão dele sem luta. O meu desejo será contrariado, mas, em vez de se resignar e se virar para outro objeto, vai, nove vezes em dez, insurgir-se e reforçar-se, imitando mais que nunca o desejo do seu modelo. (...) A imitação do desejo do próximo gera rivalidade, esta, por sua vez, gera a outra»¹²³.

Com este desejo mimético, surge o rival. Ao imitar o desejo do meu rival (imito-o, desejando o que ele deseja e tem), estou a reforçar o seu desejo, já que dou razões para ele ter o que tem. Este processo de desejo mimético afirma em última análise «a idolatria do próximo [endeusamos do que o outro tem, por isso desejamos], que está forçosamente associada à nossa própria idolatria, mas com a qual não se consegue viver em harmonia. Os inextricáveis conflitos que resultam da nossa dupla idolatria são a principal fonte da violência humana. Estamos tanto mais destinados a dedicar ao nosso próximo uma adoração que se transforma em ódio. (...) É para pôr fim a tudo isto que o Levítico contém o famoso mandamento: “Ama o teu próximo *como* a ti mesmo”, ou seja, não o ames nem mais nem menos do que a ti mesmo»¹²⁴. As rivalidades miméticas vão acumulando tensão, podendo se tornarem «de tal modo intensas que os rivais se desconsideram reciprocamente, roubam os bens um do outro, subornam as respectivas mulheres e, finalmente, não recuam sequer perante o assassinio. (...) Se deixássemos de desejar os bens do próximo, nunca nos tornaríamos culpados de assassinio, nem de adultério, nem de roubo, nem de falso testemunho. Se o décimo mandamento fosse respeitado, tornaria supérfluos os quatro que o precedem»¹²⁵. Da proibição específica da violência, vai-se à causa delas todas: o desejo inspirado pelo próximo.

Surge aqui o paradoxo: quanto mais se agrava o antagonismo entre duas pessoas, cada vez se parecem mais um com o outro: «a inveja, o ciúme e o ódio uniformizam aqueles que opõem, mas no nosso mundo estas paixões recusam ser pensadas em função das

¹²³ *Id., Ibid., 26.*

¹²⁴ *Id., Ibid., 27-28.*

¹²⁵ *Id., Ibid., 28.*

semelhanças e das identidades que não param de gerar. Só têm ouvidos para a celebração enganosa das diferenças (...), não que as diferenças reais sejam maiores, mas porque desaparecem»¹²⁶.

Os evangelhos causam uma revolução em torno desta temática. Com Jesus, ultrapassa-se o registo da proibição como meio para se impedir a violência; em vez de se proibir coisas e o próprio desejo causador de rivalidade, apresenta-se um novo modelo a imitar: o próprio Jesus. Recomenda-se que o imitemos, não por narcisismo, mas como único caminho para nos afastarmos das rivalidades miméticas. «O que Jesus nos convida a imitar é o seu próprio *desejo*, é o impulso que o guia a ele, Jesus, em direção ao objetivo que fixou para si: parecer-se quanto possível com Deus Pai. (...) Jesus não pretende possuir um desejo próprio, um desejo “muito seu”. (...) O seu propósito é tornar-se *imagem* perfeita de Deus»¹²⁷.

Mais do que se proibir o próprio desejo, produtor das rivalidades miméticas, apresenta-se um novo mimetismo, baseado não no seu desejo, mas no do Pai, em que Jesus é o modelo a ser imitado. Temos de imitar por natureza, somos imitadores desde sempre, então imitemos o modelo correto.

Olhando para toda a reflexão em torno do desejo mimético, poderíamos dizer que ele é mau; contudo somos levados a afirmar o contrário, que é intrinsecamente bom, já que nos permite viver como seres humanos, dado sermos seres despidos de um instinto animal que nos guia. É o desejo mimético que nos permite aprender a linguagem, a cultura, viver em sociedade. Deste modo, fulcral é reconduzi-lo, não na direção da rivalidade, mas na direção do modelo certo: Jesus¹²⁸. Imitámos e não vivemos sem imitar, importa que imitemos o modelo correto.

Não existindo «determinismo científico» para o desenrolar do processo violento, R. Girard coloca o escândalo, de que fala Cristo nos evangelhos, como o «motor de ignição» do

¹²⁶ *Id., Ibid.*, 29.

¹²⁷ *Id., Ibid.*, 30.

¹²⁸ Cf. *Id., Ibid.*, 32-34.

mecanismo mimético: os «rivais miméticos que, ao proibirem-se mutuamente o objeto que invejam, reforçam cada vez mais o seu duplo desejo»¹²⁹. Há algo que nos escandaliza e é esse escândalo que nos faz crescer no desejo mimético, despoletando toda a rivalidade.

B – Ignição da Rivalidade

O despoletar da rivalidade é muito importante. Iniciado o processo da rivalidade violenta, por imitação, todos participaram do processo. Biblicamente, Satanás incorpora o despoletar e desenrolar deste processo. Ele aparece na Sagrada Escritura como o sedutor e aquele que deseja ser imitado. Apresenta-se como modelo a ser imitado, a ser desejado, o que incorpora o escândalo crescente, conduzindo à desordem e desarmonia. O próprio Jesus, dialogando com Pedro, apresenta Satanás nesta ótica: «*Afasta-te de mim, Satanás, porque és para mim um escândalo*» (Mt 16,23). Jesus tenta levá-lo a perceber que o modelo a imitar é Jesus; por sua vez, Pedro convida Jesus a tomá-lo por modelo do seu desejo. Cedência que Jesus não consente¹³⁰.

No evangelho de S. João está presente a mesma mensagem, colocando o diabo como a incorporação da mentira e assassínio: «*Se Deus fosse vosso Pai, ter-me-íeis amor, pois é de Deus que Eu saí e vim. Não vim de mim próprio, mas foi Ele que me enviou. Porque não entendeis a minha linguagem? Porque não podeis ouvir a minha palavra? Vós tendes por pai o diabo, e quereis realizar os desejos do vosso pai. Ele foi assassino desde o princípio, e não esteve pela verdade, porque nele não há verdade. Quando fala mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira*» (Jo 8,42-44).

¹²⁹ *Id., Ibid., 34.*

¹³⁰ *Cf. Id., Ibid., 53-55.*

Olhemos a pergunta/resposta de Jesus, nesta dinâmica: «*Como é que Satanás expulsa Satanás?*» (Cf. Mc 3, 23-26). Na verdade, Satanás, se criasse só escândalo e desordem, levaria à destruição de tudo, da humanidade: acabava o seu divertimento. Se fosse puramente destruidor, há muito que tinha perdido o seu domínio. Só que Satanás é o mimetismo que persuade a comunidade inteira da real culpabilidade que vai ser desencadeada sobre uma vítima que se aniquila. Tendo como alvo do desejo apenas um a quem se odeia, o qual se vai matar, a comunidade sente-se purificada das tensões, divisões e fragmentações. Assim, o *todos-contra-um* mimético ou *mecanismo vitimário* tem a mestria espantosa de restituir a calma e a harmonia, prevenindo a destruição total, iniciando-se depois um novo ciclo¹³¹. É o traduzir da violência que Aristóteles qualificara de *catártica*¹³². *Satanás contra Satanás* traduz a violência centrada num, como forma de se contrariar a violência generalizada, para se poder perpetuar o ciclo da rivalidade violenta.

René Girard desvia-se das preocupações teológicas da figura de Satanás e do Diabo e, unicamente à luz da sua teoria, situa-os como representação da rivalidade violenta, que caminha pela mentira e conduz ao assassínio. A «pessoalidade» bíblica de Satanás é justificada «porque representa a consequência principal dos mecanismos vitimatórios, a emergência de uma falsa transcendência e as numerosas divindades que representa; Satanás é sempre *alguém*»¹³³.

A violência desencadeada contra alguém vai crescer, espalhando-se por contágio, até atingir o auge, para depois tudo voltar à tranquilidade, sendo que novo processo violento se vai iniciar. As vítimas vão «carregar» a culpa de todos os males, e esta vítima sobre a qual se carrega a culpa geral, também, após a morte e apaziguamento da comunidade, vai «carregar» a bonança que se abateu sobre a comunidade, sendo por isso transformado em deus.

¹³¹ Cf. *Id., Ibid.*, 56-57.

¹³² Cf. *Id., Ibid.*, 59.

¹³³ *Id., Ibid.*, 68.

No capítulo IV da obra em análise¹³⁴, é tratado o milagre de Apolônio de Tiana, do qual importa ter presente as partes centrais. A comunidade de Éfeso estava atormentada por uma epidemia de que, apesar dos muitos remédios, não se conseguia livrar, de modo que pediram a Apolônio, com fama de poderes sobrenaturais, para os curar.

«Hoje mesmo, vou pôr fim à epidemia que vos oprime». Com estas palavras, conduziu o povo inteiro ao teatro, onde se erguia uma imagem do deus protetor. Aí, viu uma espécie de mendigo que piscava os olhos como se fosse cego e que trazia uma bolsa que continha uma côdea de pão. O homem, vestido de farrapos, tinha qualquer coisa de repugnante. Enquanto dispunha os efésios à volta deste, Apolônio disse-lhes: “Apanhem tantas pedras quanto possam e atirem-nas a este inimigo dos deuses”. Os efésios perguntaram-se que pretendia ele com aquilo. Escandalizavam-se com a ideia de matarem um desconhecido manifestamente miserável, que lhes rogava e suplicava que tivessem piedade dele. Insistindo, Apolônio impelia os efésios a atirarem contra ele. (...)

Quando alguns deles seguiram o conselho e se puseram a tirar pedras ao mendigo, este, cujos olhos pestanejantes o faziam parecer cego, lançou-lhes subitamente um olhar penetrante e mostrou-lhes os olhos cheios de fogo. Os efésios compreenderam então que enfrentavam um demónio e apedrejaram-no com tanta vontade que as pedras formaram um grande túmulo à volta do seu corpo.

Após um breve momento, Apolônio convidou-os a retirarem as pedras e a verem o animal selvagem que tinham matado. (...) Não se tratava de um mendigo. No seu lugar, havia um animal que parecia um molosso, mas tão grande quanto o maior dos leões. (...) Atendendo a isto, ergueu-se a estátua do deus protetor, Hércules, no mesmo sítio onde o mau espírito havia sido expulso»¹³⁵.

¹³⁴ Cf. *Id., Ibid.*, 71-84.

¹³⁵ *Id., Ibid.*, 71-72.

Aqui verificamos como a violência se centra numa vida humana, pelo processo da mentira, sendo a morte da vítima a conquista da cura, da paz para a comunidade. Não podemos esquecer que a peste é símbolo das rivalidades violentas que existem na comunidade e a ameaçam destruir. Inicialmente ninguém quer atirar a primeira pedra, já que não parece fazer sentido matar um mendigo indefeso. Para ultrapassar esta barreira usa-se a mentira – *é um inimigo dos deuses*. Iniciado o apedrejamento, todos comungam da violência, e passam a ver, não o ser indefeso, mas a encarnação da mentira que foi apresentada, encontrando-se perante um demónio. Terminado o processo, a peste desaparece, voltando a harmonia à comunidade, ergue-se ali uma estátua ao deus da cidade, criando-se um centro de culto, como gratidão pela paz reencontrada.

A ignição da violência – atirar a primeira pedra – é central para que ela se generalize. Fixemo-nos na passagem paralela de Jesus, quando colocado diante do apedrejamento da mulher adúltera.

«Os doutores da Lei e os fariseus trouxeram-lhe certa mulher apanhada em adultério, colocaram-na no meio e disseram-lhe: “Mestre, esta mulher foi apanhada a pecar em flagrante adultério. Moisés, na Lei, mandou-nos matar à pedrada tais mulheres. E Tu que dizes?” Faziam-lhe esta pergunta para o fazerem cair numa armadilha e terem de que o acusar. Mas Jesus, inclinando-se para o chão, pôs-se a escrever com o dedo na terra. Como insistissem em interrogá-lo, ergueu-se e disse-lhes: “Quem de vós estiver sem pecado atire-lhe a primeira pedra!” E, inclinando-se novamente para o chão, continuou a escrever na terra. Ao ouvirem isto, foram saindo um a um, a começar pelos mais velhos, e ficou só Jesus e a mulher que estava no meio deles. Então, Jesus ergueu-se e perguntou-lhe: “Mulher, onde estão eles? Ninguém te condenou”? Ela respondeu: “Ninguém, Senhor”. Disse-lhe Jesus: “Também Eu não te condeno. Vai e de agora em diante não tornes a pecar”» (Jo 8, 3-11).

A multidão já está «possuída» pela rivalidade violenta, pronta para apedrejar a vítima. Jesus tem uma atitude totalmente oposta à de Apolônio: se este foi o impulsionador para o início do apedrejamento, Jesus vai desarmar a armadilha da violência. Não olha nos olhos – escreve no chão, mostrando que não se encontra ao nível da rivalidade, mas fá-los olhar interiormente: «*Quem de vós estiver sem pecado atire-lhe a primeira pedra!*». Todos saíram sem apedrejar, tendo a situação terminado pacificamente. O grande problema é atirar a primeira pedra, já que depois da primeira lançada outras se seguiriam; por isso a grande conquista é conseguir impedir o primeiro lançamento. O relato bíblico distancia-se dos mitos arcaicos, colocando-se na linha da pacificação e claramente nos antípodas da rivalidade.

Chegamos à profunda antropologia da cruz, na qual se revela quem é o Homem, e, em Jesus, o modelo correto a ser imitado, de modo a quebrar-se o ciclo mimético da violência. «O ciclo mimético é verdadeiramente encerrado, o círculo é, de facto, fechado, pois o mecanismo vitimatório está definido de modo explícito»¹³⁶.

C – Distintivo do cristianismo

A bíblia apresenta-se com uma «consistência» específica na mensagem que revela, sendo Cristo o auge, na originalidade ali presente. No Antigo Testamento «a crise mimética e a morte coletiva da vítima estão presentes, mas não o terceiro momento do ciclo: a epifania religiosa, a ressurreição que revela a divindade da vítima. Apenas os dois primeiros do ciclo estão presentes (...) na bíblia hebraica. (...) As vítimas nunca aí ressuscitam: nunca há Deus vitimado, nem vítima divinizada»¹³⁷.

¹³⁶ *Id., Ibid.*, 68.

¹³⁷ *Id., Ibid.*, 139.

Girard analisa, em comparação, dois textos: a história de José do Egito na bíblia e o mito de Édipo. Ambos os relatos referem a crise e a violência coletiva. Começam com a narrativa das respectivas infâncias, altura em que se gera a crise no seio familiar, até ao limite de as personagens centrais serem banidas das respectivas famílias. «No mito, é um oráculo que precipita a crise entre os pais e o filho recém-nascido. A voz divina anuncia que Édipo, mais cedo ou mais tarde, matará o seu pai e casará com a mãe. Tomados pelo pavor, Laio e Jocasta decidiram matar o filho. Édipo escapa por pouco à morte, mas faz-se expulsar pela própria família. No relato bíblico, é a inveja dos dez irmãos que faz desencadear a crise. O ponto de partida é diferente, mas o resultado é o mesmo. Os dez irmãos querem matar José, mas, por fim, vendem-no como escravo a uma caravana de partida para o Egito. Em suma, exatamente como Édipo, José escapa por pouco à morte e é expulso pela própria família»¹³⁸. Ambos, em terra estrangeira, vão alcançar êxito, utilizando o mesmo talento: «decifração dos enigmas»¹³⁹.

Em redor de tanta semelhança, importa reter uma diferença fundamental: a violência em Édipo parece justificada enquanto em José não. «No mito, as expulsões do herói são sempre justificadas. No relato bíblico, isso nunca acontece. A violência coletiva é injustificada. (...) No mito, a vítima está sempre errada e os seus perseguidores têm sempre razão. Na bíblia dá-se o inverso: José tem razão uma primeira vez contra os irmãos e duas vezes seguidas contra os egípcios que o prendem. Tem razão contra a esposa lúbrica que o acusa de ter querido violá-la. (...) Não só José não dormiu com Putifar, como resistiu heroicamente à sua sedução»¹⁴⁰.

Édipo aparece como responsável pela peste, não tendo outra solução senão a de se deixar expulsar. Tudo é trágico: mata o pai por engano, casa com a mãe por engano, e depois a mãe suicida-se e ele cega-se e faz-se expulsar; José, não só não é culpado pela fome, como é

¹³⁸ *Id., Ibid.*, 140.

¹³⁹ *Id., Ibid.*

¹⁴⁰ *Id., Ibid.*, 141-142.

a solução para ela. «Será que o herói merece ser expulso? O mito responde sempre “sim” e o relato bíblico responde “não, não e não”»¹⁴¹.

A concluir, em contraste com o fim trágico e violento do mito, na bíblia temos um final diferente: José reata as relações com os seus irmãos pelo perdão e bem que lhes faz. Existe total ausência de vingança.

É certo que na bíblia nem sempre as vítimas têm a sorte de José; contudo, a especificidade bíblica «não consiste em pintar a realidade com cores alegres e minimizar a força do mal, consiste, sim, em *interpretar*, de forma objetiva, os todos-contra-um miméticos, em identificar o papel desempenhado pelo contágio nas estruturas de um universo em que ainda só existem mitos. (...) A diferença está (...) na interpretação bíblica desses fenómenos»¹⁴².

A bíblia recupera as vítimas, mostrando a sua inocência e desmistificando-as, já que não são culpadas nem divinizadas, contrariamente aos mitos. Neste ponto – divinização da vítima – em Cristo parece que voltamos aos mitos, com a ressurreição. Contudo, há uma diferença fundamental. «Por detrás da divinização de Cristo, não há demonização prévia. Os cristãos não veem qualquer culpabilidade em Jesus. A sua divindade não pode, portanto, basear-se no mesmo processo que as divinizações míticas. Ao contrário daquilo que se passa com outros mitos, não é a multidão unânime dos perseguidores que vê em Jesus o Filho de Deus e o próprio Deus, é uma minoria contestadora, um pequeno grupo de dissidentes que se destaca da comunidade e destrói a sua unanimidade. (...) Em torno das divinizações míticas, nunca se vê a comunidade fracionar-se em dois grupos desiguais, dos quais apenas o mais pequeno proclamaria a divindade do deus. A estrutura da revelação cristã é única»¹⁴³. Não é o grupo que mata que o vai aclamar como Deus.

¹⁴¹ *Id., Ibid., 142.*

¹⁴² *Id., Ibid., 142.*

¹⁴³ *Id., Ibid., 157-158.*

«Os relatos evangélicos são os únicos textos em que, de alguma forma, vemos produzir-se a rutura de unanimidade. Esta rutura faz parte do dado revelado. (...) A ressurreição de Cristo traz à luz da verdade tudo o que, desde sempre, fora dissimulado aos homens»¹⁴⁴. A mentira fundada na ignorância, semeada pelo mecanismo mimético, encontra um fim. Isto só pode acontecer porque alguém de fora – Deus – o revelou e manifestou. Deu a conhecer o erro, o engano, o pecado, apontando o perdão: «Pai, perdoa-lhes: porque não sabem o que fazem» (Lc 23, 34).

Como aspeto de relevo, temos também o facto de Jesus se apresentar como uma vítima que não se opõe, mas «assume, voluntariamente, o papel da vítima única e torna possível, pela primeira vez, a revelação plena de um mecanismo vitimatório. Longe de repetir em direção à mitologia, o cristianismo representa uma nova etapa da revelação bíblica, que vai além do Antigo Testamento»¹⁴⁵.

A própria ressurreição de Jesus apresenta-se como um fenómeno que só pode ter origem externa ao homem, em Deus. «A ressurreição de Cristo nada deve à violência dos homens. Esta produz-se após a morte de Cristo, inevitavelmente, mas não logo, apenas ao terceiro dia e, dentro de uma ótica cristã, deve a sua origem ao próprio Deus»¹⁴⁶.

A cruz manifesta-se vitoriosa, porque carrega a vítima inocente e não a culpada. Recupera-se a vítima. O bode expiatório já não encontra o mesmo espaço para se afirmar. «Devido à influência judaica e cristã, o fenómeno já não se produz na nossa época a não ser de maneira envergonhada, furtiva, clandestina. Não renunciamos aos bodes expiatórios, mas a nossa crença neles está três quartos arruinada e o fenómeno parece-nos moralmente tão cobarde, tão repreensível que, quando nos surpreendemos a “descarregar” num inocente, temos vergonha de nós mesmos»¹⁴⁷. Aliás, não apenas nos envergonhamos quando caímos na

¹⁴⁴ *Id., Ibid.*, 159.

¹⁴⁵ *Id., Ibid.*, 165.

¹⁴⁶ *Id., Ibid.*, 170.

¹⁴⁷ *Id., Ibid.*, 194.

armadilha do bode expiatório, como denunciemos os nossos vizinhos se o fizerem. «Estigmatizamos ferozmente os fenômenos de bode expiatório de que os nossos vizinhos se tornaram culpados»¹⁴⁸.

Tudo se transformou, mas corremos um sério perigo. «Voltamo-nos contra outrem e praticamos uma caça ao bode expiatório de segundo grau, uma caça aos caçadores de bode expiatório. A compaixão obrigatória, na nossa sociedade, autoriza novas formas de crueldade. (...) A perspicácia acerca dos bodes expiatórios é uma verdadeira superioridade da nossa sociedade sobre todas as sociedades anteriores mas, tal como todos os progressos do saber, também é uma ocasião de mal agravado»¹⁴⁹.

D – Paixão de Cristo – Novo Paradigma

Olhando a Paixão de Cristo, encontramos o papel onipotente da multidão e os escândalos que se somam, conduzindo à crucifixão. Pegando no episódio da negação de Pedro, mais que uma análise da sua personalidade, para Girard é importante a análise mimética, em que ele é uma «marionete do seu próprio mimetismo, incapaz de resistir às sucessivas pressões que se exercem sobre si a cada instante»¹⁵⁰. Quando Jesus aponta esta situação, refere o escândalo, dentro da temática exposta.

Jesus deixa uma referência clara à violência negada mas vivida ciclicamente. «“Se tivéssemos vivido no tempo dos nossos pais, dizem os fariseus, não nos teríamos juntado a eles para derramar o sangue dos profetas”. Os filhos repetem os crimes dos pais precisamente porque se creem moralmente superiores a eles. Esta falsa diferença é já a ilusão mimética do

¹⁴⁸ *Id., Ibid.*, 195.

¹⁴⁹ *Id., Ibid.*, 196.

¹⁵⁰ *Id., Ibid.*, 38.

individualismo moderno»¹⁵¹. Presentemente, apontamos e condenamos com toda a energia o holocausto e outras atrocidades, mas não faremos atrocidades similares? Não continuarão a existir vítimas inocentes espezinhadas?

Pilatos, à semelhança de Pedro, é outro que é dominado pelo mimetismo, onde o poder soberano se perde na multidão. A atitude de Pilatos pode ser catalogada de habilidade política, para evitar uma rebelião; contudo, detetamos que o soberano não faz mais do que se contaminar pela rivalidade que penetra todo o povo; como afirma o ditado popular, é também ele «um Maria-vai-com-as-outras». Pelo mecanismo mimético, põem-se todos contra Cristo, em ato violento¹⁵².

Não se trata de Deus Pai contra Jesus, na vontade do povo, mas da «transformação do *todos-contra-todos* que fragmenta as comunidades num *todos-contra-um* que as reagrupa e as unifica (...) contra uma única vítima»¹⁵³. A rivalidade e animosidade contra uma vítima conduzem à nova harmonia.

Os pequenos escândalos vão cedendo lugar e todos se agrupam num único que mobiliza toda a comunidade contra a vítima. S. Paulo afirmará que a Cruz é o escândalo por excelência e Jesus também afirmou que «*Vós sereis todos escandalizados por minha causa*». Ou seja, também iriam sucumbir ao contágio mimético da multidão¹⁵⁴.

Pilatos ainda tenta substituir a vítima com Barrabás, mas tal não acontece; pelo mimetismo, o boato e o rumor ampliaram o ódio à dimensão unânime contra Cristo. Isto acontece, não por questão étnica ou religiosa, mas pelo fenómeno mimético que conduz o ódio da multidão contra as pessoas excepcionais, como é o caso de Jesus e os profetas. É a tendência para rejeitarem os indivíduos que escapam à sua condição normal e aceitável¹⁵⁵.

¹⁵¹ *Id., Ibid.*, 38.

¹⁵² *Cf. Id., Ibid.*, 39.

¹⁵³ *Id., Ibid.*, 40.

¹⁵⁴ *Cf. Id., Ibid.*, 41-43.

¹⁵⁵ *Cf. Id., Ibid.*, 44-45.

Nesta mesma dinâmica enquadrámos o episódio da morte de João Baptista, em que a mãe, a filha, passando pelos convidados e Herodes, todos liquidam mimeticamente João Baptista; ou o Servo de Javé em Isaías, que só realiza o bem, mas sobre quem recai o ódio. Os que incomodam, pela excelência, são liquidados¹⁵⁶.

Girard faz uma análise pormenorizada da paixão de Cristo no evangelho de S. Lucas, capítulos 22 e 23. Centra a atenção no evoluir dos elementos do mecanismo mimético no referido texto. Nesta passagem encontra, de um modo muito claro, o novo arquétipo em que Cristo se enquadra.

Do início da passagem até à morte de Jesus, vemos como cresce o número daqueles que se agregam ao desejo de dar a morte a Jesus por inveja e rivalidade.

Inicialmente são só os *príncipes dos sacerdotes e escribas* que desejam tal morte, temendo eles a multidão que se opõe a essa realidade: «*Os sumos-sacerdotes e doutores da Lei procuravam maneira de fazerem desaparecer Jesus, mas temiam o povo*» (Lc 22, 2). «*Os sumos-sacerdotes e os doutores da Lei, que lá estavam, acusavam-no com veemência*». (Lc 23, 10).

Pela mentira, procuram estender a violência à multidão, contra Jesus: «*Encontrámos este homem a sublevar o povo, a impedir que se pagasse tributo a César e a dizer-se Ele próprio o Messias-Rei*» (Lc 23, 2b); «*Ele amotina o povo, ensinando por toda a Judeia, desde a Galileia até aqui*» (Lc 23, 5b).

No Sinédrio, todo o tribunal religioso é contagiado pela violência: «*Quando amanheceu, reuniu-se o Conselho dos anciãos do povo, sumos-sacerdotes e doutores da Lei, que o levaram ao seu tribunal. Disseram-lhe: “Declara-nos se Tu és o Messias”. Ele respondeu-lhes: “Se vo-lo disser, não me acreditareis e, se vos perguntar, não respondereis.*

¹⁵⁶ Cf. *Id., Ibid.*, 46-52.

Mas, doravante, o Filho do Homem vai sentar-se à direita de Deus todo-poderoso”. Disseram todos: “Tu és, então, o Filho de Deus”? Ele respondeu-lhes: “Vós o dizeis; Eu sou”. Então, exclamaram: “Que necessidade temos já de testemunhas? Nós próprios o ouvimos da sua boca”» (Lc 22, 66-71).

Dos chefes religiosos e do povo, passa-se a um discípulo (Judas), chega-se à multidão, os soldados comungam da condenação coletiva, atinge-se os chefes políticos e, finalmente, até os apóstolos são apanhados pelo mimetismo (sendo Pedro figura padronizada neste fenómeno).

Judas: *«Judas foi falar com os sumos-sacerdotes e os oficiais do templo sobre o modo de lhes entregar Jesus» (Lc 22, 4).*

Verificamos a “típica” confusão no assumir das culpas – ninguém se assume como aquele que «atira a primeira pedra»: *«“O Filho do Homem segue o seu caminho, como está determinado; mas ai daquele por meio de quem vai ser entregue!” Começaram a perguntar uns aos outros qual deles iria fazer semelhante coisa» (Lc 22, 22-23).*

Pedro: *«E o Senhor disse: “Simão, Simão, olha que Satanás pediu para vos joeirar como trigo. Mas Eu roguei por ti, para que a tua fé não desapareça. E tu, uma vez convertido, fortalece os teus irmãos”. Ele respondeu-lhe: “Senhor, estou pronto a ir contigo até para a prisão e para a morte”. Jesus disse-lhe: “Eu te digo, Pedro: o galo não cantará hoje sem que, por três vezes, tenhas negado conhecer-me”» (Lc 22, 31-34).*

«Ora, uma criada, ao vê-lo sentado ao lume, fitando-o, disse: “Este também estava com Ele”. Mas Pedro negou-o, dizendo: “Não o conheço, mulher”. Pouco depois, disse outro, ao vê-lo: “Tu também és dos tais”. Mas Pedro disse: “Homem, não sou”. Cerca de uma hora mais tarde, um outro afirmou com insistência: “Com certeza este estava com Ele; além disso, é galileu”. Pedro respondeu: “Homem, não sei o que dizes”. E, no mesmo instante, estando ele ainda a falar, cantou um galo. Voltando-se, o Senhor fixou os olhos em

Pedro; e Pedro recordou-se da palavra do Senhor, quando lhe disse: “Hoje, antes de o galo cantar, irás negar-me três vezes”. E, vindo para fora, chorou amargamente» (Lc 22, 56-62).

Guardas: *«Entretanto, os que guardavam Jesus troçavam dele e maltratavam-no. Cobriam-lhe o rosto e perguntavam-lhe: “Adivinha! Quem te bateu?” E proferiam muitos outros insultos contra Ele» (Lc 22, 63-65).*

Povo: *«Ora, em cada festa, Pilatos era obrigado a soltar-lhes um preso. E todos se puseram a gritar: “A esse mata-o e solta-nos Barrabás!” Este último fora metido na prisão por causa de uma insurreição desencadeada na cidade, e por homicídio» (Lc 23, 17-19).*

Pilatos – tribunal político também se contamina pela violência: *«Pilatos disse, então, aos sumos-sacerdotes e à multidão: “Nada encontro de culpável neste homem”» (Lc 23, 4). «De novo, Pilatos dirigiu-lhes a palavra, querendo libertar Jesus. Mas eles gritavam: “Crucifica-o! Crucifica-o!” (...) Mas eles insistiam em altos brados, pedindo que fosse crucificado, e os seus clamores aumentavam de violência» (Lc 23, 20-21.23).*

«Pilatos disse-lhes pela terceira vez: “Que mal fez Ele, então? Nada encontrei nele que mereça a morte. Por isso, vou libertá-lo, depois de o castigar”» (Lc 23, 22). Contudo, Pilatos também cedeu e entregou-o para ser morto. «Então, Pilatos decidiu que se fizesse o que eles pediam. Libertou o que fora preso por sedição e homicídio, que eles reclamavam, e entregou-lhes Jesus para o que eles queriam» (Lc 23, 24-25).

«O povo permanecia ali, a observar; e os chefes zombavam, dizendo: “Salvou os outros; salve-se a si mesmo, se é o Messias de Deus, o Eleito”. Os soldados também troçavam dele. Aproximando-se para lhe oferecerem vinagre, diziam: “Se és o rei dos judeus, salva-te a ti mesmo!” E por cima dele havia uma inscrição: “Este é o rei dos judeus”» (Lc 23, 35-38).

Herodes também comunga da violência; a vítima conduz à harmonia e reconciliação dos inimigos: *«Herodes, com os seus oficiais, tratou-o com desprezo e, por troça, mandou-o*

cobrir com uma capa vistosa, enviando-o de novo a Pilatos. Nesse dia, Herodes e Pilatos ficaram amigos, pois eram inimigos um do outro». (Lc 23, 11-12).

Torna-se um dos criminosos: *«E levavam também dois malfeitores, para serem executados com Ele. Quando chegaram ao lugar chamado Calvário, crucificaram-no a Ele e aos malfeitores, um à direita e outro à esquerda» (Lc 23, 32-33).*

Satanás aparece como o desencadeador de todo o processo. Na linguagem de René Girard, é o escândalo desencadeado e em ampliação. *«Satanás entrou em Judas, chamado Iscariotes, que era do número dos Doze» (Lc 22, 3). «E o Senhor disse: “Simão, Simão, olha que Satanás pediu para vos joeirar como trigo”» (Lc 22, 31).*

Nas narrativas paralelas à bíblica, as vítimas são culpadas, mas na bíblia (e aqui de uma forma muito precisa) as vítimas são inocentes. A razão da condenação está na concentração do ódio e da violência numa única vítima:

«Pilatos disse, então, aos sumos-sacerdotes e à multidão: “Nada encontro de culpável neste homem”» (Lc 23, 4). «Ora, um dos malfeitores que tinham sido crucificados insultava-o, dizendo: “Não és Tu o Messias? Salva-te a ti mesmo e a nós também”. Mas o outro, tomando a palavra, repreendeu-o: “Nem sequer temes a Deus, tu que sofres o mesmo suplício? Quanto a nós, fez-se justiça, pois recebemos o castigo que as nossas ações mereciam; mas Ele nada praticou de condenável”. E acrescentou: “Jesus, lembra-te de mim, quando estiveres no teu Reino”. Ele respondeu-lhe: “Em verdade te digo: hoje estarás comigo no Paraíso”» (Lc 23, 39-43).

«Dando um forte grito, Jesus exclamou: “Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito”. Dito isto, expirou» (Lc 23, 46).

Nos mitos antigos verificamos a divinização da vítima após a morte, com uma comunidade reunida, o que aqui acontece, mas de um modo diferente, como veremos adiante. *«Ao ver o que se passava, o centurião deu glória a Deus, dizendo: “Verdadeiramente, este*

homem era justo!” E toda a multidão que se tinha aglomerado para este espetáculo, vendo o que acontecera, regressava batendo no peito. Todos os seus conhecidos e as mulheres que o tinham acompanhado desde a Galileia mantinham-se à distância, observando estas coisas» (Lc 23, 47-49).

Cristo aparece como um novo modelo, pretendendo inaugurar um novo mecanismo mimético. Não anula o processo mimético, mas faz despoletar uma nova imitação: a imitação da não-violência e da disponibilidade para se descentrar da sua vontade a fim de se centrar na vontade do Pai como se verifica nas passagens que colocamos:

«“Porque, digo-vos-lo Eu, deve cumprir-se em mim esta palavra da Escritura: Foi contado entre os malfeitores. Efetivamente, o que me diz respeito chega ao seu termo”. Disseram-lhe eles: “Senhor, aqui estão duas espadas”. Mas Ele respondeu-lhes: “Basta!”» (Lc 22, 37-38).

«Pondo-se de joelhos, começou a orar, dizendo: “Pai, se quiseres, afasta de mim este cálice; contudo, não se faça a minha vontade, mas a tua”» (Lc 22, 42).

«Vendo o que ia suceder, aqueles que o cercavam perguntaram-lhe: “Senhor, ferimo-los à espada?” E um deles feriu um servo do Sumo-sacerdote, cortando-lhe a orelha direita. Mas Jesus interveio, dizendo: “Basta, deixai-os”. E, tocando na orelha do servo, curou-o. Depois, disse aos que tinham vindo contra Ele, aos sumos-sacerdotes, aos oficiais do templo e aos anciãos: “Vós saístes com espadas e varapaus, como se fôsseis ao encontro de um salteador! Estando Eu todos os dias convosco no templo, não me deitastes as mãos; mas esta é a vossa hora e o domínio das trevas”» (Lc 22, 49-53).

«Jesus dizia: “Perdoa-lhes, Pai, porque não sabem o que fazem”» (Lc 23, 34).

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que se encontra aqui claramente transposta a «antropologia do mimetismo». Existem crises e escândalos que se acentuam e aumentam no interior da comunidade, sendo toda essa violência concentrada numa vítima – Jesus. Todos se

tornam cúmplices no assassinato coletivo, até os mais íntimos, sendo Judas o primeiro e Pedro o símbolo da cedência geral à coletividade violenta. Os detentores do poder, que reconhecem a inocência da vítima, cedem. Também se vê como existe a preocupação de não existir um nome culpado pela morte: nenhum apóstolo quer, Pilatos não quer... só Judas vai aparecer como explícito no papel, não de condenador, mas de intermediário. Quem condena e mata é a coletividade.

No meio de toda a violência, em Cristo só encontramos mansidão: recusa o uso da espada, recusa reagir violentamente, não pede vingança. Propõe-se como um novo modelo: não deseja imitar a ambição interna que conduz à rivalidade, mas cumprir a vontade do Pai: «*não se faça a minha vontade, mas a tua*» (Lc 22, 42_b). Estamos diante de um «eu» descentrado de si mesmo e do seu egoísmo.

Será nesta nova imitação que surgirá um novo modo de viver. Não a imitação da violência, não a alimentação do desejo da inveja, não o desejo da minha vontade que é possessiva, mas a imitação daquele que se afastou completamente da inveja e da violência, que se despojou e desejou unicamente fazer a vontade do Pai.

E – Preocupação moderna com as vítimas

A bíblia e, de um modo particular, o cristianismo, deram um contributo inegável para a atual proteção que é dada às vítimas. «A nossa sociedade está mais preocupada com as vítimas do que alguma vez esteve. (...) Nenhum período histórico, nenhuma sociedade nossa conhecida, alguma vez falou das vítimas como nós fazemos»¹⁵⁷. Contudo, isto «não nos impede de repetirmos, insistentemente, contra o universo contemporâneo, acusações que

¹⁵⁷ *Id., Ibid.*, 199.

sabemos, pertinentemente, serem falsas. Ouve-se, com frequência, que nunca alguma sociedade foi mais indiferente aos pobres do que a nossa. Como poderia isto ser verdade?»¹⁵⁸.

Não deixa de ser caricato que «em França o humanismo se desenvolveu contra o cristianismo do Antigo Regime, acusado de cumplicidade com os poderosos, aliás, com razão. (...) Mas não conseguem dissimular a origem verdadeira da nossa preocupação moderna com as vítimas, muito evidentemente cristã. O humanismo e o humanitarismo desenvolvem-se, em primeiro lugar, em terra cristã»¹⁵⁹. «O ideal de uma sociedade estranha à violência remonta, visivelmente, à pregação de Jesus, ao anúncio do reino de Deus»¹⁶⁰.

Olhando a sociedade, encontrar-se-á quem acuse o cristianismo de artífice da violência. A história dará eco dos erros que cometeu e comete, mas a realidade não violenta do fundador (Cristo) e a mensagem do homem renovado na construção de um mundo pacifista, encontra no evangelho um elemento inegável. Perceber-se-á um percurso com a seguinte orientação: «Em primeiro lugar, lamenta-se as vítimas que se acusa mutuamente de fazer ou deixar de fazer. Em seguida, lamenta-se a hipocrisia de todas as lamentações; finalmente, lamenta-se o cristianismo, indispensável bode expiatório, pois não há rito sem vítima e, atualmente, a vítima é sempre ele»¹⁶¹. O laicismo coloca o cristianismo no lugar do bode expiatório, fazendo dele a origem de todo o mal.

A sociedade tem caminhado no sentido da proteção das vítimas. A nossa sociedade começou por abolir a «escravatura, depois a servidão. Mais tarde, surgiram a proteção da infância, das mulheres, dos idosos, dos estranhos de fora e dos estranhos de dentro, a luta contra a miséria e o “subdesenvolvimento”. (...) Quando, num ponto qualquer do globo, se produz uma catástrofe, as nações não sinistradas sentem-se no dever, de agora em diante, de

¹⁵⁸ *Id., Ibid.*, 200.

¹⁵⁹ *Id., Ibid.*, 201.

¹⁶⁰ *Id., Ibid.*, 202.

¹⁶¹ *Id., Ibid.*, 203.

enviarem socorros»¹⁶². Esta preocupação moderna com as vítimas afirma-se, pela primeira vez, nas instituições religiosas a que se chamam de caridade. É verdade que a solidariedade e compaixão já existiam nas sociedades familiares e tribais, mas desconheciam a vítima anónima e distante¹⁶³. «Há um avanço histórico inexorável da verdade cristã no nosso mundo»¹⁶⁴.

Os próprios «direitos do homem» acabam por brotar da revolução cristã. Na verdade, «a força de transformação mais eficaz não é a violência revolucionária, mas a preocupação moderna com as vítimas»¹⁶⁵. O nosso tempo «não inventou a compaixão, evidentemente, mas universalizou-a. Nas culturas arcaicas exercia-se, exclusivamente, no interior de grupos extremamente restritos. A fronteira era sempre marcada por vítimas. Os mamíferos marcam as fronteiras territoriais com os excrementos; durante muito tempo, os homens fizeram a mesma coisa com essa forma particular de excremento constituída, para eles, pelos bodes expiatórios»¹⁶⁶.

Toda a perspetiva de René Girard apresenta a clara recusa da violência por parte da bíblia, e, de um modo particular, em Cristo; mas poderá acusar-se de não dar o devido assento tónico à positividade que é apresentada por Cristo em ordem a um novo viver e a uma vida nova. «Ele sem dúvida que está certo ao acentuar a recusa da violência por Jesus, mas dá pouco espaço à “forma” concreta assumida pela prática da não-violência de Jesus. (...) É difícil ver a que “o reino” poderia realmente equivaler, além de ao gesto negativo de recusa da violência, ao lado de toda diferença cultural. Na verdade, Girard não chega a apresentar-nos uma teologia das duas cidades, mas a história de uma das cidades, bem como a sua rejeição

¹⁶² *Id., Ibid.*, 205.

¹⁶³ *Cf. Id., Ibid.*, 206.

¹⁶⁴ *Id., Ibid.*, 215.

¹⁶⁵ *Id., Ibid.*, 207.

¹⁶⁶ *Id., Ibid.*, 209.

final por um indivíduo particular. (...) Girard, contudo, não parece propriamente pensar em termos de uma prática positiva, alternativa, mas somente numa recusa negativa»¹⁶⁷.

Cristo, além da recusa de um caminho e modo de viver em sociedade, apresenta um dado modo de viver baseado no amor. É relevante, além da recusa da violência, ver a afirmação de um novo modo de procedimento específico. Importa salientar, ao lado dos gestos de recusa da violência, todos os gestos e palavras do novo caminho do amor: de perdão, de cura, de assistência e de vida.

É de realçar a perspicácia ao perceber que o ciclo mimético da violência só poderia ser quebrado por alguém que viesse de fora, que não estivesse contaminado por tal. «Girard afirma que apenas Deus, situado fora do sistema de violência cultural, e cujos códigos inescapáveis nos cegam a outras possibilidades, pode real e verdadeiramente recusar essa violência»¹⁶⁸.

O pecado é a violência arbitrária, a recusa do amor. Recusada a denegação do amor, importa olhar para Cristo e imitá-lo, olhar as suas histórias e narrativas, de modo a traduzi-las nas nossas vidas. «O perdão e o suportar a carga uns dos outros tornam-se o *modus vivendi* da igreja: um modo de vida “sintonizador”»¹⁶⁹.

Não basta uma adesão abstrata à não-violência. Para uma maior compreensão desta dinâmica, «temos de nos afastar de Girard e rumar para Agostinho, que, ao colocar a igreja, e não apenas Cristo, no centro da sua meta narrativa, dá muito mais atenção à forma concreta de uma prática social não-antagónica»¹⁷⁰.

A concluir, «se ninguém consegue pôr “fora de moda” a preocupação com as vítimas, é porque é a única no nosso mundo a não depender da moda»¹⁷¹. A própria censura feita ao cristianismo, muitas vezes acontece com o argumento de que não defende «as vítimas

¹⁶⁷ J. MILBANK, *Ibid.*, 504-505.

¹⁶⁸ *Id.*, *Ibid.*, 506.

¹⁶⁹ *Id.*, *Ibid.*, 508.

¹⁷⁰ *Id.*, *Ibid.*, 510.

¹⁷¹ R. GIRARD, *Ibid.*, 219.

com ardor suficiente»¹⁷². Assim, verifica-se que o cristianismo potenciou uma crescente consciencialização do empenho que deve existir, por parte da sociedade, na proteção, amparo e recuperação das pessoas que são vitimizadas e fragilizadas, independentemente das circunstâncias.

Tendo presente esta reflexão, pretendemos aprofundar a DSI, procurando perceber como nela se encontra a defesa das vítimas e a necessidade da presença da religião na sociedade.

IV – DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA: IMPULSO PARA A AÇÃO SOCIAL

A DSI, olhada em toda a sua amplitude e abrangência, aparecerá como o «rostro reflexivo» da cidadania da religião cristã e prática operativa da mesma. Tomaremos as encíclicas sociais da igreja, desde a *Rerum Novarum* de Leão XIII até à *Caritas in Veritate* de Bento XVI, para apontarmos as ideias fundamentais da DSI, complementando com trabalhos realizados na área. Não deixaremos de dar o devido relevo ao Compêndio da DSI.

Este *corpo doutrinal* situa-se como um contributo para a reflexão sobre a «cidadania» da religião no seio da sociedade e, de um modo particular, para a análise do enquadramento da ação social desenvolvida pela mesma. Não é nosso objetivo apresentar um estudo completo acerca da DSI, mas os elementos fundamentais que fundamentam e estruturam a ação social da igreja.

A expressão «doutrina social da igreja» pode induzir a ideia de que foi criada e constituída como um todo unitário e pensado enquanto tal. Deveremos desistir dessa conceção. É verdade que as preocupações sociais sempre estiveram presentes na pregação e

¹⁷² *Id., Ibid., 222.*

ação da igreja, como aliás já ficou claro. Enquanto sistematização em *corpo doutrinal*, a DSI é recente e surge com a sintetização, não exclusiva mas preferencialmente, das encíclicas sociais que tiveram a sua origem na *Rerum Novarum*, em 1891, como resposta aos problemas nascentes da revolução industrial. «A DSI não foi pensada desde o princípio como um sistema orgânico; mas foi-se formando pouco a pouco, com progressivos pronunciamentos do Magistério sobre os temas sociais»¹⁷³.

Esta afirmação, sendo verdadeira, também não poderá indiciar que a DSI seja uma realidade meramente ocasional e fragmentada, sem consistência e coerência. Com enfoques e princípios, que vão sendo desenvolvidos de acordo com as circunstâncias sociais de cada tempo, constitui-se num quadro doutrinal, no qual são perceptíveis a coerência e harmonia.

Este pensamento estrutura-se a partir da razão e da revelação. A razão reflete sobre as circunstâncias e realidades que «cercam» o homem em cada tempo, sendo também uma razão que busca na revelação luz e acenos de verdade para cada situação. A «fé e a razão constituem as duas vias cognoscitivas da doutrina social, sendo duas as fontes nas quais esta haure: a Revelação e a natureza humana»¹⁷⁴. João Paulo II afirma que a «doutrina social hoje especialmente visa *o homem*, enquanto inserido na complexa rede de relações das sociedades modernas. As ciências humanas e a filosofia servem de ajuda para interpretar a *centralidade do homem dentro da sociedade*, e para o capacitarem a uma melhor compreensão de si mesmo, enquanto “ser social”. Todavia, somente a fé lhe revela plenamente a sua verdadeira identidade, e é dela precisamente que parte a DSI, que, recolhendo todos os contributos das

¹⁷³ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 72. G. CREPALDI, no artigo «Compêndio da Doutrina Social da Igreja Para um Novo Humanismo Solidário», refere, na página 113, que «o *Compêndio* destina-se – como toda a Doutrina Social – a fazer amadurecer as comunidades cristãs na atenção ao social, ao terreno em que vivem e à história da qual fazem parte ativa»; na página 109 indica que «o texto é proposto como um *instrumento para alimentar o diálogo ecuménico e inter-religioso* dos católicos com todos aqueles que desejam sinceramente o bem do homem».

¹⁷⁴ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 75.

ciências e da filosofia, se propõe assistir o homem no caminho da salvação»¹⁷⁵. A racionalidade argumentativa da DSI coloca-a com assento entre os demais saberes e poderes.

Existe um empenho para que os princípios e valores afirmados no cristianismo não se apresentem unicamente com a validade de uma verdade revelada, mas uma «exigência» da razão, afirmando-se simultaneamente que não se restringe à reflexão cognitiva. «Debilitar a fonte sobrenatural da revelação converteria a doutrina da igreja numa mera ética social; privá-la-íamos assim da sua radical originalidade evangélica. Pelo contrário, debilitar os seus fundamentos de direito natural levaria, ora a um “sobrenaturalismo” de caráter idealista – a uma utopia religiosa – ora a um positivismo eclesiástico, como se tivesse só “normas para católicos” e não respostas que a partir da própria natureza humana a sociedade inteira necessita com urgência»¹⁷⁶.

Nesta busca da palavra certa e correta para cada tempo e para cada situação, a igreja «vale-se de todos os contributos cognoscitivos, qualquer que seja o saber donde provenham, e tem uma importante dimensão interdisciplinar»¹⁷⁷. Importante tem sido o contributo da filosofia e das ciências sociais. «Para encarnar melhor nos diversos contextos sociais, económicos e políticos em contínua mutação, essa doutrina entra em diálogo com diversas disciplinas que se ocupam do homem, assumindo em si os contributos que delas provêm»¹⁷⁸. Esta abertura aos saberes e aos dados concretos da realidade tem dado à DSI «competência, concretude e atualidade»¹⁷⁹; tem permitido à igreja «poder compreender de modo mais preciso o homem na sociedade, de falar aos homens do próprio tempo de modo mais convincente e cumprir de modo eficaz a sua tarefa de encarnar, na consciência e na sensibilidade social do nosso tempo, a palavra de Deus e a fé, da qual a doutrina social

¹⁷⁵ *Centesimus Annus*, 54.

¹⁷⁶ J. M. IBÁÑES LANGLOIS, *Doutrina Social da Igreja*, 27.

¹⁷⁷ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 76. Olhando-se a amplitude dos contributos para a DSI, A. da SILVA, no artigo, «Continuidade e inovação na doutrina social da igreja», na página 785, defende que «foram-se esclarecendo as fontes e aperfeiçoando os métodos de difusão e assimilação da mesma doutrina com uma intervenção sempre crescente dos elementos não clericais da igreja».

¹⁷⁸ *Centesimus Annus*, 59.

¹⁷⁹ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 78.

“parte”»¹⁸⁰. A DSI torna-se uma voz audível da palavra de Deus, pretendendo fazer valer a grandeza do seu conteúdo, de modo que, diante do mundo das «palavras do poder», se possa erguer uma «Palavra com poder», pela grandeza do conteúdo e pela pertinência na edificação de um mundo que possa ser cada vez mais humano.

Este corpo doutrinal «não é um conjunto de receitas práticas para resolver a questão social, nem um projeto económico ou político de carácter contingente»¹⁸¹; situa-se numa amplitude abrangente, a nível dos princípios, sem perder operacionalidade e concretude. Trata-se de um conjunto doutrinal que integra «princípios de reflexão, mas também normas (...) e diretrizes para a ação»¹⁸². Os princípios pretendem-se com total realismo, sem se confundirem com um messianismo terreno. Esta doutrina, do mesmo modo que, em virtude do seu realismo, «se distingue de uma utopia, pela mesma razão proíbe a si mesma qualquer elemento de *messianismo* temporal: do utopismo messiânico. Descrê de qualquer futuro paraíso terreal. Por isso constitui-se mais como ética política do que como teologia política, e mais como teologia social do que como teologia da história; nega-se a sacralidade como “o reino” de qualquer ordem temporal determinada»¹⁸³.

João Paulo II catalogou todo o esforço que edificou e vai edificando a DSI, como a conquista do «estatuto de cidadania»¹⁸⁴. Ele próprio caracteriza-a do seguinte modo: «A DSI não é uma “terceira via” entre capitalismo liberalista e coletivismo marxista, nem sequer uma possível alternativa a outras soluções menos radicalmente contrapostas: ela constitui por si mesma uma categoria. Não é tampouco uma ideologia, mas a formulação acurada dos resultados de uma reflexão atenta sobre as complexas realidades da existência do homem, na sociedade e no contexto internacional, à luz da fé e da tradição eclesial. A sua finalidade

¹⁸⁰ *Id.*, *Ibid.*

¹⁸¹ J. M. IBAÑES LANGLOIS, *Ibid.*, 24.

¹⁸² *Id.*, *Ibid.*, 25. Indicamos J. T. da CUNHA, «A Doutrina Social da Igreja entre a utopia e a ideologia», in *Theologica*, 39 (2004) 55-71, onde se defende o valor positivo para a sociedade das ideias, como impulsionadoras da orientação da mesma.

¹⁸³ J. M. IBAÑES LANGLOIS, *Ibid.*, 26.

¹⁸⁴ *Centesimus Annus*, 5

principal é interpretar estas realidades, examinando a sua conformidade ou desconformidade com as linhas do ensinamento do evangelho sobre o homem e sobre a sua vocação terrena e ao mesmo tempo transcendente; visa, pois, orientar o comportamento cristão»¹⁸⁵.

Este corpo doutrinal, tendo como destinatários privilegiados os membros com responsabilidades sociais na comunidade eclesial, destina-se a todo o cristão, já que implica «responsabilidades referentes à construção, à organização e ao funcionamento da sociedade: obrigações políticas, económicas, administrativas, vale dizer, de natureza secular, que pertencem aos fiéis leigos, não aos sacerdotes e aos religiosos»¹⁸⁶. Contudo, não se destina exclusivamente à comunidade crente, a «doutrina social é um ensinamento expressamente dirigido a todos os homens de boa vontade»¹⁸⁷. Sendo fruto de uma comunidade e direcionada aos seus membros, não deixa de pretender ser uma luz de humanidade para todos os homens, procurando estender a mão a todos e desejando agarrar a mão de todos os que estendam a mão em prol do bem comum, e mesmo dos que o não fazem.

Atendendo ao objeto de estudo, apresentamos quatro dimensões interligadas: procuraremos situar a ação social da igreja como realidade intrínseca à sua doutrina e missão, percebendo como necessita da ortopraxis para validação dos seus princípios; observaremos o lugar que a pessoa humana ocupa na DSI; encontraremos a presença bíblica na DSI; finalmente, aprofundaremos quatro princípios estruturantes da ação social das instituições da igreja.

A – Missão da igreja e fundamentos

¹⁸⁵ *Sollicitudo Rei Socialis*, 41.

¹⁸⁶ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 83.

¹⁸⁷ *Id.*, *Ibid.*, 84.

A grande questão aqui em jogo, consiste em saber se faz parte da missão da igreja agir no mundo social e falar para a sociedade enquanto sociedade ou, pelo contrário, se ela deverá centrar-se unicamente no seu interior, em questões litúrgicas e catequéticas. Já antes referimos que o caminho se encontra na implicação intrínseca da fé na vivência social. E a DSI que nos afirma acerca disto? É parte integrante da missão da igreja esta dimensão ou não? São respostas as estas perguntas que buscamos neste momento.

João Paulo II, no centenário da primeira encíclica social - *Rerum Novarum* -, afirma: «a doutrina social, por si mesma, tem o valor de um instrumento de evangelização: enquanto tal, anuncia Deus e o mistério de salvação em Cristo a cada homem e, pela mesma razão, revela o homem a si mesmo. A esta luz, e somente nela, se ocupa do resto dos direitos humanos de cada um e, em particular, do “proletariado”, da família e da educação, dos deveres do estado, do ordenamento da sociedade nacional e internacional, da vida económica, da cultura, da guerra e da paz, do respeito pela vida desde o momento da concepção até à morte»¹⁸⁸. Se esta é a afirmação em 1991, vejamos que já em 1987 ele declarava: «A igreja tem uma palavra a dizer, (...) a respeito da natureza, das condições, das exigências e das finalidades do desenvolvimento autêntico e, de igual modo, a respeito dos obstáculos que o entram. Ao fazê-lo, a igreja está a cumprir a missão de evangelizar, porque dá a sua primeira contribuição para a solução do urgente problema do desenvolvimento, quando proclama a verdade acerca de Cristo, de si mesma e do homem, aplicando-a a uma situação concreta»¹⁸⁹.

O Compêndio da DSI inicia com estas palavras: «No decorrer da sua história, e em particular nos últimos cem anos, a igreja jamais renunciou – de acordo com as palavras do Papa Leão XIII – a dizer a “palavra que lhe compete” sobre as questões da vida social»¹⁹⁰.
Perante as realidades temporais, a «igreja tem uma mensagem específica a proclamar, um

¹⁸⁸ *Centesimus Annus*, 54.

¹⁸⁹ *Sollicitudo Rei Socialis*, 41.

¹⁹⁰ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 15.

apoio a dar aos homens nos seus esforços por tomar as rédeas do seu futuro e orientá-lo»¹⁹¹. Não se trata apenas de uma mensagem crítica (no sentido construtivo), mas de um impulso pró-ativo, já que «a igreja não deve ter apenas um comportamento crítico-libertador, mas essencialmente de iniciativa. (...) Cabe à igreja tomar a iniciativa»¹⁹². À luz da esperança cristã nos «novos céus e nova terra», está obrigada a «responsabilizar-se pelo futuro prometido e, assim, pelo futuro do mundo»¹⁹³.

João XXIII, ao comemorar os 70 anos da *Rerum Novarum*, afirma que a igreja, «apesar de ter como principal missão a de santificar as almas e de as fazer participar dos bens da ordem sobrenatural, não deixa de preocupar-se ao mesmo tempo com as exigências da vida quotidiana dos homens, não só no que diz respeito ao sustento e às condições de vida, mas também no que se refere à prosperidade e à civilização nos seus múltiplos aspetos, dentro do condicionalismo das várias épocas»¹⁹⁴. Não esquecendo a importância da dimensão espiritual e a esperança da vida eterna, esta dimensão e expectativa «nunca poderá ser uma desculpa para nos desinteressarmos dos homens na sua situação pessoal concreta e na sua vida social, nacional e internacional»¹⁹⁵. Refere-se mesmo «que a verdade e a eficácia da doutrina social católica se manifestam, sobretudo, na orientação segura que oferecem à solução dos problemas concretos»¹⁹⁶.

Será importante ter presente a reflexão eclesiológica, segundo a qual «a igreja não tem razão de ser em si mesma e para si mesma, mas a sua identidade e missão têm a ver, definitivamente, com o anúncio de Deus e o seu significado para o viver humano. É nesta perspectiva básica que emerge, desde logo, como determinante a vivência da diaconia/caridade enquanto testemunho de quem Deus é e do que Ele significa para a vida humana, enquanto

¹⁹¹ *Octogesima Adveniens*, 5.

¹⁹² J. B. METZ, *Teologia do mundo*, 142.

¹⁹³ *Id.*, *Ibid.*, 152.

¹⁹⁴ *Mater et Magistra*, 3.

¹⁹⁵ *Sollicitudo Rei Socialis*, 48.

¹⁹⁶ *Mater et Magistra*, 224.

pedra de toque da verdade e credibilidade do anúncio cristão de Deus»¹⁹⁷. A ação social, a caridade é constitutiva do anúncio e vivência do evangelho. A fé cristã «não é simples afirmação de verdades a acreditar, nela não se trata tanto do “dizer” como sobretudo e decisivamente de “fazer”. Ser cristão é percorrer um “caminho” (uma via), entende-se como um “modo de viver”»¹⁹⁸.

Encontramo-nos diante de uma dupla universalidade: em primeiro lugar porque se estende a todos os crentes a obrigação de traduzirem a fé na sua vida pessoal e nas estruturas em que estão inseridos; em segundo lugar porque a ação benfeitora se dirige, não apenas aos crentes da comunidade, mas a todos os seres humanos.

Como afirma Borges de Pinho, «não é demasiado importante que os ricos e os poderosos deste mundo ou determinados grupos ideológicos não tenham em grande consideração a ação da igreja ou até a ataquem; verdadeiramente importante em termos de testemunho cristão é saber e verificar se os pobres, aqueles que estão à margem da sociedade, encontram algum motivo de identificação e de esperança nos cristãos e na igreja»¹⁹⁹.

Bento XVI apresenta uma resenha histórica da importância do serviço da caridade na missão da igreja: «A igreja não pode descurar o serviço da caridade, tal como não pode negligenciar os Sacramentos nem a Palavra. Para o demonstrar, bastam alguns exemplos. O mártir Justino († por 155), no contexto da celebração dominical dos cristãos, descreve também a sua atividade caritativa relacionada com a eucaristia enquanto tal. As pessoas abastadas fazem a sua oferta na medida das suas possibilidades, cada uma o que quer; o Bispo serve-se disso para sustentar os órfãos, as viúvas e aqueles que por doença ou outros motivos passam necessidade, e também os presos e os forasteiros. O grande escritor cristão Tertuliano († depois de 220) conta como a solicitude dos cristãos pelos necessitados de qualquer género

¹⁹⁷ J. E. BORGES DE PINHO, «Diaconia e caridade. Uma aproximação eclesiológica», in *Communio. Revista Internacional Católica* 26 (2009) 196.

¹⁹⁸ *Id.*, *Ibid.*, 200.

¹⁹⁹ *Id.*, *Ibid.*, 207.

suscitava a admiração dos pagãos. E, quando Inácio de Antioquia († por 117) designa a igreja de Roma como aquela que “preside à caridade (*ágape*)”, pode-se supor que ele quisesse, com tal definição, exprimir de qualquer modo também a sua atividade caritativa concreta»²⁰⁰.

A DSI «não deve ser considerada uma teoria, mas sobretudo um fundamento e uma motivação para a ação. Impelidos por esta mensagem, alguns dos primeiros cristãos distribuían os seus bens pelos pobres e davam testemunho de que era possível uma convivência pacífica e solidária, apesar das diversas proveniências sociais. (...) A igreja está consciente hoje mais que nunca de que a sua mensagem social encontrará credibilidade primeiro no *testemunho das obras* e só depois na sua coerência e lógica interna»²⁰¹. Não se trata de uma missão meramente teórica, mas de uma conceptualização com operacionalização real e efetiva na solução dos problemas e na edificação de um mundo melhor.

1 – Leigos: Agentes privilegiados da intervenção social da igreja

A implementação da DSI aparece atribuída, com prioridade, aos leigos. «É dever que pertence sobretudo aos nossos filhos do laicado, porque, em virtude do seu estado de vida, se ocupam habitualmente em atividades e instituições de ordem e finalidade temporais»²⁰². Para o cristão leigo, o «campo próprio da sua atividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos “mass media” e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como sejam o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento»²⁰³. Os cristãos «não podem deixar de sentir a obrigação de melhorar as estruturas e as condições da ordem temporal, por respeito à

²⁰⁰ *Deus Caritas Est*, 22. Ali se faz a referência dos documentos históricos dos autores que são mencionados.

²⁰¹ *Centesimus Annus*, 57.

²⁰² *Mater et Magistra*, 239.

²⁰³ *Evangelii Nuntiandi*, 70.

dignidade humana, e para se eliminarem ou reduzirem os obstáculos à difusão do bem e aumentarem os incentivos e os convites que levam a ele»²⁰⁴.

A missão do cristão encontra-se solidamente ligada às mais variadas dimensões da vida, de modo que cada cristão cuidará a coerência entre a fé professada e celebrada e a vida pública e cívica. A rutura entre a fé e atividade temporal advém, em grande parte, «da falta de uma sólida formação cristã»²⁰⁵. Nas diferentes dimensões e opções da vida, o cristão deve «afirmar (...) aquilo que é específico da contribuição cristã»²⁰⁶. Os membros da igreja «devem operar como fermento do mundo na vida familiar, profissional, social, cultural e política. Incumbe-lhes assumirem a própria responsabilidade em todos estes campos, sob a direção do espírito evangélico e da doutrina da igreja»²⁰⁷.

A fidelidade à missão da igreja implica que a evangelização não seja «de maneira decorativa, como que aplicando um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e isto até às suas raízes, a civilização e as culturas do homem»²⁰⁸. A evangelização, como alicerce primeiro da missão da igreja, implica a vida concreta das pessoas, e não seria completa se «não tomasse em consideração a interpelação recíproca que se fazem constantemente o evangelho e a vida concreta, pessoal e social, dos homens. É por isso que a evangelização comporta uma mensagem explícita, adaptada às diversas situações e continuamente atualizada: sobre os direitos e deveres de toda a pessoa humana»²⁰⁹.

Percorrendo os documentos da igreja – não apenas as encíclicas sociais com início em 1891 – vemos como é assinalada a presença constante da igreja na sociedade e a pertinência da palavra da mesma na área social, ao logo dos dois milénios. A missão da igreja liga intimamente a dimensão antropológica e teológica, «dado que o homem a ser

²⁰⁴ *Mater et Magistra*, 177. O cristão tem uma «responsabilidade pela história» inerente à sua crença, não se reduzindo à esperança do céu futuro. Cf. N. LOBKOWICZ, «Há uma responsabilidade pela “história”? Sobre a relação do cristão com o tempo», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 20 (2003), 321-333.

²⁰⁵ *Pacem in Terris*, 152.

²⁰⁶ *Octogesima Adveniens*, 36.

²⁰⁷ *Documenta synodi episcoporum. II De iustitia in mundo*, 932.

²⁰⁸ *Evangelii Nuntiandi*, 20.

²⁰⁹ *Id.*, *Ibid.*, 29.

evangelizado não é um ser abstrato, mas é sim um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e económicos; (...) porque não se pode nunca dissociar o plano da criação do plano da redenção»²¹⁰.

A igreja, sendo distinta da sociedade, não se encontra distante da mesma; ela «não é indiferente a tudo o que na sociedade se decide, se produz e se vive, numa palavra, à qualidade moral, autenticamente humana e humanizadora, da vida social. A sociedade e, com ela, a política, a economia, o trabalho, o direito, a cultura não constituem um âmbito meramente secular e mundano e, portanto, marginal e alheio à mensagem e à economia da salvação. Efetivamente, a sociedade – com tudo o que nela se realiza – diz respeito ao homem. É a sociedade dos homens, que são “*a primeira e fundamental via da igreja*”²¹¹. Claramente, «*a igreja, com a sua doutrina social, não só não se afasta da própria missão, mas lhe é rigorosamente fiel*»²¹². Olhando a história da igreja, verifica-se que «a igreja nunca descurou a promoção humana dos povos aos quais levava a fé em Cristo. Os seus missionários construíram, não só igrejas, mas também asilos e hospitais, escolas e universidades. (...) Souberam cultivar e promover as instituições locais. Em muitas regiões foram contados entre os pioneiros do progresso material e do desenvolvimento cultural»²¹³.

A ação da igreja não versa sobre espíritos que se recolhem em dado espaço e tempo, onde a realidade corpórea e material se apresenta como insignificante para o caminhar do crente. Também não tem a sua ação direcionada para o momento da ressurreição; aliás, nessa altura a igreja não será necessária, já que ela existe precisamente para servir os crentes e a humanidade no agir terrestre, de modo a fazer despertar, em toda a atividade, a verdadeira humanidade que habita o íntimo de cada um de nós e fazer resplandecer o evangelho em toda a vida do ser humano. «Não estamos na presença de um interesse ou de uma ação marginal,

²¹⁰ *Id., Ibid.*, 31.

²¹¹ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 15.

²¹² *Id., Ibid.*, 64.

²¹³ *Populorum Progressio*, 12.

que se apõe à missão da igreja, mas no coração mesmo da sua ministerialidade: com a doutrina social a igreja “anuncia Deus e o mistério de salvação em Cristo a cada homem e, pela mesma razão, revela o homem a si mesmo”²¹⁴.

Em certo sentido, «falar de dimensão social do cristianismo é (...) enunciar uma tautologia, pelo menos numa das direções, já que quem diz cristianismo diz pragmática social»²¹⁵. Daqui, se deduz que o cristianismo seja a «invenção» desta pragmática. «Não se trata (...) de um facto, de um *factum*, ou seja, de um princípio passado já terminado, existente como tal num lugar ou num tempo fixos – ou então, de uma realidade metafísica transcendente e eterna, de que as realizações históricas seriam mera sombra ou, quando muito, imagem algo desfocada. (...) O cristianismo é, mais do que um *factum, in fieri*. A “essência” do cristianismo está no seu fazer-se e, por isso, no processo que o origina»²¹⁶. É intrínseca ao cristianismo a constante atenção ao homem, ao mundo social que o rodeia, estando obrigado a constantemente se inventar nessa ação. Não se fica refém de uma prática ou ação petrificada do passado, nem se aliena na realidade futura; pelo contrário, procura constantemente inventar-se na ação social em prol da construção de uma sociedade cada vez mais humana, assumindo «assim uma dimensão *poética*, pois é constante criação»²¹⁷.

O homem que desejamos ver transformado pelo evangelho não é um ser abstrato, é um ser situado social e historicamente. «Situações e problemas referentes à justiça, à libertação, ao desenvolvimento, às relações entre os povos, à paz – nada é alheio à evangelização e esta não seria completa se não levasse em conta o recíproco apelo que continuamente se fazem no evangelho e a vida concreta, pessoal e social do homem»²¹⁸. A missão não fica circunscrita «apenas ao campo religioso, como se se desinteressasse dos

²¹⁴ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 67.

²¹⁵ J. M. DUQUE, «“Invenção” Social do cristianismo», in *Theologica*, 39 (2004), 13.

²¹⁶ *Id.*, *Ibid.*, 15.

²¹⁷ *Id.*, *Ibid.*, 17.

²¹⁸ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 66.

problemas temporais do homem»²¹⁹. Não se trata de uma identidade partida entre o mundo espiritual e o material, entre o mundo presente e o mundo futuro (escatológico), mas operante dum mundo que é comum e real para todos, sem deixar de afirmar a tensão da parusia. «O cristão está no mundo, na medida em que está na igreja e está na igreja, na medida em que está no mundo. (...) A cidade celeste é (...) orientadora e motivadora da sua constante ação inventiva»²²⁰. Tudo se resume à invenção social movida pelo amor.

A igreja, iluminada pelo evangelho, considera-se «perita em humanidade»²²¹. Perita em humanidade pelos valores que declara para a realização da humanidade e pelo muito contributo que tem dado em prol da melhoria da dignidade humana, nomeadamente o apoio aos mais carenciados e excluídos.

A DSI, não intervindo para legitimar uma estrutura estabelecida ou para propor um modelo pré-fabricado, também não se limita a recordar alguns princípios gerais. Ela desenvolve-se por meio de uma reflexão que é feita em permanente contacto com as situações reais da vida, suscetíveis de mudanças, sob o impulso do evangelho. Esta «doutrina desenvolve-se, também, com a responsabilidade própria da mesma igreja, marcada por uma vontade desinteressada de serviço e por uma especial atenção aos mais pobres; e inspira-se finalmente, ainda, numa experiência rica, de muitos séculos, que lhe permite empreender na continuidade das suas preocupações permanentes, as inovações ousadas e criadoras que a presente situação do mundo exige»²²². Na dimensão social, a igreja tem a preocupação de assumir um duplo papel: o de «iluminar os espíritos, para os ajudar a descobrir a verdade e a discernir o caminho a seguir no meio das diversas doutrinas que os solicitam; e o de entrar na

²¹⁹ *Evangelii Nuntiandi*, 34.

²²⁰ J. M. DUQUE, *Ibid.*, 23.

²²¹ *Populorum Progressio*, 13.

²²² *Octogesima Adveniens*, 42.

ação e difundir, com uma real solicitude de serviço e de eficácia, as energias do evangelho»²²³.

Esta missão doutrinal da igreja, socialmente falando, comporta um duplo aspeto: *anúncio* e *denúncia*. A vertente do anúncio tem primazia, já que se pauta por um caminho otimista e não negativista: aponta-se uma dada visão do homem e um dado sentido para a sua existência. Este anúncio não é meramente teórico, «não oferece somente significados, valores e critérios de juízo, mas também as normas e as diretrizes de ação que daí decorrem. Com a sua doutrina social, a igreja não persegue fins de estruturação e organização da sociedade, mas de cobrança, orientação e formação das consciências»²²⁴. A denúncia ganha grande relevância quando se faz «juízo e defesa dos direitos ignorados e violados, especialmente dos direitos dos pobres, dos pequenos, dos fracos»²²⁵. Não nos esqueçamos que a denúncia pode e deve ser um modo de anúncio: enquanto se denuncia uma prática errada, está-se, explicitamente ou implicitamente, a dizer como deve ser essa prática; do mesmo modo, o anúncio de um comportamento ou atitude considerados como modelares é simultaneamente a denúncia daqueles/as que se opõem.

Afirma-se que a igreja tem o direito e mesmo o dever de proclamar a justiça no campo social, nacional e internacional, bem como de denunciar as situações de injustiça, sendo a DSI o modo formal de o fazer. Não sendo a igreja a única responsável pela justiça no mundo, «cabe-lhe, no entanto, uma responsabilidade própria e específica, que se identifica com a sua missão de testemunhar diante do mundo a exigência de amor e de justiça contida na mensagem evangélica; testemunho que deve, contudo, verificar-se nas instituições eclesiais e na vida dos cristãos»²²⁶. A justiça vivida e a injustiça denunciada começam no seio das suas próprias instituições, sendo o «discurso» testemunhal o mais pertinente e eficaz.

²²³ *Id., Ibid.*, 48.

²²⁴ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 81.

²²⁵ *Id., Ibid.*

²²⁶ *Documenta synodi episcoporum. II De iustitia in mundo*, 932.

2 – Bíblia: Palavra caritativa

O cristianismo é catalogado muitas vezes no grupo das religiões do livro, das religiões que apresentam um livro sagrado como estruturante, do qual bebem os princípios e valores que regem a vida dos seus crentes. Tendo presente esta realidade, depois de refletirmos sobre a pertinência e importância da caridade e da ação social no cristianismo, importa, enquanto nos debruçarmos sobre a reflexão atual da DSI, encontrar alguns pilares bíblicos que possam justificar esta importância e a relevância que a Bíblia tem na DSI.

Ao lermos os documentos sociais da igreja, claramente percebemos que são imensos os números com citações bíblicas. A DSI encontra profundo enraizamento no «texto base» da sua doutrina. Sem qualquer objetivo de fazermos exegese bíblica nem levantamentos exaustivos das citações bíblicas, destacamos algumas das passagens bíblicas citadas, com a respetiva verificação em alguns dos documentos, para objetivar esse enraizamento bíblico. Estudando os documentos do magistério nesta temática, somos obrigados a afirmar que a DSI não seria o que é sem as palavras e o conteúdo da Bíblia.

Começamos por agrupar um conjunto de textos que se interligam: Isaías do Antigo Testamento, Lucas e Mateus do Novo Testamento, num percurso que leva da profecia à concretização e da concretização ao compromisso. Sendo Jesus o centro, em torno do qual gira o credo cristão e a sua força «motriz» para a ação, ele apresenta-se como aquele que concretiza as profecias do Antigo Testamento, ao mesmo tempo que se manifesta como modelo para a ação futura dos cristãos, como compromisso a ser «prosseguído» na ação eclesial. A meta que os cristãos devem atingir encontra-se no «ponto de partida» – o próprio Jesus.

Messias Libertador

No livro de Isaías se profetiza que o Messias é enviado para «levar a boa-nova aos que sofrem, para curar os desesperados, para anunciar a libertação aos exilados e a liberdade aos prisioneiros. (...) Consolar os tristes, para coroar os aflitos de Sião; para mudar a sua cinza em coroa, o seu semblante triste em perfume de festa e o seu abatimento em cânticos de alegria»²²⁷.

Mateus e Lucas, quando pretendem dar indicação sobre a identidade de Jesus, utilizam esta referência. Verificamos, nos dois evangelistas referidos, que os discípulos enviados por João Baptista, a fim de confirmarem se é mesmo o Messias ou se devem esperar outro, são reconduzidos novamente a João Baptista com esta indicação: «Tomando a palavra, disse aos enviados: “Ide contar a João o que vistes e ouvistes: Os cegos veem, os coxos andam, os leprosos ficam limpos, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam, a Boa-Nova é anunciada aos pobres”» (Cl 7, 22)²²⁸.

Uma referência constante à ação transformadora de Cristo encontra-se na repetida referência que é feita ao texto de Isaías nos evangelhos, indicando a consumação das profecias antigas em Jesus. Examinemos os referidos textos, de modo a percebermos a sua mensagem «profundamente social».

Anuncia-se uma intervenção que transformará as condições concretas de vida das pessoas. Não se aponta uma vida no além, mas deixa-se claro que a ação de salvação a ser oferecida ao Homem será já nas condições de vida terrena. Evidentemente que podem ser tecidos comentários simbólicos e exegéticos pertinentes ao texto, mas sempre sem se poder negar o caráter pragmático da «ação» anunciada. Neste sentido, apresenta-se a ação que beneficia os sofredores como uma exigência de cada crente, como uma implicação da fé

²²⁷ Cf. Is 61, 1-4, citado na *Tertio Millennio Adveniente*, 9.

²²⁸ Citado na *Evangelii Nuntiandi*, 32; na *Populorum Progressio*, 12; e na *Tertio Millennio Adveniente*, 11. Cf. Mt 11, 4-5, citado na *Tertio Millennio Adveniente*, 11.

cristã. Em suma, na abertura ao transcendente, exige-se o desassossego com as «condições do homem terreno».

Os pobres, os oprimidos, os cegos e os prisioneiros são alvo de uma ação libertadora, por parte de Deus. É apresentada a «intervenção» de Deus como capaz de fazer desaparecer toda a miséria, todo o tipo de infortúnio. No livro de Isaías, faz-se referência a tal ação em favor do seu povo oprimido no exílio, na qual se destaca a recuperação da terra, da dignidade, da alegria e da felicidade da vida, mas onde também se destaca o desaparecido do mal, das «estruturas» que fazem acontecer o mal, a opressão e a violência na vida do Homem e dos povos. Ao mesmo tempo que se denuncia o mal, faz-se eco da construção de uma nova humanidade.

A DSI fundamenta o compromisso eclesial em favor de uma sociedade melhor e em benefício dos mais pobres e explorados, precisamente na mensagem bíblica, e, concretamente, na ação de Cristo – nos evangelhos.

João Paulo II, na carta apostólica *Tertio Millennio Adveniente*, faz uso destes textos bíblicos, servindo mesmo, em certa medida, de base para o programa de transformação social que o jubileu do ano 2000 deveria acarretar. Adiante veremos mais pormenorizadamente a tradição bíblica dos jubileus, com as implicações sociais que acarreta. A ação eclesial pauta-se pela ação em favor dos mais desfavorecidos e pela capacidade de fazer surgir um mundo, onde todos os humanos possam viver em plenitude.

Na conclusão da carta encíclica sobre a solicitude social da igreja - *Sollicitudo Rei Socialis* – coloca-se um outro texto bíblico, de índole semelhante, mostrando a amplitude e abrangência da ação social da igreja. Trata-se do capítulo 4 de Lucas, no qual, ao iniciar a vida pública de Jesus, na sinagoga de Nazaré, afirma que vem concretizar a profecia de Isaías já referida²²⁹.

²²⁹ Cf. Lc 4, 18-21, citado na *Sollicitudo Rei Socialis*, 47.

Jesus assume-se como aquele que carrega as enfermidades humanas e liberta os Homens de todas as opressões. A verdadeira libertação de todas as opressões e enfermidades da humanidade, sob o exemplo e impulso de Jesus, é a tarefa de toda a igreja. O cristão leigo, com a sua presença operativa e interveniente no mundo do trabalho, da cultura e da política, deve e pode conceder um contributo indispensável para a construção de um mundo que conceda a realização plena do Homem.

Acrescentamos a referência a mais dois textos²³⁰, também citados pelos documentos sociais da igreja, que manifestam esta constante preocupação com a ação libertadora das condições de opressão que afligem a humanidade.

A exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi* delinea a missão evangelizadora da igreja como «tarefa» primordial da sua existência, sendo esta ação evangelizadora capaz de transportar para a libertação do homem em todas as suas dimensões. A carta encíclica *Evangelium Vitae* aprofunda esta dimensão de Jesus, do evangelho e da igreja, no sentido de afirmar que temos de potenciar uma vida nova, uma vida que se vai libertando de todo o tipo de crueldade, de toda a tristeza e de toda a mágoa. As curas e milagres apontados à ação de Jesus em benefício dos que sofrem interpelam-nos a realizarmos o mesmo. O cristianismo não se pode desnudar desta ação social; sem ela o «cristianismo não é o cristianismo». Não se pretende reduzir a sua missão à ação social, na transformação do mundo terreno; trata-se, antes, de manter e fortalecer a «tensão» com o transcendente e espiritual, enquanto se opera a transformação das condições terrenas.

Fé operativa

²³⁰ São ambos de Isaías: Is 14, 4-8.11, citado na *Evangelii Nuntiandi*, 6 e Is 35, 1-6.10 citado na *Evangelium Vitae*, 32.

O mandamento do amor é central na dinâmica da fé bíblica. O amor a Deus, sendo primordial e fulcral, implica um outro simultaneamente importante: o amor ao irmão²³¹.

Esta é, entre outras, a citação proferida por Paulo VI, na carta encíclica *Octogesima Adveniens*, ao celebrar os oitenta anos da *Rerum Novarum*, para incentivar o empenho do cristianismo, de cada cristão e de toda a igreja, em ordem à construção de uma «fraternidade universal». Pede-se um empenho «energético», por parte dos crentes, na construção de um mundo melhor. O crente não ficará alheado dos irmãos que estão ao seu lado; não pode ficar apenas numa vivência abstrata e mística da espiritualidade; não se reduzirá a um amor teórico com a dívida, exige-se o seu empenho comprometido e abnegado para com a transformação de mundo, de modo a se tornar um mundo mais fraterno e mais humano. O amor a Deus só é verídico na medida em que é acompanhado pelo amor concreto e real ao irmão.

Bom Pastor

A imagem do Bom Pastor é uma outra comparação para nos demonstrar o Deus bíblico, que não se alheia da vida humana, mas que mergulha nas suas dificuldades, de modo a guiá-la pelos caminhos das «pastagens verdejantes»²³².

A referência ao Bom Pastor, sendo feita em diversos documentos, é saliente na carta encíclica *Evangelium Vitae* de João Paulo II, na qual se insiste no compromisso de se potenciar uma «vida em abundância» a cada ser humano, até se chegar a todos os seres humanos.

Nesta parábola, Jesus estabelece uma comparação entre o bom pastor e o mau pastor (mercenário), o verdadeiro pastor e o salteador. O bom pastor é aquele que se preocupa com as suas ovelhas, que cuida delas, que se entrega por elas; enquanto o mercenário está mais

²³¹ Cf. 1 João 4,7-8.20-21, citano na *Octogesima Adveniens*, 17.

²³² Cf. Jo 10,1-16 citado na *Evangelii Nuntiandi*, 61 e na *Evangelium Vitae*, 1.

preocupado consigo do que com as ovelhas, de modo que, tendo de escolher entre ele e elas, perante o perigo, não hesitará em as deixar abandonadas, defendendo-se e protegendo-se. O mercenário não se dá ao rebanho, unicamente o explora em seu benefício. O salteador, por sua vez, apenas se quer aproveitar, pelo roubo, das ovelhas, para ganho próprio, não olhando a meios para se aproveitar delas.

A DSI está profundamente marcada, como veremos, pela percepção de que a vida em abundância só acontece na abertura ao transcendente, no horizonte da espiritualidade. Contudo, esta dimensão vertical não aparece como um refúgio justificante do imobilismo social; também se pede aos Homens, na sua relação de uns com os outros, e, de um modo particular, aos que governam, que se comportem não como mercenários ou salteadores mas como bons pastores; que, mais que preocupados consigo, estejam ocupados com o bem daqueles que têm ao seu encargo. O empenho para que «a ovelha» esteja bem, tenha saúde, respire felicidade e tenha «vida em abundância», será uma tarefa de todos, de cada um, da igreja, da sociedade.

Bom Samaritano

A parábola do Bom Samaritano é um rico exemplo para nos transmitir a importância da ação social no caminho do crente. No diálogo com o doutor da lei, que perguntara a Jesus o que devia fazer para ter a vida eterna; Jesus respondeu com uma pergunta: «*Que lês na Lei?*»; Respondendo o doutor da lei: «*Amarás ao Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma, com todas as tuas forças e com todo o teu entendimento, e ao teu próximo como a ti mesmo*» (Cf. Lc 10, 25-28). Perante esta situação, o diálogo prossegue de forma emblemática, indicando que o próximo é aquele que necessita da nossa ajuda²³³.

²³³ Cf. Lc 10, 29-37 citado na *Evangelium Vitae*, 27, na *Centesimus Annus*, 51 e na *Deus Caritas Est*, 15.

Será certamente difícil, percorrendo as páginas dos evangelhos, encontrar uma delas sem uma referência positiva e ativa de Jesus, em favor do ser humano, do doente, do que sofre... do desprotegido. Trata-se de uma parábola clarificadora.

Acerca da problemática em torno do mandamento mais importante, Jesus coloca ao nível do amor a Deus o amor ao próximo; não faz um discurso abstrato mas, apresenta uma parábola com uma situação muito concreta e figuras bem conhecidas no seu tempo.

Quem é o próximo²³⁴? O próximo não é definido em torno de uma religião, de uma raça, de um país, de uma condição social, o próximo «é um “ser humano” que necessita da proximidade de um outro ser humano»²³⁵. O verdadeiro templo, em que manifestamos ou não adorar a Deus, é o irmão. É no concreto da humanidade em que se joga a credibilidade da crença no transcendente. O caminho é um: agir favoravelmente em prol dos necessitados, ajudando a curá-los das feridas, a sair das feridas sociais que os cercam. É essencial deixar-se compadecer pelo outro, inclinar-se favoravelmente em prol do irmão que sofre e do irmão carenciado.

Pobre Lázaro

O pobre Lázaro não é uma figura situada historicamente; enquadra-se, no estilo muito próprio de Jesus, numa parábola. A parábola estabelece uma mensagem ampla, que transcende o retrato de um facto histórico; ela situa um conteúdo que se pode ou não encontrar em muitos relatos históricos, fazendo-nos imaginar na situação hipotética que é «narrada»²³⁶.

²³⁴ Cf. L. M. VARELA ALMEIDA, “Quem é o meu próximo?”, in *Communio*. Revista Internacional Católica 26 (2009) 145-156. Neste artigo aprofunda-se o sentido bíblico do próximo, aquele a quem devemos amar.

²³⁵ *Id.*, *Ibid.*, 152.

²³⁶ Cf. Lc 16, 19-26 citado na *Populorum Progressio*, 47; na *Sollicitudo Rei Socialis*, 33, 42; e na *Deus Caritas Est*, 15.

Fixemo-nos nas personagens aqui presentes: em Lázaro, no rico e em Abraão. É muito interessante notarmos que não se apontam defeitos da vida pessoal ao rico nem virtudes morais ao pobre. Em jogo parecem estar unicamente as atitudes que temos diante dos bens e dos irmãos necessitados. Fica subentendido que o rico não se importou com o pobre, com aquele necessitado. Não foi «samaritano». Pelo contrário, nem as migalhas que «tombavam» da mesa parecem trazer permissão para que o pobre as coma. Também fica subentendido que colocou a sua segurança nos bens materiais e, quando percebeu que a vida não acaba aqui, nota que os bens materiais não darão segurança alguma.

E Abraão? É reler o livro do Génesis, no que se refere a Abraão, e verificaremos que ele é um grande rico. Estamos diante de um grande rico que está na bem-aventurança/no céu. Um rico está, o outro não. Será que a bíblia mudou do início para o fim? Claramente, a bíblia apresenta-se num progressivo caminho sobre a mensagem que contém. Quando encontramos no início a recompensa, pelo bem que se realiza e precisamente como sinal da bênção de Deus, nos bens e saúde que aqui temos, caminha-se para se revelar que a verdadeira recompensa e a verdadeira vida acontecem no horizonte espiritual e na eternidade.

É muito interessante notarmos como este realçar do transcendente não leva à abstração das condições terrenas e ao esquecimento do irmão que vive ao nosso lado. Pelo contrário, cada vez se faz mais claro como o acreditar/amar Deus, que não se vê, implica o amor ao irmão e o empenho pela transformação de um mundo melhor. Não se trata de uma crença que aliena face às situações económicas dos desfavorecidos, como pretende o marxismo apontar; pelo contrário, assistimos a um «obrigatório compromisso exigente» em favor de um mundo com maior dignidade.

Caridade: Critério para julgar a vida

Finalmente, selecionamos uma parábola sobre o «juízo final». Aqui se certifica o que é considerado como importante para a vida do crente, com a atribuição do prêmio para os que ajudaram os outros e a «denúncia» dos que não o fizeram²³⁷.

Estamos diante de mais uma parábola que mostra a dimensão social como charneira na validação da fé. O critério apontado para se ajuizar sobre o merecimento da vida eterna ou não, encontra-se unicamente naquilo que de bom fomos capazes de fazer em favor do outro, de um modo particular dos mais necessitados.

Não nos deixemos ficar por uma interpretação redutora do texto, como referindo-se unicamente à esmola. Matar a fome e sede, etc., não se restringe à esmola que damos ao braço estendido. Esta ação encontra profundo significado quando somos capazes de proativamente agir em prol dos outros e quando somos capazes de nos empenhar civicamente por uma sociedade que não produza pobres, nus, necessitados, etc.; lutar por uma sociedade que ofereça dignidade a todos os seres humanos; lutar por uma sociedade que potencie vidas sem argumentos que conduzam à prisão; lutar por sociedades em que todo o tipo de doenças é combatido.

Todas estas passagens não deixarão passar despercebida a implicação social e o compromisso com o bem dos outros que a fé cristã determina. Ser cristão é ser samaritano atento ao irmão, é compartilhar com o Lázaro, é partilhar do pão com os famintos, é trabalhar em prol da justiça e da caridade, é ser solidário.

Poderemos deduzir, dos textos citados, que as instituições sociais e caritativas de igreja terão aparecido como uma concretização institucional desta implicação social da fé cristã.

²³⁷ Cf. Mt 25, 31-46 citado na *Sollicitudo Rei Socialis*, 13; na *Evangelium Vitae*, 43; na *Centesimus Annus*, 51; e na *Deus Caritas Est*, 15. Uma boa obra para reflexão em torno desta passagem bíblica é a de L. Manicardi, *A Caridade dá que fazer. Redescobrimo a atualidade das «Obras de misericórdia»*.

B – Sociedade personalista: a pessoa humana no centro

A DSI aponta um modelo de sociedade, apontando a pessoa humana como o centro de todo e qualquer sistema em que a sociedade se venha a organizar. Na ótica da tipificação dos modelos organizativos da sociedade, tem-se recorrido aos paradigmas do capitalismo, marxismo e socialismo. A mensagem da DSI é muito clara na denúncia do capitalismo selvagem, do marxismo e do socialismo (enquanto ideologia e utopia). Os extremos destes modelos tornam-se desrespeitadores do ser humano, enquanto pessoa: ou esta fica sujeita ao capital e à lei do mercado, ou é inferiorizada em relação ao todo social, que se projeta como «paraíso» a ser construído na terra. O ser humano surge como «o primeiro princípio e, pode dizer-se, o coração e a alma da DSI»²³⁸.

Olhemos o conceito *pessoa* num duplo horizonte. Observemos, primeiramente, a etimologia: «a palavra grega *prósopon* e a latina *persona* significam a *máscara* usada pelos atores do teatro antigo e a *personagem* cujos traços essa máscara exprimia»²³⁹. Um segundo sentido, não menos importante para a definição de pessoa, corresponde «também à noção em que assentava a chamada *exegese prosopológica*, cuja finalidade consistia em detetar as personificações que os poetas e os literatos em geral introduziam nos seus escritos para lhes conferirem mais expressividade através da trama de uma ação vivida»²⁴⁰. A exegese cristã faz este esforço, pois não procura «uma construção imaginativa dos autores dos textos, mas o sujeito real divino que, em determinada passagem bíblica, surgia como o referente de uma ação ou uma palavra»²⁴¹. Deste modo, se define um único Deus em três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo. Assim se afirma a «personagem» com uma missão, assente numa realidade

²³⁸ AA. VV., *Manual de Doctrina Social de la Iglesia*, 93.

²³⁹ H. NORONHA GALVÃO, «Origem teológica do conceito de pessoa. Algumas notas», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 19 (2002) 205.

²⁴⁰ *Id.*, *Ibid.*, 205.

²⁴¹ *Id.*, *Ibid.*

concreta/ontológica e não se situando em mera representação, acentuando o caráter «relacional e dialogal»²⁴². São três pessoas que não existem sem relação, cada uma só existe no nós: «um-não-é-sem-o-outro». Assim, a pessoa surge como uma verdadeira realidade a ser honrada e amada, realidade esta que aparece na relação do interior da Santíssima Trindade e na relação com a vida extra trinitária.

O conceito de pessoa aplicado ao ser humano brota do contributo desta reflexão trinitária e cristológica: ser pessoa significa que é constitutivo do ser humano, da sua identidade, o facto de ser social, relacional e dialogal: aberto à relação com os outros e aberto à transcendência. O Homem é um «ser-não-sem-os-outros».

A pessoa humana não é mera meia, da qual determinada ideologia ou teoria se serve para atingir um dado fim. A pessoa humana, na sua singularidade e individualidade, situa-se como um fim, em função do qual as estruturas sociais se devem organizar. O modo de a sociedade se organizar, com as instituições sociais e políticas que a formam, têm de ter no centro a pessoa humana, têm de estar ao serviço da pessoa e não o inverso. «*A pessoa não pode ser instrumentalizada para projetos de carácter económico, social e político* impostos por qualquer que seja a autoridade, mesmo que em nome de pretensos progressos da comunidade civil no seu conjunto ou de outras pessoas, no presente e no futuro»²⁴³.

Segundo a DSI, para uma sociedade sadiamente organizada, «é fundamental o princípio de que cada ser humano é pessoa; isto é, natureza dotada de inteligência e vontade livre. Por essa razão, possui em si mesmo direitos e deveres, que emanam direta e simultaneamente da sua própria natureza. Trata-se, por conseguinte, de direitos e deveres universais, invioláveis e inalienáveis»²⁴⁴. Consideram-se todos os tipos de direitos, sendo o mais básico e fundamental, o direito à existência, seguindo-se os direitos cívicos, culturais,

²⁴² *Id.*, *Ibid.*, 206. Cf. S. ACKERMANN, «A Igreja como pessoa na teologia de Hans Von Balthasar», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 19 (2002) 209-219.

²⁴³ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 133.

²⁴⁴ *Pacem in Terris*, 9.

morais, políticos e económicos. O poder público deve ampliar todas as suas energias, «no sentido de que esses direitos sejam reconhecidos, respeitados, harmonizados, tutelados e promovidos, tornando-se assim mais fácil o cumprimento dos respetivos deveres»²⁴⁵. Aliás, «não seria verdadeiramente digno do homem um tipo de desenvolvimento que não respeitasse e não promovesse os direitos humanos, pessoais e sociais, económicos e políticos, incluindo os direitos das nações e dos povos»²⁴⁶.

A pessoa humana, «possuidora» de um conjunto de direitos, transporta igualmente um agregado de deveres. Veja-se o caso em que «o direito à existência se liga ao dever de se conservar em vida, o direito a um condigno teor de vida, à obrigação de viver dignamente, o direito de investigar livremente a verdade, ao dever de buscar um conhecimento da verdade cada vez mais vasto e profundo»²⁴⁷. A ligação entre direitos e deveres é tal, que «os que reivindicam os próprios direitos, mas se esquecem por completo de seus deveres ou lhes dão menor atenção, se assemelham a quem constrói um edifício com uma das mãos e, com a outra, o destrói»²⁴⁸.

Este modelo societário tem de ser edificado de modo a potenciar as condições para que a pessoa se realize, na sua dignidade, na liberdade, no desenvolvimento de todas as dimensões: mental, física, psicológica, moral, espiritual... Um modelo onde os direitos humanos sejam protegidos e desenvolvidos e onde os deveres sejam assumidos.

Tudo o que é dito acerca de um dado modelo da sociedade precisa de ter presente tudo o que seja dito em prol do ser humano. A conceção que reproduzirmos do ser humano irá condicionar a conceção de sociedade. Uma sociedade personalista, que coloca a sua primeira preocupação na pessoa humana, terá de olhar para o primeiro e fundamental direito (sem o

²⁴⁵ *Pacem in Terris*, 60. Cf. AA. VV., *Manual de Doutrina Social de la Iglesia*, 103. Destaca-se o direito à vida, à liberdade religiosa, à participação na vida social, à participação económica com o direito de iniciativa económica e o direito dos povos a saírem da miséria pelo esforço solidário e subsidiário dos que mais têm.

²⁴⁶ *Sollicitudo Rei Socialis*, 33.

²⁴⁷ *Pacem in Terris*, 29.

²⁴⁸ *Id.*, *Ibid.*, 30.

qual os outros não têm lugar nem relevância), como o pilar do qual não abdica – falamos do direito à vida. O Concílio Vaticano II, salientando a consciência crescente do valor da vida e dos direitos humanos, deixa uma profunda chamada de atenção para a violação do direito à vida e demais direitos: «tudo quanto se opõe à vida, como seja toda a espécie de homicídio, genocídio, aborto, eutanásia e suicídio voluntário; tudo o que viola a integridade da pessoa humana, como as mutilações, os tormentos corporais e mentais e as tentativas para violentar as próprias consciências; tudo quanto ofende a dignidade da pessoa humana, como as condições de vida infra-humanas, as prisões arbitrárias, as deportações, a escravidão, a prostituição, o comércio de mulheres e jovens; e também as condições degradantes de trabalho; em que os operários são tratados como meros instrumentos de lucro e não como pessoas livres e responsáveis. Todas estas coisas e outras semelhantes são infamantes; ao mesmo tempo que corrompem a civilização humana, desonram mais aqueles que assim procedem, do que os que padecem injustamente; e ofendem gravemente a honra devida ao Criador»²⁴⁹.

João Paulo II, na carta encíclica *Evangelium Vitae*, aprofunda de um modo particular o valor da vida e os atentados à mesma: todo o documento pode ser definido como um hino à vida. Salientando os progressos da ciência e os seus contributos positivos, alerta para o facto de que, pelo progresso científico e tecnológico, nascem formas de atentados à dignidade do ser humano, onde se delineia e consolida uma nova situação cultural que dá aos crimes contra a vida um *aspecto inédito e – se é possível – ainda mais iníquo*, suscitando novas e graves preocupações. Encontramos amplos setores da opinião pública que justificam alguns crimes contra a vida em nome dos direitos da liberdade individual e, sobre tal pressuposto, pretendem não só a sua impunidade mas a própria autorização da parte do estado para os praticar com absoluta liberdade e, além dessa permissividade, com a colaboração gratuita dos Serviços de

²⁴⁹ *Gaudium et Spes*, 27.

Saúde²⁵⁰. Sobre o crime do aborto é dito que «espezinhada no direito fundamental à vida, é hoje uma grande multidão de seres humanos débeis e indefesos, como o são, em particular, as crianças ainda não nascidas»²⁵¹. Diante desta realidade, é feito um apelo claro: «*respeita, defende, ama e serve a vida, cada vida humana!* Unicamente por esta estrada, encontrarás justiça, progresso, verdadeira liberdade, paz e felicidade!»²⁵². «Cultura de morte»²⁵³ é o termo utilizado por João Paulo II para definir a estratégia científica de investir dinheiro de modo a que o aborto se torne cada mais simples e fácil, verbas estas e saberes que deveriam ser implicados na defesa e dignificação da vida humana.

A difusão da eutanásia é igualmente denunciada: «Ameaças não menos graves pesam também sobre os *doentes incuráveis* e os *doentes terminais*, num contexto social e cultural que, tornando mais difícil enfrentar e suportar o sofrimento, aviva a *tentação de resolver o problema do sofrimento eliminando-o pela raiz*, com a antecipação da morte para o momento considerado mais oportuno»²⁵⁴. Este fim antecipado em nome da proteção da pessoa face ao sofrimento que carrega pode correr o risco de um dia ser justificado pela necessidade de se eliminarem as enormes despesas que estes doentes comportam para a sociedade.

Os atentados à vida, anteriormente enunciados, são fortemente reprovados, dada a conceção que se tem do ser humano. O ser humano não é somente alguma coisa, mas alguém. É capaz de se conhecer, de se possuir e de livremente se dar e entrar em comunhão com outras pessoas. O ser humano não se apresenta simplesmente como um ser mais complexo, geneticamente falando, mas como ser que contém o «sopro de Deus», sendo como tal aberto à relação com o transcendente, chamado, pela graça, a uma Aliança com o seu Criador, a dar-Lhe uma resposta de fé e amor que mais ninguém pode dar em seu lugar²⁵⁵. Esta abertura ao

²⁵⁰ Cf. *Evangelium Vitae*, 4.

²⁵¹ *Id.*, *Ibid.*, 5.

²⁵² *Id.*, *Ibid.*, 5.

²⁵³ Cf. *Id.*, *Ibid.*, 12-13.

²⁵⁴ *Id.*, *Ibid.*, 15.

²⁵⁵ Cf. *Catecismo da Igreja Católica*, 357.

transcendente aparece como marca distintiva do ser humano face aos restantes seres terrestres. «Toda a vida do homem é uma pergunta e uma busca de Deus. Esta relação com Deus pode ser tanto ignorada como esquecida ou removida, mas nunca pode ser eliminada. Dentre todas as criaturas, com efeito, somente o homem é “ ‘capaz’ de Deus” (“*homo est Dei capax*”)²⁵⁶.

Esta especificidade na percepção do ser humano condiciona a projeção de uma sociedade que valorize este horizonte e esta dimensão humana. Não se afirma que o estado tenha de ser crente, no sentido de confessional, mas que potencie em cada pessoa a capacidade de se poder desenvolver também nesta direção.

1 – Homem: ser que se inquieta por Deus

A DSI denuncia a tentação de se reduzir a sociedade a um projeto simplesmente temporal, sendo errado uma «salvação» meramente identificado com o bem-estar material e concretizada pelos projetos políticos e sociais, esquecendo-se todas as preocupações espirituais e religiosas²⁵⁷. Quando perdemos «o sentido de Deus, também o sentido do homem fica ameaçado e adulterado. (...) O homem deixa de conseguir sentir-se como “misteriosamente outro” face às diversas criaturas terrenas; considera-se apenas como um de tantos seres vivos, como um organismo que, no máximo, atingiu um estado muito elevado de perfeição. Fechado no estreito horizonte da sua dimensão física, reduz-se de certo modo a “uma coisa”, deixando de captar o caráter “transcendente” do seu “existir como homem”. (...) A vida torna-se simplesmente “uma coisa”, que ele reivindica como sua exclusiva propriedade, que pode plenamente dominar e manipular»²⁵⁸.

²⁵⁶ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 109.

²⁵⁷ Cf. *Evangelii Nuntiandi*, 32.

²⁵⁸ *Evangelium Vitae*, 22.

João Paulo II alerta para o perigo de novos totalitarismos, que podem surgir com a negação do transcendente na compreensão do homem. Esta negação do transcendente acarreta uma «negação da igreja», já que não se tolera «que seja afirmado um *critério objetivo do bem e do mal*, para além da vontade dos governantes»²⁵⁹ ou dos votantes. Tudo fica refém de uma maioria, do que acha o maior número de pessoas. Está-se diante de uma questão profunda, cuja resposta condiciona dois modos diferentes de olhar a vida: se aquilo que é bem ou mal unicamente depende da opinião ou se tem referência ontológica.

Na encíclica *Caritas in Veritate*, alerta-se para o perigo da «promoção programada da indiferença religiosa ou do ateísmo prático», já que «o homem não é um átomo perdido num universo causal»²⁶⁰. Não se pretende tecer um insulto àqueles que são ateus ou indiferentes diante da questão religiosa, antes fazer a afirmação convicta de que o melhor enquadramento para o homem e o horizonte onde melhor se compreende e realiza como pessoa, é a abertura e relação com o transcendente.

Este ser pessoal aberto a Deus é um ser de relação com os outros, um «ser-não-sem-os-outros», como já o referimos. O Compêndio da Doutrina Social da Igreja²⁶¹ afirma-nos que a pessoa humana não pode ser pensada como pura célula de um organismo disposto a reconhecer-lhe meramente um papel funcional no interior de um sistema. Os indivíduos não aparecem desligados entre si como grãos de areia, mas unidos por relações orgânicas, harmoniosas e mútuas, não podendo o homem ser considerado simplesmente um elemento e uma molécula do organismo social. Fica assim acautelado que à afirmação do primado da pessoa não se acomodasse uma visão individualista ou massificada.

²⁵⁹ *Centesimus Annus*, 45.

²⁶⁰ *Caritas in Veritate*, 29. S. DIX, no artigo «A visibilidade e a invisibilidade das pessoas “sem religião” na sociedade portuguesa», in *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia / Lisboa*, 43 (2013) 57-80, reflete sobre a dimensão e caracterização das pessoas chamadas «sem religião», deixando claro que nos tempos atuais têm ganhado visibilidade quantitativa. Deixa a questão: «saber até que ponto um indivíduo irreligioso pode ser verdadeiramente *indiferente* perante a religião» (p. 79).

²⁶¹ Cf. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 125.

Compreendido enquanto capaz da relação entre si e com o transcendente, mesmo dependente destas relações, o ser humano encontra-se exposto a uma forma específica de pobreza: «Uma das pobreza mais profundas que o homem pode experimentar é a solidão. Vistas bem as coisas, as outras pobreza, incluindo a material, também nascem do isolamento, de não ser amado ou da dificuldade de amar. (...) O homem aliena-se quando fica sozinho ou se afasta da realidade, quando renuncia a pensar e a crer num Fundamento. A humanidade inteira aliena-se quando se entrega a projetos unicamente humanos, a ideologias e a falsas utopias»²⁶².

Este enquadramento de Deus não se deverá limitar à esfera individual; pelo contrário, precisará de ter espaço na esfera pública. A religião articula-se na cultura, no mundo social, na economia e particularmente na política. «A DSI nasceu para reivindicar este “estatuto de cidadania” da religião cristã. A negação do direito de professar publicamente a própria religião e de fazer com que as verdades da fé moldem a vida pública acarreta consequências negativas para o verdadeiro desenvolvimento. A exclusão da religião do âmbito público e, na vertente oposta, o fundamentalismo religioso impedem o encontro entre as pessoas e a sua colaboração para o progresso da humanidade»²⁶³. Afirma-se que uma das fontes dos problemas ocorridos no tempo moderno é o «vazio espiritual provocado pelo ateísmo», sendo necessário redescobrir as raízes religiosas do homem.

A liberdade religiosa, enquanto direito fundamental do ser humano, necessita da abertura ao transcendente e da abertura aos que estão abertos ao transcendente. O não reconhecimento da dimensão espiritual conduz a pessoa humana a retrair-se sobre si mesma,

²⁶² *Caritas in Veritate*, 53. Acerca da importância da espiritualidade na fase terminal da vida, vejamos as palavras de A. F. L. F. da COSTA, *Assistência ao doente moribundo no século XVIII*: «No início de uma doença, toda a esperança se fixa no tratamento e à medida que a sua evolução se torna fatalista, a esperança do doente deixa de ser nos cuidados médicos para se focalizar na religião, espiritualidade e nas memórias que perpetuam a sua existência no meio dos entes queridos», 40; «A assistência espiritual é deveras importante principalmente quando a pessoa se encontra perante situações causadoras de incredulidade e sofrimento. Já na época tal como hoje se pretendia que aquele que se encontrava numa situação de morte eminente fosse capaz de alcançar a nível espiritual a paz necessária para a passagem que se aproximava», 41.

²⁶³ *Id.*, *Ibid.*, 56; Cf. *Centesimus Annus*, 24.

tendo dificuldade encontrar resposta para as perguntas do seu coração sobre o sentido da vida e dotar-se de valores e princípios éticos duradouros, impedindo-o mesmo de experimentar uma liberdade autêntica e desenvolver uma sociedade justa²⁶⁴.

Diante desta percepção cristã do homem e da sociedade, «é difícil, portanto, mesmo de um ponto de vista “puramente humano”, aceitar uma posição segundo a qual só o ateísmo tem direito de cidadania na vida pública e social, enquanto os homens crentes, quase por princípio, são apenas tolerados, ou então tratados como cidadãos de segunda categoria, e até mesmo – o que já tem sucedido – são totalmente privados dos direitos de cidadania»²⁶⁵.

Em abono da verdade humana cristã, o laicismo e o fundamentalismo comprometem a possibilidade de um diálogo fecundo e de uma profícua colaboração entre a razão e a fé religiosa. A razão necessitará de ser purificada pela fé e a religião, por sua vez, precisará sempre de ser purificada pela razão. A rutura deste diálogo implicará um custo gravoso para o desenvolvimento da humanidade.

2 – Técnica: ao serviço do homem

A visão personalista da sociedade impede também de deixar o homem refém da tecnologia. A tecnologia tem trazido imensas vantagens. «A técnica permite dominar a matéria, reduzir os riscos, poupar fadigas, melhorar as condições de vida. (...) A técnica é o aspeto objetivo do agir humano, cuja origem e razão de ser estão no elemento subjetivo: o homem que atua. Por isso, aquela nunca é simplesmente técnica; mas manifesta o homem e as suas aspirações ao desenvolvimento, exprime a tensão do ânimo humano para uma gradual

²⁶⁴ Cf. *Libertas religiosa, iter ad pacem*, 2.

²⁶⁵ *Redemptoris Hominis*, 17; Cf. *Caritas in Veritate*, 56; Cf. *Mater et Magistra*, 207.

superação de certos condicionamentos materiais. Assim, *a técnica insere-se no mandato de “cultivar e guardar a terra” (Gn 2, 15) que Deus confiou ao homem*²⁶⁶.

A positividade da técnica tem suscitado a pretensão de que tudo se resolve pela técnica: seja a nível da saúde, do desenvolvimento, da economia, das finanças, da bioética, da paz mundial... Contudo, o desenvolvimento tecnológico que pode induzir à ideia da sua autossuficiência, interrogando-se apenas sobre o *como*, deixa de atender aos muitos *porquês*, pelos quais é impelido a agir.²⁶⁷ Imensas questões éticas, a nível do desenvolvimento e, de um modo particular, a nível da biotecnologia, têm sido levantadas a partir dos «possíveis» que a técnica tem garantido. Surgem diversas questões: Deverá ser tudo confiado unicamente à capacidade técnica? Tudo o que tecnicamente é possível será aceitável? Será tudo bom para o ser humano? O desenvolvimento não é garantido automaticamente e de forma impessoal, pelo mercado; o desenvolvimento exige homens retos, operadores económicos e homens políticos que se empenhem convictamente no bem comum.

Paulo VI alertava para a «ideologia do progresso» económico e tecnológico, que, tendo os seus benefícios, pode conduzir a reducionismos perigosos do homem e do desenvolvimento. Desde o «século XIX para cá, as sociedades ocidentais, e muitas outras, ao tomar contacto com elas, depositaram a sua esperança num progresso renovado e indefinido. Este progresso assim aparecia-lhes como o esforço de libertação do homem, pelo que respeita às necessidades da natureza e às pressões sociais, era como que a condição e a medida da liberdade humana. Difundido pelos modernos meios de informação e pela solicitação de saber e de consumo mais espalhada, o progresso tornou-se uma ideologia omnipresente. No entanto, nos nossos dias uma dúvida se levanta (...) sobre o seu valor»²⁶⁸. Já se denunciaram tanto as limitações como os efeitos perniciosos de um crescimento económico puramente quantitativo. A qualidade e a verdade das relações humanas, o grau de participação e de responsabilidade

²⁶⁶ *Caritas in Veritate*, 69.

²⁶⁷ Cf. *Id., Ibid.*, 70; Cf. *Id., Ibid.*, 71.

²⁶⁸ *Octogesima Adveniens*, 41.

das pessoas não são menos significativos para o devir da sociedade do que a quantidade e a variedade dos bens gerados e consumidos.

Há sinais claros de um novo caminho, «superando a tentação de medir tudo em termos de eficiência e de intercâmbios e em relações de forças e de interesses, o homem deseja hoje substituir cada vez mais estes critérios quantitativos, pela intensidade da comunicação, pela difusão dos conhecimentos e das culturas, pelo serviço recíproco e pela boa harmonia para levar por diante uma tarefa comum. O verdadeiro progresso não estará, por acaso, num desenvolvimento da consciência moral que leve o homem a assumir o encargo das solidariedades ampliadas e a abrir-se livremente para os outros e para Deus?»²⁶⁹.

A modernidade tecnológica pode tender para a percepção de uma sociedade sem a dimensão espiritual. Um dos aspetos do espírito tecnicista moderno é palpável na propensão a considerar os problemas e as moções ligados à vida interior somente do ponto de vista psicológico. Somos muitas vezes reduzidos ao psíquico, e a saúde da alma é confundida com o bem-estar emotivo. É ignorado que o desenvolvimento do homem e dos povos depende verdadeiramente da solução dos problemas de carácter espiritual. O desespero em que se encontram tantas pessoas tem uma explicação não meramente sociológica e psicológica, mas essencialmente espiritual. O vazio existencial em que por vezes a pessoa se encontra, embora no meio de tantas terapias para o corpo e para o psíquico, gera sofrimento. Precisa-se de um humanismo integrador da espiritualidade, já que «o humanismo que exclui Deus é um humanismo desumano», diz-nos a DSI²⁷⁰.

Acrescenta-se a fé como uma luz orientadora da razão tecnológica, ao mesmo tempo que se volta a aludir a uma fé implicada com a razão: «*fascinada pela pura tecnologia, a razão sem a fé está destinada a perder-se na ilusão da própria onnipotência, enquanto a fé*

²⁶⁹ *Id., Ibid.*

²⁷⁰ Cf. *Caritas in Veritate*, 76 e 78.

sem a razão corre o risco do alheamento da vida concreta das pessoas»²⁷¹. Solicita-se uma humanidade com a razão aberta a Deus e a fé aprofundada pela razão.

3 – Ser humano: proprietário de bens para o serviço comum

Defendendo-se o mercado na economia, colocando-se de parte todo o totalitarismo que estatize toda a produção e todos os bens, alerta-se para a necessidade do mercado ser «guiado» sabiamente, de modo a não desumanizar o mundo do trabalho e da economia em geral. «A sociedade não tem que se proteger do mercado, como se o desenvolvimento deste implicasse *ipso facto* a morte das relações autenticamente humanas. É verdade que o mercado pode ser orientado de modo negativo, não porque isso esteja na sua natureza, mas porque uma certa ideologia pode dirigi-lo em tal sentido»²⁷². O mercado, em estado puro, não existe; mas adquire forma pelas configurações culturais que o especificam e orientam. Deste modo, a economia e as finanças podem ser mal utilizadas se quem as gere tiver apenas referências egoístas. Deste modo é possível conseguir transformar instrumentos de *per se* bons em instrumentos danosos; mas esta é uma consequência que resulta da razão obscurecida do homem e não do instrumento em si mesmo. Por isso, não é o instrumento que deve ser colocado em causa, mas o homem que utiliza esse instrumento, a sua consciência moral e a sua responsabilidade pessoal e social²⁷³.

O modelo de sociedade que coloca a pessoa no centro não se opõe à economia do mercado; a «ideologia» que «envolve» o mercado é que pode atender ou atentar contra a pessoa humana. O socialismo, ideologicamente falando, coloca a economia de mercado sob suspeita, instiga a luta contra os que possuem, pretende que toda a propriedade de bens

²⁷¹ *Id., Ibid.*, 74.

²⁷² *Id., Ibid.*, 36.

²⁷³ *Cf. Id., Ibid.*

particulares deve ser suprimida e que os bens dos indivíduos devem ser comuns a todos. Leão XIII²⁷⁴ preconiza que tal solução, parecendo ser favorável aos trabalhadores, acaba por lhes ser prejudicial, já que esta conversão da propriedade particular em propriedade coletiva teria o efeito de tornar a situação dos operários mais precária, retirando-lhes o salário e desse modo a esperança e a possibilidade de engrandecerem o seu património e melhorarem a sua situação.

O próprio direito da propriedade privada compõe a compreensão da pessoa humana enquanto tal, já que «a propriedade particular e pessoal é, para o homem, de direito natural»²⁷⁵. O direito à propriedade privada não limita a utilidade comum que lhe é inerente, já que «o direito de propriedade é limitado, pois não pode constituir obstáculo a que seja satisfeita a “exigência irrevogável dos bens, criados por Deus para todos os homens, estarem equitativamente à disposição de todos, segundo os princípios da justiça e da caridade”»²⁷⁶.

A DSI diverge do coletivismo e da absolutização do direito da propriedade²⁷⁷, já que sempre o entendeu no contexto do direito comum de todos utilizarem os bens da criação inteira: o direito à propriedade privada está subordinado à destinação universal dos bens.

João Paulo II, no ano 2000 – ano Jubileu do nascimento de Cristo – escreveu a carta apostólica *Tertio Millennio Adveniente*²⁷⁸, na qual se aflora o sentido dos anos sabáticos e jubilares, partindo dos textos bíblicos, anteriormente referidos (Êxodo 23, 10-11; Levítico 25, 1-28; Deuterónimo 15, 1-6) e mostra a importante dimensão social destas celebrações, nomeadamente no que se refere à partilha dos bens e à posse das coisas.

O texto do Levítico deixa claro que a solidariedade, partilha e fraternidade são marcas centrais da festa enunciada. A posse dos bens é tida, não como eterna mas temporária, já que mesmo sem ser o atual proprietário, no ano jubilar a propriedade volta ao seu anterior proprietário. Os bens estão disponíveis para o bem de todos e não apenas de alguns, sendo os

²⁷⁴ Cf. *Rerum Novarum*, 3 e 4. *Id.*, *Ibid.*, 4.

²⁷⁵ *Id.*, *Ibid.*, 5.

²⁷⁶ *Mater et Magistra*, 43.

²⁷⁷ Cf. *Laborem Exercens*, 14.

²⁷⁸ Cf. *Tertio Millennio Adveniente*, 12-16.

mais fracos protegidos, de modo a não ficarem na penúria *ad eternum*. Existe uma nova redistribuição da terra e um claro convite à não exploração constante da natureza, já que se trata também de um ano de descanso para a terra. Afloraremos um pouco mais este ponto quando analisarmos a ecologia.

A DSI distancia-se do liberalismo e do socialismo, já «que o primeiro se tinha mostrado de todo incapaz de resolver convenientemente a questão social, e o segundo propunha um remédio muito pior que o mal, que lançaria a sociedade em perigos mais funestos»²⁷⁹. O socialismo é olhado inicialmente no seu contexto mais ideológico, sendo que hoje se pode questionar esta conotação nos chamados partidos socialistas que existem na maioria dos estados ocidentais: «E se o socialismo estiver realmente tão moderado no tocante à luta de classes e à propriedade particular, que já não mereça nisto a mínima censura? Terá renunciado por isso à sua natureza essencialmente anticristã? Eis uma dúvida que a muitos traz suspensos»²⁸⁰.

4 – Ser humano: ser criador

O trabalho aparece aqui com toda a pertinência e relevância. A DSI encontra na carta encíclica *Laborem Exercens*, de João Paulo II, um precioso documento sobre o trabalho. Aí se aflora o sentido profundo do trabalho, o seu conteúdo e a sua relatividade face ao ser humano, enquanto pessoa. Não indicaremos todas as dimensões ali a floradas, unicamente acenaremos alguns aspetos relevantes, para nos concentrarmos, a partir da DSI, sobre o trabalho e a relação com o ser humano. Evidentemente que assumimos a noção de trabalho no sentido amplo e genérico de toda a atividade humana e não apenas no de trabalho manual ou braçal.

²⁷⁹ *Quadragesimo Anno*, p.180.

²⁸⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 215.

O «trabalho constitui uma dimensão fundamental da existência do homem sobre a terra»²⁸¹. O trabalho, podemos afirmar, é apontado como constitutivo do ser humano, como fazendo parte da sua identidade e realização; contudo, afirma-se a primazia do ser humano face ao trabalho, já que «antes de mais nada o trabalho é “para o homem” e não o homem “para o trabalho”»²⁸².

É muito importante atendermos a esta afirmação, neste capítulo, já que ela acentua o carácter personalista que caracteriza a DSI. O valor primeiro e central não se encontra no trabalho, mas no seu sujeito, na pessoa humana. Com esta afirmação, temos de excluir qualquer espécie de escravatura ou exploração explícita ou implícita, somos obrigados a olhar a dignidade do trabalho na dignidade daquele que o realiza. Não podemos olhar para o trabalhador apenas como força de trabalho que se encontra diante de nós para comprarmos ou vendermos, já que desse modo o homem passaria a ser tratado como mero instrumento de produção.

O trabalho é um bem que pertence ao homem, associando a si o suor e o cansaço. Contudo, «se este bem traz em si a marca de um *bonum arduum* – “bem árduo” –, (...) isso não impede que, como tal ele seja um bem do homem. E mais, é não só um bem “útil” ou de que se pode usufruir, mas é um bem “digno”, ou seja, que corresponde à dignidade do homem, um bem que exprime esta dignidade e que a aumenta. (...) O trabalho é um bem do homem – é um bem da sua humanidade – porque, mediante o trabalho, o homem *não somente transforma a natureza*, adaptando-a às suas próprias necessidades, mas também *se realiza a si mesmo* como homem e até, num certo sentido, “se torna mais homem”»²⁸³.

Na história moderna tem ocupado lugar de relevo o conflito entre a tríplice realidade: trabalho – trabalhador – capital. Este conflito, contudo, é normalmente motivado por razões ideológicas e políticas, não tendo forçosamente que ocorrer.

²⁸¹ *Laborem Exercens*, 4.

²⁸² *Id.*, *Ibid.*, 6.

²⁸³ *Id.*, *Ibid.*, 9.

Não entrando nos contornos específicos da questão ideológica, urge deixar claro «o princípio da prioridade do “trabalho” em confronto com o “capital”»²⁸⁴. O capital é um meio a ser colocado ao serviço do homem, ao serviço da sua capacidade de trabalho. O conflito entre «trabalho» e «capital» será ultrapassado, já que não se podem separar o capital do trabalho, nem contrapor o trabalho ao capital e o capital ao trabalho, e, menos ainda, contrapor uns aos outros os homens concretos, que estão por detrás destes conceitos²⁸⁵. Haverá caminho para se superar a «antinomia» entre estas realidades, procurando enquadrar-se no princípio em precedência enunciado: o princípio da subjetividade do trabalho humano, da prioridade substancial e efetiva do trabalho, e da participação humana em todo o processo de produção, independentemente dos serviços prestados pelo trabalhador.

Dando a prioridade ao trabalho face ao capital (o capital está em função do trabalho e do ser humano), também se perceberá, como já foi referido, que o trabalho não se encontra no centro mas antes o ser humano. Uma empresa tem de ser considerada primeiramente como uma «sociedade de pessoas e não uma sociedade de capitais»²⁸⁶. A pessoa humana é o ponto centrífugo em torno do qual gira o trabalho e o capital; este é o argumento personalista. Quando o homem trabalha, deseja que os frutos desse trabalho sejam úteis para si e para outrem, sentindo-se assim corresponsável e co artífice do mundo que o envolve.

5 – Modelo democrático: o mais adequado à pessoa humana

A democracia aparece como o modelo político mais condizente com a defesa da pessoa humana e das liberdades. «A igreja encara com simpatia o sistema da democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos nas opções políticas e garante aos governados

²⁸⁴ *Id., Ibid.*, 12.

²⁸⁵ *Cf. Id., Ibid.*, 13.

²⁸⁶ *Cf. Centesimus Annus*, 43.

a possibilidade quer de escolher e controlar os próprios governantes, quer de os substituir pacificamente, quando tal se torne oportuno. (...) Uma autêntica democracia só é possível num estado de direito e sobre a base de uma reta concepção da pessoa humana. Aquela exige que se verifiquem as condições necessárias à promoção quer dos indivíduos através da educação e da formação nos verdadeiros ideais, quer da “subjetividade” da sociedade, mediante a criação de estruturas de participação e corresponsabilidade»²⁸⁷.

Na preferência que é manifestada pelo estado democrático, a igreja, respeitando a legítima autonomia da ordem democrática, não sente como sua atribuição manifestar preferência por uma dada solução institucional ou constitucional. A democracia radica no povo como sujeito da autoridade política²⁸⁸. Contudo, importa aclarar que, no seio da democracia, os valores fundamentais deverão ultrapassar o relativismo da contagem dos votos²⁸⁹. Hoje pode tender-se a afirmar que o agnosticismo e o relativismo cético constituem o comportamento mais idóneo às sociedades democráticas, e que todos quantos estão convencidos de conhecer a verdade e firmemente aderem a ela, sejam olhados com suspeita, do ponto de vista democrático, por não aceitarem que a verdade seja determinada pela maioria e variável segundo os diversos equilíbrios políticos. Notar-se-á que uma democracia sem valores converte-se facilmente num totalitarismo aberto ou dissimulado.

C – Princípios basilares da doutrina social da igreja

A DSI não versa exclusivamente sobre os temas da ação social estritamente dita, mas sobre todos os aspetos cívicos que afetam o homem no seu todo, sobre toda a atividade humana, quer enquanto vivência em sociedade, quer enquanto vida individual, aflorando

²⁸⁷ *Id., Ibid.*, 46.

²⁸⁸ Cf. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 395.

²⁸⁹ Cf. *Centesimus Annus*, 46.

temas tão abrangentes como: trabalho, ambiente, desenvolvimento dos povos, ambientalismo, paz entre os povos, solidariedade, caridade, subsidiariedade, bem comum, etc.

Todos estes temas merecem a nossa atenção e reflexão. Contudo, iremos centrar a nossa ponderação naqueles que mais se interligam com a dinâmica da ação social, seja institucional, seja pessoal. Facilmente nos aperceberemos como toda a reflexão em torno destes conceitos/princípios circula em função da pessoa humana: tudo se pensa, se diz ou se deve fazer em benefício da pessoa humana. Aliás, as instituições de solidariedade que iremos analisar prestam diversos serviços unicamente ligados com a pessoa humana.

Conjugaremos quatro princípios: bem comum, caridade, solidariedade e subsidiariedade. A ordem não é arbitrária. O bem comum é o princípio cimeiro que deve reger todas as instâncias civis, religiosas, estatais... e todo o coração humano. Enquadrado o princípio do bem comum, são apresentados os três seguintes (caridade, solidariedade e subsidiariedade) como «modos/estratégias» de alcançar e operacionalizar o bem comum.

1 – Bem Comum

O primeiro princípio da DSI escolhido é o do bem comum. Este princípio torna-se basilar, já que manifesta a preocupação que cada ser humano deve ter com os outros, não o deixando ficar fechado no bem próprio e no interesse próprio. Impele para que a sociedade esteja organizada de modo a potenciar este interesse por todos, o bem que a todos deve atingir. Cada pessoa, cada grupo ou instituição pensa primeiramente no seu interesse, no interesse do seu grupo, no interesse da sua instituição. Trata-se de alargar o nosso horizonte e perceber que um interesse particular pode colidir com o bem de outros, uma satisfação individual pode acarretar enormes males para o bem comum.

À luz da visão personalista da sociedade, o bem comum não se alcança com o mal de um para favorecer um maior número, mas através da procura de um caminho harmonioso, onde se vão enquadrando sempre as decisões, para que se alcance sempre o melhor para todos e para cada um, conjugando estratégias para que o proveito de um não redunde no prejuízo de outro ou de muitos.

É interessante que Pio XI, quando aborda a questão do salário, instruindo sobre o salário correto a ser pago ao trabalhador, enquadre a questão no princípio do bem comum, afirmando que «é portanto contra a justiça social diminuir ou aumentar demasiadamente os salários em vista só das próprias conveniências e sem ter em conta o bem comum; e a mesma justiça exige que, em pleno acordo de inteligências e vontades, quanto seja possível, se regulem os salários de tal modo que o maior número de operários possa encontrar trabalho e ganhar o necessário para o sustento da vida. É também importante para o mesmo efeito a boa proporção entre as diversas categorias de salários»²⁹⁰. Estas palavras, remontando a 1931 e com formulação própria da época, não deixam de tocar questões pertinentes para hoje, tais como: definição dos salários de modo a que se beneficie o bem comum, o bem de todos os homens e não apenas de alguns; definição dos salários pelas «categorias profissionais» que não deverão ser demasiado desproporcionados; atribuição de um salário condigno, que não se restrinja a uma «esmola miserável».

Ensina-se, relativamente ao poder público, «que o dever fundamental do poder é a solicitude pelo bem comum da sociedade; daqui dimanam os seus direitos fundamentais. Em nome precisamente destas premissas, (...) os direitos do poder não podem ser entendidos de outro modo que não seja sobre a base do respeito pelos direitos objetivos e invioláveis do homem»²⁹¹.

²⁹⁰ *Quadragesimo Anno*, 202.

²⁹¹ *Redemptoris Hominis*, 17.

O bem comum identifica-se com «o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição (...). Cada grupo deve ter em conta as necessidades e legítimas aspirações dos outros grupos e mesmo o bem comum de toda a família humana. Simultaneamente, aumenta a consciência da eminente dignidade da pessoa humana, por ser superior a todas as coisas e os seus direitos e deveres serem universais e invioláveis»²⁹². Concretiza-se pelo empenho em tornar acessíveis ao homem todas as coisas de que necessita, para levar uma vida verdadeiramente humana. A organização da sociedade e o seu progresso devem reverter sempre para o bem das pessoas, já que a ordem das coisas deve estar subordinada à ordem das pessoas.

A responsabilidade por este bem comum compete a cada pessoa, mas «a *responsabilidade de perseguir o bem comum compete não só às pessoas consideradas individualmente, mas também ao estado, pois o bem comum é a razão de ser da autoridade política*. Na verdade, o estado deve garantir coesão, unidade e organização à sociedade civil da qual é expressão, de modo que o bem comum possa ser conseguido com o contributo de todos os cidadãos»²⁹³. Podemos afirmar com toda a clareza que o bem que o estado deve buscar não é o bem próprio mas o bem comum, o bem de todos e de cada cidadão; esta é a primeira razão de ser da sua existência e esta deve ser a sua primordial atividade. Tem como tarefa a articulação dos bens «privados» para que o bem individual não se sobreponha ao bem de todos.

A razão de ser do estado é a realização do bem comum. A própria intervenção do estado na economia e a posse pública devem reger-se pelo bem comum. Essa intervenção e posse acontecerão quando não é possível deixá-los nas mãos de pessoas privadas sem perigo

²⁹² *Gaudium et Spes*, 26.

²⁹³ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 168.

do bem comum²⁹⁴. A realização do bem comum não é conseguida por mera retórica, necessita do empenho claro e concreto do estado para que o mesmo seja uma realidade.

O bem comum não pode ser tarefa exclusiva do estado, tem de ser um princípio presente na ação de cada pessoa e de cada instituição da sociedade, já que o «fim da vida social é o bem comum historicamente realizável»²⁹⁵. As instituições sociais de igreja apresentam-se como uma «determinada institucionalização» potenciadora de um «bem historicamente realizável» onde se encontram implementadas, no apoio concedido aos diferentes grupos sociais. Esta conceção não se poderá reduzir à materialidade da vida, transformando o bem comum em simples *bem-estar económico*, destituído de toda a finalização transcendente. Potenciar o bem comum é ser capaz de permitir, à sociedade e a cada pessoa, a realização de um bem «corpóreo e espiritual», possibilitando que chegue a todos a aptidão para se sentirem «capazes de Deus».

Podemos traçar três conclusões importantes:

– Primeiramente, as instituições de igreja, à luz do bem comum, intervirão, numa articulação com a sociedade e o poder público, na busca do bem das pessoas, encontrando no estado um potenciador e dinamizador da sua ação, enquanto atividade que se desenvolve em favor do bem comum e não do simples bem institucional.

– Simultaneamente espera-se que estas instituições desenvolvam um bem que possa chegar a todos os Homens, não forçosamente com capacidade de chegar a todos, mas que atuem sem discriminação, de modo a levar o bem àqueles que mais carecem dele, até poderem estar todos bem.

– Finalmente, este bem a ser potenciado às pessoas não se reduz ao bem-estar económico, social ou psicológico, mas terá de alavancar igualmente o bem espiritual.

²⁹⁴ Cf. *Quadragesimo Anno*, p. 214; Cf. *Mater et Magistra*, 20; *Pacem in Terris*, 53-54.

²⁹⁵ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 168; Cf. *Id.*, *Ibid.*, 170.

2 – Caridade

A caridade surge-nos como um pilar firme da DSI. Sabemos que este conceito nem sempre foi ou é valorizado positivamente, surgindo tentativas de o colar à «mera ajuda» do necessitado, sem se importar com o esforço de fazer sair a pessoa da condição de miséria²⁹⁶. Contudo, esta perceção menos valorativa da caridade não derivará tanto do seu conceito mas de determinadas concretizações históricas do mesmo.

A DSI foi incorporando outros conceitos, tais como o conceito de solidariedade e subsidiariedade, como veremos adiante, para exprimir a ação em prol do próximo, mas tais conceitos não reduzem o valor e importância da caridade. Cada princípio tem o seu lugar, a sua especificidade e a sua pertinência.

A objeção à caridade da igreja tem sido ligada a uma ideologia, segundo a qual os pobres «não teriam necessidade de obras de caridade, mas de justiça. As obras de caridade – as esmolas – seriam na realidade, para os ricos, uma forma de se subtraírem à instauração da justiça e tranquilizarem a consciência, mantendo as suas posições e defraudando os pobres nos seus direitos. Em vez de contribuir com as diversas obras de caridade para a manutenção das condições existentes, seria necessário criar uma ordem justa, na qual todos receberiam a sua respetiva parte de bens da terra e, por conseguinte, já não teriam necessidade das obras de caridade. Algo de verdade existe – devemos reconhecê-lo – nesta argumentação, mas há também, e não pouco, de errado»²⁹⁷. É uma crítica reconhecida como pertinente, convidando à

²⁹⁶ Nesta linha crítica encontramos M. Yunus: «Mesmo hoje, não ligamos seriamente ao problema da pobreza, porque não estamos pessoalmente envolvidos nele. Afastamos o problema dizendo que se os pobres trabalhassem mais não seriam pobres. E, quando queremos auxiliar os pobres, normalmente oferecemos-lhe caridade. Muitas das vezes usa-se a caridade para evitar reconhecer-se o problema e encontrar uma solução para ele. A caridade torna-se numa forma de enjeitar as responsabilidades. A caridade não é uma solução para a pobreza. Acaba por perpetuar a pobreza ao retirar a iniciativa aos pobres. A caridade permite-nos continuar as nossas vidas sem nos preocuparmos com os outros. Com ela, a nossa consciência fica tranquila. Mas a verdadeira questão está em criar uma plataforma nivelada para todos, dando a todos os seres humanos iguais oportunidades» – M. YUNUS, *O banqueiro dos pobres*, 2.

²⁹⁷ *Deus Caritas Est*, 26.

purificação de determinadas práticas, mas sem aceitar que esta crítica nega-se o valor e o lugar da caridade.

A caridade vai para além desta perceção da vida e deste enquadramento civilizacional. O «amor – *caritas* – será sempre necessário, mesmo na sociedade mais justa. Não há qualquer ordenamento estatal justo que possa tornar supérfluo o serviço do amor. Quem quer desfazer-se do amor prepara-se para se desfazer do homem enquanto homem. Sempre haverá sofrimento que necessita de consolação e ajuda. Haverá sempre solidão. Existirão sempre também situações de necessidade material, para as quais é indispensável uma ajuda na linha de um amor concreto ao próximo»²⁹⁸.

A caridade moverá o homem em ordem ao seu semelhante, de modo a ampará-lo. A caridade não está refém de uma ajuda que vicia o ciclo da pobreza; pelo contrário, ela implica também a rutura desse ciclo. Uma ação não exclui a outra; pelo contrário, exige-a e implica-a. Deste modo, a DSI ensina que «a caridade não é uma espécie de atividade de assistência social que se poderia mesmo deixar a outros, mas pertence à sua natureza, é expressão irrenunciável da sua própria essência»²⁹⁹.

A caridade brota do amor oblato, da pessoa que se doa e entrega ao outro na sua vida, nas suas qualidades e nos seus bens, para o ajudar a ter melhor vida. É este impulso que caracteriza a caridade e a torna numa marca essencial na sociedade. A caridade presidirá aos esforços de promoção social, de desenvolvimento e de consolidação da paz, já que se esta falta tornam-se ineficazes os melhores estatutos.

A caridade, como prática do amor, radica na conceção de Deus que é amor, sendo a vivência do amor uma manifestação desse mesmo Deus. Nas palavras de Santo Agostinho, vemos esta ligação: «Se vês a caridade, vês a Trindade»³⁰⁰. Na conceção trinitária de Deus uno em três pessoas, de Deus que é na essência amor, relação e comunhão: amor que se

²⁹⁸ *Id., Ibid.*, 28.

²⁹⁹ *Deus Caritas Est*, 25; Cf. *Quadragesimo Anno*, 823.

³⁰⁰ Santo AGOSTINHO, *De Trinitate*, VIII, 8, 12, CCL 50, 287.

manifesta na relação das três pessoas e amor na relação com os homens e com a criação, o crente é interpelado a viver também nesse amor.

A caridade não se reduz ao âmbito das relações familiares e dos amigos, ela «deve ser reconsiderada no seu autêntico valor de critério supremo e universal de toda a ética social. Dentre todos os caminhos, mesmo os procurados e percorridos para enfrentar as formas sempre novas da atual *questão social*, o “mais excelente de todos” (1 *Cor* 12, 31) é a via traçada pela caridade»³⁰¹.

Solicita-se que a «atividade caritativa da igreja mantenha todo o seu esplendor e não se dissolva na organização assistencial comum, tornando-se uma simples variante da mesma»³⁰². A identidade da caridade cristã encontra-se na «competência do coração», já que a competência profissional é fortemente necessária, mas por si só não basta³⁰³. Estamos a tratar ser humanos, e estes necessitam sempre de algo mais que um tratamento tecnicamente correto, têm necessidade de humanidade, precisam da atenção do coração.

João XXIII coloca, de um modo muito claro, a caridade como a «rainha» da DSI, afirmando que a «caridade, (...) ao conjugar harmoniosamente os mandamentos do amor mútuo com a prática dos mesmos, realiza de modo admirável as exigências desta dupla doação que em si resume a doutrina e a ação social da igreja»³⁰⁴. João Paulo II³⁰⁵ coloca na

³⁰¹ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 204.

³⁰² *Deus Caritas Est*, 31.

³⁰³ Apontamos a referência que é feita à situação da morte no tempo de hoje, precisamente no lugar que os meios técnicos assumiram em detrimento dos laços afetivos familiares: «Atualmente a cena de morte que pode ser observada em qualquer serviço de um qualquer hospital que passou a incluir um doente relegado a uma cama hospitalar onde este se encontra solitário, sedado, inconsciente, por vezes ligado a um ventilador, à espera que deixe de existir registo de atividade cerebral de forma a ser decretado o fim da sua existência. O morrer acontece cada vez mais em meio hospitalar e todas as rotinas, antes a cargo da família, são realizadas agora por técnicos de saúde e pelos funcionários das agências funerárias. O doente passa do círculo familiar para o círculo médico, a linguagem utilizada à sua volta é a linguagem clínica, o doente é isolado dos outros e atrasa-se o mais possível a entrega da pessoa à morte», A. F. L. D. da COSTA, *Ibidem*, 43; A sociedade encurralou a morte nos hospitais ou noutras instituições onde o doente morre sozinho num quarto isolado, numa enfermaria ou junto de sofisticadas máquina numa unidade de cuidados intensivos, mas sempre sozinho... sem ninguém que compartilhe o medo, a angustia, o sofrimento ou quem sabe, a paz e a alegria de quem parte - Cf. A. P. G. A. SAPETA, *A família face ao doente terminal hospitalizado. O caso particular do HAL*, Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de mestre em sociologia, variante família e população, Universidade de Évora, Évora, 1997.

³⁰⁴ *Mater et Magistra*, 6.

caridade cristã a opção ou amor preferencial pelos pobres, a solícitude primeira pelas imensas multidões de famintos, de mendigos e, sobretudo, de todos que vivem sem esperança de um futuro melhor.

Esta ação tão nobre da caridade não pode estar reduzida à dimensão individual; ela será parte estruturante da sociedade eclesial e da sociedade geral. O amor do próximo, radicado no amor de Deus, é um dever de cada um dos fiéis, mas é-o igualmente para a comunidade eclesial inteira. O próximo a ser amado apresenta-se em sociedade; assim, amá-lo no plano social significa valer-se das estruturas sociais para melhorar a sua vida e remover os fatores sociais que causam a sua indigência³⁰⁶. A sociedade organizar-se-á e estruturar-se-á para que na caridade se possa tirar o indigente da sua miséria.

Toda a ação caritativa do cristão não será um mero truque para «encaixar» Deus. Na percepção antropológica cristã do homem, suscitar-se-á a inquietação pela dimensão espiritual, mas a caridade será genuína e autêntica em si. Não será mero trampolim para o objetivo espiritual. «O cristão sabe quando é tempo de falar de Deus e quando é justo não o fazer, deixando falar somente o amor. Sabe que Deus é amor (cf. *1 Jo* 4, 8) e torna-Se presente precisamente nos momentos em que nada mais se faz a não ser amar. Sabe (...) que o vilipêndio do amor é vilipêndio de Deus e do homem, é a tentativa de prescindir de Deus. Consequentemente, a melhor defesa de Deus e do homem consiste precisamente no amor»³⁰⁷.

A doutrina social afirma o testemunho que a igreja tem dado neste domínio: sempre esteve presente com as suas obras para oferecer ao homem carente um auxílio material que não o humilhe e não o reduza a ser apenas objeto de assistência, mas promovendo a sua dignidade de pessoa. Deve-se registar que a caridade operativa nunca faltou na igreja,

³⁰⁵ Cf. *Sollicitudo Rei Socialis*, 42.

³⁰⁶ Cf. *Deus Caritas Est*, 20.

³⁰⁷ *Id.*, *Ibid.*, 31.

registando-se até um variado e reconfortante incremento hoje. A propósito, merece especial referência todo o voluntariado que a igreja favorece e promove³⁰⁸.

A fé em Deus e o mandamento do amor a Deus não nos afasta dos homens; pelo contrário, o amor ao irmão torna-se um imperativo concreto da vida. «Nos Santos, torna-se óbvio como quem caminha para Deus não se afasta dos homens, antes pelo contrário torna-se-lhes verdadeiramente vizinho»³⁰⁹. Assim, a obrigação da responsabilidade social (pelos outros) como identitário do ser humano e, de um modo peculiar, do crente, é o elemento a destacar no conteúdo da caridade.

A caridade que o cristianismo interpela «é histórica, não é um princípio abstrato. (...) E a igreja tem a responsabilidade histórica dessa narração da caridade: é chamada a ser epifania da caridade de Deus nos dias de hoje. Não há outro lugar da caridade que não seja a história, o hoje, o corpo pessoal, social, eclesial, mundial»³¹⁰. Esta ação histórica implica a «elevação» do próximo: «Um trabalho caritativo que não se esforce por fazer sair o pobre da exclusão torna-se cúmplice da marginalização do pobre e da sua instrumentalização»³¹¹. A ação caritativa (e a palavra caritativa que anuncia e denuncia profeticamente) «ressuscita» o indigente para a não indigência e para a dignidade, colocando-o «de pé» diante de mim e dos outros.

A caridade cristã está para além da conceção negativista que por vezes se lhe imputa, conceção esta que não tem as raízes bíblicas mas em determinadas práticas que a história foi reproduzindo. A DSI afasta-se claramente do entendimento de alguns pensadores, como M. Mauss – enquadrado em circunstâncias históricas, que afirmam que «a caridade fere aquele

³⁰⁸ Cf. *Centesimus Annus*, 49.

³⁰⁹ *Deus Caritas Est*, 42. Deixamos uma referência ao fenómeno de dádiva, fortemente analisado nos estudos sociais, de *potlatch*, particularmente por Marcel Mauss. Este fenómeno caracteriza-se pela obrigação de saber dar, saber receber e saber retribuir; contudo, tal fenómeno distancia-se fortemente do que é indicado pelo conceito de caridade na doutrina social da igreja. Cf. M. Mauss, *Ensaio sobre a dádiva*. Cf. L. V. Campenhoudt, *Introdução à análise dos fenómenos sociais*, 137-152.

³¹⁰ L. MANICARDI, *A Caridade dá que fazer. Redescobrimo a atualidade das «Obras de misericórdia»*, 17-18.

³¹¹ *Id.*, *Ibid.*, 29.

que aceita»³¹². A caridade leva-me a sentir o outro e a dar-me, mais do que dar coisas: No seu hino à caridade, São Paulo (cf. *I Cor 13*) ensina-nos que a caridade é sempre algo mais do que mera atividade: «Ainda que distribua todos os meus bens em esmolas e entregue o meu corpo a fim de ser queimado, se não tiver caridade, de nada me aproveita» (v. 3). A íntima participação pessoal nas necessidades do outro torna-se um dar-se-lhe a mim mesmo: para que o dom não humilhe o outro, devo não apenas dar-lhe qualquer coisa minha, mas dar-me a mim mesmo.

A caridade que resiste a cair no mero assistencialismo é uma caridade que ultrapassa o impulso individual, organizando-se no seio da sociedade, fazendo brotar instituições capazes de potenciar uma ordem social mais justa, onde as pessoas possam viver cada vez em melhores condições. As IPSS's podem ser vistas como uma das faces desta institucionalização da caridade, enquanto agir organizado e estruturado em favor «dos outros». Tendo estas instituições como objetivo a criação de condições para que as pessoas vivam melhor, têm também a consciência de que uma sociedade mais justa não precisará menos da caridade no seu seio.

3 – Solidariedade

O princípio da solidariedade na DSI deve imenso ao Papa João Paulo II³¹³. As suas encíclicas vão inaugurar e aprofundar este princípio, enquadrando-o como estruturante do pensamento social da igreja.

³¹² M. MAUSS, *Essai sur le don*, 220.

³¹³ D. LOURENÇO VIEIRA, *La solidarité au coeur de l'éthique sociale. La notion de solidarité dans l'enseignement social de l'Église catholique*. Toda a obra de doutoramento do autor faz uma reflexão da génese e evolução do conceito da solidariedade no ensinamento social da igreja católica, onde se apresenta o papel do Papa João Paulo II no enquadramento e aprofundamento deste princípio.

Importa deixar uma nota em torno do conceito de solidariedade desenvolvido pelos estudos da sociologia, nomeadamente por E. Durkheim, sobre a organização da sociedade, no binómio da solidariedade mecânica e da solidariedade orgânica³¹⁴. Neste estudo aprofunda-se toda a dinâmica presente nas denominadas sociedade tradicionais – solidariedade mecânica – e nas sociedades modernas – solidariedade orgânicas, estando a primeira mais ligada à presença de uma moral coletiva, com fortes laços sociais, e estando a segunda mais marcada pela divisão do trabalho social, com uma moral mais individual e institucionalizada, marcada pelo individualismo, nomeadamente religioso. Registe-se que o âmbito da reflexão da DSI acerca da solidariedade é distinto da reflexão sociológica. Não sendo aprofundamentos opostos, claramente não se encontram em patamares idênticos, muito embora seja de assinalar que o surgimento das sociedades de solidariedade orgânica e a «passagem» dos laços de sangue aos laços da razão tem potenciado a solidariedade institucionalizada, nomeadamente a proliferação das IPSS's. A solidariedade imanente e latente no seio da comunidade vai dando lugar a uma solidariedade institucionalizada e «confiada» às organizações.

A solidariedade querida, amada e incentivada pela igreja emerge no século XIX, para «negar e excluir do campo social a caridade cristã. O viveiro da solidariedade foi o socialismo utópico e o solidarismo, mormente no espaço francês»³¹⁵. O termo surge como «uma arma de arremesso dos socialistas e solidaristas contra a prática social da caridade»³¹⁶. Vão criando

³¹⁴ Cf. M. BRAGA DA CRUZ, *Teorias Sociológicas. Os fundadores e os clássicos. Coletânea de textos*, 325-343; Cf. E. DURKHEIM, *A divisão do trabalho social*. Destacamos ainda uma obra com interesse nesta temática: J. DUVIGNAUD, *A solidariedade: laços de sangue, laços de razão*. A solidariedade tornou-se numa «ideia-força» na sociedade atual. O sociólogo Jean Duvignaud pretende traçar a história do elo que une os homens, nomeadamente da solidariedade. Ele afirma que nas formas tradicionais são, em primeiro lugar, os laços de sangue, desde as linhagens cavaleirescas às famílias camponesas, que mais se afirmam e unificam a comunidade. Assim, o conceito moderno de solidariedade surge integrado na sociabilidade urbana. Com o advento da indústria, emergem novos tipos de solidariedade. As novas solidariedades baseiam-se, de certo modo, no projeto utópico de criação de uma sociedade igualitária. Perante esta elevação do direito social ao estatuto de ideologia, passam a existir aquilo a que Jean Duvignaud chama de solidariedades errantes: momentos efémeros de atividades lúdicas ou de festas, nichos de libertinagem e convivências centradas no prazer. O autor apela, então, a uma pluralidade de solidariedades para que os homens possam controlar a sua cultura, as suas relações e a sua vida.

³¹⁵ D. LOURENÇO VIEIRA, A solidariedade cristã. Horizonte de sentido e lógica de ação, in *Communio*. Revista Internacional Católica 26 (2009) 187.

³¹⁶ *Id.*, *Ibid.*, 188.

distâncias entre a caridade cristã e a solidariedade, chamando à caridade cristã «filha do céu e à solidariedade filha da ciência»³¹⁷. A caridade cristã, claramente ligada ao transcendente, ao amor a Deus, que se traduzirá no amor aos irmãos e na ajuda aos necessitados, é acusada de não conduzir a uma verdadeira reabilitação da pessoa humana. Projeta-se a solidariedade como o novo princípio que há de traduzir a «fraternidade».

Face a este enquadramento, «não admira, pois, que a solidariedade se tenha convertido numa expressão tabu para a maioria das figuras do catolicismo social e para os cristãos. Foi necessário aguardar algumas décadas – 1930-1940 – para que acontecesse a descontextualização ideológica da “solidariedade” e esta pudesse, enfim, pouco a pouco, ser integrada no vocabulário social cristão»³¹⁸. João Paulo II será o grande obreiro desta tarefa.

A incorporação do princípio da solidariedade traduz a grande capacidade de inculturação por parte da igreja. O termo, que surge na sociedade como rival da ação social da igreja, é incorporado e redefinido dentro da DSI. Com o tempo, não se trata mais de um conceito a combater, mas, depois de preenchido pelo conteúdo cristão, transforma-se numa bandeira primeira da ação social cristã.

A solidariedade não aparece como uma ideia abstrata nem um sentimento vago; é entendida «como um conjunto de obrigações»³¹⁹. A solidariedade deverá tornar-se o pilar estruturante da ação política, do mundo do trabalho, da ética social, da paz social, da justiça social e da compreensão do homem como ser aberto ao transcendente, enquanto ser espiritual.

A solidariedade apresenta-se como o «sal e fermento» a ser colocado na sociedade marcada apelo egoísmo, comodismo, hedonismo, tecnicismo, etc. O outro passa a ser «reconhecido não como “rival” mas como “igual” no banquete desigual da vida, permitindo,

³¹⁷ *Id., Ibid.*, 187.

³¹⁸ *Id., Ibid.*, 188.

³¹⁹ Cf. *Id., La solidarité au coeur de l'éthique sociale. La notion de solidarité dans l'enseignement social de l'Église catholique*, 274.

assim, a criação de uma consciência de igualdade mundial»³²⁰. É apresentada como a «nova» virtude que deve estruturar a sociedade em todos os domínios: político, económico, social, etc.

A solidariedade impulsiona as pessoas em ordem a serem corresponsáveis com o bem das outras pessoas; a sentirem-se como fazendo parte de um mesmo mundo, onde se vive em interligação e interdependência. O mal de um será também o mal do outro e o bem de um será também o bem do outro. Recordemos o princípio citado por Paulo VI: «o que conta para nós é o homem, cada homem, cada grupo de homens, até se chegar à humanidade inteira»³²¹.

Se considerarmos a questão ecológica, ligada com a poluição e a problemática do aquecimento global, compreendemos perfeitamente esta interdependência: somos solidários no bem e no mal. Emergirá a necessidade de se ter um olhar atento e ativo, de modo a ser-se potenciador do bem comum, do bem dos outros, do bem de todos.

Encontrando na sociedade hodierna inúmeros exemplos da solidariedade humana, também não faltam situações em que se vê a falta da responsabilidade do homem pelo seu semelhante, traduzindo-se tantas vezes na indiferença que se regista nas relações entre os povos, nomeadamente nas preocupações com a paz e a liberdade.

O próprio discurso dos governantes em prol do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, as reuniões internacionais que se realizam em função do mesmo objetivo, reduzem-se muitas vezes «a um estéril exercício retórico»³²². A solidariedade solicita muito mais que palavras solidárias, requer gestos, atitudes e estruturas solidárias.

Dois são os aspetos complementares com que a solidariedade se apresenta: o princípio social e a virtude moral³²³. A solidariedade apresenta-se como princípio social ordenador das instituições, a partir do qual devem ser superadas as «estruturas de pecado»,

³²⁰ *Id.*, A solidariedade cristã. Horizonte de sentido e lógica de ação, in *Communio*. Revista Internacional Católica 26 (2009) 189.

³²¹ *Populorum Progressio*, 14; Cf. L. J. Lebre, O.P., *Dynamique concrète du développement*, p. 28.

³²² *Id.*, *Ibid.*, 18.

³²³ Cf. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 193.

que marcam os relações entre as pessoas e os povos, devendo ser transformadas em estruturas de solidariedade, mediante a criação ou a oportuna modificação de leis e regras. A solidariedade apresenta-se igualmente como uma virtude moral, e não mero sentimento de compaixão vaga pelos males sofridos pelos outros. Pelo contrário, é a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum. Assim sendo, a solidariedade eleva-se ao grau de *virtude social* fundamental, levando o ser humano a entregar-se em benefício do próximo em vez de o explorar, e a servi-lo, em vez de o oprimir para proveito próprio.

As situações de miséria e fome não nos podem deixar indiferentes. «Os povos da fome dirigem-se hoje, de modo dramático, aos povos da opulência. A igreja estremece perante este grito de angústia e convida cada um a responder com amor ao apelo do seu irmão»³²⁴, a ser verdadeiramente solidário. Esta solidariedade exige que se manifeste a nível dos povos e não apenas individualmente.

A solidariedade não pode «ser reduzida a um simples sentimento moral, mas é uma real exigência ética de carácter geral para a vida social. Ela ultrapassa todo o egoísmo, utilitarismo ou cooperação calculista e fechada, para nos pôr diante de uma preferência axiológica pelos mais pobres, valorizando a dignidade de toda a pessoa humana»³²⁵. Esta sensibilidade pelos mais pobres e pelos que sofrem não é principalmente de ordem moral, mas da ordem da esperança, uma esperança operativa.

João Paulo II fala nas «estruturas do pecado»³²⁶, nas quais se encaixam aquelas que se alimentam da avidez de lucro e da sede do poder, dizendo que elas só poderão ser vencidas pela solidariedade, no esforço pelo bem do próximo, entregando-se abnegadamente pelos outros, deixando de lado a opressão e exploração.

³²⁴ *Populorum Progressio*, 3.

³²⁵ D. LOURENÇO VIEIRA, «A solidariedade cristã. Horizonte de sentido e lógica de ação», in *Communio*. Revista Internacional Católica 26 (2009) 190. Cf. J. B. METZ, *Dios y tiempo. Nueva teología política*, 231.

³²⁶ Cf. *Sollicitudo Rei Socialis*, 38.

Já Paulo VI colocava o desenvolvimento solidário da humanidade como efeito de três deveres a serem cumpridos: «o dever de solidariedade, ou seja, o auxílio que as nações ricas devem prestar aos países em via de desenvolvimento; o dever de justiça social, isto é, a retificação das relações comerciais defeituosas, entre povos fortes e povos fracos; o dever de caridade universal, quer dizer, a promoção, para todos, de um mundo mais humano e onde todos tenham qualquer coisa a dar e a receber, sem que o progresso de uns seja obstáculo ao desenvolvimento dos outros»³²⁷.

Num mundo globalizado, a «interdependência deve transformar-se em solidariedade»³²⁸. É preciso perceber-se que a «distância encurtada» entre as pessoas e povos deve ser uma alavanca para que essa proximidade reforce os laços de solidariedade e não a exploração entre os homens e os povos. Visar-se-á transformar a proximidade atual entre os povos numa real comunhão partilhada, onde a «aldeia global» se caracterize pela entreatada e por laços comuns.

Afirma João Paulo II que «a solidariedade é indubitavelmente uma virtude cristã»³²⁹. Nesta dinâmica cristã, a solidariedade tende a superar-se a si mesma, a revestir dimensões especificamente cristãs, tais como a da gratuidade total, a do perdão e a da reconciliação. O próximo, tornando-se a imagem viva de Deus Pai, deve ser amado, ainda que seja inimigo, com o mesmo amor com que se ama Deus. A solidariedade cristã é uma solidariedade nova, na qual «Deus é mestre» e nós aprendizes.

Um dos frutos importantes da solidariedade é a paz. A paz encontra-se entre os principais valores defendidos pelas pessoas, pelos povos, pelas religiões (excluindo o fundamentalismo) e também será um objetivo primeiro dos estados. Tenha-se presente que «a

³²⁷ *Populorum Progressio*, 44.

³²⁸ *Sollicitudo Rei Socialis*, 39.

³²⁹ *Id.*, *Ibid.*, 40. Cf. D. LOURENÇO VIEIRA, A solidariedade cristã. Horizonte de sentido e lógica de ação, in *Communio. Revista Internacional Católica* 26 (2009) 192.

paz não se reduz a uma ausência de guerra, fruto do equilíbrio sempre precário das forças»³³⁰. Para tal, exige-se que as relações internacionais se desenvolvam numa «solidariedade dinâmica através de mil formas de colaboração económica, social, política, cultural, sanitária, desportiva»³³¹. A solidariedade aparece como um nome da paz. Para que a paz aconteça entre os povos, é necessário que se percebam todos numa teia solidária de irmãos que cooperam e não como inimigos que se temem e guerreiam. A solidariedade edificadora de um mundo melhor há de questionar o facto de que em estados economicamente mais desenvolvidos se fabriquem gigantescos armamentos. Gastam-se aí somas enormes de recursos materiais, impondo-se sacrifícios nada leves aos cidadãos, enquanto outras nações carecem da ajuda indispensável ao próprio desenvolvimento económico e social, quando as verbas destinadas ao armamento teriam forçosamente melhores resultados se aplicados na solidariedade entre as nações.

A carta encíclica *Populorum Progressio*, fazendo eco de um pedido anterior, reforça o objetivo da «organização de um grande Fundo mundial, sustentado por uma parte da verba das despesas militares, para vir em auxílio dos mais deserdados»³³². Tenhamos presente «que nem a renúncia à competição militar, nem a redução dos armamentos, nem a sua completa eliminação, que seria o principal, de modo nenhum se pode levar a efeito tudo isto, se não se proceder a um desarmamento integral, que atinja o próprio espírito, isto é, se não trabalharem todos em concórdia e sinceridade, para afastar o medo e a psicose de uma possível guerra»³³³. Só a solidariedade, compreendida e vivida entre os povos, será um caminho seguro para a paz. É seguro que com a paz nada se perde, mas com a guerra tudo pode ser perdido, desde a vida às condições dignas para a vida.

³³⁰ *Populorum Progressio*, 76.

³³¹ *Pacem in Terris*, 98. Cf. *Id.*, *Ibid.*, 109.

³³² *Populorum Progressio*, 51.

³³³ *Pacem in Terris*, 113.

João Paulo II gritara: «Nunca mais a guerra!»! Nunca mais a guerra, que destrói a vida dos inocentes, que ensina a matar e igualmente perturba a vida dos assassinos, que deixa atrás de si um cortejo de rancores e de ódios, tornando mais difícil a justa solução dos próprios problemas que a provocaram!»³³⁴. A guerra não se apresenta como solução para um problema; ainda que o aparente ser, ela conduz a imensos novos problemas. O caminho para a solução dos conflitos deverá ser outro, até chegarmos à humanidade amadurecida, em que os conflitos não tenham lugar.

Uma outra reflexão em torno da guerra implicaria aflorar todos os interesses económicos que a circulam e alimentam. Não os abordamos aqui, mas também urge denunciar essa realidade, muitas vezes encoberta, mas bem presente. O padrão de defesa que é apontado cifra-se na luta pacífica que lança «mão apenas das armas da verdade e da justiça»³³⁵, armas gratuitas e de acesso universal.

É de salientar também a relevância da solidariedade no seio do «mercado». Sem entrarmos na profundidade técnica do funcionamento do mercado, olhamo-lo na necessidade que tem para conseguir a coesão social. O mercado rege-se pelos princípios da chamada *justiça comutativa*, que regula as relações do dar e receber. Mas a doutrina social colocou em evidência a importância que têm a *justiça distributiva* e a *justiça social* para a própria economia de mercado. Na verdade, «deixado unicamente ao princípio da equivalência de valor dos bens trocados, o mercado não consegue gerar a coesão social de que necessita para bem funcionar. *Sem formas internas de solidariedade e de confiança recíproca, o mercado não pode cumprir plenamente a própria função económica*»³³⁶. Sem coesão social, o mercado cairá no caos; para que tal não aconteça, é necessário que a solidariedade não seja filantropia de alguns e extrínseca à economia, mas intrínseca à própria economia.

³³⁴ *Centesimus Annus*, 52.

³³⁵ *Id.*, *Ibid.*, 23.

³³⁶ *Caritas in Veritate*, 35.

A solidariedade não implica uma «cruzada» contra a economia de mercado. «A DSI considera possível viver relações autenticamente humanas de amizade e camaradagem, de solidariedade e reciprocidade, mesmo no âmbito da atividade económica e não apenas fora dela ou “depois” dela. A área económica não é eticamente neutra nem de natureza desumana e antissocial»³³⁷. A qualidade humana do mercado depende dos valores que os homens do mercado ali introduzirem. É necessário trabalhar para que toda a economia e as finanças sejam éticas, e não apenas determinados setores. É necessário «à competência técnica (...) juntar sinais autênticos de amor desinteressado»³³⁸.

O mercado é acusado, por diversas pessoas e correntes ideológicas, de unicamente buscar o lucro. Esta acusação encontra eco de verdade em muitas situações e realidades; porém, não tem de ser forçosamente assim. Contra essa situação se tem manifestado a DSI, nomeadamente nas palavras de Paulo VI: «Construiu-se um sistema que considerava o lucro como motor essencial do progresso económico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos bens de produção como direito absoluto, sem limite nem obrigações sociais correspondentes. Este liberalismo sem freio conduziu à ditadura denunciada com razão por Pio XI, como geradora do “imperialismo internacional do dinheiro”»³³⁹. Reprova-se a absolutização do dinheiro e do lucro, reafirmando-se a primazia do homem face à economia.

A primeira encíclica social *Rerum Novarum*, no ano 1891, aborda de um modo particular o capitalismo que brotava da industrialização, onde o lucro era conseguido à base da exploração do proletariado. «Os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada. A usura voraz veio agravar ainda mais o mal»³⁴⁰ que já existia.

³³⁷ *Id., Ibid.*, 36.

³³⁸ *Populorum Progressio*, 72.

³³⁹ *Id., Ibid.*, 72; Cf. *Quadragesimo Anno*, 212.

³⁴⁰ *Rerum Novarum*, 2.

O lucro é um elemento a que a empresa terá de atender, mas não o único³⁴¹. Ele aparece como um indicador do bom funcionamento da empresa; contudo, o lucro não é o único indicador das condições da empresa. Pode acontecer que as pessoas que ali trabalham, as quais são o património mais precioso da empresa, sejam explorados, humilhados e ofendidos. Deste modo, o objetivo duma empresa não é simplesmente o lucro, mas a própria existência da empresa como comunidade de humanos. O lucro é um regulador da vida da empresa, mas não o único.

Denuncia-se a transferência de capitais ou de empresas para países estrangeiros unicamente buscando o lucro pessoal. «Não é admissível que cidadãos com grandes rendimentos, provenientes da atividade e dos recursos nacionais, transfiram uma parte considerável para o estrangeiro, com proveito apenas pessoal, sem se importarem do mal evidente que com isso causam à pátria»³⁴².

A DSI indica a edificação de empresas que não buscam meramente o lucro, mas empresas socialmente responsáveis, com «objetivos de utilidade social», para uma economia de mercado que «não exclui o lucro mas considera-o como instrumento para realizar finalidades humanas e sociais. (...) O lucro como um instrumento para alcançar finalidades de humanização do mercado e da sociedade»³⁴³.

A solidariedade leva-nos, igualmente, a um olhar que ultrapassa o nosso espaço habitado, sendo capaz de nos elevar às necessidades de todos os homens que habitam o planeta, mas também para além do nosso tempo histórico, transportando-nos para mais longe: para a solidariedade intergeracional. Não se terá presente só a solidariedade como caminho/solução para hoje, aqui e agora; mas como instrumento importante para a construção de uma sociedade solidária com as gerações vindouras. A DSI interpela-nos a reconhecer a natureza como a casa global que teremos de cuidar e proteger; isto sem se cair em

³⁴¹ Cf. *Centesimus Annus*, 35.

³⁴² *Populorum Progressio*, 24.

³⁴³ *Caritas in Veritate*, 46.

extremismos. Sublinha-se, por um lado, «que é contrário ao verdadeiro desenvolvimento considerar a natureza mais importante do que a própria pessoa humana. Esta posição induz a comportamentos neopagãos ou a um novo panteísmo: só da natureza, entendida em sentido puramente naturalista, não pode derivar a salvação para o homem. Por outro lado, há que rejeitar também a posição oposta, que visa a sua completa tecnicização, porque o ambiente natural não é apenas matéria de que dispor a nosso bel-prazer, mas obra admirável do Criador, contendo nela uma “gramática” que indica finalidades e critérios para uma utilização sábia, não instrumental nem arbitrária»³⁴⁴. Deste modo, os projetos para um desenvolvimento humano integral têm de ser animados pela solidariedade e a justiça entre as gerações.

A evolução da ciência e da técnica tem permitido ao homem perder medos e encontrar soluções que anteriormente não tinha; contudo, o homem cada vez mais vive com medo. Ele teme que alguns dos seus produtos possam voltar-se contra si mesmo; teme mesmo que eles possam produzir autodestruição em grande escala. Assim, o homem, diante da natureza, precisa de posicionar-se «como “senhor” e “guarda” inteligente e nobre, e não como um “desfrutador” e “destrutor” sem respeito algum»³⁴⁵.

A ecologia ganhou uma centralidade nunca antes sentida, a qual advém dos perigos resultantes da atividade humana. Não é já só «o ambiente material que se torna uma ameaça permanente, poluições e lixo, novas doenças, poder destruidor absoluto; é mesmo o quadro humano que o homem não consegue dominar, criando assim, para o dia de amanhã, um ambiente global que poderá tornar-se-lhe insuportável. Problema social de envergadura, este, que diz respeito à inteira família humana»³⁴⁶.

Inserido na problemática traçada, preponderante nos tempos que correm, está a questão dos recursos energéticos. Os recursos energéticos precisam de ser pensados e utilizados numa dinâmica solidária, numa solidariedade entre povos e gerações. «O

³⁴⁴ *Id., Ibid.*, 48.

³⁴⁵ *Redemptoris Hominis*, 15.

³⁴⁶ *Octogesima Adveniens*, 21.

açambarcamento dos recursos energéticos não renováveis por parte de alguns estados, grupos de poder e empresas constitui um grave impedimento para o desenvolvimento dos países pobres»³⁴⁷. O registo global de exploração dos recursos naturais não renováveis conduz a que as gerações futuras não tenham direito a eles. É necessário uma solidariedade presente entre os estados mais ricos e os mais pobres, de modo a que todos possam beneficiar das energias; mas pede-se que haja uma forte aposta na pesquisa e utilização de fontes novas e alternativas de energias renováveis. Assim será dado um passo solidário decisivo no presente e em ordem ao futuro.

O ser humano não pode isolar-se «na busca do bem-estar individual, limitando-se a satisfazer os seus anseios»³⁴⁸. O homem consome de maneira excessiva e desordenada os recursos da terra e da sua própria vida. É por isso convidado a compreender-se numa cultura marcada pela solidariedade e fraternidade, pela sobriedade no uso dos recursos naturais.

No seio da DSI, salienta-se «a existência de estreitos vínculos entre solidariedade e bem comum, solidariedade e destinação universal dos bens, solidariedade e igualdade entre os homens e os povos, solidariedade e paz no mundo»³⁴⁹. Muitas são as realidades e vertentes que se conjugam no âmbito da solidariedade, como acabamos de ver, mas salienta-se que a solidariedade cristã está intimamente unida à caridade: «À luz da fé, a solidariedade tende a superar-se a si mesma, a revestir as dimensões *especificamente cristãs* da gratuidade total, do perdão e da reconciliação. O próximo, então, não é só um ser humano com os seus direitos e a sua igualdade fundamental em relação a todos os demais; mas torna-se a *imagem viva* de Deus Pai, resgatada pelo sangue de Jesus Cristo e tornada objeto da ação permanente do Espírito Santo. Por isso, ele deve ser amado, ainda que seja inimigo, com o mesmo amor com que o ama o Senhor; e é preciso estarmos dispostos ao sacrifício por ele, mesmo ao sacrifício

³⁴⁷ *Caritas in Veritate*, 49.

³⁴⁸ *Id.*, *Ibid.*, 55.

³⁴⁹ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 194.

supremo: “dar a vida pelos próprios irmãos” (cf. 1 Jo 3, 16)»³⁵⁰. Estamos no cerne de tudo o que dissemos acerca da caridade. A verdadeira solidariedade não olha para o outro homem pelo que fez ou pelo que ele vale, mas olha-o como um ser humano semelhante, a quem respeita, ajuda, ama e acarinha. A solidariedade cristã acrescenta o olhar e o amor de Deus, percebendo que o amor a ter a Deus tem de se traduzir no amor solidário ao outro.

As IPSS's, enquanto prestam um serviço solidário concreto a pessoas concretas, surgiram como organizações que fomentam o espírito solidário no seio da sociedade onde estão implementadas e vivem essa mesma solidariedade no seu interior, potenciado um clima de paz e entreajuda, construindo uma sadia articulação entre os vencimentos dos diferentes colaboradores e a sustentabilidade da instituição. Todo este trabalho deverá desenvolver-se na procura de atingir a solidariedade intergeracional, pela utilização sustentável dos recursos naturais.

4 – Subsidiariedade

O princípio da subsidiariedade afigura-se com o de enorme importância na DSI, já que é pelo princípio da subsidiariedade que se «dispõe e articula» o «papel» do estado face às instituições e aos cidadãos. É à luz deste princípio que se percebe o lugar do estado no meio da sociedade civil. Fundamentalmente, a subsidiariedade responde às seguintes questões: deverá o estado realizar todas as tarefas? Deverá ser ele o único executor? A resposta é claramente não. Claramente, os cidadãos têm direito e dever de se organizar em grupos e em associações para poderem exercer a sua livre iniciativa. Estas iniciativas e estas «sociedades associativas» devem ser potenciadas, acarinhadas e auxiliadas pelo estado. O estado não

³⁵⁰ *Sollicitudo Rei Socialis*, 40.

deverá pretender substituir o trabalho destas associações; inversamente, deverá conceder a ajuda necessária para o seu funcionamento correto.

O estado é uma realidade necessária, já que «a sociedade humana não estará bem constituída nem será fecunda a não ser que lhe presida uma autoridade legítima que salvasse as instituições e dedique o necessário trabalho e esforço ao bem comum»³⁵¹. Esta autoridade legítima «não é força incontrolável, é sim faculdade de mandar segundo a sã razão»³⁵². Exige-se um «estado de direito», no qual é soberana a lei, e não a vontade arbitrária dos homens»³⁵³.

A sociedade civil deve ser potenciada na sua capacidade de realização, já que sem esta dimensão a pessoa humana fica diminuída na sua realização³⁵⁴. A dignidade da pessoa não é promovida sem que se cuide da família, dos grupos, das associações de tipo económico, social, cultural, desportivo, recreativo, profissional, político, às quais as pessoas dão vida e que lhes tornam possível um efetivo crescimento social. A sociedade civil acontece no conjunto das relações entre indivíduos e entre sociedades intermédias, com a cooperação do estado.

Na verdade, «assim como é injusto subtrair aos indivíduos o que eles podem efetuar com a própria iniciativa e trabalho, para o confiar à comunidade, do mesmo modo, passar para uma sociedade maior e mais elevada o que comunidades menores e inferiores podem realizar, é uma injustiça (...). O fim natural da sociedade e da sua ação é coadjuvar os seus membros, e não destruí-los nem absorvê-los»³⁵⁵. Como princípio, as sociedades de ordem superior devem colocar-se em atitude de ajuda (*subsidium*) em relação às menores. Desse modo, os corpos sociais intermédios conseguirão cumprir adequadamente as funções que lhes competem, sem

³⁵¹ *Pacem in Terris*, 46.

³⁵² *Id.*, *Ibid.*, 47.

³⁵³ *Centesimus Annus*, 44.

³⁵⁴ Cf. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 185.

³⁵⁵ *Id.*, *Ibid.*, 186.

ter que cedê-las a outros entes sociais de nível superior, pelos quais seriam absorvidos e substituídos.

Observando a sociedade na vida concreta, deparamo-nos com a família como instituição base da sociedade, seguindo-se outras instituições intermédias, até chegarmos ao estado. Diante deste alinhamento, o estado intervirá de modo a ajudar a família e demais instituições a desempenhar a sua missão, sem se substituir a elas; deverá potenciar os meios para que elas possam desempenhar as respetivas missões.

A sociedade tem necessidade de um estado, não «que regule e domine tudo, mas de um estado que generosamente reconheça e apoie, segundo o princípio de subsidiariedade, as iniciativas que nascem das diversas forças sociais e conjugam espontaneidade e proximidade aos homens carecidos de ajuda»³⁵⁶.

A DSI alerta para algumas presenças não assertivas do estado: «Com o princípio de subsidiariedade estão em *contraste* formas de centralização, de burocratização, de assistencialismo, de presença injustificada e excessiva do estado e do aparato público»³⁵⁷. Com uma intervenção demasiado direta, a sociedade é desresponsabilizada e o estado provoca o aumento exagerado do setor estatal, dominando mais pelas lógicas burocráticas do que pela preocupação de servir, provocando mesmo um acréscimo das despesas.

O princípio da subsidiariedade valoriza e potencia a primazia da pessoa, da família, das associações e de todas as organizações intermédias. Peguemos em dois exemplos: a ação social e a educação. Estes dois domínios podem ser exercidos pela sociedade civil, com articulação, coordenação, apoio e supervisão do estado, ou serem realizados unicamente pelo estado. O princípio em análise direciona para o não monopólio estatal no desenvolvimento dos referidos domínios, favorecendo o aparecimento das respostas na sociedade civil. Tal não

³⁵⁶ *Deus Caritas Est*, 28.

³⁵⁷ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 187. Cf. *Centesimus Annus*, 48.

impede que o estado tenha a sua resposta social e educativa; aliás, nas suas obrigações, zelará pela qualidade e excelência das instituições da sociedade civil nesse âmbito, sem discriminar.

O estado não manipulará ou anulará a personalidade jurídica e os bens das sociedades intermédias; pelo contrário, «a sua obrigação é antes respeitá-las, protegê-las e, em caso de necessidade, defendê-las»³⁵⁸.

A função do estado de «orientação, de estímulo, de coordenação, de suplência e de integração, há de inspirar-se no “princípio de subsidiariedade”»³⁵⁹. Assim, as relações, as organizações intermédias e os poderes públicos devem estar regulados e moderados, no plano nacional, segundo o princípio de subsidiariedade; do mesmo modo, à luz do mesmo princípio, devem disciplinar-se as relações dos poderes estatais com os poderes públicos da comunidade mundial.

Poderão existir circunstâncias em que se pedirá uma presença mais determinante do estado. Olhe-se para as «situações em que é necessário que o estado mesmo promova a economia, por causa da impossibilidade de a sociedade civil assumir autonomamente a iniciativa; pense-se também nas realidades de grave desequilíbrio e injustiça social, em que só a intervenção pública pode criar condições de maior igualdade, de justiça e de paz. À luz do princípio de subsidiariedade, porém, esta suplência institucional não se deve prolongar e estender além do estritamente necessário, já que encontra justificação somente no *caráter excepcional* da situação»³⁶⁰. O estado não aparecerá como o substituto da atividade da sociedade civil, mas como seu potenciador, aquele que proporciona os meios para a alavancar.

A alavancagem estatal não se reduzirá ao assistencialismo, mas passará por um esforço estrutural de apoio que leve as pessoas e os povos a saírem de situações más,

³⁵⁸ *Rerum Novarum*, 31.

³⁵⁹ *Mater et Magistra*, 53. Cf. *Pacem in Terris*, 53.

³⁶⁰ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 188.

aparecendo a subsidiariedade como «o antídoto mais eficaz contra toda a forma de assistencialismo paternalista»³⁶¹.

A DSI aflora o princípio da subsidiariedade, não apenas no interior do estado, mas, no mundo globalizado, nas relações entre estados e sobretudo no apoio a ser concedido aos países menos desenvolvidos. O próprio «governo da globalização deve ser de tipo subsidiário»³⁶². Será importante avançar com projetos de subsidiariedade devidamente concebidos e geridos que potenciem os direitos e as correlativas responsabilidades. Pretende-se que a ajuda os torne construtores do seu próprio futuro.

Todo este processo carecerá de vigilância, para que os fundos disponibilizados atinjam os seus objetivos. Neste sentido, Bento XVI deixa um forte apelo: «Os próprios organismos internacionais deveriam interrogar-se sobre a real eficácia das suas estruturas burocráticas e administrativas, frequentemente muito dispendiosas. Às vezes sucede que o destinatário das ajudas seja utilizado em função de quem o ajuda e que os pobres sirvam para manter de pé dispendiosas organizações burocráticas que reservam para a sua própria conservação percentagens demasiado elevadas dos recursos que, ao invés, deveriam ser aplicados no desenvolvimento. Nesta perspetiva, seria desejável que todos os organismos internacionais e as organizações não-governamentais se comprometessem a uma plena transparência, informando os doadores e a opinião pública acerca da percentagem de fundos recebidos destinada aos programas de cooperação, acerca do verdadeiro conteúdo de tais programas e, por último, acerca da configuração das despesas da própria instituição»³⁶³. A DSI solicita transparência, responsabilidade e verdade em todo o processo.

A subsidiariedade fomenta a criação e desenvolvimento das IPSS's, já que elas serão uma manifestação do pulsar social dos cidadãos, que se organizam para desempenhar determinadas funções importantes na comunidade. O estado estará não somente aberto, a fim

³⁶¹ *Caritas in Veritate*, 57.

³⁶² *Id.*, *Ibid.*

³⁶³ *Id.*, *Ibid.*, 47.

de as tolerar, mas empenhado para que elas sejam uma realidade viva e dinâmica no seio das comunidades, potenciado o contributo e apoio financeiro necessário ao seu funcionamento, não deixando de agilizar processos para que sejam eficientes os meios ali aplicados. Por sua vez, as IPSS's, sociedades intermédias entre o estado e os indivíduos, não substituirão os indivíduos e as famílias, mas terão uma ação de cooperação.

Tendo refletido sobre os princípios da solidariedade e subsidiariedade, destacamos a complementaridade entre ambos: «*O princípio de subsidiariedade há de ser mantido estritamente ligado com o princípio de solidariedade e vice-versa, porque se a subsidiariedade sem a solidariedade decai no particularismo social, a solidariedade sem a subsidiariedade decai no assistencialismo que humilha o sujeito necessitado. Esta regra de carácter geral deve ser tida em grande consideração também quando se enfrentam as temáticas referentes às ajudas internacionais destinadas ao desenvolvimento*»³⁶⁴. Ambos os princípios, marcados pela caridade, são como que as duas mãos da construção de uma sociedade mais humanizada.

D – Ação Social – Evangelho em ação

Os princípios detêm validade na coerência interior da reflexão; contudo, a sua operacionalização dar-lhes-á credibilidade, sobretudo àqueles que os defendem. A DSI será vista, não como mera teoria utópica, mas como realidade concretizável na vida dos homens. A «credibilidade da doutrina social reside, de facto, no testemunho das obras, antes mesmo que na sua coerência e lógica interna»³⁶⁵.

³⁶⁴ *Id., Ibid., 58.*

³⁶⁵ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja, 551.*

A credibilidade da ação social carrega uma relevância acrescida, como importante para a afirmação da credibilidade da religiosidade. Notemos como, «paradoxalmente, numa sociedade que tinha dispensado o aval religioso no domínio axiológico, a igreja Católica vê revalorizado o seu capital cultural no contexto desses debates. Na cena pública, a igreja Católica aparece como uma organização com uma particular sensibilidade para as questões de desenvolvimento social e as suas implicações éticas, valorizando, ela própria, a tradução ética da sua mensagem»³⁶⁶.

A sociedade está consciente de que «as instituições não garantem por si, como que mecanicamente, o bem de todos: “a interna renovação do espírito cristão” *deve preceder* o empenho de melhorar a sociedade “segundo o espírito da igreja, fazendo reflorescer a justiça e a caridade social”»³⁶⁷. As estruturas serão solidárias se as pessoas estiverem imbuídas desse valor. Quando se pensa na necessidade de instituições solidárias, pensar-se-á primeiramente na necessidade de sermos pessoas solidárias.

Importa olhar, ainda que brevemente, para a questão da pobreza e da ação concreta por parte da igreja. A ação social tem-se esforçado, ao longo dos tempos, por chegar a muitas outras situações para além da dos chamados «miseráveis». Tem tido uma ação ampla, atingindo os mais variados setores da sociedade. Diversos foram e são os problemas existentes e as soluções construídas.

A própria pobreza é uma realidade dinâmica³⁶⁸. Quem são os pobres hoje? A definição de pobre implicará uma pluralidade de situações, podendo mesmo ser construída uma escala para medir a pobreza. Nem toda a pobreza será igual, nem toda acarretará a mesma dramaticidade, mas toda necessitará certamente de estratégias para que seja corrigida.

³⁶⁶ A. TEIXEIRA, Os “mundos sociais” da ação sócio-caritativa, in *Communio. Revista Internacional Católica* 26 (2009) 219 (nota 22).

³⁶⁷ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 552.

³⁶⁸ Cf. A. BRUTO DA COSTA, Quem são os pobres hoje?, in *Communio. Revista Internacional Católica* 26 (2009) 135-144.

Os problemas ligados à pobreza podem ser de ordem tanto material, como afetiva e psíquica, de ordem social e de ordem espiritual. Muitas vezes se encontrarão situações de pobreza com carências múltiplas. A falta de recursos para a satisfação das necessidades básicas interliga-se com outros fenómenos de dependência, sendo que tal situação só é corrigida quando são colmatados os recursos necessários para a satisfação das necessidades básicas (isto entendido em sentido amplo) e reconquistada a autonomia. As instituições sociais, programas e ações correspondentes, deverão ser avaliados em função da capacidade de atingir este duplo objetivo: satisfação imediata da necessidade e «fornecimento» da capacidade em se recriar uma nova situação, na qual a dependência e a indigência sejam ultrapassadas com perenidade.

O estado social veio apropriar-se de várias lógicas sociais e ações concretas de solidariedade, fazendo emergir um mundo de saber técnico na intervenção social, obrigando a religião cristã a repensar a sua ação social e o sentido dessa mesma ação. Assistiu-se, nos últimos anos, «a trajetórias em que, por um lado, se estadualizam lógicas de ação que tinham referências religiosas e, por outro, diferentes formas associativas e institucionais de índole eclesial se convertem – por vezes, sem rosto – aos modelos do estado social»³⁶⁹.

A ação social concreta da igreja não perdeu a sua pertinência e necessidade, mas sentirá a necessidade em se redefinir e especificar na matriz que a caracteriza. Este ponto será um dos que merecerá especial atenção na pesquisa de campo: aferição da especificidade, ou não, das instituições sociais cristãs. Para salientar a pertinência da investigação, que retratamos na segunda parte do trabalho, deixamos dois tipos de argumentos opostos, presentes na ação social da igreja: «Numa das extremidades, a ideia de que o estatuto de eclesialidade, próprio da ação sócio caritativa, exige que a sua lógica se circunscreva aos limites idiossincráticos das comunidades cristãs (para que dependa exclusivamente de

³⁶⁹ A. TEIXEIRA, Os “mundos sociais” da ação sócio-caritativa, in *Communio. Revista Internacional Católica* 26 (2009) 210.

critérios autenticamente caritativos); noutra extremidade, a convicção de que apenas critérios técnicos e deontológicos podem, no contexto das múltiplas modernidades, responder aos objetivos de promoção da cidadania»³⁷⁰.

No esforço comunitário de se criarem estruturas para se *dignificar a vida das pessoas*, convidam-se essas estruturas a que trabalhem de modo coordenado e cooperante entre si. Tudo brotará de um autêntico espírito de comunhão, onde a identidade evangélica será uma marca determinante. «Não haja ilusões! Sem esta caminhada espiritual, de pouco servirão os instrumentos exteriores da comunhão. Revelar-se-iam mais como estruturas sem alma, máscaras de comunhão, do que como vias para a sua expressão e crescimento»³⁷¹. Será esta dinâmica que permitirá não caírem na tentação de converter as «instituições sócio caritativas em meras organizações não governamentais dedicadas à prestação de serviços sociais»³⁷².

Dado todo o enriquecimento técnico que a ação social recebeu nas últimas décadas, surge a preocupação crescente pela humanização dos mesmos. As instituições que vamos analisar ligam-se a serviços prestados à comunidade, em cooperação com o estado, já que estudaremos valências ligadas à infância e à terceira idade, não sendo correto olha-las unicamente como respostas a pessoas necessitadas – em situação de fragilidade económica e social, embora também as haja. Essencialmente, são respostas a necessidades que as famílias têm para cuidar das crianças e dos idosos. A dinâmica da matriz cristã e a dimensão técnica estarão em análise no trabalho de campo.

Em qualquer situação, a pessoa fragilizada deve ser cuidada com humanidade, ou seja, de modo benevolente, bondoso, compassivo e cortês³⁷³. Pretende-se que a técnica, a

³⁷⁰ *Id.*, *Ibid.*, 220. Cf. M. L. M. ANTUNES, «Notas sobre a organização e os meios de intervenção da igreja Católica em Portugal: 1950-80», in *Análise Social*, 18 (1982) 1141-1154.

³⁷¹ *Novo Millenium Ineunte*, 43.

³⁷² A. DIAS, «Ação social nas comunidades cristãs», in *Theologica*, 39 (2004) 114.

³⁷³ Cf. R. NUNES - C. BRANDÃO, *Humanização da Saúde*, 101. A temática da humanização nos serviços a prestar às pessoas tem sido muito aprofundado na medicina, procurando perceber que o doente não pode ser

tecnologia e a burocracia não cortem a relação pessoal e humana nos serviços prestados. Indica-se uma *humanização das relações* em toda a ação estrutural e institucional do agir social. Importa olhar sempre para o ser humano que ali se encontra, como tal, não permitindo que o exercício de uma função seja equivalente ao manuseamento de uma máquina, num dado posto de trabalho.

E – Para além da justiça: civilização do amor

Depois de analisarmos alguns dos princípios estruturantes da ação social da igreja, terminamos apresentando o sonho da civilização do amor, com a qual enunciamos o culminar da sociedade projetada pelo evangelho e refletida pela DSI, sendo o «tecido» dessa construção constituído pelos princípios elencados anteriormente.

O mundo presente caracteriza-se por imensas realidades positivas, no qual se manifestam igualmente imensos problemas de exploração e injustiça social. Neste cenário projeta-se um mundo em que reine a solidariedade, a honestidade, a transparência e a bondade. «Não se trata de inventar um “programa novo”. O programa já existe: é o mesmo de sempre, expresso no evangelho e na Tradição viva. Concentra-se, em última análise, no próprio Cristo, que temos de conhecer, amar, imitar, para n’Ele viver a vida trinitária e com Ele transformar a história até à sua plenitude na Jerusalém celeste»³⁷⁴. Consiste, na linguagem de René Girard, em imitar o novo modelo – Jesus: abrimo-nos ao novo mimetismo, que se preocupa por recuperar as vítimas e se esforça por não criar novas vítimas.

olhado como uma coisa ou um objeto; Cf. D. SERRÃO – R. NUNES, *Ética em Cuidados de Saúde*; Cf. H. MELO, *Os aspetos jurídicos dos direitos do doente*, Actas do V Seminário do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida; Cf. L. M. de CARVALHO, *Doença e cura em África. Medicina tradicional e pastoral da saúde no povo chuabo – Uma questão de inculturação*, 260-267.

³⁷⁴ *Novo Millennio Ineunte*, 29.

A justiça, sendo um valor que o mundo secular amplamente defende e exige, também ocupa um lugar central no modelo de sociedade idealizado na DSI. Contudo, afirma-se que a justiça não é a última palavra na sociedade; ela precisa de ser completada pela caridade, pelo amor. «Se a justiça “é, em si mesma, apta para ‘servir de árbitro’ entre os homens na recíproca repartição justa dos bens materiais, o amor, pelo contrário, e somente o amor (e portanto também o amor benevolente que chamamos ‘misericórdia’), é capaz de restituir o homem a si próprio”. *Não se podem regular as relações humanas unicamente com a medida da justiça*: “A experiência do passado e do nosso tempo demonstra que a justiça, por si só, não basta e que pode até levar à negação e ao aniquilamento de si própria, se não se permitir *àquela força mais profunda, que é o amor*, plasmar a vida humana nas suas várias dimensões”»³⁷⁵. Percorrido o caminho da justiça, ela, em todas as relações entre os homens, deve submeter-se ao amor paciente e benigno de que falam as Escrituras, ou, por outras palavras, incorporar as características do amor misericordioso, tão essenciais no evangelho e para o Cristianismo.

Se a justiça não é «solução» definitiva para tudo, ela é exigida, já que o amor tem de assentar nela; o amor que a DSI fala não anula a justiça, antes a exige e pressupõe. Indica-se uma missão comum em prol da justiça, sendo que esta «educação para a justiça faz-se, em primeiro lugar, no seio da família. Sabemos bem que nisto colaboram, não só as instituições da igreja, mas também outras escolas, os sindicatos e os partidos políticos»³⁷⁶. É uma tarefa de todos.

No seio da atividade económica, a justiça deverá ser percebida como uma realidade intrínseca e não apenas como correção das desigualdades daí resultantes. É preciso encontrar

³⁷⁵ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 206.

³⁷⁶ *Documenta synodi episcoporum. II De iustitia in mundo*, 936. Olhando o pensamento de John Rawls, a justiça assenta nas noções de igualdade e de equidade, sendo necessária a existência de instituições geradoras da justiça equitativa. Apresenta igualmente a justiça como modo de resolver os conflitos e as desigualdades. De certo modo, a justiça institucionalizada exige-se pelo facto de a sociedade não funcionar corretamente - Cf. J. RAWLS, *Uma teoria da justiça*, 1993.

mecanismos que coloquem as relações económicas e de trabalho sob o «manto» da justiça. «Outrora talvez se pudesse pensar, primeiro, em confiar à economia a produção de riqueza para, depois, atribuir à política a tarefa de a distribuir; hoje tudo isto se apresenta mais difícil, porque, enquanto as atividades económicas deixaram de estar circunscritas no âmbito dos limites territoriais, a autoridade dos governos continua a ser sobretudo local. Por isso, os cânones da justiça devem ser respeitados desde o início enquanto se desenrola o processo económico, e não depois ou marginalmente»³⁷⁷.

Além da centralidade da justiça, no âmbito da atividade económica, é preciso que, no mercado, se abram espaços para atividades económicas que, produzindo valor económico, rejam a ação por princípios diversos do puro lucro. Certamente que «se, no passado, era possível pensar que havia necessidade primeiro de procurar a justiça e que a gratuidade intervinha depois como um complemento, hoje é preciso afirmar que, sem a gratuidade, não se consegue sequer realizar a justiça. (...) É preciso dar forma e organização àquelas iniciativas económicas que, embora sem negar o lucro, pretendam ir mais além da lógica da troca de equivalentes e do lucro como fim em si mesmo»³⁷⁸. A justiça e a gratuidade devem acompanhar toda a atividade económica.

O amor pressupõe a justiça, sendo que a justiça se completa no amor e na caridade. «O amor cristão do próximo e a justiça não podem separar-se. O amor implica, de facto, uma absoluta exigência da justiça, que consiste no reconhecimento da dignidade e dos direitos do próximo. A justiça, por sua vez, alcança a sua plenitude interior somente no amor»³⁷⁹. Afirma a DSI que «só a caridade pode transformar completamente o homem. (...) Quem crê poder conformar-se com a virtude sobrenatural do amor sem levar em conta o seu correspondente fundamento natural, que inclui os deveres de justiça, engana-se a si mesmo: “A caridade

³⁷⁷ *Caritas in Veritate*, 37.

³⁷⁸ *Id.*, *Ibid.*, 38.

³⁷⁹ *Documenta synodi episcoporum. II De iustitia in mundo*, 931.

representa o maior mandamento social. Respeita o outro e os seus direitos. Exige a prática da justiça, e só ela nos torna capazes de praticá-la»³⁸⁰.

A justiça é um patamar a que não podemos renunciar, apresentando-se como tarefa primeira do estado; aliás, «um estado que não se regesse segundo a justiça, reduzir-se-ia a uma grande banda de ladrões»³⁸¹. Contudo, «a afirmação de que as estruturas justas tornariam supérfluas as obras de caridade esconde, de facto, uma conceção materialista do homem: o preconceito segundo o qual o homem viveria «só de pão » (*Mt* 4, 4; cf. *Dt* 8, 3) – convicção que humilha o homem e ignora precisamente aquilo que é mais especificamente humano»³⁸².

A civilização do amor alavanca-nos para uma solidariedade universal, sendo a solidariedade universal para nós «não só um facto e um benefício, mas também um dever»³⁸³. Hodiernamente, muitas pessoas alimentam a pretensão de que não devem nada a ninguém, a não ser a si mesmas. Verifica-se a reivindicação do direito ao supérfluo, se não mesmo à transgressão e ao vício, nas sociedades opulentas a par da falta de tudo o que é mais elementar e básico em certas regiões do mundo, denominadas de subdesenvolvidas, mas mesmo no interior do mundo dito desenvolvido. A exasperação dos direitos conduz ao esquecimento dos deveres. Pelo amor somos impelidos a olhar primeiramente para os outros e a perceber as suas necessidades como nossas, de modo a partilharmos as nossas coisas, potenciando que aquele que recebe, venha igualmente a tornar-se em alguém que partilha. Assim estaremos diante de uma sociedade de comunhão, que se alimenta mutuamente.

A própria atribuição dos direitos e dos deveres, condicionada à vontade de uma maioria, corre o risco de ficar refém de uma vontade subjetivista e hedonista, esquecendo-se a

³⁸⁰ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 583.

³⁸¹ *Deus Caritas Est*, 28.

³⁸² *Id.*, *Ibid.*, 28. Henrique Manuel Marques Joaquim, na tese de Doutoramento sobre as *Lógicas de Ação no Campo Católico*, nas páginas 55 a 60, refletindo sobre o pensamento de Boltanski, apresenta a insuficiência da justiça para a harmonia da sociedade. Boltanski refere que «A justiça é sempre insuficiente em si mesma. [É sempre] necessário procurar, para parar uma disputa, qualquer coisa mais que escapa à reciprocidade». – L. BOLTANSKI, *L'Amour et la Justice comme compétences – Trois essais de sociologie de l'action*, 140.

³⁸³ *Populorum Progressio*, 17. Cf. *Caritas in Veritate*, 43.

objetividade dos direitos e dos valores, bem assim como dos outros, daqueles que não vemos mas que habitam connosco esta «casa comum» no planeta terra.

As IPSS's situar-se-ão na vivência da justiça e na prática do amor: a sociedade, que se quer justa para com os seus concidadãos, potenciará a livre iniciativa, a construção de instituições de apoio às famílias e aos cidadãos individualmente; as relações laborais e os serviços prestados reger-se-ão pelas regras da justiça, norteando-se o seu funcionamento pela realidade do amor desinteressado, abnegado e generoso.

2ª PARTE

INVESTIGAÇÃO

IPSS'S CANÓNICAS: QUE ROSTO?

A segunda parte deste trabalho pretende olhar as IPSS's canónicas enquanto concretização da presença da religião na sociedade e, de um modo peculiar, como pragmática da DSI. Aqui se procura perceber o lugar da religião no agir social das IPSS's canónicas. Pretendemos, ao terminar a investigação, apresentar os traços que definem estas instituições quanto à presença ou não das motivações cristãs.

Iniciaremos com uma pequena incursão pelo enquadramento histórico das IPSS's, já que nos ajudará a perceber a sua realidade, identidade e missão. Para o presente estudo, escolhemos quatro instituições de solidariedade social, sendo três canónicas (uma paroquial, uma de instituto religioso e uma misericórdia) e uma não canónica.

A partir das instituições escolhidas, conseguiremos perceber a relevância da matriz cristã nelas, bem assim como nos seus agentes e «beneficiários», e aferir a presença ou não das motivações cristãs; permitindo igualmente estabelecer comparações com a realidade institucional não canónica. Com esta seleção, além de podermos fazer uma confrontação entre as IPSS's canónicas e a não canónica, ainda teremos a possibilidade de fazer uma comparação entre as IPSS's paroquiais e não paroquiais (nomeadamente as de instituto religioso) e entre as IPSS's canónicas recentes e as mais antigas, como é o caso das misericórdias. Será interessante verificar os pontos comuns e divergentes.

Também indicamos que elegeremos as áreas de ação social comuns, de modo a que a comparação possa acontecer efetivamente: as Instituições, como veremos, têm campos alargados de ação, divergentes entre si em algumas valências. Assim sendo, fixar-nos-emos nas valências da infância e da terceira idade.

Antes de avançarmos com os dados da investigação, apresentamos a metodologia e o enquadramento epistemológico que presidiu ao mesmo.

I – METODOLOGIA E ENQUADRAMENTO EPISTEMOLÓGICO

No âmbito da aferição do conhecimento das diversas técnicas de investigação sociológica, que, grosso modo, se qualificam como quantitativas e qualitativas, deixamos uma palavra sobre a riqueza e os cuidados a ter na investigação e na elaboração do relatório final.

A investigação tem de ter um apurado cuidado com todo o processo: programação, recolha de dados, tratamento dos dados e apresentação dos dados. Na investigação não existem duas fases diferenciadas entre si, a da recolha e a da análise da informação; ambas se alternam desde o começo até ao final³⁸⁴. Pode percecionar-se, perante um olhar menos atento, que existe separação; contudo, estamos diante de partes sempre interligadas.

A – Caminhos do saber

Dado que se trata de um trabalho realizado no âmbito dos «Estudos da Religião», apresentamos uma breve reflexão epistemológica demonstrativa de como esta perspetiva da busca de conhecimento se pode apresentar com um «ângulo» do saber válido e viável, ao lado de outros «ângulos» igualmente válidos e viáveis.

Hoje temos a clara consciência de que «o conhecimento não é um estado mas sim um processo – processo complexo de adaptação ativa e criadora do homem ao meio que o envolve, implicando articulações entre prática e pensamento, vivências e representações/operações simbólicas»³⁸⁵. Presentemente é atribuída primazia aos métodos das

³⁸⁴ Cf. I. R. OLABUËNAGA, *Metodología de la investigación cualitativa*, 213. Esta reflexão tem como base esta obra, baseando-se na *Tercera parte. Del texto al lector*. Faremos utilização das referências dos autores citados. O autor referido faz a presente reflexão nos métodos qualitativos, mas estendemos, no que nos parece pertinente, a toda a investigação.

³⁸⁵ A. SANTOS SILVA, J. MADUREIRA PINTO, *Metodologia das ciências sociais*, 10. Cf. P. de SALLES OLIVEIRA, *Metodologia das Ciências Humanas*.

ciências naturais, pela objetividade e verificabilidade que afirmam conter. Contudo, não ficaremos reféns de tal supremacia. «A própria ciência natural não tem nenhum acesso privilegiado à verdade, e não pode, por si mesma, erigir uma ontologia realista»³⁸⁶.

As ciências naturais apresentam-se com um método e modo de aceder à verdade e à realidade, sem que venham ocupar o lugar de outros modos e formas de aceder à verdade e à realidade. Milbank faz esta análise, essencialmente na valorização que o saber teológico deve ter. Não estamos perante um trabalho de teologia, mas a reflexão operada é pertinente neste trabalho. A teologia não tem de ficar refém das ciências naturais nem de se vergar a ela, precisa, sim, «apenas acolher como absoluta a sua própria narrativa, que define a finitude em termos da sua tensão com a fonte e *telos* infinito»³⁸⁷.

No espírito do racionalismo crítico, a narrativa teológica situar-se-á no meio de outras narrativas, sempre aberta à crítica externa e à própria autocrítica. Não necessariamente para aceitar toda a crítica, mas disposta a ser confrontada com ela, a fim de perceber o que ela contém de verdade ou não, ou mesmo para refutá-la. A ciência, na busca do conhecimento fenomenológico, palpável, verificável e experimentável, «renuncia (...) a ambições ontológicas»³⁸⁸. Enquanto caminho de saber e de conhecimento, não terá forçosamente de se fazer tal renúncia.

A ciência, que pretende despir o saber de toda a superstição e de todo o conhecimento não verificável, acaba também por estar penetrada por essas realidades. «Em primeiro lugar, a ciência nunca se libertou das histórias naturais especulativas, “pré-científicas”, e continua a ser por elas fertilizada. Em segundo, as teorias e experimentos científicos são eles mesmos narrativas repetíveis»³⁸⁹.

³⁸⁶ J. MILBANK, *Ibid.*, 333.

³⁸⁷ *Id.*, *Ibid.*, 345.

³⁸⁸ *Id.*, *Ibid.*, 348.

³⁸⁹ *Id.*, *Ibid.*

A teologia aparece como «ciência social e rainha das ciências para os habitantes da *altera civitas*, em peregrinação por este mundo temporário. (...) Não significa (...) propor uma dedução tridentina de ensinamento social cristão a partir da doutrina cristã. Pelo contrário, só pode haver uma teoria social cristã distinguível porque existe também um modo de ação, uma prática definida, cristãos distinguíveis. A teoria explica essa prática, que surgiu em certas circunstâncias históricas precisas e só existe como desenvolvimento histórico particular»³⁹⁰.

O apelidado paradigma dominante, resultante da ciência moderna, marcada pelos critérios das ciências da natureza, funcionando sobre um «determinismo mecanicista», está em declínio enquanto hegemonia de legalidade, como nos afirma Boaventura de Sousa Santos³⁹¹. Quando se assegurava que o conhecimento é tanto mais rigoroso quanto mais restrito e específico o objeto em análise, hoje percebe-se que o conhecimento é simultaneamente total e local, hétero-conhecimento e autoconhecimento; um conhecimento que é íntimo e compromete pessoalmente o investigador. Ele não está fora do objeto de estudo, mas interliga-se com ele.

Não existe um único caminho e um único método para se alcançar a verdade. A verdade apresenta-se múltipla e variada, não se contendo numa perspectiva unívoca. Postura errada na busca da verdade é o fechamento dogmático numa determinada perspectiva e teoria. Neste sentido, com pensamento aberto, observemos a teoria crítica de Karl R. Popper, exposta na obra *Em busca de um mundo melhor*, o qual, percebendo as virtudes do método das ciências naturais, assinala as suas limitações e abre horizontes a outras perspectivas.

Defendemos a validade científica de uma investigação que ocorre internamente, desde que se paute por critérios de cientificidade, de rigor, de clareza e de objetividade. Uma

³⁹⁰ *Id.*, *Ibid.*, 485.

³⁹¹ Cf. B. de SOUSA SANTOS, *Um discurso sobre as ciências*, 10-58.

dada temática não será mais bem analisada pelo facto de ser tratada por pessoas externas à realidade investigada do que por pessoas conhecedoras da realidade.

O importante é aclarar o objetivo que move a investigação e o rigor que a acompanhará, com uma abertura constante à crítica que a irá validando.

Começa-se por reconhecer a importância do «*problema*» na investigação. Existe um caminho para a busca do conhecimento: «encontrar um problema, ver a sua beleza e apaixonar-se por ele; casar e viver feliz com ele até que a morte vos separe – a não ser que encontrem um outro problema ainda mais fascinante, ou, evidentemente, a não ser que obtenham uma solução. Mas, mesmo que obtenham uma solução, poderão então descobrir, para vosso deleite, a existência de toda uma família de problemas-filhos, encantadores, ainda que talvez difíceis, para cujo bem-estar poderão trabalhar, com um sentido, até ao fim dos vossos dias»³⁹².

À paixão enunciada, acrescente-se o «*sonho*» como motor da pesquisa e da descoberta: «Disto é exemplo a conceção, a criação, a invenção do pássaro de Leonardo, que todos nós conhecemos hoje como o avião. É importante que seja o sonho de voar que leva a que se voe e não, como defendia a conceção materialista da história de Marx e Engels, o sonho de ganhar dinheiro. Otto Lilienthal (...), os irmãos Wright e muitos outros sonharam voar e conscientemente arriscaram a vida pelo seu sonho. Não foi a expectativa de lucro que os inspirou, e sim o sonho de uma nova liberdade – da expansão dos nossos nichos ecológicos. Foi na procura de um mundo melhor que Otto Lilienthal perdeu a vida»³⁹³. A idealização de um possível, ainda impossível hoje, aparece como essencial para o crescer do conhecimento e das novas descobertas.

Os objetivos traçados para a presente investigação movem-se nesta paixão pela compreensão dos problemas (não pelo findar dos problemas), pela busca de explicação e

³⁹² K. R. POPPER, *Em busca de um mundo melhor*, 219.

³⁹³ *Id.*, *Ibid.*, 37.

entendimento da realidade elencada, pelo sonho de conseguir refletir de um modo aprofundado essa mesma realidade.

Verdade – Certeza

No caminho infundável do conhecimento, verificamos que há cada vez mais para investigar, vemos que há cada vez mais para ver, sabemos que há cada vez mais para saber.

Todo este processo situa-se na busca crescente da verdade, mas que deverá diferenciar-se da certeza, dado que a incerteza e o erro são parte integrante do conhecimento³⁹⁴. Combater o erro significa procurar uma verdade sempre mais objetiva e fazer tudo para detetar e eliminar tudo o que é falso. O caminho far-se-á no sentido da busca de mais verdade, uma verdade mais interessante, uma verdade mais inteligível. A meta não será a certeza, já que não podemos estar completamente seguros de não termos cometido algum erro.

Perceber a verdade inserida na incerteza não nos deverá conduzir ao relativismo. O caminho do conhecimento, a busca da verdade deverá situar-se na «certeza da não certeza». Há uma certeza, mas trata-se de uma certeza que se professa, que brota do acreditar naquela realidade, naquela teoria, naquela solução. Com as técnicas de análise a serem utilizadas para o estudo das instituições em análise, pretende-se alcançar uma compreensão da realidade, uma verdade sobre o seu funcionamento e perceção enquanto pragmática cristã.

Verdade – Ignorância

O caminho da ciência e do conhecimento tem de se pautar pela humildade. Dizer que sei e que este saber é o único certo e correto, é erróneo e caminho não assertivo.

³⁹⁴ Cf. *Id.*, *Ibid.*, 18.

A *Apologia de Sócrates* de Platão é muito clara quanto a esta perspectiva. O Oráculo de Delfos, «à pergunta ousada “existe alguém mais sábio do que Sócrates?”, respondera: “ninguém é mais sábio”. “Quando tal ouvi”, disse Sócrates, “interroguei-me: que quererá o Deus dizer com isto? Porque eu sei que não sou sábio; nem muito sábio; nem sequer um pouco”. (...) E então Sócrates chegou por fim à seguinte interpretação do desígnio do Oráculo de Delfos: o Deus não queria evidentemente dizer nada sobre Sócrates; tinha-se servido apenas deste nome para dizer: “Entre vós, homens, o mais sábio é aquele que, como Sócrates, reconhece não possuir na verdade sabedoria alguma”»³⁹⁵. A «máxima» de Sócrates «Eu sei que nada sei, e mal isso sei», manifesta a importância da «exigência de modéstia intelectual»³⁹⁶ em todo o saber.

A vida ensina-nos que o que desconhecemos é sempre superior ao que conhecemos. Quer as ciências da natureza quer as ciências sociais, tendo detetado o problema sobre o qual se vão debruçar, procuram apresentar e podem apresentar uma solução para o respetivo problema, que será objeto da crítica. Se resiste à crítica, procuramos refutá-la. Tendo resistido à refutação, aceitámo-la a título provisório. Assim, assentimos que nenhuma teoria está isenta de crítica e que a objetividade da investigação reside na *objetividade do método crítico*³⁹⁷.

O caminho do conhecimento faz-se na consciência de que o nosso saber nunca é mais do que provisório, já que pode revelar-se erróneo. Não se trata de negar o saber, mas percebê-lo nas limitações e contingências que nos habitam e cercam.

A investigação visa produzir «luz – solução» sobre diversas «sombras – problema» com a explicação que visa alcançar, sendo que essa «luz – solução» vai fazer aparecer novas «sombras – problemas» que anteriormente não eram perceptíveis. Assim enquadrámos a presente investigação.

³⁹⁵ *Id., Ibid.*, 42.

³⁹⁶ *Id., Ibid.*

³⁹⁷ *Cf. Id., Ibid.*, 73.

Verdade – Fontes do conhecimento

Em última análise, é importante perceber-se onde conseguimos ter acesso à verdade. Temos a convicção que «não existem essas fontes puras, autênticas e infalíveis, e de que não se deve confundir a questão da origem e da pureza com a questão da legitimidade e da verdade»³⁹⁸.

Aqui se levanta a questão da rutura ou não com o senso comum. O ímpeto pela rutura total com o senso comum é considerada hoje como não realizável³⁹⁹. Não se trata de uma anulação mas uma diferenciação. Esta diferenciação representa um processo sempre incompleto, no qual o saber científico se questiona a si próprio, porque questionado pelos valores, pelas doutrinas, pelos saberes práticos. É importante que cada paradigma vá dando compreensão sobre factos novos e uma nova compreensão sobre os factos existentes; um paradigma novo potencia uma nova resposta sem ter forçosamente de anular o outro.

A procura de uma fonte pura de conhecimento resulta fracassada. «Não existe nenhuma fonte derradeira do conhecimento. Qualquer fonte, qualquer achega é bem-vinda, muito embora seja também objeto de verificação crítica»⁴⁰⁰. Também temos de considerar uma ilusão pensar-se que se cresce no conhecimento abdicando de todo o conhecimento anterior. Tal tarefa é impossível. O conhecimento não parte do nada – tábua rasa – mas a partir do conhecimento existente vai buscar um conhecimento diferente, um novo modo de explicar, uma nova realidade que se passou a contemplar, mas sempre valorizando o existente anteriormente.

³⁹⁸ *Id., Ibid., 55.*

³⁹⁹ Cf. A. SANTOS SILVA, «A rutura com o senso comum nas ciências sociais», in A. SANTOS SILVA, J. MADUREIRA PINTO (org.), *Metodologia das ciências sociais*, 31. Boaventura de Sousa Santos afirma mesmo que todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum, senso comum que tinha considerado ilusório e falso – Cf. B. de SOUSA SANTOS, *Um discurso sobre as ciências*, 55. Cf. A. GIDDENS, *Novas regras do método sociológico. Uma crítica positiva às sociologias interpretativas*, 158.

⁴⁰⁰ K. R. POPPER, *Ibid., 57.*

É na variedade de fontes, no seio da tradição e constante abertura à refutação que se busca a verdade e a clareza do saber, conscientes que nunca atingiremos a absoluta exatidão e precisão, por muito que se apurem os conceitos e se certifique a objetividade. Importa ter sempre uma atitude crítica, percorrendo-se um caminho com clareza, conscientes de não chegarmos nunca à exatidão e precisão absolutas. É com espírito crítico e disponível para a refutação que avançamos para a investigação no terreno e respetivas conclusões.

A fonte de conhecimento que utilizamos para apurar os conteúdos tratados é interna à reflexão crente, quer nos autores que se empenham em dialogar com o pensamento secular, quer na DSI. Outras fontes existem e igualmente relevantes, mas para o objetivo que pretendemos atingir, esta pareceu ser a melhor metodologia, já que para estudarmos as IPSS's canónicas precisávamos de perceber a base reflexiva que a sustenta.

Crítério de cientificidade

Colocando de lado todo o dogmatismo e toda a insolência, percebendo que nos situamos no meio da incerteza e da dúvida, importa perceber um critério firme de cientificidade que nos ajude a fazer caminho. O critério da cientificidade «é o da criticabilidade, da crítica racional»⁴⁰¹. Este critério é transversal a outros enfoques do saber. Assume-se que as teorias científicas devem ser testadas criticamente: «a justificação cede lugar à crítica racional. A crítica refreia a fantasia sem a aprisionar»⁴⁰².

A cientificidade de um trabalho também nos convoca para a objetividade da investigação, a qual é sempre difícil de se alcançar. Tal afirmação não nos conduzirá para o «mito naturalista», o qual indica a pura objetividade nas ciências naturais e não nas outras. Pegando no exemplo de um antropólogo que investiga no terreno, deveremos atender a que ele não é o observador vindo de Marte, totalmente alheio à realidade. Contudo, «também não

⁴⁰¹ *Id., Ibid., 62.*

⁴⁰² *Id., Ibid., 63.*

há nenhuma razão que nos leve a admitir que um habitante de Marte nos visse “mais objetivamente” do que nós, por exemplo, nos vemos a nós próprios»⁴⁰³. A ideia da objetividade científica pura é «ingénua e errónea»⁴⁰⁴.

A objetividade situa-se não fundamentalmente no indivíduo, mas na comunidade científica: «a objetividade da ciência não é uma questão individual dos diversos cientistas, mas antes uma questão social da sua crítica recíproca, da divisão de trabalho, amistoso-hostil, dos cientistas, da sua colaboração mas também das guerras entre si. Está, por conseguinte, dependente em parte de todo um conjunto de circunstâncias, sociais e políticas, que tomem possível tal crítica»⁴⁰⁵.

O caminho de busca da explicação correta faz-se sobre o trilho do racionalismo crítico, da crítica racional. Aqui enquadrámos a nossa investigação: dentro do saber universitário, inseridos no enquadramento crítico de toda a comunidade científica que a envolve, ambicionamos alcançar verdadeiro conhecimento; conscientes que não é a derradeira palavra, desejamos que seja uma palavra resistente à crítica e merecedora do apreço da comunidade científica.

Assim, a verdade encontra-se sempre envolvida pela incerteza e pela ignorância, como anteriormente vimos, sendo que ela terá de se fortalecer pela resistência à crítica. A verdade exige busca, pesquisa e confronto, tudo isto sempre em espírito de humildade. Nesta postura jornadearemos, sem cedermos á *vox populi* nem pretendendo o *unanimismo*.

Transparência da Narrativa

⁴⁰³ *Id., Ibid., 75.*

⁴⁰⁴ *Id., Ibid., 77.* M. WEBER, na obra *Metodologia das Ciências Sociais*, valoriza a subjetividade, o papel do sujeito na objetividade da ciência, afirmando que mesmo a validade objetiva do saber empírico baseia-se na ordenação da realidade dada segundo categorias que são subjetivas.

⁴⁰⁵ K. R. POPPER, *Ibid., 78.*

A investigação procura apreender todo o significado que captou ao longo da pesquisa, refletindo esse conteúdo no texto final, texto este que deverá comportar tudo o que trabalhou, tudo que se descobriu e qual a perspectiva do autor em relação à matéria em causa: até que ponto a condicionou e moldou⁴⁰⁶.

Considera-se não correto pensar-se que a presença subjetiva do investigador e a sua interpretação só estejam presentes na investigação de tipo qualitativo; é verdade que aí se faz sentir de um modo mais assumido, mas também está claramente presente na metodologia quantitativa. A subjetividade estará, de um ou de outro modo, sempre presente. Vejamos os quatro paradigmas indicados como base teórica para a análise qualitativa, os quais são um contributo para toda a investigação.

Paradigma positivista (aplicam-se os mesmos critérios da investigação qualitativa à investigação quantitativa – validade interna, fiabilidade, neutralidade e objetividade); *Pós-positivista* (mantendo a mesma perspectiva da captação realista e objetiva do mundo, estão mais atentos à «captação subjetiva do significado», visando mais a falsificação das hipóteses do que a sua verificação); *Teoria crítica* (sabida a influência que o investigador tem na investigação, este método apresenta-se como um processo de libertação, purificação e neutralização dos condicionamentos que impedem a captação do real); *Construtivismo* (a realidade social é resultado da construção humana, é situada e múltipla, cambiante; deste modo, pretende-se a captação dos significados subjetivos, situados e cambiantes)⁴⁰⁷.

Hoje há uma preferência pelas metodologias qualitativas e paradigma construtivista. Etimologicamente, «os construtivistas opõem aos critérios da validade, fiabilidade e objetividade, defendidos pelos positivistas e pós-positivistas, os da confiabilidade e autenticidade. Baseados, pelo contrário, nos postulados do Interacionismo Simbólico,

⁴⁰⁶ Cf. I. R. OLABUÈNAGA, *Ibid.*, 215.

⁴⁰⁷ Cf. *Id.*, *Ibid.*, 216-217.

centram-se na captação dos significados subjetivos, assim como as percepções, os símbolos e os valores que se criam e recriam em toda a interação social»⁴⁰⁸.

Afirma-se que a ideia de uma ciência social supostamente livre de valores está morta. A própria investigação transforma-se essencialmente num ato de interpretação. Cada comunidade científica tem os seus próprios critérios de interpretação; a avaliação não é neutra mas de carácter moral, pragmático, político, estético...⁴⁰⁹ A verdade reside na construção que estiver mais bem informada e sobre a qual, num dado momento, se obtém um relativo consenso. A verdade das construções é avaliada em função da adequação entre os dados e a informação das construções. Não se trata de mero subjetivismo abstrato, mas de captar o «subjetivo com coerência». É certo que nem todos partilham desta visão, mas estamos perante a abertura aos diversos sentidos da realidade.

Texto Final

Um investigador que não se empenhe em apresentar os resultados do trabalho realizado, não faz mais do que meditar⁴¹⁰. Assim, a última fase deste processo é a construção do texto público final, legitimado, constituindo-se como uma representação precisa, exata, completa e fiel dos sujeitos e seu contexto. A elaboração do texto é sempre moldada pelo paradigma que o investigador segue e que lhe confere identidade e credibilidade, sendo que a sua validade é garantida pelos subseqüentes dados: é preciso que o texto esteja triangulado, baseado em indicadores naturais, adequadamente adaptados a uma teoria, compreensível no enfoque que coloca, credível nos mecanismos de controlo que utiliza, e consciente nos termos da reflexão. O texto deve comportar validade e autoridade capaz de impor a sua verdade⁴¹¹.

⁴⁰⁸ *Id., Ibid.*, 217.

⁴⁰⁹ *Cf. Id., Ibid.*, 218-219.

⁴¹⁰ *Cf. B. DESHAIES, Ibid.*, 397.

⁴¹¹ *Cf. I. R. OLABUÈNAGA, Ibid.*, 220-221.

Refere M. Grawitz que «a estatística é demasiadas vezes um álibi. Graças a ela, fornece-se resultados e evita-se a procura de explicações»⁴¹².

No texto final que apresentamos, procuramos ir para além da apresentação de dados, buscando a explicação desses mesmos dados. Este mesmo texto final da investigação deve estar bem defendido e balizado pela coerência, clareza, profundidade, razoabilidade argumentativa e factualidade testada.

B - Conjugação de técnicas

Na presente investigação, utilizaremos diversas técnicas de investigação social, já que assim ficaremos enriquecidos com dados obtidos e ganharemos objetividade científica.

A investigação pretende descrever e explicar uma realidade. Compara-se a uma fotografia: «para cada fotografia o investigador deve decidir que tipo de câmara fotográfica vai utilizar, que cena, que enfoque e mediante que mecanismos»⁴¹³. Para controlo da investigação, importa ter várias fotografias, vários ângulos que melhor definem em conjunto essa descrição e explicação.

Pretende-se conseguir um controlo de qualidade que potencie a denominada «robustez científica»: *verificar* se as conclusões são duvidosas e testar a sua fiabilidade; *confirmar* se as conclusões são ou não falsas e provar a sua validade; *enriquecer* o conteúdo das conclusões que são pobres, irrelevantes ou não suficientemente ilustrativas do que podiam chegar a ser. Aqui deixamos uma breve palavra em torno da triangulação.

Triangulação

⁴¹² M. GRAWITZ, *Méthodes des Sciences Sociales*, 419.

⁴¹³ I. R. OLABUËNAGA, *Ibid.*, 330.

Presentemente, a triangulação surge como um caminho otimizado no acesso à realidade. A triangulação, mais do que uma nova técnica, é a conjugação e articulação de técnicas em ordem ao aprofundar do conhecimento, da validade, da fiabilidade e da credibilidade da investigação. Visa-se o grande rigor de controlo da qualidade. «A nossa postura aferra-se na possibilidade que sustenta que, ainda que careçamos de métodos perfeitos para a recolha de dados e de modos transparentes ou perfeitos de representação, nem por isso teremos que abandonar o intento de produzir relatos do mundo disciplinados, coerentes, metódicos e sensíveis. (...) O controlo de qualidade não pode efetuar-se do mesmo modo nos estudos quantitativos que nos qualitativos. A triangulação pretende precisamente saltar esta barreira»⁴¹⁴.

Pela triangulação consegue-se articular, com benefício para a investigação, metodologias quantitativas e qualitativas, com enriquecimento mútuo, sem se ficar refém de uma única metodologia e técnica.

No decorrer da investigação, precisamos de saber que estamos na posse de todo o conhecimento relevante e garantir que chegamos às conclusões adequadas. «Cada método revela facetas ligeiramente diferentes da mesma realidade simbólica. Cada método é uma linha diferente da visão dirigida sobre o mesmo ponto, sobre a observação da realidade social e simbólica. Ao combinar estas várias linhas [ângulos de visão], os investigadores obtêm uma visão melhor e mais substantiva da realidade, um conjunto mais rico e mais completo de símbolos e de conceitos teóricos e um meio de verificar muitos destes elementos. Este uso de múltiplas linhas de visão é o que se denomina habitualmente de “triangulação”»⁴¹⁵. Como modo de investigação permite um enriquecimento dos dados obtidos e ganhar-se na confiabilidade dos mesmos dados e conclusões; ao mesmo tempo que se ganha consistência interna, também se adquire credibilidade externa. Com estes objetivos, a triangulação, como

⁴¹⁴ *Id., Ibid.*, 328.

⁴¹⁵ *Id., Ibid.*, 330.

metodologia mais do que um método, pode e deve ser aplicada desde o início da investigação até ao seu final.

A «triangulação, com efeito, não é a simples combinação dos dados mas os distintos intentos de relacionar os diferentes dados para aumentar a riqueza e a fiabilidade de uns com a dos outros»⁴¹⁶.

Relativamente à investigação levada a efeito neste trabalho, esclareça-se o seguinte: a *objetividade* nua e crua não existe – o olhar apreendedor da realidade é sempre mediado pela subjetividade e interação, sendo que isto não minora a verdade dos dados, pelo contrário; as técnicas são várias e diversas, mas todas elas exigem *rigor metodológico*; a *robustez*, a *fiabilidade* e a *credibilidade* da investigação indicam, como caminho assertivo, a estratégia da *triangulação*, ainda que possam ser utilizadas mais de três técnicas; finalmente, a *redação do texto final* deverá atender, para além de todo o rigor metodológico e todos os dados obtidos, ao leitor a quem se dirige.

Deixamos uma palavra a enquadrar as técnicas que utilizaremos na recolha e análise dos dados investigados. Para o levantamento dos dados utilizaremos as seguintes técnicas:

– *Análise documental* – Trata-se essencialmente da análise dos Estatutos, Regulamentos Internos, Planos Pedagógicos e Planos de Atividade das diversas Instituições;

– *Inquérito por questionário* – Será o método principal para a recolha das opiniões das pessoas;

– *Entrevista* – Serão feitas entrevistas exploratórias para se adquirir informação que possa ajudar na construção do inquérito. Mediante os resultados dos inquéritos, conforme se justifique, poderá fazer-se recurso das entrevistas de aprofundamento.

⁴¹⁶ *Id.*, *Ibid.*, 332.

Também não deixaremos de fazer uma observação direta, traduzida pela «*Análise dos Objetos*» ou *Hermenêutica visual* – Pretende-se analisar o interior dos edifícios, procurando ver a existência ou não dos símbolos religiosos. Bruno Deshaies⁴¹⁷ enquadra na observação dos testemunhos figurados, procurando-se no presente trabalho fazer-se uma anotação e interpretação dos objetos com referência explícita cristã.

Valorizando a conjugação de diversas técnicas de recolha de dados como o melhor modo para se ler a realidade, como claramente o indicam os defensores da triangulação, também articularemos as diversas técnicas indicadas, ao logo da investigação, não ficando reféns de nenhuma delas.

1 – Análise documental

A análise documental insere-se na análise de conteúdo. Não nos encontramos no âmbito da análise das histórias de vida, mas na análise do conteúdo presente nos documentos estruturais das instituições em análise. Sem deixar de ser uma forma de recolha de dados, encontramos-nos essencialmente diante de uma técnica de tratamento da informação⁴¹⁸. A análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de todo o tipo de documentos. Basicamente, a análise de conteúdo visa apresentar o conteúdo de um documento de um modo simplificado e significativo⁴¹⁹.

Essencialmente, neste «procedimento» é importante a definição correta das categorias e unidades de análise. A categorização visa simplificar a informação de modo a

⁴¹⁷ Cf. B. DESHAIES, *Ibid.*, 305. Ver também a obra M. ALVESSON and K. SKÖLDBERG, *Reflexive Methodology. New Vistas for Qualitative Research*, 91-140.

⁴¹⁸ Cf. J. VALA, «A análise de conteúdo», in A. SANTOS SILVA, J. MADUREIRA PINTO (org.), *Metodologia das ciências sociais*, 104. Para aprofundar-se a análise do conteúdo, cf. L. BARDIN, *Análise de conteúdo*. Igualmente é relevante o artigo de R. MORAES, «Análise de conteúdo», in *Revista Educação*, 1999 (37) 7-32. Indicamos uma outra obra com importância: J. I. R. OLABUENAGA e M. A. ISPIZUA, *La descodificación de la vida cotidiana: métodos de investigación cualitativa*.

⁴¹⁹ Cf. L. BARDIN, *Análise de conteúdo*, 45-46. Nas páginas 119 a 121 aflora-se as características a terem-se presente na categorização.

torná-la mais acessível na compreensão e explicação. É muito delicado este momento, revestindo-se de muita importância o rigor na definição das categorias, já que desse rigor depende o êxito do resultado obtido. Na sua elaboração, deve acautelar-se que, nas categorias, exista «exaustividade e exclusividade. Pretende-se, assim, garantir, no primeiro caso, que todas as unidades de registo possam ser colocadas numa das categorias; e, no segundo caso, que uma mesma unidade de registo só possa caber numa categoria»⁴²⁰.

Além das características anteriormente referidas, as categorias necessitam de ser *válidas, pertinentes ou adequadas*. Dizer que uma categorização deve ser válida significa dizer que deve ser adequada ou pertinente. As categorias devem igualmente atender ao *critério da homogeneidade*. A sua organização deve ser fundamentada num único princípio ou critério de classificação.

Finalmente, as categorias na análise de conteúdo devem atender ao critério de *objetividade, consistência ou fidedignidade*. Isto significa que ao longo da investigação não deverá existir nenhuma dúvida quanto à categoria em que cada unidade de conteúdo deve ser integrada.

Notemos o conceito de «*ideal tipo*» nas suas linhas gerais, já que a categorização também visa definir determinados «modelos – conceitos – patamares» nos quais se vai encaixar a realidade, simplificando e objetivando. O «*ideal tipo*» «é formado pela acentuação unilateral de um ou mais pontos de vista e pela síntese de um grande número de fenómenos concretos individuais, difusos, discretos, mais ou menos presentes e ocasionalmente ausentes, os quais são organizados de acordo com os pontos de vista unilateralmente acentuados numa construção analítica acentuada. Na sua pureza conceitual, essa construção mental não pode ser encontrada em parte alguma da realidade»⁴²¹.

⁴²⁰J. VALA, «A análise de conteúdo», 113.

⁴²¹A. C. GIL, *Métodos e técnicas de pesquisa social*, 39. Cf. M. WEBER, *Fundamentos da Sociologia Metodologia das Ciências Sociais* (nesta obra são aprofundados os contornos que devem presidir à construção

Com as categorias e unidades de conteúdo bem definidas, com facilidade e objetividade se poderão comparar as diferentes instituições. Este é um cuidado a ter-se sempre presente ao longo da investigação.

2 – Inquérito por questionário

O inquérito goza de um estatuto que poderíamos de cognominar técnica «rainha» de recolha de dados. Foi uma técnica que se generalizou e «globalizou». «Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.»⁴²². O inquérito será a técnica estruturante para aferirmos as opiniões das pessoas no presente trabalho, procurando potenciar as vantagens e acautelando-nos dos limites.

Vantagens: possibilita chegar rapidamente a um grande número de pessoas; acarreta um gasto inferior com pessoal, comparativamente com a entrevista; favorece o anonimato; facilita a escolha do momento para as respostas; diminui a influência do entrevistador⁴²³.

Limites: Exclui as pessoas que não sabem ler nem escrever; se aplicado sem presença do inquiridor, impede a «explicação», caso não se entendam as perguntas; não há garantias de que seja preenchido e entregue; a objetividade fica afetada, já que a mesma pergunta pode ser entendida de diferentes modos⁴²⁴. O inquérito por questionário pode ter dificuldade em

dos tipos ideais abstratos), e A. SANTOS SILVA, e J. MADUREIRA PINTO, *Metodologia das Ciências Sociais*.

⁴²² A. C. GIL, *Ibid.*, 128.

⁴²³ Cf. *Id.*, *Ibid.*, 128-129.

⁴²⁴ Cf. *Id.*, *Ibid.*, 129.

apreender toda a riqueza de uma sociedade heterogénea, já que a «rigidez do questionário implica postular uma sociedade de iguais»⁴²⁵; um outro limite prende-se com o facto de o questionário «colocar o inquirido face a uma estruturação de problemas que não é a sua e a ainda de se estimular a produção de respostas meramente reativas às hipóteses previstas»⁴²⁶, é um instrumento com falhas.

Precauções a ter: é necessário ter cuidado com a ordem das perguntas, seguindo a «técnica do funil» (do geral para o específico, do menos emotivo para o mais, do abstrato para o pessoal...); ter precaução com a «defesa de fachada, com respostas defensivas», com a defesa contra a pergunta personalizada, com a deformação conservadora que conduz a respostas conformistas; evitar perguntas ligadas com a personalidade; a apresentação do questionário deve ser cuidada, bem delineada a sua distribuição; as respostas de «escala» terão de ser bem construídas; as perguntas deverão apresentar-se com nexos entre si; evitar que sejam questionários demasiado longos, sem que tal conduza ao corte de algumas perguntas importantes; a construção do inquérito tem de ser muito sensível à população alvo; a aplicação do pré-questionário conduz sempre a um enorme ganho na definição do inquérito final⁴²⁷. Tendo presente que nunca existiram questionários perfeitos, mais «esforçado» deve ser este trabalho na sua construção.

É sempre mais fácil aplicar o inquérito por questionário a um único grupo homogéneo de pessoas; quando se aplica a um grupo heterogéneo ou até a diferentes grupos, o inquérito necessita de um cuidado acrescido, a fim de ser minorada a alteração de

⁴²⁵ V. FERREIRA, «O inquérito por questionário na construção de dados sociológicos», in A. SANTOS SILVA, J. MADUREIRA PINTO (org.), *Metodologia das ciências sociais*, 169.

⁴²⁶ *Id.*, *Ibid.*, 170. Consultar todo artigo referido, 165-196.

⁴²⁷ Cf. A. C. GIL, *Ibid.*, 132-138. Cf. V. FERREIRA, «O inquérito por questionário na construção de dados sociológicos», in A. SANTOS SILVA, J. MADUREIRA PINTO (org.), *Metodologia das ciências sociais*, 173-186. R. HUOT dá um bom contributo para a reflexão sobre a construção dos inquéritos, com a obra *Métodos Quantitativos para as Ciências Humanas*; destacamos nesta obra o aprofundamento que é realizado sobre as variáveis nos inquéritos que podem ser quantitativas e qualitativas, e as escalas das opções de respostas que podem ser nominais, ordinais, de intervalos e de relações.

inteligibilidade das questões e temas. Esta é a realidade deste trabalho, uma vez que trabalhamos com dois grupos, os colaboradores/funcionários e os utentes/clientes.

Existe a consciência de que as questões do questionário quando são escrutinadas, quase todas são criticáveis, verifica-se sempre que, por isto ou aquilo, poderiam ou deveriam ser diferentes. Contudo, isto não deve impossibilitar o avanço da investigação.

Na elaboração e aplicação dos inquéritos, encontramos como elemento relevante as instruções⁴²⁸. Encontramo-nos perante as instruções/indicações verbais que se fazem no início e as que se encontram escritas no próprio questionário: as primeiras deverão cativar o inquirido para preencher o inquérito, procurando afastar os receios e assegurar a confiança, ao mesmo tempo que ajudam a pessoa a enquadrar com clareza o âmbito do trabalho e o «sentido» do mesmo; as segundas deverão formalmente enquadrar a investigação e agradecer a colaboração prestada; simultaneamente, as indicações internas sobre a eventual alternância de perguntas, ou outras indicações similares, deverão fáceis de se entender e perceber.

3 - Entrevista

Se o inquérito é a técnica rainha pela massificação na sua utilização, a entrevista goza do estatuto de «categoria de rainha», para muitos dos investigadores sociais. «Muitos autores consideram a entrevista como a técnica por excelência na investigação social, atribuindo-lhe valor semelhante ao tubo de ensaio na Química e ao microscópio na Microbiologia»⁴²⁹. Não utilizaremos a entrevista como técnica central, mas, como referido, também nos serviremos dela. Apontamos igualmente as vantagens e limites desta técnica⁴³⁰.

⁴²⁸ Cf. J. M. MOREIRA, *Questionários: Teoria e Prática*, 121-232.

⁴²⁹ A. C. GIL, *Ibid.*, 117. Importa referir que existe um imenso trabalho e enorme reflexão realizada em torno das narrativas de vida e entrevistas compreensivas; dado não ser o objeto do presente trabalho, deixamos unicamente a indicação e a referência de um autor: J.-C. KAUFMANN, *L'entretien compréhensif*.

⁴³⁰ Cf. A. C. GIL, *Ibid.*, 118.

Vantagens: Consegue atingir os mais variados aspetos da vida social; é bastante eficiente na obtenção de dados em profundidade; não exige que o entrevistado saiba ler ou escrever; permite o esclarecimento das perguntas e a devida adaptação às pessoas e às circunstâncias.

Limites: Pode confrontar-se com a falta de motivação do entrevistado para responder; podemos deparar-nos com respostas falsas, quer conscientemente quer inconscientemente; risco de influência do entrevistador e das suas opiniões; existe um custo acrescido inerente à aplicação das entrevistas.

Precauções a ter: Todo o enquadramento deve ser elaborado com clareza; espaço, tempo e modo perfeitamente acertados e combinados; explicitar claramente as circunstâncias, objetivos, anonimato, confidencialidade e modo de registo; a desconfiança e apreensão devem ser minoradas; perguntas claras, corretas e concisas; perguntas que sejam colocadas na terceira pessoa, de modo a não inibir a resposta; clareza na mudança de perguntas e de assuntos; perguntas que não induzam a resposta; anotar não apenas as respostas formais, mas registar os dados informais, tais como hesitações, digressões..., prestar atenção a tudo; terminar de modo a que a «porta fique sempre aberta» para futuras entrevistas⁴³¹.

A entrevista pode ser elaborada tendo presente diversos níveis de estruturação, que vão desde a entrevista informal até à entrevista estruturada⁴³². A entrevista informal acontece num diálogo em que o entrevistador tem um objetivo central, em torno do qual vai conduzindo a conversa, procurando recolher dados relevantes e importantes. Esta opção de

⁴³¹ Cf. *Id.*, *Ibid.*, 121-127.

⁴³² Cf. RODRIGUEZ GOMEZ, Gregorio – FLORES, Javier Gil – GARCÍA JIMÉNEZ, Eduardo, *Metodología de la investigación cualitativa* – nesta obra aprofunda-se bastante os diversos tipos de entrevistas e os cuidados a ter-se na sua realização.

entrevista é recomendada essencialmente para os estudos exploratórios, como é o caso nesta investigação, em que a utilizamos essencialmente para apreender conteúdos relevantes que ajudem na construção do questionário para o inquérito.

Entre os diversos tipos de entrevistas, temos a entrevista focalizada, a qual coloca o enfoque num tema bem específico, em torno do qual o entrevistado vai falando, de certo modo, livremente. Encontramos também a entrevista por pautas, a qual já apresenta uma certa estruturação, colocando diversos pontos de interesse, os quais se vão explorar na conversa.

Finalmente, existe a entrevista estruturada, com uma relação fixa de perguntas para todos os entrevistados. A elaboração das questões deverá atender, no geral, às regras indicadas para o questionário do inquérito. Este tipo de entrevista é mais indicado para grandes grupos. Se na primeira hipótese de entrevistas as pessoas vão falando livremente, cabendo ao entrevistador orientar e explorar, nesta última sugestão, o entrevistado está muito mais orientado e direcionado pelo guião.

Se referíamos a utilização da entrevista informal, também registamos a utilização da entrevista focalizada com os presidentes e responsáveis técnicas, aquando da visita às instalações para perceber a existência ou não dos objetos religiosos, bem assim como a relevância da vertente cristã nas atividades de cada dia das valências e da instituição.

Outras categorizações das entrevistas são apresentadas pelos investigadores, merecendo destaque a diferenciação que é realizada por Uwe Flick⁴³³, sem aprofundarmos as características das mesmas: entrevista focalizada, entrevista semipadronizada, entrevista centrada no problema, entrevista de especialidade, entrevista etnográfica e entrevista semiestruturada.

Tendo colocado os dados metodológicos que alicerçam a investigação de que faremos eco na análise posterior, também ficou claro que os valores dos investigadores e

⁴³³ Cf. U. FLICK, *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, 78-98.

investigados terão de ser transparentes e tidos em conta, e não silenciados em falsa objetividade.

Os resultados obtidos na presente investigação poderão permitir dados para estudos noutros ramos do saber, nomeadamente na *teologia prática*⁴³⁴; contudo, aqui ficamos pela apresentação e análise dos dados obtidos.

C – População Alvo e Amostra

Para atingirmos os objetivos traçados para a investigação e testarmos as hipóteses, selecionamos uma população alvo e dentro desta uma amostra significativa.

1 – População alvo

Para a recolha de dados, escolhemos como população alvo as IPSS's de uma cidade da Arquidiocese de Braga, selecionando quatro instituições, já que de outro modo se tornaria um trabalho demasiado moroso. As instituições serão identificadas por siglas, de modo a proteger a respetiva identidade. Selecionamos uma Misericórdia Canónica (**CM**), uma IPSS Canónica Paroquial (**CP**), uma IPSS Canónica de um Instituto Religioso (**CIR**) e uma IPSS Não Canónica (**NC**). *Estas serão as designações que utilizaremos quando nos referirmos às instituições, mesmo para os documentos citados das mesmas.*

Igualmente consideramos necessário definir as pessoas das instituições a ser estudadas. Quer das que lá trabalham, quer das que recorrem aos seus serviços, fizemos uma seleção «quantitativa e qualitativa». A escolha, como veremos na amostra, não se fez só na delimitação do número das pessoas (quantitativa), mas também na «estratificação» dessas

⁴³⁴ Cf. J. da S. LIMA, *Teologia Prática Fundamental. Fazei vós, também*, 287-289.

mesmas escolhas, de modo a conseguirmos ter representada toda a população das instituições, nomeadamente todas as faixas etárias e categorias profissionais (qualitativa).

2 - Amostra

A principal fonte para a aquisição da opinião das pessoas foi o inquérito, sendo que as entrevistas se colocaram em dois momentos: num primeiro aquando do levantamento dos Regulamentos Internos e Planos de Atividades, permitindo assim aferir informação complementar que seja relevante sobre a instituição e colhendo informação significativa para a construção do inquérito; e num segundo momento, após a análise dos inquéritos, conforme a necessidade de se completar ou aprofundar alguns dados.

É relevante colocarmos as percentagens que serviram de baliza para a aplicação do inquérito. Os valores que se indicam foram colocados como referência, tendo consciência que poderão ser ultrapassados em algum número ou não ser atingidos em alguma situação, mas procurando sempre conjugar os valores de referência inicialmente traçados e a dimensão das instituições, para que a equidade seja verificada. Para que as instituições com maior dimensão não secundarizem as de menor dimensão, teremos uma percentagem maior nas instituições menores.

- Direção – Todos os membros.
- Colaboradores – 25%.
- Utentes/clientes nas valências da infância – Exclusivamente aos encarregados de educação – 10%.
- Nas valências da terceira idade (responsáveis pelos utentes/clientes) – 15% + (utentes/clientes) – 15%.

Optamos por esta diferenciação entre as respostas da infância e da terceira idade, dada a existência de populações mais numerosas nas valências da infância do que nas da terceira idade. Se mantivéssemos a mesma percentagem para a terceira idade, teríamos uma representação bastante inferior às da infância. Assim, conseguiremos uma melhor proporção para as populações respetivas.

A quantidade de colaboradores e utentes/clientes é muito diferenciada entre as instituições, de modo que, nas situações em que a percentagem definida dê uma quantidade inferior a dez «indivíduos», optamos por nunca ter quantidade inferior a dez, para que não se fique com um número demasiado reduzido dessa população.

Construímos dois inquéritos diferentes: um para as direções e funcionários (*os quais denominaremos unicamente de colaboradores*)⁴³⁵ e outro para os utentes/clientes – encarregados de educação da infância (não fizemos inquéritos às crianças, porque consideramos que ainda não são eles a escolherem as instituições nem a ter a noção dos valores que presidiram a tal escolha, além de serem na maioria crianças com idade em que ainda não sabem ler/escrever com naturalidade), responsáveis dos utentes/clientes da terceira idade e utentes/clientes da terceira idade (*que apelidaremos exclusivamente de utentes/clientes*)⁴³⁶. A matriz que rege os inquéritos é comum a ambos, com as necessárias adaptações às especificidades dos dois grupos de inquiridos. Deste modo, também a análise vai refletir esta dupla base de informação recolhida. Foram criadas duas bases de dados (colaboradores e utentes/clientes) no programa SPSS, para tratar os dados dos inquéritos. Para análise complementar dos dados, servimo-nos do Excel.

⁴³⁵ Como se percebe, este grupo é composto pelos colaboradores, já que colaboram na gestão da instituição como voluntários, apesar de a dirigirem, e pelos funcionários propriamente ditos. Os Sistemas de Qualidade vão optando pela denominação de colaboradores para os funcionários também; contudo, nós fazemos a opção pelo termo de *colaboradores* unicamente pelo facto de incluir pessoas em ambas as situações.

⁴³⁶ Mais uma vez nos encontramos perante a denominação diferenciada para as pessoas que frequentam estas instituições: tradicionalmente são chamados de utentes mas os Sistemas de Qualidade vão interpelando mais para a utilização do termo cliente. Não apuramos qual a melhor denominação, mas para ser conceptualmente mais acessível na leitura às duas sensibilidades, decidimos utilizar a dupla opção: *utentes/clientes*.

Atendeu-se a três aspetos na distribuição dos inquéritos:

– O cuidado que se teve para que existisse uma distribuição equitativa a nível dos colaboradores, entre as diversas faixas etárias e as diversas situações profissionais (as técnicas responsáveis das valências, dado serem poucas, foram todas seleccionadas; sendo as restantes divididas entre auxiliares gerais e educadoras de infância/educadoras sociais ou pessoas com formação similar).

– Nas valências da infância, os inquéritos foram aplicados aos encarregados de educação; nas valências da terceira idade, além dos responsáveis pelos utentes/clientes, foi aplicado essencialmente aos utentes/clientes, já que existem pessoas capazes de responder e dado que poderão até ser os próprios utentes/clientes a escolherem a instituição, ao passo que nas crianças são os encarregados de educação que o fazem.

– Nas valências da infância, procurou-se que a nível dos encarregados da educação, a distribuição fosse representativa entre o sexo masculino e feminino, com a noção de que a maioria seria sempre feminina, dada a caracterização social da população – são mais as mães que se ocupam dos filhos, e, principalmente em situação de separação, famílias monoparentais ou mães solteiras, são maioritariamente as mães que acompanham os filhos; por seu lado, as valências da terceira idade são frequentadas por uma população maioritariamente feminina, certamente com o contributo de a esperança de vida ser superior nas mulheres face aos homens. Também aqui procuramos que o sexo masculino estivesse representado. São condicionantes objetivas que obrigatoriamente se refletem na seleção dos inquiridos.

Se estas foram as diretivas que planeamos para a aplicação do inquérito, importa aferir os resultados alcançados.

Tabela nº 1 – *Amostra dos colaboradores*

	Canónica Misericórdia	Canónica Paroquial	Canónica Instituto Religioso	Não Canónica	Total
Colaboradores nas instituições	132	118	27	91	318
Inquéritos preenchidos	27	30	22	25	104
Percentagem	20,5%	25%	81%	27%	33%

É de destacar a CM, que ficou aquém dos 25%, e a CIR, já que apresenta 81%, fruto do número reduzido de colaboradores.

O total de membros das direções e dos funcionários/colaboradores é de 318, sendo que os inquéritos são 104, traduzindo-se numa percentagem aproximada de 33%.

Nas instituições canónicas temos 227 pessoas, sendo que preencheram o inquérito 79, o que dá aproximadamente 35%. Claramente, o valor em percentagem é «inflacionado» pela grande percentagem na CIR, pela razão já indicada.

Na instituição não canónica temos 91 pessoas, sendo que preencheram o inquérito 25, o que dá aproximadamente 27%.

Tabela nº 2 – *Amostra dos utentes/clientes*

	Canónica Misericórdia	Canónica Paroquial	Canónica Instituto Religioso	Não Canónica	Total
Utentes/clientes nas instituições	260	578	95	170	1103
Inquéritos preenchidos	30	50	17	25	122
Percentagem	11,5%	9%	18%	15%	11%

Deparamo-nos novamente com a uma percentagem mais elevada na CIR, devido à mesma razão.

O total dos utentes/clientes é de 1103, tendo sido preenchidos 122 inquéritos, o que equivale a 11%.

Nas instituições canónicas temos 933 utentes/clientes, tendo sido preenchido o inquérito por 97, o que dá aproximadamente 10%.

Na instituição não canónica temos 170 pessoas, sendo que preencheram o inquérito 25, o que dá aproximadamente 15%. Encontramos uma percentagem maior, já que sendo uma única instituição, deste modo permite uma melhor representatividade.

Em resumo, conseguiu-se que a nível dos colaboradores (direções e funcionários) não se ficasse longe dos 25% e que a nível dos utentes/clientes estivéssemos próximos dos 10%.

3 - Caminho percorrido

Tendo já sido apresentada a estratégia para se aplicarem os inquéritos, na transparência do caminho programado, colocamos as dificuldades e debilidades que encontramos no mesmo.

3.1- Dificuldades

Para minorar as dificuldades na aplicação dos inquéritos, nomeadamente de compreensão por parte dos inquiridos, primeiramente construimos um inquérito preliminar para ser testado. Seguiu-se a sua aplicação para perceber como as pessoas os compreendiam e que dificuldades eram encontradas. Seleccionamos um grupo de pessoas, composto por sete colaboradores de uma das instituições, representando os diferentes «escalões» etários e as diferentes qualificações escolares. O inquérito apresentado manifestou-se de compreensão

muito satisfatória por parte das pessoas que estavam a responder, tendo sido apontadas algumas sugestões que serviram para tornar o inquérito mais ajustado à compreensão das pessoas e aos objetivos que se pretendiam.

A aplicação definitiva dos inquéritos aos colaboradores e utentes/clientes foi feita com o apoio das responsáveis técnicas das diferentes valências. Às responsáveis técnicas foi ministrada «formação», no sentido de perceberem o que se pretendia e como poderiam ajudar a ultrapassar algumas dificuldades que surgissem. Este revelou-se o modo mais assertivo para se conseguir chegar, dentro do cronograma definido, a todos os «setores» que se pretendiam inquirir. Foi uma estratégia que se mostrou, na generalidade, sensata.

Este processo, sendo mais ágil do que seria a aplicação de todos os inquéritos por uma única pessoa, manifestou algumas dificuldades, nomeadamente na «exigência persuasiva» por parte das responsáveis e no preenchimento dos inquéritos necessários para satisfazer os «rácios» previamente determinados. Igualmente se traduziu na recolha de inquéritos inválidos e/ou não preenchidos na totalidade, de modo que nos deparamos com inquéritos que contêm perguntas sem qualquer resposta atribuída. Optamos por contabilizar e validar os inquéritos que não tinham a totalidade das respostas dadas: consideramos como nulas as perguntas nos respetivos inquéritos que não tinham respostas. Seriam situações que poderiam, não necessariamente, ser ultrapassadas se fossem aplicadas por quem está a realizar a investigação. Mesmo a nível das direções também não foi conseguido que todos respondessem.

3.2- Fragilidades

As principais fragilidades encontradas, após a aplicação do inquérito, circunscrevem-se em três níveis:

Representatividade

A representatividade, conforme os padrões definidos, foi acautelada dentro das limitações, mas reconhecemos que poderia ser colocado um maior esforço para se conseguir uma maior equidade entre os diferentes grupos, nomeadamente a nível etário e sexo.

Neste âmbito, deparamo-nos com a dificuldade das instituições em conseguirem que os encarregados de educação das crianças respondessem e os idosos utentes/clientes, mas, sobretudo que os responsáveis dos utentes/clientes da terceira idade o fizessem. Compartilhada esta dificuldade por parte dos responsáveis, optou-se por lhes pedir que incentivassem as respostas, mas sem serem demasiado insistentes, já que tal poderia não ter resultados positivos para a relação dessas pessoas com as respetivas instituições. Preferimos assumir a falha de alguns inquéritos do que carregar a culpa por ter «deteriorado» as relações dos utentes/clientes com as instituições a quem estão vinculados. Foi este espírito que presidiu à decisão de não continuar a insistir para que conseguissem obter mais inquéritos, como a percentagem delineada o pedia em algumas situações.

Compreensão

Existiu uma grande preocupação para que as perguntas fossem diretas e claras, de modo a permitir uma compreensão unívoca das mesmas por parte das diferentes pessoas. Contudo, temos consciência que, no campo das hipóteses, poderá ter ocorrido alguma interpretação «indevida» e que tal não tenha sido detetado.

Referimos esta fragilidade pelo facto de estarmos diante de um grupo de pessoas muito heterogéneo, o que acarreta sempre dificuldades acrescidas para a construção de um inquérito com uma compreensão inequívoca das perguntas.

Registo

A terceira fragilidade localiza-se na identificação das pessoas que foram inquiridas. A nível das responsáveis técnicas e das direcções, sabemos quem respondeu, mas quanto aos restantes colaboradores, encarregados de educação e utentes/clientes, não ficamos com esses dados. Inicialmente considerou-se desnecessário reter a informação relativa aos inquiridos, já que bastava controlar a quem se entregou para posteriormente se rececionar; todavia, na conclusão do trabalho, verificamos que esse registo poderia ser benéfico, já que permitiria a possibilidade de fazer algumas entrevistas exploratórias diretamente «à pessoa que respondeu de determinada maneira no inquérito».

II – AFERIÇÃO ESTATUTÁRIA E REGULAMENTAR

É necessário explorar a legislação externa e interna que baliza as IPSS's. O enquadramento legal que define, rege e «coordena» estas instituições adquire uma importância grande, já que elas não existem anarquicamente ou anonimamente, muito menos existem na clandestinidade.

Neste capítulo desejamos, primeiramente, apurar a legislação estatal que baliza a ação social das IPSS's, dado que muito do trabalho que desenvolvem é efetuado em parceria com o estado, sendo as leis da República Portuguesa estruturantes no seu funcionamento. Seguidamente, dado que estudamos IPSS's canónicas, examinaremos a legislação canónica que rege as mesmas. Finalmente, feita esta análise formal da legislação que regula o funcionamento das IPSS's, dissecaremos os documentos estruturantes das respetivas IPSS's.

Importa reter que os estatutos específicos de uma Misericórdia, de uma IPSS canónica ou de uma não canónica, refletem, apesar das diferenças em relação às suas congéneres, a realidade formal de todas.

A – «Legislação social»

As instituições sociais em análise têm uma profunda relação com o poder estatal. Importa situar os contornos jurídicos que regem tal relação. Não queremos analisar todos os decretos e leis que já emanaram da Assembleia da República sobre esta realidade, mas destacar alguns Decretos-Lei mais relevantes e que dizem respeito à situação atual. Neles encontramos uma legislação comum às misericórdias e IPSS's, já que as misericórdias, apesar

da sua especificidade, também são equiparadas às IPSS's. É esta equiparação que nos leva a enquadrá-las na qualificação comum de IPSS's.

1 – Legislação Civil

Decreto-Lei n.º 119/83⁴³⁷

Este Decreto-Lei, publicado a 25 de Fevereiro de 1983, é emanado do Ministério dos Assuntos Sociais (hoje Ministério da Segurança Social e do Trabalho) – Secretaria de Estado da Segurança Social, mantendo-se, na generalidade, em vigor a reger as IPSS's. Transforma-se este Decreto-Lei no «Estatuto» das IPSS's. É um documento crucial para o enquadramento e funcionamento das IPSS's hoje.

Todo o primeiro capítulo regula a constituição, funcionamento, gestão e regulamentação das IPSS's, indicando que existirá sempre uma administração (direção) e um órgão de fiscalização; nas instituições associativas, também uma assembleia-geral. Não descurando o interesse pelos restantes artigos e assuntos, salientamos aqueles que definem a *identidade*, a *especificidade* e os *objetivos* que as instituições têm de prosseguir, de modo a serem consideradas IPSS's (Capítulo I, Secção I):

Art. 1.º

1 – *São instituições particulares de solidariedade social as constituídas, sem finalidade lucrativa, por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e desde que não*

⁴³⁷ MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS, SECRETARIA DE ESTADO E DA SEGURANÇA SOCIAL, «Decreto-Lei n.º 119/83», in *Diário da República* 46 (1983) 643-656, Versão Digital/Eletrónica: <http://dre.pt/pdf1sdip/1983/02/04600/06430656.pdf>.

sejam administradas pelo estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, os seguintes objetivos, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços:

- a) Apoio a crianças e jovens;*
- b) Apoio à família;*
- c) Apoio à integração social e comunitária; proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as necessidades de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;*
- d) Promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;*
- e) Educação e formação profissional dos cidadãos*

2 – Além dos enumerados no número anterior, as instituições podem prosseguir de modo secundário outros fins não lucrativos que com aqueles sejam compatíveis.

Os objetivos são definidos de um modo amplo e abrangente, potenciando a ação social nos mais diversos âmbitos e fases da vida da pessoa, deixando a especificação das ações ao cuidado das instituições.

Nos artigos 3º e 4º é concedida *autonomia* às instituições e dito que o apoio do estado não constituirá um limite à sua *livre atuação*. Este será um dado com interesse a ter presente no agir e perceção dos agentes das instituições estudadas.

Estas instituições, ao serem registadas enquanto tal, *adquirem automaticamente a natureza das pessoas coletivas de utilidade pública* (Art. 8º).

A secção II do primeiro capítulo aflora a ereção das instituições, os estatutos, os órgãos gerentes, a gestão (destacando-se a subsecção IV, que trata da modificação ou extinção das instituições), os limites e competências das administrações.

O capítulo segundo *especifica a situação das organizações religiosas* com atividades de solidariedade social:

Art. 40º

As organizações e instituições religiosas que, para além dos fins religiosos, se proponham atividades enquadráveis no artigo 1º ficam sujeitas, quanto ao exercício daquelas atividades, ao regime estabelecido no presente Estatuto.

Art. 41º

Os institutos que se proponham fins de solidariedade social fundados, dirigidos ou sustentados por organizações ou instituições religiosas ficam sujeitos ao regime das fundações de solidariedade social, sem prejuízo do espírito e disciplina religiosos que os informam e do disposto nos artigos seguintes.

É respeitada a matriz religiosa, a sua autonomia e a relação com a autoridade eclesiástica (toda a secção II do capítulo segundo), mas para o exercício das atividades referentes ao art. 1º, exige-se o cumprimento do presente Estatuto.

O capítulo terceiro, na secção II especifica a situação das misericórdias, sendo estas enquadradas nas associações de solidariedade social. Aqui sobressai a matriz cristã destas instituições e o respeito pelo seu estatuto canónico.

Decreto-Lei nº 9/85⁴³⁸

As IPSS's, na qualidade de pessoas coletivas de utilidade pública, como vimos anteriormente, gozam de isenções fiscais importantes. O Decreto-Lei nº 9, de 9 de Janeiro de 1985, rege essas isenções, a saber, como mais significativas: Sisa, imposto sobre as sucessões e doações, contribuição predial, imposto sobre a venda de veículos automóveis, imposto sobre capitais, imposto de mais-valias, imposto sobre veículos, imposto de circulação.

⁴³⁸ MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO E DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL, «Decreto-Lei nº 9/85», in *Diário da República* 7 (1985) 38-39, Versão Digital/Eletrónica: <http://dre.pt/pdf1sdip/1985/01/00700/00380039.pdf>.

Despacho Normativo 75/92⁴³⁹

O presente despacho visa redefinir as normas dos acordos de cooperação entre a Segurança Social e as IPSS's. Destacamos o reconhecimento que é atribuído à importância e ao trabalho das IPSS's: *o estado reconhece e valoriza o importante e insubstituível papel das instituições particulares de solidariedade social. Reconhecimento e valorização que são efetivos, na medida em que se traduzem na concessão de crescentes e significativos apoios de natureza material, técnica e financeira, cujo contributo é determinante para que as instituições alarguem a sua área de atuação e melhorem os serviços e o atendimento personalizado que as pessoas e famílias merecem.*

Dado este reconhecimento, são estabelecidas as balizas e regras para o funcionamento das valências com acordos com a Segurança Social. Ao longo de 32 normas estabelecem-se as regras sobre as instalações, quadro de funcionários, comparticipação de utentes, entre outros itens de relevo. Lendo o despacho e a legislação subsequente, verificamos como ao longo dos anos vai sendo mais definida e fiscalizada toda a ação das IPSS's.

As comparticipações/mensalidades encontram a definição pormenorizada na Circular Normativa nº 3 de 2 de Maio de 1997, tendo as comparticipações do estado a sua última definição, até ao momento do levantamento dos dados, na Portaria nº 881, de 8 de Agosto de 2007⁴⁴⁰. Estes acordos vão sendo concertados e atualizados em protocolos anuais (nem sempre) assinados entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (a nomenclatura do Ministério vai alterando com os governos) e a Confederação Nacional das Instituições de

⁴³⁹ MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL, «Despacho Normativo nº 75/92», in *Diário da República* 116 (1992) 2369-2374: <http://dre.pt/pdf1sdip/1992/05/116B00/23692374.pdf>.

⁴⁴⁰ Versão Digital/Eletrónica do Diário da República 152 (2007) 5109-5111: <http://dre.pt/pdf1sdip/2007/08/15200/0510905111.pdf>.

Solidariedade (CNIS). Existe também legislação pormenorizada sobre algumas valências em concreto, que não importa aqui aprofundar.

VII Revisão [última até à data] Constitucional [2005]⁴⁴¹

A Constituição Portuguesa, na VII revisão, capítulo II, artigo 63º, define a «articulação» do estado com as instituições particulares de solidariedade social. Trata-se de uma abordagem muito simples, indicando a função de apoio e de fiscalização que compete ao estado em relação às IPSS's:

5 – O estado apoia e fiscaliza, nos termos da lei, a atividade e o funcionamento das instituições particulares de solidariedade social e de outras de reconhecido interesse público sem carácter lucrativo, com vista à prossecução de objetivos de solidariedade social consignados, nomeadamente, neste artigo, na alínea b) do n.º 2 do artigo 67.º, no artigo 69.º, na alínea e) do n.º 1 do artigo 70.º e nos artigos 71.º e 72.º.

Código Civil⁴⁴²

O Código Civil é um outro importante documento que rege as instituições de ação social. No capítulo II, ao longo das diversas secções, traçam-se as normas que estas instituições devem seguir, desde a sua criação, passando pelos órgãos de gestão, até à sua extinção. Não queremos reproduzir aqui os artigos, unicamente apontar a presença desta

⁴⁴¹ ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, «Lei Constitucional nº 1 2005», in *Diário da República* 155 (2005) 4642-4686, Versão Digital/Eletrónica: <http://www.dre.pt/comum/html/legis/crp.html>.

⁴⁴² Dadas as muitas transformações que o Código Civil tem registado, colocamos a Versão Digital/Eletrónica da Direção-Geral da Política de Justiça, já que a mesma agrupa estas mudanças, a 21 de Novembro de 2012: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/livro-iii-leis-civis-e/leis-de-processo-civil/codigo-de-processo-civil>.

legislação que pauta as IPSS's e qualquer pessoa coletiva. Ainda se acrescente a legislação presente no *Código de Processo Civil* nas secções IV e XVII, importante a atender nos processos jurídicos, nomeadamente no que respeita à suspensão e exoneração de sócios e administrações.

2 - Legislação canónica

*Código de Direito Canónico*⁴⁴³

O código de direito canónico tem toda uma parte dedicada às *associações de fiéis* (Título V). É na legislação referente às associações de fiéis que encontramos a legislação canónica sobre as IPSS's canónicas, sendo que as misericórdias têm «debatido» sobre o seu enquadramento enquanto associações de fiéis ou não; se sim, sobre de que modo acontece esse enquadramento. Iremos retirar alguns artigos pertinentes. É conveniente frisar que os institutos de vida consagrada e sociedades de vida apostólica, nos quais existam igualmente IPSS's, têm legislação própria no código de direito canónico.

É de destacar o lugar e responsabilidade da autoridade eclesiástica na ereção, gestão, vigilância e destituição das associações de fiéis. O direito canónico atual, de 1983, faz uma distinção entre as associações públicas de fiéis e associações privadas de fiéis. Esta distinção tem estado na origem das conversações entre as misericórdias Portuguesas e a Conferência Episcopal Portuguesa para definir tal enquadramento: a Conferência Episcopal Portuguesa deseja que sejam consideradas associações públicas de fiéis, enquanto as misericórdias, fazendo eco da voz de alguns provedores auscultados, pretendem que sejam associações

⁴⁴³ IOANNES PAULUS PP. II, *Codex Iuris Canonici* (25 mensis Ianuarii 1983), in AAS 75, II (1983) 1-324.

privadas de fiéis; outros não querem que seja nem uma nem outra, desejando que sejam consideradas a-eclisiais.

Olhemos os cânones mais relevantes e procuremos assinalar algumas diferenças entre as associações privadas e públicas de fiéis.

Associações de fiéis

Cân. 298, § 1 – *Na igreja existem associações, distintas dos institutos de vida consagrada e das sociedades de vida apostólica, nas quais os fiéis, clérigos ou leigos, ou conjuntamente clérigos e leigos, em comum se esforçam por promover uma vida mais perfeita, e promover o culto público ou a doutrina cristã, ou para outras obras de apostolado, isto é, iniciativas de evangelização, exercício de obras de piedade ou caridade, e animação da ordem temporal com espírito cristão.*

Cân. 301, § 1 – *Cabe exclusivamente à autoridade eclesiástica competente erigir associações de fiéis (...).*

Cân. 305, § 1 – *Todas as associações de fiéis estão sujeitas à vigilância da autoridade eclesiástica competente (...) Ficam também sujeitas ao governo dessa autoridade, de acordo com as prescrições dos cânones seguintes.*

Associações públicas de fiéis

Cân. 316, § 1 – *Não pode ser recebido validamente em associações públicas quem publicamente tiver rejeitado a fé católica, ou abandonado a comunhão eclesiástica, ou estiver sob excomunhão aplicada ou declarada.*

Cân. 319, § 1 – Uma associação pública legitimamente erigida, se outra coisa não for determinada, administra os bens que possui, de acordo com os estatutos, sob a superior direção da autoridade eclesiástica mencionada no cân. 312, § 1, à qual ela deve anualmente prestar contas da administração.

Associações privadas de fiéis

Cân. 323, § 1 – Embora as associações privadas de fiéis gozem de autonomia, de acordo com o cân. 321, estão sujeitas à vigilância da autoridade eclesiástica, de acordo com o cân. 305, bem como ao governo dessa autoridade.

Cân. 325, § 1 – A associação privada de fiéis administra livremente os bens que possui, de acordo com as prescrições dos estatutos, salvo o direito da autoridade eclesiástica competente de velar a fim de que os bens sejam empregados para os fins da associação.

Destacamos três pontos que manifestam a diferença que existe entre as associações privadas e as públicas de fiéis:

1 – Gestão: Claramente sobressai a maior vigilância e regulação da autoridade escolástica competente sobre as associações públicas de fiéis. As associações privadas de fiéis embora sob a vigilância da autoridade eclesiástica, gozam de uma maior liberdade na administração e gestão. Relativamente às primeiras, a presença da autoridade eclesiástica é constante, desde a nomeação do administrador, à gestão, às condições de pertença dos membros, à própria destituição.

2 – Apresentação de contas: as associações públicas de fiéis têm o dever de apresentar as contas à autoridade eclesiástica competente; sendo que nas associações privadas

de fiéis só se indica a obrigação da autoridade eclesiástica velar para que os bens sejam aplicados aos fins da associação.

3 - «Serviço religioso»: as associações públicas de fiéis terão um capelão ou assistente eclesiástico, nomeado pela autoridade eclesiástica. As associações privadas de fiéis, se desejarem, terão um conselheiro espiritual; escolherão um dos sacerdotes da diocese, o qual necessitará de ser confirmado pelo Ordinário local.

Como se verifica, a diferença entre uma associação pública ou privada de fiéis é significativa. Muito se joga aqui na relação com a autoridade eclesiástica no que diz respeito aos corpos gerentes, à gestão e apresentação de contas e à obrigatoriedade da assistência religiosa. São estes pontos que produziram um «certo desencontro» entre a Conferência Episcopal Portuguesa e as misericórdias. Relembremos que esta atual separação entre associações públicas e privadas de fiéis só acontece no atual código de direito canónico, situação que não existia no código de direito canónico anterior, sendo na altura o enquadramento de associações de fiéis para todas.

Estas normas do direito canónico são desenvolvidas nas Normas Gerais das Associações de Fiéis aprovadas pela Conferência Episcopal Portuguesa⁴⁴⁴. Não aprofundamos o conteúdo que lá está presente, mas salientamos o artigo 9º, ponto 4º, acerca da admissão de associados, onde verificamos os critérios necessários para se pertencer a estas instituições canónicas. Claramente são critérios que também se aplicam «às fundações», como é o caso dos centros sociais paroquiais ou centros sociais de institutos religiosos, já que, embora não tenham sócios, são equiparadas às «associações de fiéis. Aqui elencamos os critérios para quem compõe os órgãos sociais das instituições. Esta implicação para os seus trabalhadores e

⁴⁴⁴ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, «Normas Gerais das Associações de Fiéis», in ARQUIDIOCESE DE BRAGA, *Estatutos, normas e diretivas*, Diário do Minho, Braga, 2009, 355-394.

utentes/clientes não é referida no direito canónico, sendo mera possibilidade hipotética que uma dada instituição assim possa proceder:

Artigo 9.º, § 4.º Não pode ser recebido em associações de fiéis:

- a) *Quem publicamente tiver rejeitado a fé católica;*
- b) *Quem tiver abandonado a comunhão eclesial;*
- c) *Quem tiver incorrido em excomunhão aplicada ou declarada (cf. cân. 316, § 1).*
- d) *Quem estiver inscrito em associações que conspiram contra a igreja (cf. cân. 1374);*
- e) *Quem não gozar de boa reputação moral e social;*
- f) *Quem não estiver disposto a aceitar os princípios cristãos e as normas que regem as associações de fiéis (cf. cân. 915).*

B - Misericórdias

As misericórdias estando a ser analisadas como IPSS's, não deixam de ter uma história e vida particular. Não fugindo do objeto de estudo, apresentamos o conteúdo que consideramos relevante para nos ajudar a situá-las, entendê-las e compreendê-las.

1 – Génesis: impulso caritativo

As misericórdias encontram a origem da sua existência e funcionamento atual nas confrarias e/ou irmandades e/ou mosteiros que floresceram na Idade Média, com o propósito claro de apoiarem os mais desprotegidos e necessitados a nível material e social (pobres,

doentes, idosos, órfãos, viúvas e pessoas com outras de carências); encontrando-se simultaneamente preocupadas com os «bens de alma» – a dimensão espiritual estritamente dita. As origens «das confrarias remontam aos *collegia* romanos, alguns deles localizados no território que atualmente pertence a Portugal, e ainda à *guildas* germânicas, vocacionadas para o fomento da sociabilidade masculina e para o reforço das relações amigáveis entre os seus componentes»⁴⁴⁵.

Esta origem pagã e objetivos a atingir terão acarretado inicialmente uma desconfiança por parte da igreja, que se encarregou de as «cristianizar», inculcando a solidariedade de matriz cristã e a oração como pilares centrais. As primeiras confrarias ou irmandades que temos documentadas são do século XII, tendo surgido «dentro da própria igreja, congregando apenas religiosos e estendendo-se depois ao mundo dos leigos. A sua finalidade inicial era rezar pelos mortos, confrades e benfeitores»⁴⁴⁶. Esta afirmação não pode encobrir a existência e importância das confrarias profissionais, como nos é retratado na obra de Maria Helena da Rocha Oliveira sobre *Confraria de S. Crispim e S. Crispiniano e o seu Hospital da Idade Média*⁴⁴⁷, em torno da Confraria dos sapateiros e surradores portuenses, com a importante gestão do hospital.

O florescimento «das confrarias de caridade ocorreria apenas a partir do século XIII, com muitas destas instituições a assumirem importante papel na criação, gestão e manutenção de albergarias e pequenos hospitais ou na adoção de responsabilidades em relação aos já existentes»⁴⁴⁸.

Com o decorrer da Idade Média, a coroa ganha relevo na ação das confrarias. «Este aspeto está bem patente na reforma das instituições hospitalares e de auxílio material e espiritual aos mais desprotegidos, desenvolvida desde o reinado de Afonso V e, de modo mais

⁴⁴⁵ P. PENTEADO, «Das Confrarias medievais às Misericórdias. Salvação da alma, solidariedade e serviço aos protegidos», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 18 (2001) 163.

⁴⁴⁶ M. J. F. TAVARES, *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*, 102.

⁴⁴⁷ Cf. M. H. M. da R. OLIVEIRA, *Confraria de S. Crispim e S. Crispiniano e o seu Hospital da Idade Média*.

⁴⁴⁸ P. PENTEADO, *Ibid.*, 164. Cf. A. BEIRANTE, *Confrarias medievais portuguesas*.

sistemático, por D. Manuel, através do estabelecimento de hospitais das confrarias, como sucedeu em Lisboa com o Hospital de Todos-os-Santos»⁴⁴⁹. Este Hospital é obra de D. João II: «D. João II, que funda, em 1492, o primeiro Hospital Moderno português – o Hospital de Todos-os-Santos, comumente designado por “Hospital Grande”, resultante da reunião das pequenas unidades assistenciais dispersas por Lisboa –, e alcança, ainda, autorização papal para estender esse movimento ao resto do país. Caberia ao seu sucessor, D. Manuel I, a primeira intervenção estruturada e sistemática na assistência pública portuguesa»⁴⁵⁰. É neste enquadramento que nascem e crescem as misericórdias, tendo a sua origem em D. Leonor, no ano de 1498, em Lisboa. Deste modo, se está uma rainha na origem da primeira misericórdia, a coroa estará presente no seu desenvolvimento, já que a difusão por todo o país se deve à coroa, e, de um modo particular, a D. Manuel⁴⁵¹.

D. Manuel enviou «cartas às câmaras municipais, exortando-as a seguirem o exemplo de Lisboa, [de modo a] dotar o reino de instituições, se não totalmente homogeneizadas, pelo menos obedecendo a um padrão comum, fornecido pelo compromisso da Misericórdia»⁴⁵². Com o florescer das misericórdias, com a sua atividade crescente, as confrarias e irmandades vão perdendo campo de ação em matéria caritativa, passando a desenvolver uma assistência mais vocacionada para os seus irmãos.

A história, de mais de quinhentos anos, das misericórdias, passou por momentos melhores e outros piores, tendo ultrapassando as vicissitudes sociais e políticas com enorme capacidade de adaptação e espírito criativo para encontrar resposta às necessidades emergentes ao longo deste período⁴⁵³. É mesmo referido que «a maneira como as

⁴⁴⁹ P. PENTEADO, *Ibid.*, 168.

⁴⁵⁰ L. ABREU, «A especificidade do sistema de assistência pública portuguesa. Linhas estruturantes», in *Arquipélago. História*, 6 (2002) 419.

⁴⁵¹ Cf. P. PENTEADO, *Ibid.*

⁴⁵² I. dos GUIMARÃES SÁ, *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português: 1500-1800*, 59.

⁴⁵³ Cf. P. PENTEADO, *Ibid.*, 170-174. A ação social da Misericórdia de Lisboa estendeu-se a outros âmbitos, sendo chamada mesmo no século XVI e XVII a atuarem na pacificação dos conflitos, promovendo o perdão nos casos de injúria, ofensa e alguns crimes. «As misericórdias alcançaram prerrogativas de arbitragem mais amplas

misericórdias se adaptaram (...) exemplifica bem o respeito pelo passado, a capacidade de adaptação, o poder de recuperação e a tenacidade dos portugueses»⁴⁵⁴.

As misericórdias não apenas se espalharam pelo país como, com a expansão marítima e respetiva missão, chegaram aos «quatro cantos do mundo»: Bengala, Colombo, Goa, Macau, Moçambique, Rio de Janeiro, São Tomé de Meliapor... Por todo o Brasil se foram implementando.⁴⁵⁵

Em resumo, a origem das misericórdias, formalmente, acontece em 1498, com a criação da Misericórdia de Lisboa, «obra de Dona Leonor de Lencastre, rainha viúva de D. João II, e do seu confessor e frade trino Dom Miguel Contreiras»⁴⁵⁶. Não nos debruçamos aqui sobre o carácter secular ou sagrado das misericórdias, unicamente salientamos este pequeno enquadramento histórico, de modo a percebermos a sua origem. É certo que nos situamos num tempo em que o trono e o altar estão interligados: será inegável o impulso régio no nascimento e florescimento destas instituições, assim como será incontestável a marca evangélica no texto fundador, bem como a espiritualidade de D. Leonor.

2 – Estatuto: compromisso sócio espiritual

do que as confrarias medievais, porque inscreviam-se no espaço público politicamente construído pelo estado, mas os casos mais graves de perturbação da paz social estavam reservados às instituições judiciais» – M. T. E. de OLIVEIRA, «As Misericórdias e a assistência aos presos», 68. Com isto conseguiam benefícios, nomeadamente pelos testadores e a proteção régia que dava garantia e confiabilidade à instituição, ao mesmo tempo que a justiça pública ficava mais económica – Cf. *Id.*, *Ibid.*, 81.

⁴⁵⁴ M. L. FREIRE, *As Misericórdias e as IPSS em geral, na história, na legislação, na jurisprudência e na prática administrativa*, 7. A obra de Maria Marta Lobo de Araújo sobre a Misericórdia de Ponte de Lima é uma boa referência para se ver se vai adaptando e transformando ao longo dos tempos. Também na obra que se segue se encontra uma boa referência ao conceito de pobreza e respetiva perceção por parte da sociedade – M. M. L. de ARAÚJO, *Rituais de Caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (Séculos XVII – XIX)*, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, Ponte de Lima, 2003.

⁴⁵⁵ Cf. M. L. FREIRE, *Ibid.*, 13-21.

⁴⁵⁶ *Id.*, *Ibid.*, 8. Isabel dos G. SÁ, no artigo «A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu (1490-1600)», apresenta, no período estudado, uma certa laicização da caridade a cargo das misericórdias, referindo que dependiam do poder régio, estando libertas quanto à fundação dos bispos e da visita pastoral, ficando a dependência episcopal adstrito à dimensão «espiritual», quanto à manutenção dos espaços e alfais de culto.

A «magna carta» destas instituições encontra-se nas *obras de misericórdias*, sete corporais e sete espirituais, já que elas lhes dão o nome. O estatuto das misericórdias é denominado de *compromisso*, o qual apresenta as obras de misericórdia (presentes na bíblia – Cf. Mt 25, 31-46) como pilar estruturante da ação; esta centralidade está exarada no texto da fundação da primeira misericórdia – de Lisboa – e mantém-se em referência nas diversas misericórdias que se vão edificando.

Ao iniciarmos a análise dos estatutos das misericórdias, tendo presente o Compromisso da Santa Casa da Misericórdia escolhida⁴⁵⁷, importa apresentar as referidas obras de misericórdia, que, apesar de poderem ser elencadas com alguma variação, no essencial, apresentam o mesmo conteúdo:

Espirituais, orientadas para questões morais e religiosas:

1. *Dar bom conselho a quem pede;*
2. *Ensinar os ignorantes;*
3. *Corrigir os que erram;*
4. *Consolar os que estão tristes;*
5. *Perdoar as injúrias;*
6. *Suportar com paciência as fraquezas do nosso próximo;*
7. *Rogar a Deus pelos vivos e pelos defuntos.*

Corporais, relacionadas sobretudo com preocupações materiais da vida:

1. *Dar de comer a quem tem fome;*
2. *Dar de beber a quem tem sede;*
3. *Vestir os nus;*
4. *Acolher os errantes;*

⁴⁵⁷ IRMANDADE SANTA CASA DA MISERICÓRDIA (...), *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia (...)*, 1982.

5. *Visitar os doentes;*
6. *Libertar os prisioneiros;*
7. *Sepultar os mortos.*

O simples facto (se é que se pode considerar simples tal facto) de se chamarem misericórdias e beberem a definição da ação nas obras de misericórdia do Novo Testamento, manifesta a profunda matriz cristã que esteve na origem e que acompanha a sua ação, dentro da «chancela» régia. Há um cuidado com todo o ser humano, atendendo às suas diferentes necessidades, não se reduzindo à dimensão «espiritual» nem se ficando nas necessidades do «corpo»⁴⁵⁸. Insere-se na reflexão que a DSI realiza, nomeadamente a preocupação social com a espiritualidade e corporeidade do homem.

O presente Compromisso, aprovado em 1982, dá-lhe ereção canónica, a pedido da própria: «fazemos saber que tendo o Provedor da Santa Casa da Misericórdia (...), com ofício de 17 de Setembro de 1981, pedido a ereção canónica da Mesa e a aprovação do seu novo COMPROMISSO»⁴⁵⁹:

⁴⁵⁸ Muitos são os trabalhos desenvolvidos acerca das misericórdias, aprofundando a sua história e a sua identidade. Fazemos referências a algumas dessas obras, onde é manifesto como a contigência histórica as moldou ao longo dos cinco séculos, mas sem descorarem a dimensão espiritual nos cuidados materiais que pretaram: M. M. L. de ARAÚJO, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)*, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e de Ponte de Lima, 2000; J. V. CAPELA – M. M. L. de ARAÚJO, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Santa Casa da Misericórdia de Braga, Braga, 2013 (Nesta obra se faz a história da Santa Casa da Misericórdia de Braga. Ao longo da obra se percebe como os Arcebispos estão intimamente ligados ao crescimento e desenvolvimento da mesma. Igualmente se retratam as diversas fases da sua história inserida nas vicissitudes da política nacional, nomeadamente em relação à maior ou menor vinculação eclesial. Ainda o documento é muito rico quanto ao empenho em potenciarem um serviço que responda às preocupações materiais e espirituais das pessoas); AA.VV., *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Misericórdias e secularização num século turbulento (1910-2000)*, Volume 9 Tomo I, União das Misericórdias Portuguesas, Lisboa, 2010 (na página 15 se manifesta uma fase delicada quanto à identidade cristã das misericórdias - «O filantropismo de matriz laica substituíra a caritas cristã como suporte filosófico da beneficência. Isto não era absolutamente novo. Mas era-o num discurso regulamentador da atividade de uma misericórdia»); AA.VV., *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Misericórdias e secularização num século turbulento (1910-2000)*, Volume 9 Tomo II, União das Misericórdias Portuguesas, Lisboa, 2011.

⁴⁵⁹ IRMANDADE SANTA CASA DA MISERICÓRDIA (...), *Ibid.* 1.

1 – A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia (...) também mais abreviadamente denominada Santa Casa da Misericórdia (...), instituída em 1558, continua a ser uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico.

O compromisso enquadra a misericórdia selecionada como instituição canónica (associação de fiéis – não se nomeando se é pública ou privada – até porque o código de direito canónico pós-Vaticano II ainda não estava publicado, o que vai acontecer só em 1983) e IPSS. Também se apresentam as obras de misericórdia como a «espinha dorsal» de toda a sua atividade.

O segundo capítulo aflora as condições, direitos e deveres dos irmãos da Irmandade. Em sentido comparativo, os irmãos estão para as misericórdias como os sócios para as associações civis que conhecemos. Destaca-se a matriz cristã imanente à condição de se ser irmão:

Artigo 7º – Condições

d) Aceitem os princípios da doutrina e da moral cristãs que informam a instituição e que conseqüentemente, não hostilizem por qualquer meio, designadamente, pela sua conduta social, ou pela sua atividade pública, a religião católica e os seus fundamentos.

Artigo 11º – Exclusão

1 – e) Que tomem atitudes hostis à religião católica.

O capítulo terceiro trata do culto e assistência espiritual. Apontando-se os diversos locais de culto, tais como igrejas e capelas da misericórdia, bem como festas pré-definidas, sobressaindo deste modo a vertente espiritual imputada à ação social:

Artigo 12º

Nas diversas obras sociais e serviços desta Irmandade da Santa Casa da Misericórdia haverá assistência espiritual e religiosa.

No capítulo quinto encontram-se os artigos que regem os corpos gerentes da instituição: Assembleia Geral, Mesa Administrativa e Definitório. Neste ponto situa-se alguma diferença entre o compromisso da misericórdia e os estatutos das IPSS que enunciaremos de seguida, já que lá unicamente aparece a possibilidade do pagamento de despesas inerente às funções/trabalhos realizados, mas não a possibilidade de uma remuneração permanente. O vínculo ao ordinário diocesano é evidente, como se lê no artigo 32º, § Único – *A eleição da Mesa Administrativa, a alteração do Compromisso, a autorização para alienação e oneração de bens imóveis e de móveis com especial valor artístico ou histórico, bem como a autorização para a realização de empréstimos, só surtirão efeito após a confirmação do ordinário diocesano.*

No capítulo oitavo, artigo 65º, §2, define-se o destino dos bens em caso de extinção: *os seus bens reverterão para outras obras ou instituições de natureza cristã e católica, existentes ou a criar na cidade de (...), mas com âmbito concelhio.*

Duas linhas de força são de destacar neste trabalho: por um lado, a Assembleia Geral aparece como órgão máximo dentro do funcionamento da misericórdia, tendo a Mesa Administrativa a responsabilidade da gestão da mesma; por outro lado, a referência à espiritualidade, a ligação à igreja católica e ao ordinário de lugar são uma constante incontornável da instituição.

3 – Regulamentos Internos

Os regulamentos internos preceituam todo o funcionamento das valências, desde a definição dos objetivos às diretrizes sobre o dia-a-dia. Salientamos aqui alguns aspetos mais relevantes, dentro do objetivo da investigação.

Infância⁴⁶⁰

A CM só contempla a valência da Creche como resposta à infância, encontrando-se a funcionar em diversos polos. Este regulamento é estruturado por «norma» em vez de «artigo» contrariamente ao que acontece nas outras instituições. Definindo os critérios de admissão, as regras das mensalidades, os deveres e direitos dos utentes, o quadro técnico e o seu funcionamento, o regulamento estrutura todo o seu funcionamento.

Consideramos oportuno destacar duas normas: Norma II §2 – [A assistência socioeducativa] *Está apoiado nos princípios gerais estabelecidos no Compromisso da Misericórdia e nas normas reguladoras do Ministério da Solidariedade e Segurança Social;* Norma IV §1 – [São objetivos da creche] *Proporcionar o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afetiva e física, durante o afastamento parcial do seu seio familiar (...), §2 – Colaborar estritamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo.*

Estas duas normas dão-nos o enquadramento legal e valorativo que rege a valência: é feita a referência ao compromisso e às normas da Tutela. A família encontra-se como a realidade em torno da qual se desenvolve este serviço social, atribuindo-se à valência a função de «colaborar» com a família.

Terceira Idade⁴⁶¹

⁴⁶⁰ *Id.*, Regulamento Interno das valências das Creches, aprovado a 19 de novembro de 2009.

A CM tem mais do que um «Lar de Idosos», para além dos serviços de Centro de Dia e de Apoio Domiciliário. Contudo, no essencial, o regulamento de um dos polos contempla as mesmas diretrizes dos restantes.

O artigo 2º enquadra-nos os princípios e objetivos orientadores da valência: *Responder, de forma adequada, às necessidades e interesses manifestados pelos idosos; auxiliar em situações de isolamento e falta de apoio (social e familiar) dos idosos; proporcionar aos idosos uma habitação condigna; promover o envelhecimento ativo e saudável (...).* Como na infância, as valências não pretendem substituir a família, mas ter a função complemento.

Sobres os direitos e deveres dos utentes, no artigo 22º, apresenta-se, entre outros, o *direito à liberdade religiosa*. O capítulo sexto refere-se ao culto com termos que importa transcrever: artigo 26º – *Os utentes das valências do Lar têm a prerrogativa de participação em todos os atos de assistência religiosa que, por intermédio do capelão e/ou sacerdotes, sejam celebrados nas suas instalações segundo o culto católico*; artigo 27º – *Os utentes poderão professar qualquer religião, mas não é permitida no Lar atividade de outras confissões religiosas que não a religião católica, uma vez que as misericórdias se enquadram na doutrina e moral cristãs*. Destacando-se a assistência religiosa, não se considera impeditivo para se ser utente a crença cristã/católica, já que se pode professar outro credo. Mas unicamente o culto católico é permitido.

4 – Plano de Atividades/Atividades

⁴⁶¹ *Id.*, Regulamento Interno do Lar de 3ª Idade (...), sem data de aprovação. Muito embora seja referido o nome de um dos polos de Lar, ele aplica-se nos princípios e normas a todos.

A CM elabora anualmente um Plano de Atividades que é aprovado em Assembleia Geral. Analisando o Plano de Atividades para o ano de 2011, constatamos as diferentes ações sociais que a instituição desenvolve, nomeadamente os quatro Lares, as três Creches, o Centro de Dia, o Apoio Domiciliário e o projeto da construção de uma Cantina Social⁴⁶². Além destas respostas sociais, têm outras ações sociais e culturais, outros edifícios, nomeadamente uma farmácia, duas Igrejas e uma capela.

Infância⁴⁶³

O Plano de Atividades definido para o ano letivo de 2010-2011 apresenta as diferentes atividades distribuídas pelos diferentes meses com os respetivos objetivos, estratégias e recursos necessários. É de destacar os objetivos definidos para as diferentes atividades, já que eles nos apontam as metas que se desejam alcançar com as diversas atividades ao longo do «ano letivo».

Salientamos quatro aspetos:

– Aproveitamento das datas celebradas a nível local/nacional/internacional/mundial para a elaboração das atividades e ações, sendo elas a ritmar a valência (Dia Mundial da Musica, Dia do Animal, Dia Mundial da Alimentação, Dia Internacional dos Direitos da Criança, Dia do Pai, Dia da Mãe, Dia da Família, Dia Mundial da Árvore, Dia Internacional do Livro, Dia Mundial da Criança, Dia Mundial do Ambiente, Magusto, Natal, Carnaval, Páscoa, Santos Populares e Quatro Estações);

⁴⁶² *Id.*, *Plano de Atividades. Exercício 2011*, sem data de aprovação.

⁴⁶³ Os Planos de Atividades das valências são elaborados pelas responsáveis técnicas de cada valência. Contudo, assumimos aqui a instituição como autora. *Id.*, *Creche (...). Plano Anual de Atividades. Ano Lectivo 2010/2011*, aprovado a 12 de janeiro de 2011. O regulamento também se aplica ao outro polo de creche.

– A valorização da natureza (onde sobressaem os animais) surge com especial relevo (seis vezes é materializado nos objetivos), sendo mesmo a dimensão mais referida nos objetivos das atividades;

– É dada igualmente ênfase à valorização das crianças e às festas de âmbito familiar;

– É feita a sensibilização para os valores altruístas, bem assim como para a música e para a leitura. As festas do Natal e da Páscoa merecem um cuidado especial, destacando-se a referência feita à Páscoa – *conhecer o significado religioso da festa da Páscoa*.

Atendendo a que só tem valências de Creche (crianças até aos três anos), é apresentada a dificuldade de se trabalhar aprofundadamente o sentido das diversas festas e comemorações. *Não existe o desenvolvimento da vertente religiosa na dimensão pedagógica e nas festas (Natal, Dia do Pai, Dia da Mãe, S. Martinho) – as referências cristãs são praticamente esquecidas*, refere a responsável de uma das Creches. Contudo, não se considera totalmente ausente, já que o presépio é construído na época natalícia. Também foi referido que este ano se desenvolveu uma caminhada «formativa» de Advento, ao longo das quatro semanas, mas que não obtiveram qualquer adesão por parte dos pais. É referido mesmo que «se sente um obstáculo por parte dos pais e da sociedade».

A iconografia religiosa está totalmente ausente nestas instalações. A presença ou não dos elementos decorativos de âmbito religioso incorpora uma leitura interpretativa da realidade simbólica religiosa presente ou ausente nesse espaço. Aqui não encontramos qualquer elemento que aponte para o religioso.

Terceira Idade⁴⁶⁴

⁴⁶⁴ *Id., Lar (...). Plano de Atividades 2011*, Sem data de aprovação. O regulamento também se aplica, nos seus princípios, aos outros lares da instituição; *Id., [Centro de Dia] Plano de Atividades 2011*, Sem data de aprovação.

O Plano de Atividades aprovado para os Lares e Centro de Dia, para o ano de 2011, é estruturado por objetivos gerais e específicos, com as respetivas atividades e datas.

Percebe-se uma forte aposta na valorização das relações interpessoais, na envolvimento com a comunidade, no «intercâmbio» com a família e com as crianças, procurando a *interação entre gerações*. As atividades com caráter cultural e os momentos de convívio também merecem destaque. A dimensão religiosa é designada formalmente como *culto religioso*, encontrando-se a eucaristia como atividade assumida ao longo de todo o ano; simultaneamente é destacada a animação turística, potenciando-se a possibilidade de *conhecer locais de interesse cultural, turístico e religioso*.

Nos Lares e Centro de Dia, as festas, atividades e comemorações de índole cristã (tais como o Natal, Quarta-feira de Cinzas, Páscoa, Dia do Pai, Dia da Mãe e S. João) são assumidas e desenvolvidas na dimensão cristã. As atividades ligadas a estas festas são articuladas com o capelão, sendo a celebração religiosa conjugada com as restantes atividades. Além destas atividades, existem confissões todas as primeiras sextas-feiras e eucaristias todos os fins-de-semanas. No Centro de Dia e em dois Lares as pessoas assistem diariamente à eucaristia pela Canção Nova (televisão), no outro Lar rezam diariamente o terço. Em suma, em todos existe a vertente orante cristã.

A iconografia religiosa está amplamente presente em todos os edifícios da terceira idade. Além das capelas, nas quais se celebra eucaristia, existem crucifixos, imagens de Nossa Senhora, Menino Jesus, S. Bento, Sagrado Coração de Jesus e de Maria, além de diversos quadros nas paredes alusivos à piedade cristã. Nos quartos também temos, maioritariamente, objetos religiosos levados pelos próprios. Esta presença «massiva» de figuras e imagens religiosas não passa despercebido aos olhos de quem ali se encontra e por ali passe.

Por muito relativa que seja a dedução feita a partir destes dados visuais para a vivência religiosa nestas valências, não deixará de ser uma marca forte da presença simbólica do religioso.

C – Centros Sociais – IPSS's

A DSI apresenta a ação social como parte integrante e indispensável da missão da igreja: «Se numa comunidade cristã falta o empenho contra a pobreza, contra a desigualdade, contra a injustiça, se não se considera o serviço da caridade como parte constitutiva da evangelização e da pastoral de toda a comunidade, o serviço falha, a evangelização converte-se em palavra vazia, a liturgia converte-se em “culto ao culto” ou “culto ao rito” como expressão de egoísmo pseudoreligioso»⁴⁶⁵. Os centros sociais paroquiais surgem como rosto visível da ação social de uma comunidade e concretização da mensagem evangélica que se anuncia e celebra na liturgia.

1 – Contextualização

A Lei 2120 de 19 de julho de 1963 instituiu as Instituições Particulares de Assistência, consideradas Pessoas Coletivas de Utilidade Pública Administrativa (PCUPA) e que assumiam a forma de Associações de Beneficentes, Institutos de Assistência (religiosos ou não) ou Institutos de Utilidade Local (Fundações).

Foi com a Constituição de 1976 (artigo nº 63) que surgiu pela primeira vez o termo IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social: Art. 63, 3. *A organização do sistema de*

⁴⁶⁵ D. J. ORTIGA, «Centros Sociais Paroquiais como Ação Social da Igreja», in *Estatutos, normas e diretivas. Arquidiocese de Braga*, 285.

*segurança social não prejudicará a existência de instituições privadas de solidariedade social não lucrativas, que serão permitidas, regulamentadas por lei e sujeitas à fiscalização do estado*⁴⁶⁶.

As IPSS's paroquiais, geralmente denominadas de centros sociais paroquiais, precisam de ser enquadradas na ação global da paróquia. O próprio termo «centro» induz à sua «centralidade e função unificadora. Ele propõe-se contribuir para a promoção integral dos membros da comunidade, cooperando com os serviços públicos competentes ou com as instituições particulares num espírito de solidariedade humana, cristã e social»⁴⁶⁷.

O centro social de uma paróquia, «não pode ser uma estrutura à parte da paróquia, nem deveria ser dirigida e animada por pessoas que não têm sensibilidade social, vida e dinâmica eclesial. As próprias pessoas assalariadas a contratar deverão saber, quando se candidatam, quais os princípios que regem a instituição que vão servir. E a entidade que as contrata deve ter a garantia de que as pessoas contratadas vão aceitar esses princípios. Trata-se duma instituição da paróquia. É a resposta institucional da comunidade cristã às necessidades encontradas»⁴⁶⁸. Os centros sociais paroquiais brotam da dimensão sócio caritativa inerente à missão evangelizadora das comunidades, encontrando uma forte implementação no território nacional ao longo das últimas três décadas. O florescimento destas estruturas não estará dissociado da evolução económica do país neste período, bem como da sensibilidade social do estado (muitas destas estruturas foram nascendo e evoluindo com o apoio e cooperação estatal) e da adesão à CEE/EU, que permitiu a libertação de verbas para os fins sociais.

Estas estruturas sociais da igreja, marcadas por uma relação estreita - no seu funcionamento – com o estado, têm suscitado por parte da igreja a necessidade de se «refundar» a especificidade cristã das mesmas. «Ao estado pode interessar o tecnicismo; à

⁴⁶⁶ Versão digital, http://debates.parlamento.pt/r3/dac/constituicao/c_76-3.aspx.

⁴⁶⁷ A. DIAS, «Ação social nas comunidades cristãs», in *Theologica*, 39 (2004) 116.

⁴⁶⁸ *Id.*, *Ibid.*, 117.

igreja, nos centros sociais paroquiais, mais do que o tecnicismo, interessa a técnica iluminada pelo amor, o modo como se faz para que o outro não sofra, ou sofra menos. Por isso, um centro social não pode permitir que a organização mate o espírito, que a estrutura reduza as pessoas a números, que o funcionalismo desumanize os serviços, que a falta de competência profissional, humana e cristã, de assalariados e voluntários, o desclassifique na qualidade dos serviços que presta e na dimensão evangelizadora que possui»⁴⁶⁹.

Bento XVI afirma que «a competência profissional é uma primeira e fundamental necessidade, mas por si só não basta. É que se trata de seres humanos, e estes necessitam sempre de algo mais que um tratamento apenas tecnicamente correto: têm necessidade de humanidade, precisam da atenção do coração. Todos os que trabalham nas instituições caritativas da igreja devem distinguir-se pelo facto de que não se limitam a executar habilidosamente a ação conveniente naquele momento, mas dedicam-se ao outro com as atenções sugeridas pelo coração, de modo que ele sinta a sua riqueza de humanidade. Por isso, para tais agentes, além da preparação profissional, requer-se também e sobretudo a “formação do coração”»⁴⁷⁰.

Com estes elementos sintéticos, situamos a problemáticas dos centros sociais paroquiais, enquanto estruturas ligadas a uma dada paróquia, enquanto estruturas que servem as populações em cooperação com o estado e enquanto entidades que procurarão conjugar o profissionalismo com o humanismo e com a fé cristã.

2 – Ação sócio caritativa

A realidade dos centros sociais é multifacetada nas suas concretizações: temos de ter consciência que cada centro social reflete a realidade diferente de cada paróquia e de cada

⁴⁶⁹ D. J. ORTIGA, *Ibid.*, 289.

⁴⁷⁰ *Deus Caritas Est*, 31.

instituto religioso, apesar do «tronco» comum. Neste trabalho procuramos compreender os centros sociais, enquanto estruturas de igreja, sejam paroquiais ou não. Deste modo, analisaremos um centro social paroquial e um de instituto religioso, estudando ainda um centro social sem ligação à igreja, como foi referido na apresentação da população-alvo e das técnicas de recolha de dados.

2.1- Centro Social Paroquial - IPSS Canónica

Para analisarmos a matriz dos centros sociais paroquiais, deveremos atender à denominação, aos objetivos e toda a definição de funcionamento, quer dos corpos gerentes, quer do modo de gestão. Como já foi mencionado, a instituição escolhida é denominada com a sigla CP.

2.1.1- Estatutos⁴⁷¹

Relativamente aos estatutos da CP, daremos aqui um maior destaque aos respetivos artigos, já que é o primeiro dos três estudados a ser apresentado, seguindo-se nos outros uma análise comparativa, face à análise efetuada nesta instituição.

Nos dois primeiros artigos encontramos o enquadramento canónico: é uma associação de fiéis, ereta pelo Arcebispo Primaz.

Os objetivos (artigos 4º e 5º) da instituição deixam transparecer a matriz religiosa, já que se enquadra no âmbito paroquial e defende a promoção de uma *solidariedade cristã*. A concretização dos objetivos apresenta um leque amplo de respostas e ações, sem que nesse âmbito apareça algo de específico à dimensão cristã.

⁴⁷¹ ARQUIDIOCESE DE BRAGA, *Estatutos do Centro Social da Paróquia de (...) ou Centro Paroquial de Fraternidade Cristã e de Solidariedade Social (...)*. Arquidiocese de Braga. Distrito Braga, aprovado a 26 de junho de 1991.

As normas das associações de fiéis, do código de direito canónico, surgem no artigo 6º como estruturantes da ação da instituição, não deixando esquecer a legislação civil. A matriz cristã é aqui bem evidenciada⁴⁷²: (*aperfeiçoamento cultural, espiritual e moral de todos os paroquianos; devendo assim proporcionar, com respeito pela liberdade de consciência, formação cristã aos seus utentes e não permitir qualquer atividade que se oponha aos princípios cristãos*).

O Conselho Pastoral Paroquial, enquanto órgão central da ação de uma paróquia, aparece com um lugar de destaque (artigo 7º); assim, os Regulamentos Internos terão de ter o parecer do Conselho Pastoral Paroquial.

Esta instituição não tem Assembleia Geral, no sentido corrente que outras instituições têm, já que a paróquia, pelo Conselho Pastoral Paroquial, em certo sentido, funciona como tal, para além do lugar que ocupam o Pároco e Conselho Paroquial para os Assuntos Económicos. A Direção e o Conselho Fiscal são apresentados pelo Pároco ao Arcebispo Primaz, competindo-lhe a nomeação e/ou remoção (Artigos 10º a 13º).

A Direção (art. 20º) é composta pelo Pároco, na função de Presidente, sendo os restantes membros designados pelo Conselho Paroquial para os Assuntos Económicos.

O Órgão de Vigilância (art. 31º) aparece como o «derradeiro garante» da presença eclesial na vida e ação da instituição.

⁴⁷² Outros documentos merecem análise, nomeadamente, aqueles que fazem parte do Sistema Geral da Qualidade, nomeadamente a definição da Missão, da Visão e dos Valores da instituição, encontrando-se estas realidades no *Manual da Qualidade*, sendo que merece também destaque o Manual de Acolhimento. A Missão, entre outras coisas, refere que a instituição pretende *ter respostas olhando à pessoa no seu todo, proporcionando soluções para todas as dimensões humanas: Intelectuais, físicas, psíquicas, económicas e espirituais* (aspeto que é citado no Manual de Acolhimento). A Visão, além de outros aspetos, afirma que *a instituição pretende assumir-se como uma alternativa de excelência, de forma a garantir a todos uma oferta apelativa, eficaz e eficiente*. Nos Valores afirma-se que *as respostas da instituição devem levar em consideração as diferenças de estilo, de ritmos, de idade e de necessidades especiais, ancoradas no respeito, na solidariedade, na tolerância, na convivência democrática e no sentido de serviço*; e que, de entre outros aspetos, *não queremos substituir as famílias, mas ser antes um parceiro ativo para que o «valor e a importância da família» seja uma realidade*. Não se faz referência à dimensão cristã, mas é clara a dimensão religiosa, bem como os valores que podem ser ancorados no conteúdo cristão.

A referência aos atos de administração extraordinária para alienação (artigo 35), manifesta a necessária autorização, para a validade, da autoridade eclesiástica.

Os quatro últimos artigos (artigos 39º a 42º) manifestam bem a matriz paroquial da instituição, com o lugar relevante do Conselho Pastoral Paroquial e do Conselho Paroquial para os Assuntos Económicos, e com o destino a ser dado aos bens, em caso de extinção.

Deixamos uma ressalva sobre os estatutos expostos. Estes estatutos, bem como da instituição que se segue, adotam o modelo aprovado em 1983 pela Arquidiocese de Braga. Contudo, o modelo foi revisto, tendo uma nova versão em 2009. Esta versão ainda não está em vigor, ao momento, nas instituições em análise (CP e CIR), de modo que o rigor nos obriga a seguir o que se encontrava em vigência, sabendo de antemão que todos irão ser uniformizados pela nova versão.

Dentro das diversas alterações de artigos, elas resultam como não sendo muito significantes, a não ser em dois aspetos: obriga a que os membros do Conselho Fiscal sejam membros do Conselho Paroquial para os Assuntos Económicos (art. 28º na versão anterior e art. 33º na nova versão), reforçando a ligação com os órgãos formais da paróquia; e o órgão de vigilância, que deixa de ser o pároco, Presidente da Direção por inerência, para ser, normalmente, o Arcipreste do Arciprestado da instituição (art. 31º na versão anterior e art. 36º na nova versão), permitindo que na ausência ou morte do pároco se mantenha uma ligação eclesial à instituição.

2.1.2- Regulamentos Internos

Os regulamentos internos balizam o funcionamento das diversas valências da CP, desde os critérios de admissão, passando pelas mensalidades, incluindo os direitos e deveres dos utentes e colaboradores. Não aprofundamos os imensos aspetos presentes nos

regulamentos internos, mas unicamente sobre os que se apresentem com relevo para o trabalho em curso.

Infância⁴⁷³

Deparamo-nos com três regulamentos internos para infância com especificações para as três valências (Creche, Jardim de Infância e CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres); porém, os princípios e a organização são iguais nos três.

No artigo 1º, §3 de todas as valências, fazendo-se referência aos estatutos, enquadram-se os respetivos serviços: *A Instituição foi criada para prosseguir uma atividade sem fins lucrativos, (...) «com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos». (...) O Centro propõe-se «contribuir para a formação integral de todos os paroquianos».*

O artigo 2º especifica em cada valência os seus objetivos. A Creche visa *contribuir para o bem-estar e desenvolvimento integral da criança, colaborar com a família na resolução de problemas e variadas exigências inerentes ao desenvolvimento da criança, apoiar a família na conciliação da vida profissional com o papel dos pais (...), apoiar as crianças em situação social de risco social.* O Jardim de Infância, inserido na mesma dinâmica de apoio à família e aos carenciados, caracteriza-se por desenvolver uma atividade *complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua inserção como ser autónomo, livre e solidário; procurando promover o desenvolvimento pessoal e social da criança e proporcionar-lhe condições de bem-estar e segurança, despertar a curiosidade e o pensamento crítico; estabelecer relações de efetiva*

⁴⁷³ CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE (...), *Regulamento Interno. Creche*, aprovado a 1 de Janeiro de 2011; *Regulamento Interno. Jardim de Infância*, aprovado a 1 de Janeiro de 2011; *Regulamento Interno. CATL*, aprovado a 1 de Janeiro de 2011.

colaboração com a comunidade; apoiar a família através do fornecimento de refeições e (...) com atividade de animação socioeducativa. O CATL procura essencialmente «fornecer» um conjunto de multiatividades e apoio ao estudo, de modo colaborar na socialização de cada criança ou jovem, favorecer a inter-relação família/escola/comunidade/estabelecimento, melhorar a situação socioeducativa e a qualidade de vida das crianças.

O artigo 29º, das três valências, acerca dos direitos das crianças, refere, além do apoio socioeducativo, psicológico e económico a que têm direito, que a instituição deve facultar *oportunidades e serviços educativos tendo em vista o seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.*

Como conclusão, destacamos os artigos 1º e 29º como sendo aqueles que podem mostrar alguma especificidade face às instituições não canónicas: No artigo 1º encontramos a referência explícita à paróquia e no 29º ao desenvolvimento moral e espiritual, sem que seja referida a «espiritualidade cristã».

Terceira Idade⁴⁷⁴

Nesta instituição, além dos Lares, Centro de Dia e Apoio Domiciliário, existe um Centro de Convívio, ou normalmente designada de Universidade Sénior – sem denunciar a terminologia correta –, no qual são ministrados diversos saberes e fazeres, entre os quais merece destaque a teologia, como indicador de um saber que desenvolve o pensamento da doutrina cristã. Porém, não aprofundaremos esta valência, já que não encontra correspondência nas demais instituições estudadas.

O regulamento dos lares enquadra todo o seu funcionamento, desde os objetivos à admissão, à mensalidade, ao funcionamento, direitos e deveres dos utentes e da própria

⁴⁷⁴ CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE (...), *Regulamento Lar de Idosos*, sem data de aprovação; *Regulamento do Apoio Domiciliário*, sem data de aprovação; *Regulamento do Centro de Dia*, sem data de aprovação.

instituição, passando pela definição dos recursos humanos. Os objetivos são delineados no artigo 3º: entre outros, *proporcionar os serviços necessários para que o processo de envelhecimento decorra com o mínimo de degradação possível, combater situações de isolamento e falta de apoio (social e familiar) em que muitas pessoas vivem, proporcionar aos utentes uma habitação condigna*. Dentro dos serviços apresentados, nota-se uma clara ausência da referência aos estatutos (situação inversa aos regulamentos da infância), bem como total ausência da menção espiritual ou cristã.

O Apoio Domiciliário é definido, no artigo 1º, como *uma estrutura vocacionada para prestar no domicílio cuidados individualizados e personalizados, a pessoas idosas, bem como outras pessoas, e suas famílias, que, por motivos de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar (temporária ou permanentemente) a satisfação das suas necessidades básicas e atividades da vida diária; tendo como objetivos (art. 2º) contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e suas famílias, assegurar especificamente aos indivíduos e suas famílias a satisfação das suas necessidades básicas e atividades da vida diária, combater situações de isolamento e falta de apoio (social e familiar) (...), promover a manutenção do idoso no seu ambiente familiar retardando a sua institucionalização*. Resumidamente, no artigo 10º apresentam-se os serviços prestados: *refeições e cuidados de higiene e saúde*. Também estamos perante uma total ausência de referência religiosa ou cristã.

No regulamento interno do Centro de Dia, encontramos, no artigo 1º uma referência explícita aos estatutos da CP, afirmando que *tem por objetivo primordial contribuir para a promoção integral da pessoa humana, cooperando com os serviços públicos competentes ou com as instituições particulares, num espírito de solidariedade humana, cristã e social*. Pretende (art. 2º) *contribuir para a manutenção do Idoso no seu ambiente familiar e social, evitando a sua institucionalização, situações de envelhecimento precoce e de dependência*. A

vertente de apoio à família e a dinamização dos idosos aparecem como objetivos primordiais da valência (art. 2º).

Os Regulamentos Internos das valências da terceira idade manifestam uma clara ausência das referências religiosas e especificamente cristãs.

2.1.3- Plano de Atividades/Atividades

O Plano Anual de Atividades apresenta as respetivas atividades e os objetivos que se pretendem atingir ao longo do ano. Esta análise permite aferir mais de perto a ação da instituição e reconhecer as prioridades.

Infância⁴⁷⁵

O Plano Anual de Atividades (PAA) é definido como aquele que *desdobra, em termos práticos, a componente curricular, bem como todas as atividades de enriquecimento que lhe são complementares, fazendo o seu planeamento*. Simultaneamente apresentam-se as dificuldades de programação para a valência de CATL, já que *por constrangimentos impostos pela organização da escola pública não será possível imputar todo o conjunto de atividades a todos os grupos, pelo que se privilegiará os alunos que se encontram no Centro, nos períodos da manhã e da tarde*.

O PAA é «desenhado» para todas as valências, indicando uma mesma «temática» a ser desenvolvida, de modo adaptado, por cada valência. O PAA para o ano de 2010-2011 encontra-se segmentado em dois semestres: 1º semestre sobre o tema *Bichos e Homens* e 2º

⁴⁷⁵ *Id., Plano Anual de Atividades. Ano Lectivo: 2010/2011. Resposta Social: Infância (Creche/Jardim/Catl), aprovado a 22 de novembro de 2010.*

semestre sobre as *Pegadas na Natureza*. O tema da natureza torna-se transversal a toda a programação.

Após a preocupação com o acolhimento e adaptação no início do ano «letivo», evidenciam-se, ao longo do 1º semestre, as atividades para conduzirem ao conhecimento das fases da vida dos animais, os seus habitats, as suas características e modos de vida, os cuidados a ter com eles e a interação entre os homens/plantas/animais, aflorando-se a questão da evolução do Homem.

O 2º semestre continua a privilegiar a preocupação com a natureza, nomeadamente o meio vegetal e animal. Além deste «molde» anual, aparecem outras atividades culturais e lúdicas, bem como «disciplinas» complementares desenvolvidas ao longo do ano.

A análise pormenorizada das atividades permite perceber que em algumas delas se aflora a dimensão cristã, a saber: no Natal, por exemplo, a construção do presépio serve para falar do Menino Jesus, José, Maria e Magos, e enunciar canções e poemas de Natal; na festa propriamente dita, apresentou-se um conto com a mensagem do nascimento de Jesus, para além dos valores da solidariedade e da partilha que são trabalhados com as crianças; e a celebração do S. Martinho desenvolve o milagre que a tradição aponta à sua vida e conversão. Pode concluir-se que a dimensão religiosa não está definida enquanto «diretriz pedagógica», mas constata-se que acaba por aparecer nestas situações pontuais.

As crianças que frequentam o CATL têm a possibilidade, no horário de funcionamento, de frequentar a catequese da paróquia, sendo os horários concertados com a paróquia. Não se apresenta como uma «atividade» obrigatória, mas como um serviço disponibilizado para aqueles que o desejarem.

Os edifícios da infância, nomeadamente as salas, estão despidos da iconografia religiosa, com exceção do edifício central, que contém, na entrada, uma imagem grande do Menino Jesus de Praga, e uma sala de CATL, com um crucifixo.

Terceira Idade⁴⁷⁶

Na Terceira Idade encontramos o Plano de Atividades do Lar e o do Centro de Dia. O Plano para o Lar é marcado por diversas atividades ao longo do ano, encontrando na celebração dos «dias festivos/comemorações» o «diapasão» que marca o ritmo do mesmo; outras atividades são referidas, nomeadamente a elaboração de produtos para a feirinha mensal. Destacamos algumas das comemorações apontadas: *desfolhada/vindima; Dia do idoso; Dia de Todos os Santos; Dia de S. Martinho; Dia de Natal; Dia de Reis; Dia de S. Valentim; Dia da Mulher; Dia do Pai; Páscoa; Dia da Mãe; Dia da Família; Santos Populares; Dia dos Avós e Dia de S. Bentinho.*

O Plano do Centro de Dia é bastante pormenorizado nas atividades e objetivos apontados para cada mês. De todo o planeamento, sobressaem as atividades que visam desenvolver a dimensão cognitiva (desde a memória à reflexão), a dimensão física, a dimensão criativa e a dimensão lúdica. Com implicação em atividades de trabalho «manual», surgem as Festas, tais como: *S. Martinho, Natal, Reis, Dia do Pai, Dia da Mãe, Dia de S. João, Dia dos Avós.* Ainda merecem especial destaque as *atividades religiosas: Reza do terço (diariamente de manhã), celebração da eucaristia (mensal) e organização da Comunhão Pascal com um Centro Social próximo* (não colocamos o nome devido à confidencialidade).

Em resumo, apontam-se diversos «dias/comemorações» que deixam claro o ritmo cristão que marca as mesmas. Particularmente o Centro de Dia coloca uma referência especificamente cristã nas suas atividades: Terço e eucaristia. O Lar, apesar de não referir no Plano, também tem a eucaristia semanal ao Domingo, como proposta para quem desejar; a eucaristia na Canção Nova (televisão) diariamente e o terço igualmente todos os dias.

⁴⁷⁶ *Id., Plano Anual de Atividades 2010-2011.* (para o Lar), aprovado a 1 de setembro de 2010; *Id., Plano Anual de Atividades 2010/2011. Centro de Dia,* aprovado a 1 de setembro de 2010.

No encontro com as responsáveis das valências da terceira idade é referido que o terço diário no Centro de Dia foi uma «imposição» dos utentes, já que se iniciou com apenas dois dias por semana, vindo posteriormente a solicitação que fosse todos os dias. O mesmo desejo dos utentes é apontado em relação à eucaristia no Centro de Dia e no Lar. As festas como o Natal, Páscoa, Dia do Pai e Dia da Mãe são marcadamente cristãs no conteúdo, sendo a festa de Natal e da Páscoa com eucaristia e os objetos construídos para adorno com símbolos religiosos (ex.: na Páscoa, além dos ovos pintados com a espiga, temos o cálice e a cruz). Ainda se destaca o Dia Mundial do Doente, com a celebração da Unção dos Doentes na Igreja Paroquial, e o Sagrado Lausperene da paróquia, no âmbito do qual o Centro de Dia participa na eucaristia.

A iconografia religiosa está muito presente nos diversos espaços comuns e privados (quartos). O Lar, além da capela, tem diversas imagens de Nossa Senhora (uma grande imagem de Nossa Senhora do Sameiro na entrada) e de diversos santos, bem como a representação do presépio e crucifixos. No Centro de Dia também nos deparamos com diversos elementos cristãos: crucifixos, quadro de Nossa Senhora do Sameiro, imagens de Nossa Senhora, Terço grande e S. Bento.

Se nas valências da infância é ténue a presença da religiosidade cristã, verificamos na terceira idade uma presença clara. Curiosamente, olhando os regulamentos internos, seríamos levados a considerar o contrário; sobretudo, afirmar-se-ia que a espiritualidade estaria ausente nas valências da terceira idade, o que não acontece.

2. 2- Centro Social de Instituto Religioso - IPSS Canónica

Se analisamos uma IPSS canónica de uma paróquia, também precisamos de estudar uma IPSS canónica com um enquadramento diferente. Deste modo, vamos estudar uma IPSS ligada a um instituto religioso, aqui designada por CIR.

2.2.1- Estatutos

Sendo os centros sociais paroquiais uma importante realidade da ação social da igreja, eles não esgotam a mesma. Os institutos religiosos incorporam nas suas estruturas muitas instituições sociais. Não pretendemos pormenorizar todos os elementos dos estatutos⁴⁷⁷, já que o fizemos em relação ao centro social paroquial, e, dado serem estruturalmente semelhantes, salientaremos exclusivamente os elementos que se distingam do anterior, uma vez que seguem o mesmo protótipo.

A especificidade descobre-se na troca da ordem de alguns artigos, troca que, enquanto, tal se manifesta como irrelevante, e na substituição dos «órgãos consultivos paroquiais», nomeadamente o Conselho Pastoral Paroquial, Conselho para os Assuntos Económicos e o respetivo Pároco, pelo Conselho Geral da Congregação da CIR e respetiva Superiora.

Para a aprovação dos estatutos, a ser feita pelo Arcebispo Primaz, requer-se *ouvir o Conselho Geral da Congregação* (art. 7º – correspondendo ao art. 39º no CP). No artigo 12º, correspondendo ao artigo 40º da CP, apresenta-se a substituição do *Conselho Geral da Congregação* pela Superiora Geral da Congregação. O artigo sobre a extinção do Centro (13º que corresponde ao 42º da CP) coloca a «tutela» dos bens sobre a alçada da Congregação e do Conselho Geral. A Direção (art. 24º) encontra a Presidente na Superiora Geral e os restantes membros por indicação do *Conselho Geral da Congregação*, substituindo o Pároco e o

⁴⁷⁷ ARQUIDIOCESE DE BRAGA, *Estatuto do Centro de Solidariedade da (...). Arciprestado de Braga. Arquidiocese de Braga. Distrito de Braga*, aprovado a 23 de setembro de 1993.

Conselho Paroquial para os Assuntos Económicos (CP – art. 20º). A Direção tem de apresentar o relatório anual e contas, orçamento e programa de ação ao Conselho Fiscal e ao *Conselho Geral da Congregação* (art. 25º), em vez de ser ao Conselho Pastoral Paroquial (art. 21º). O Conselho Fiscal é designado pelo *Conselho Geral da Congregação* (art. 32º), sendo indicado pelo Conselho Pastoral Paroquial na CP (art. 28º). O órgão de vigilância é o Vigário Episcopal para os Religiosos (art. 35), quando na CP é o Pároco (art. 31º).

A comparação dos estatutos entre o CIR e CP deixa transparecer algumas «incongruências» na aplicação à CIR, já que encontramos alguns dados na CIR que só se entendem por seguirem um modelo comum, uma vez que esses elementos só fazem sentido nas IPSS's ligadas às paróquias. Vejamos dois exemplos:

O artigo 4º, dentro dos objetivos, especifica quanto à ação da instituição: No artigo 5º, sobre a concretização dos objetivos, é absolutamente igual à da CP, quando poderia ser mais específico em relação à instituição concreta; vejamos que refere a ação à primeira infância e ATL, quando a instituição não tem Creche nem ATL.

O artigo 10º, correspondendo ao 8º da CP, é copiado literalmente: *1. A criação e manutenção das atividades do CENTRO deverão resultar do espírito de mútua ajuda entre os paroquianos e da consciencialização das carências do meio.* Como se deteta, a referência aos *paroquianos* faz sentido num centro social paroquial mas não forçosamente numa instituição como a que aqui está a ser analisada, de âmbito e enquadramento totalmente diferente.

A referência cristã encontra-se com um padrão semelhante ao dos estatutos da CP. A este nível não se detetam diferenças.

2.2.2- Regulamento interno

O Regulamento Interno aflora todas as questões ligadas com a população alvo, os objetivos, os critérios de admissão, as mensalidades, o funcionamento, os horários, as férias, as competências e os deveres dos funcionários.

Infância⁴⁷⁸

A resposta a nível da infância desenvolvida pela CIR é o Jardim de Infância. Analisando o regulamento interno, destacamos as duas referências (art. 1º e 4º) que são colocadas quanto à matriz cristã da instituição:

Artigo 1º - Enquadramento geral

Centro de Solidariedade (...) – é uma Instituição de Solidariedade Social – Património e Administração da Congregação.

É uma instituição de inspiração católica e rege-se pelo seu Estatuto devidamente aprovado.

No primeiro artigo é feita a alusão aos estatutos, manifestando a referência cristã. Quanto à definição dos princípios orientadores, encontramos-na na última anotação: *despertar para o transcendente*, indicando expressamente que *a formação cristã será ocasional*. Apesar da presença formal e explícita, não se deixará de ter presente este «secundarizar» pela expressão «ocasional».

Terceira idade⁴⁷⁹

A nível da terceira idade, a CIR desenvolve a valência de Lar, não tendo Centro de Dia nem Apoio Domiciliário.

⁴⁷⁸ CENTRO DE SOLIDARIEDADE DA (...), *Regulamento Interno. Centro de Solidariedade da (...)*, aprovado em maio de 2008.

⁴⁷⁹ *Id.*, *Regulamento Interno. Lar de Terceira Idade*, sem data de aprovação.

O Regulamento Interno afirma que a instituição procura proporcionar *um são ambiente de convívio e de participação, gerador de bem-estar pessoal, social e religioso*. Tendo como objetivos, entre outros, *garantir o bem-estar, a qualidade de vida, física e psíquica e a segurança dos utentes, disponibilizando alojamento, alimentação, cuidados de higiene, de conforto, de saúde e religiosos*.

O regulamento, explicitando os critérios de admissão, as mensalidades, o funcionamento e as regras do Lar, define igualmente, em certo sentido, algumas atividades. De todo o Regulamento Interno, salientamos com significância para este trabalho o artigo 6º sobre os patronos, e o artigo 25º, acerca da assistência religiosa: *O lar festeja (...) Jesus, Maria e José, no último domingo de dezembro, dia em que a igreja celebra a solenidade da Sagrada Família* (art. 6º); *O Lar providenciará no sentido de os utentes que o solicitem obtenham assistência religiosa, qualquer que seja o credo professado* (art. 25º).

Percebe-se claramente a dimensão religiosa e cristã no Regulamento, sendo que tal não se apresenta como critério exclusivo para a frequência do mesmo, já que podem entrar pessoas de outros credos. Enquanto na CM só era permitido o culto católico, aqui está aberta a possibilidade da assistência religiosa de outro culto.

2.2.3- Plano de Atividades/Atividades

O Plano de Atividades é um elemento precioso para percebermos as ações que são desenvolvidas ao longo do ano na instituição, permitindo perceber o lugar da matriz cristã.

Infância⁴⁸⁰

⁴⁸⁰ *Id., Plano de Atividades. Centro de Solidariedade da (...). 2010-2011, sem data de aprovação.*

O Plano de Atividades para 2010-2011 encontra-se organizado com atividades programadas para cada mês. O Plano elege como valores do projeto: amizade, partilha, confiança, respeito e perdão. Trata-se de uma programação muito genérica: referindo as atividades, não menciona as «ações de cada atividade», sendo essa definição efetuada ao longo do ano.

No meio das diversas atividades formativas e lúdicas alistadas, destacam-se as seguintes, já que indiciam um caráter específico religioso e a matriz cristã do plano global: Festa de Natal (dos pequeninos e em família) – 17 e 18 de dezembro; Festa da Sagrada Família – 26 dezembro; cantar dos Reis – 6 a 31 de janeiro; Homenagem aos pais, aos padrinhos e às mães – 17 de março, 14 de abril e 5 de maio, respetivamente.

É referido pelas responsáveis que, na ação diária, não existe um programa explícito sobre o «despertar religioso» – sobre a dimensão espiritual. Todavia, é dito que tal componente está presente ao longo do ano. É dado um exemplo muito claro: existe o hábito de se iniciar cada dia com uma canção de saudação «de bons dias», lendo-se na segunda estrofe:

*Bom dia Jesus, vamos trabalhar,
vem p'ró pé de nós connosco brincar,
o nosso trabalho, a nossa alegria
te damos Jesus durante este dia.*

Em cada comemoração cristã, a mensagem religiosa é aprofundada. Deste modo, nas festas de S. Martinho, Natal, cantar dos Reis, Páscoa, Dia do Pai, Dia da Mãe e Dia dos Avós explica-se o sentido cristão e enviam-se textos, reflexões e orações para as famílias. Interessa notar o Dia dos Padrinhos, o qual visa festejar e valorizar os padrinhos do Batismo. No mês de Maio, é colocada uma imagem de Nossa Senhora na sala polivalente, diante da qual os meninos passam, fazendo gestos de veneração e orações.

A iconografia religiosa está ausente das salas de atividades das crianças, mas na entrada e na sala geral encontra-se um quadro e uma estátua, ambas da Sagrada Família. Também não é de minorar o facto de fazerem parte do quadro dos funcionários as freiras, o que se torna uma presença visível da religião cristã, já que andam de hábito, sendo mesmo referido que utilizam este elemento como estímulo para falarem sobre a matriz cristã da instituição aquando das inscrições/matriculas.

É evidente a presença da espiritualidade e da matriz cristã no desempenho diário das atividades que acontecem nesta valência.

Terceira Idade⁴⁸¹

Diversas são as atividades apresentadas para o ano de 2011. Dentro do programa definido, salientamos as seguintes festas/atividades/comemorações: *Festa de Reis, Páscoa, Santo António, S. João, Dia dos avós, Dramatização da lenda de S. Martinho, Festa do Natal*. São atividades ligadas a comemorações religiosas e que manifestam uma vertente cristã.

Merece especial destaque a referência feita explicitamente à dimensão religiosa, nos objetivos específicos do Plano: *proporcionar tempos de oração (eucaristia, oração do rosário, adoração ao Santíssimo Sacramento)*.

A iconografia religiosa também está presente na instituição, nomeadamente através da capela e muitos outros ícones religiosos nos espaços comuns e privados.

Podemos afirmar que todo o Lar respira formalmente a espiritualidade cristã, sem com isto tecermos comentários valorativos do seu funcionamento.

⁴⁸¹ *Id., Plano de Atividades 2011*, aprovado a 7 de janeiro de 2011.

2. 3- Centro Social – IPSS não canónica

O centro social não paroquial (não canónico) selecionado é enunciado como NC. Olhar uma instituição social não paroquial permite-nos perceber as diferenças (ou não) formais e não formais com as canónicas, nomeadamente na matriz cristã que as rege.

2.3.1- Estatutos

Os estatutos da NC⁴⁸² apresentam diferenças substanciais face às instituições anteriores (canónicas). Catalogamos as diferenças em três grupos significativos: em primeiro lugar, a aprovação é unicamente civil, respondendo, de igual modo, unicamente diante do Código Civil, não existindo qualquer vínculo eclesial (sendo que nas canónicas a aprovação é obrigatoriamente religiosa, decorrendo desta aprovação os efeitos civis); o lugar e a importância da Assembleia Geral, entidade com máxima responsabilidade dentro da instituição (órgão que não existe na CP e na CIR); igualmente não se encontra qualquer referência à dimensão cristã ou qualquer menção à religiosidade ou espiritualidade (quando acontece nas instituições canónicas). Toda a dinâmica inerente à origem e ao funcionamento encontra-se balizada pela legislação civil das associações.

Como *conclusão da análise estatutária*, percebemos que existe uma grande diferença entre a IPSS não canónica e as restantes entidades canónicas analisadas, já que não é encontrado na NC nenhum vínculo com a autoridade eclesial nem feita qualquer referência à religiosidade.

Comparando as três entidades canónicas, defrontamo-nos - apesar das diferenças - com imensas semelhanças. A referência à matriz cristã é uma constante na CM, na CP e na

⁴⁸² CENTRO SOCIAL DE (...), *Estatutos*, aprovados a 27 de outubro de 1997 – última revisão.

CIR. Nas três instituições é bem visível o «cordão umbilical» que as liga à igreja, quer quanto à referência cristã, quer quanto à autoridade do Ordinário de Lugar. Todas as três se encontram eretas canonicamente e assumidas como associação de fiéis. A CM, a nível estatutário, é mais perentória no assumir de obrigações religiosas para com os irmãos e para com aqueles que usufruem do serviço social.

2.3.2- Regulamentos Internos

Os regulamentos internos materializam o funcionamento de cada valência, concretizando os objetivos, as admissões, os deveres e direitos dos utentes/clientes e dos colaboradores, o corpo técnico, as mensalidades e os serviços a serem prestados.

Infância⁴⁸³

Dentro das valências da infância da NC, assinalamos o serviço a nível de Creche, Jardim de Infância e CATL.

Relativamente aos regulamentos internos da Creche, do Jardim de Infância e do CATL, salientamos o artigo 2º, comum a todas, onde se enquadra a finalidade das mesmas: *Promover o desenvolvimento integral da criança nos aspetos: físico, psíquico, cognitivo e outros; no Jardim de Infância, o «outros» é «especificado» – pessoal, cultural e social e desenvolver competências relacionais (...) no sentido de uma educação para a cidadania ativa.*

⁴⁸³ *Id.*, Regulamento Interno. Creche, sem data de aprovação; Regulamento Interno. Jardim de Infância, sem data de aprovação; Regulamento Interno. CATL, sem data de aprovação.

O artigo 9º define os critérios de admissão, enumerando-se a prioridade para as situações de debilidade económica, familiar ou social das crianças. É igual em todas as valências da infância, tendo como única diferença o critério da idade.

Todas as outras normas, sendo importantes para o funcionamento dos referidos serviços, mostram-se não relevantes para o trabalho. Em todo o regulamento não existe qualquer referência formal à vertente espiritual.

Terceira Idade⁴⁸⁴

A NC desenvolve, para a população da terceira idade, as valências de Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

Os respetivos regulamentos internos seguem um «padrão comum» para as três realidades, com as devidas adaptações a cada um dos serviços. Os três referem (art. 2º) que visam *combater situações de isolamento e falta de apoio social e familiar em que muitas pessoas vivem*. O Lar é um apoio constante marcado pelo internamento permanente, desejando dar uma *habitação condigna, uma vida confortável num ambiente calmo e humanizado*, procurando ser resposta às *necessidades básicas*, e surgindo como última solução para os problemas *de saúde e sociais* das pessoas idosas. O Centro de Dia é uma resposta que pretende apoiar os idosos, combatendo o isolamento e carências respetivas *através da promoção de um conjunto diversificado de atividades* desenvolvidas durante o dia na instituição, proporcionando *um local agradável de lazer, convívio, cultura e formação, criando neles um sentimento de valorização social*. Por sua vez, o Apoio Domiciliário pretende conceder esse apoio *no seu ambiente familiar, retardando a sua institucionalização*.

⁴⁸⁴ *Id.*, Regulamento Interno. Lar de Idosos, sem data de aprovação. Regulamento Interno. Serviço de Apoio Domiciliário, sem data de aprovação; Regulamento Interno do Centro de Dia, sem data de aprovação.

Com relevância para os objetivos do presente trabalho, de toda a restante informação contida nos três regulamentos destes serviços, salientamos dois artigos: no Centro de Dia encontramos o artigo 11º sinalizando o *Serviço Religioso*, indicando que *será prestada assistência religiosa a todos os utentes que a solicitem*; no Lar aparece-nos o artigo 15º sobre os *locais de interesse na comunidade*, entre os quais são referidas duas igrejas paroquiais.

O Regulamento Interno do Lar (art. 11º) evidencia a preocupação para que a família não deixe de levar o familiar em datas marcantes: *queremos incentivar os familiares dos utentes a passarem com eles, no seio familiar, os dias festivos (Natal, Fim de Ano, Páscoa, Aniversários e outras datas significativas para o utente)*.

Contrariamente aos regulamentos internos da infância, nos da terceira idade encontramos uma referência à dimensão religiosa.

2.3.3- Plano de Atividades/Atividades

Pelas atividades desenvolvidas nas diversas valências⁴⁸⁵, apercebemo-nos do dia-a-dia de cada uma delas, permitindo aferir o planeamento e concretização do mesmo.

Infância

A Creche é marcada pelas atividades que visam *desenvolver o sentido de si próprio, estimular as relações sociais, a representação recreativa, o movimento, a música, a comunicação e a linguagem, a exploração de objetos, as noções precoces de quantidade e de número e, por fim, o espaço e o tempo*.

⁴⁸⁵ *Id.*, *Plano Anual de Atividades. 2011*, aprovado a 12 de novembro de 2011. Aqui são referidas, num único documento, as atividades para todas as valências. Muitas são a valências e serviços da instituição. Remetemo-nos às de índole específica da infância e terceira idade para este trabalho «comparativo».

O Jardim de Infância preocupa-se com as seguintes áreas de desenvolvimentos das crianças: *desenvolvimento social, representação criativa, linguagem, música e movimento, lógico-matemática*; contendo os seguintes ateliês opcionais: *música, natação, informática, ténis, futsal, dança, inglês e psicomotricidade*.

O CATL *visa o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das crianças (desenvolvimento integral); desenvolver competências relacionais e atitudes, no sentido de uma educação para a vida ativa*. A referência à dimensão espiritual está ausente, bem como a referência física. Assim se apresenta a nível teórico, sendo justificado pelo pouco tempo que estas crianças têm para estar na instituição depois da escola.

A festa de Natal desenvolve-se sobretudo sobre a ótica dos valores da solidariedade e partilha, sendo a dimensão cristã, de certo modo, secundarizada. Contudo, o presépio é desenvolvido e explicado. Aliás, existe a festa de Reis que não deixa de ser contextualizada no carácter religioso. Percebe-se que a vertente religiosa não é desenvolvida, muito embora não se encontre totalmente ausente.

A iconografia religiosa está totalmente ausente, sendo apontado pela instituição como um dado recente, já que em tempos existiam crucifixos e eram lá feitas sessões de catequese, mas, por oposição de alguns pais, terminaram com estas atividades na salas e retiraram os objetos religiosos. Esta realidade manifesta o esvaziamento da realidade religiosa das valências da infância.

Terceira idade

O Centro de Dia é essencialmente definido como *um lugar de reencontro e convívio*, com o objetivo de promover *um conjunto de atividades lúdico-recreativo, (...) com vista à promoção da sua qualidade de vida*. É dado destaque às atividades de hidroginástica,

expressão corporal, expressão física, expressão plástica, jogos didáticos e de lazer, colónia de praia e lazer. O Centro Cívico, apesar das especificidades, assemelha-se ao Centro de Dia, sendo apontadas as mesmas atividades.

O Apoio Domiciliário realiza-se nas habitações das pessoas, prestando os *cuidados de higiene e conforto pessoal; distribuição de refeições; limpeza da habitação; (...) tratamento de roupas, acompanhamento ao exterior.*

O Lar, contemplando todos os serviços inerentes aos cuidados a ter com uma unidade residencial, apresenta ações que procuram *melhorar as capacidades físicas e cognitivas*, existindo para tal atividades *como a ginástica geriátrica, trabalhos manuais, jogos didáticos, leitura, estimulação física e cânticos*. Sendo estas atividades semanais, apresentam-se outras atividades anuais que se programam para os utentes em geral, incluindo do Lar: *Dia da Mãe; Carnaval; Páscoa; Festa da Primavera; Festa da Família; Convívio de S. João; Magusto; Festa de Natal.*

Na programação de todas as festas, surgem as festas cristãs mais tradicionais, que não deixam de traduzir a presença da mensagem cristã.

Analisando no concreto as atividades diárias, semanais e anuais, que decorrem em comum entre Centro de Dia e Lar, fica bem patente a dimensão religiosa cristã. *Por desejo e vontade das próprias pessoas que lá se encontram a ser servidas, rezam o terço todos os dias (nos dias de atividades no exterior rezam o terço com um leitor de cassetes)*. Aliás, *se assim não fosse, muitos utentes, em vez de irem para as atividades externas, ficariam na sala a rezar*, frisa a responsável. A festa de Natal é marcadamente cristã, incluindo a celebração da eucaristia. *É uma festa vivida na alegria, mas traduzindo por vezes alguma tristeza em determinadas pessoas por serem esquecidas pela família nesta quadra*, refere a mesma responsável. A celebração da Páscoa é marcada pelas confissões e eucaristia. Acrescente-se que, além do passeio a santuários cristãos, nos lausperenes da cidade, os utentes são levados

às igrejas em que se encontra o Santíssimo exposto. É referido igualmente que o momento diário da oração *é um momento de calma* para os utentes e que *a figura do padre é sentida como muito importante para eles. É como o médico.*

A iconografia religiosa está muito presente nos espaços dedicados à terceira idade: no acesso comum existe uma pequena capela com uma cruz e uma imagem de «Nossa Senhora da Rosa», merecedoras de grande devoção dos utentes; a sala de convívio tem um nicho com um crucifixo e diversas imagens de Nossa Senhora, um quadro de Cristo e um de Maria, além de um quadro da Basílica do Sameiro; os quartos, na grande maioria, têm diversas imagens cristãs, imagens trazidas pelos próprios utentes.

Claramente sobressai uma presença forte da espiritualidade cristã nas valências da terceira idade nesta instituição não canónica; se formalmente no texto dos documentos tal não parece acontecer, a vida do dia-a-dia assim o confirma.

D – Síntese comparativa

Tendo analisado individualmente os estatutos, regulamentos internos, planos de atividades e efetuado uma «hermenêutica visual» da iconografia religiosa presente nos diversos edifícios das quatro instituições, apresentamos agora, de um modo sintético, a comparação entre elas.

Tabela nº 3 – *Comparação dos estatutos*

	CM	CP	CIR	NC
Ereção canónica	Sim	Sim	Sim	Não
Referência à espiritualidade	Sim	Sim	Sim	Não
Referência explícita à religião cristã	Sim	Sim	Sim	Não
Destino dos bens ao	Instituições	Paróquia /	Conselho Geral	«Assembleia

findar	cristãs e católicas	Conselho Paroquial para Assuntos Económicos	da Congregação da (...)	Geral» decide.
Aprovação/autorização do Ordinário de Lugar	Sim	Sim	Sim	Não
Órgãos sociais	Assembleia Geral, Mesa Administrativa e Definitório ou Conselho Fiscal	Direção, Conselho Fiscal, Órgão de Vigilância	Direção, Conselho Fiscal, Órgão de Vigilância	Assembleia Geral, Direção e o Conselho Fiscal
Órgão de responsabilidade «última»	Assembleia Geral	Conselho Pastoral Paroquial / Conselho para os Assuntos Económicos	Conselho Geral da Congregação da (...)	Assembleia Geral
Referência específica cristã no nome	Sim	Sim	Sim	Sim
Compromisso do «serviço litúrgico ordinário»	Sim – Capelão	Não	Não	Não

Tabela nº 4 – *Comparação dos Regulamentos Internos da Infância*

	CM	CP	CIR	NC
Referência ao Compromisso/Estatutos	Sim	Sim	Sim	Não
Referência à espiritualidade	Não	Sim	Sim	Não
Referência explícita à religião cristã	Não	Não	Sim	Não
Atividades de índole «vaga» referentes à religião cristã	Não	Não	Não	Não
Atividades de índole «específica» referentes à religião cristã	Não	Não	Sim	Não
Referência específica cristã no dia-a-dia	Não	Não	Sim	Não
Referência à dimensão religiosa no dia-a-dia	Não	Não	Sim	Não

Tabela nº 5 – *Comparação dos Regulamentos Internos da Terceira Idade*

	CM	CP	CIR	NC
Referência ao Compromisso/Estatutos	Não	Sim (Centro de Dia)	Não	Não
Referência à espiritualidade	Sim	Sim (Centro de Dia)	Sim	Sim
Referência explícita à religião cristã	Sim	Sim (Centro de Dia)	Sim	Não
Atividades de índole «vaga» referentes à religião cristã	Sim	Não	Sim	Sim
Atividades de índole «específica» referentes à religião cristã	Sim	Não	Sim	Não
Referência específica cristã no dia-a-dia	Sim	Não	Não	Não

Referência à dimensão religiosa no dia-a-dia	Sim	Não	Não	Sim
--	-----	-----	-----	-----

Tabela nº 6 – *Comparação das Atividades da Infância*

	CM	CP	CIR	NC
Referência à espiritualidade	Sim	Não	Sim	Não
Referência explícita à religião cristã	Sim	Não	Sim	Não
Atividades de índole «vaga» referentes à religião cristã	Sim	Sim	Sim	Não
Atividades de índole «específica» referentes à religião cristã	Sim	Sim	Sim	Não
Referência específica cristã no dia-a-dia	Não	Não	Sim	Não
Referência à dimensão religiosa no dia-a-dia	Não	Não	Não / Sim – a quando da canção do «Bom dia»	Não

Tabela nº 7 – *Comparação das Atividades da Terceira Idade*

	CM	CP	CIR	NC
Referência à espiritualidade	Sim	Sim	Sim	Sim
Referência explícita à religião cristã	Sim	Sim	Sim	Sim
Atividades de índole «vaga» referentes à religião cristã	Sim	Sim	Sim	Sim
Atividades de índole «específica» referentes à religião cristã	Sim	Sim	Sim	Sim
Referência específica cristã no dia-a-dia	Sim	Sim	Sim	Sim
Referência à dimensão religiosa no dia-a-dia	Sim	Sim	Sim	Sim

Tabela nº 8 – *Comparação da «Hermenêutica iconográfica» - Infância*

	CM	CP	CIR	NC
Presença da iconografia cristã	Não	Sim, num edifício no espaço comum de um edifício, e numa sala, mas não nos outros edifícios nem nas restantes salas	Sim, só no espaço comum	Não

Tabela nº 9 – *Comparação da «Hermenêutica iconográfica» - Terceira Idade*

	CM	CP	CIR	NC
Presença da iconografia cristã	Sim	Sim	Sim	Sim

As tabelas, depois da análise descritiva, permitem visualizar as semelhanças e diferenças entre as instituições. Conjugando os dados das tabelas com a reflexão anterior sobre os «dados» das instituições, em síntese, tecemos as seguintes considerações:

- 1 – É muito clara a diferença entre as valências da infância e da terceira idade: a matriz cristã, nas valências da terceira idade, aparece com uma presença muito clara em todas as instituições, mesmo na não canónica. As instituições refletem opções diferentes conforme as populações que servem. A vertente religiosa não é transversal a todo o funcionamento das instituições.
- 2 – Na terceira idade é claramente desenvolvida a vertente religiosa e cristã⁴⁸⁶. Estamos a falar de uma população que sente como relevante a vertente religiosa na vida, implicando essa mesma vertente nas instituições.

⁴⁸⁶ São diversos os trabalhos que aprofundam a relevância da espiritualidade para a saúde nas pessoas idosas. C. M. J. S. SILVA, *Espiritualidade e religiosidade das pessoas idosas: consequências para a saúde e bem-estar*, na página 19 afirma que «A interface na investigação realizada tem demonstrado que o envolvimento espiritual e religioso não só promove a saúde física e mental e a longevidade, como também diminui a procura dos cuidados de saúde»; na página 143 diz que «os idosos que mais recorriam às *experiências espirituais* diárias apresentaram valores mais elevados no funcionamento social e desempenho emocional, aos *valores e crenças*». Apontamos mais dois trabalhos que afirmam a mesma realidade: Cf. A. R. FIGUEIRA, *Qualidade de vida e espiritualidade em pessoas idosas*, Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos

- 3 – A iconografia religiosa é marca generalizada nas instituições, sobretudo nas valências da terceira idade. Na infância essa referência é nula ou muito reduzida. A saliência ou não destes elementos religiosos retrata claramente a relevância ou não da religiosidade das respetivas valências.
- 4 – Na terceira idade, no âmbito da dimensão espiritual, as diferenças entre as IPSS's canónicas e não canónicas basicamente não existe. Verifica-se que não é a identidade das instituições (ser canónica ou não) a marcar a vertente religiosa no relacionamento com as pessoas que servem – a NC apresenta a mesma dinâmica espiritual com os idosos.
- 5 – Todas as instituições são denominadas por referências cristãs no nome, mesmo a NC. A ambiência cultural religiosa estará presente na definição do nome.
- 6 – A CIR é aquela que mais afirma a matriz cristã na infância. Os institutos religiosos conseguem manter mais vivas a religiosidade, mesmo na infância, podendo justificar-se pelo facto de serem instituições e espaços menos afetados pela secularização da sociedade.
- 7 – Na infância, retirando a referência anterior, o desenvolvimento desta dimensão é vagamente feito. Contudo, não se encontra totalmente ausente. Deduz-se que não é assumida como relevante a nível pedagógico esta dimensão, quer nas canónicas quer na não canónica. Poderemos encontrar justificação para esta situação na influência da Tutela, que se apresenta a-religiosa, e na formação dos quadros técnicos (seja com ensino básico ou com curso superior), formação essa que não aflorará esta dimensão da vida.
- 8 – Podemos afirmar que, mais do que a matriz da instituição, contam os utentes/clientes: a geração de mais idade (valências da terceira idade), porque

valoriza fortemente a fé, exige às instituições que «trabalhem» essa dimensão. As gerações mais novas (pais das crianças), dado não sentirem a mesma importância, não o solicita. As instituições refletem uma mudança geracional que o tempo ajudará a perceber melhor.

- 9** – Fica uma questão, para futuras análises, que se poderá conjugar com as duas reflexões anteriores: qual o contributo para esta realidade dos «corpos técnicos» das valências da infância na competência pedagógica, em contraste com a (in)competência espiritual?
- 10** – As IPSS's canónicas estão umbilicalmente ligadas à hierarquia da igreja, já que não existem sem a autoridade eclesial. Estatutariamente a eclesialidade das instituições canónicas é evidente, sendo essa a marca institucional, independentemente de quem as serve.
- 11** – Este vínculo não se apresenta como rígido no controlo da vida das mesmas. Como se percebe pela análise da vida das instituições, existem realidades onde esse vínculo não aparece explicitado.
- 12** – Os estatutos marcam uma clara diferença entre as IPSS's canónicas e a IPSS não canónica. Os estatutos marcam uma diferença óbvia, mostrando que umas (canónicas) surgem no enquadramento formal da crença, enquanto as outras brotam formalmente do empenho da cidadania ativa, independentemente das convicções ou crenças pessoais.
- 13** – A vida das IPSS's atenua essa diferença. O funcionamento é muito próximo entre si, resultado, intuimos, de serem servidas e servirem populações socioculturalmente e religiosamente semelhantes.
- 14** – A nível de estatutos (compromisso), a instituição que perentoriamente mais acentua a dimensão cristã é a misericórdia. Referimo-nos a instituições que têm

uma longa história e que, além do serviço social, prestam (especificamente a instituição analisada) fortemente um serviço religioso, nomeadamente no culto.

Olhando o «rostro» destas instituições, afirmamos que as IPSS's na infância se apresentam com traços pouco profundos da especificidade da fé cristã, sendo que as pessoas de idade avançada reforçam esses traços, acentuam-nos e dão-lhes relevância. Uma questão desde já se pode levantar: quando as crianças chegarem, por exemplo, a um lar, necessitarão da vertente religiosa cristã como os idosos de hoje?

III – PULSAR DA RELIGIÃO NA SOCIEDADE

Sentir o lugar, a importância e a relevância da religião no seio das pessoas que dirigem, trabalham e frequentam as IPSS's é o que nos propomos agora estudar. Procuramos observar as próprias pessoas, as suas opiniões, a fim de verificarmos o que pensam acerca de todas estas problemáticas, a saber: cidadania da religião no seio da sociedade, relevância da espiritualidade no seio das valências sociais e espaço da ação social na identidade da religião cristã.

A – Caracterização sociológica

Nesta primeira alínea desejamos apresentar a caracterização das instituições que foram selecionadas, tendo presente a amostra dos inquiridos, de modo a percebermos os traços objetivos das pessoas que responderam ao inquérito por questionário.

Em todas as questões e temáticas apresentamos tabelas com os valores numéricos e percentuais, permitindo, deste modo, sempre uma análise mais realística; os «missing» (valores omissos) aparecem registados, quando existem, mas os valores percentuais que utilizamos são com a sua exclusão. Com efeitos de generalização só consideraremos como relevantes as respostas com mais de dez elementos. Indicamos igualmente que utilizaremos a sigla NS/NR para indicar a opção «não sabe e/ou não responde».

Examinaremos sempre em separado as pessoas que colaboram/trabalham nas instituições e os utentes/clientes, denominando-os nas diversas análises de *colaboradores* e

*utentes/clientes*⁴⁸⁷. Trata-se de duas amostras distintas que permitirão encontrar semelhanças e diferenças de opinião entre ambos os conjuntos; se analisados simplesmente como um todo perder-se-iam muitos elementos relevantes.

Os dados referem-se cronologicamente a 30 de Novembro de 2010, podendo, com o passar do tempo, alguns dos dados da realidade se terem modificado.

1 - «Estratificação dos inquiridos»

Os inquiridos foram questionados sobre quatro variáveis independentes, para podermos deste modo «caracterizá-los» e posteriormente avaliar se estas variáveis condicionam as respostas das questões que se seguem. Estamos perante variáveis que não dependem da opinião mas da objetividade da vida de cada um: sexo/género (não trazemos à colação a reflexão sobre qual o termo mais correto, a nível sociológico, a ser utilizado, embora nos distingamos daqueles que defendem a categorização de género em função da «perceção» pessoal ou social; é algo que está para além da vivência psicológica), idade, estado civil e habilitações literárias. A estas quatro variáveis padronizadas, acrescentámos uma quinta, o vínculo das pessoas à instituição, procurando, igualmente, perceber se este elemento condiciona as restantes.

1.1- Sexo/Género

1.1.1- Colaboradores

⁴⁸⁷ Estas designações são as utilizadas no presente trabalho, apesar de existirem diversas perspetivas com diferentes opções, sendo que aqui excluimos a argumentação a favor de uma opção ou de outra. *Colaboradores* – estão incluídos os colaboradores voluntários das direções e funcionários; *utentes/clientes* – estão representados todos os que são servidos pelas instituições.

Tabela nº 10 – *Colaboradores * Género*

Género					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Masculino	14	13,5	13,7	13,7
	Feminino	88	84,6	86,3	100,0
	Total	102	98,1	100,0	
Missing	System	2	1,9		
Total		104	100,0		

Entre os colaboradores inquiridos, encontram-se 86,3% do sexo feminino e 13,7% do sexo masculino. Estamos perante uma população que é essencialmente feminina, devendo-se este facto às profissões (auxiliares gerais, auxiliares de ação educativa, educadoras de infância, geriatria, etc.) presentes nestas instituições, as quais são essencialmente ocupadas por mulheres. A razão para esta realidade, na qual o serviço prestado às crianças e aos idosos é efetuado maioritariamente por mulheres, poderá encontrar-se na tradição história que assim foi cristalizando ao longo das gerações, considerando estes trabalhos mais para mulheres do que para os homens. A frequência nos cursos referidos manifesta igualmente estas tendências.

Lembremos como existia uma imputação do trabalho da casa à mulher e o trabalho no exterior ao homem, sentindo-se que um tipo de trabalho era mais para sexo masculino e outro mais para o sexo feminino.

1.1.2- Utentes/clientes

Tabela nº 11 – *Utentes/clientes * Género*

Género					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Masculino	29	23,6	24,2	24,2
	Feminino	91	74,0	75,8	100,0
	Total	120	97,6	100,0	
Missing	System	3	2,4		
Total		123	100,0		

Os utentes/clientes, como tínhamos previsto, são igualmente maioritariamente femininos, com 75,8% de mulheres e 24,2% de homens. As razões prender-se-ão com o facto de na infância serem essencialmente as mães a «ocuparem-se» dos filhos e na terceira idade se encontrar uma população maioritariamente feminina, entre outros motivos, pela maior esperança de vida que as mulheres têm⁴⁸⁸.

1.2- Idade

1.2.1- Colaboradores

Tabela nº 12 – Colaboradores * Idade

Idade					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Menos de 30 anos ou igual	12	11,5	13,2	13,2
	31 - 40 anos	28	26,9	30,8	44,0
	41 - 50 anos	29	27,9	31,9	75,8
	51 - 60 anos	12	11,5	13,2	89,0
	61 - 70 anos	4	3,8	4,4	93,4
	71 e mais	6	5,8	6,6	100,0
	Total	91	87,5	100,0	
Missing	System	13	12,5		
	Total	104	100,0		

Os colaboradores situam-se maioritariamente entre os 31 e 50 anos: 30,8% entre 31 e 40 anos, 31,9% entre 41 e 50 anos, o que dá um total de 62,7%. As pessoas com mais de 60 anos são em número reduzido: 4,4% entre os 61 e 70 anos + 6,6% com mais de setenta anos = 11%. Esta percentagem maioritária de pessoas com idade inferior a 51 anos justificar-se-á pelo facto das IPSS serem relativamente novas nas suas respostas sociais, com origem na

⁴⁸⁸ Cf. L. F. C. da S. RICARTE, *Sobrecarga do cuidador informal de idosos dependentes no concelho de Ribeira Grande*, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Porto, 2011. Nesta obra se aprofunda o cuidado que é colocado por parte de diversos agentes na prestação de serviços aos idosos dependentes, e também aqui se retorta a população feminina como sendo a que mais cuida dos idosos: sexo feminino 85,8% e sexo masculino 14,1%.

década de oitenta e noventa no século XX. Não deixa de surpreender a quantidade de pessoas que não indica a idade de modo válido: 12,5%.

1.2.2- Utentes/clientes

Tabela nº 13 – *Utentes/clientes * Idade*

Idade					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Menos de 30 anos ou igual	6	4,9	5,2	5,2
	31 - 40 anos	49	39,8	42,2	47,4
	41 - 50 anos	13	10,6	11,2	58,6
	51 - 60 anos	5	4,1	4,3	62,9
	61 - 70 anos	9	7,3	7,8	70,7
	71 e mais	34	27,6	29,3	100,0
	Total	116	94,3	100,0	
Missing	System	7	5,7		
	Total	123	100,0		

Olhando a idade dos utentes/clientes das instituições, percebemos que duas faixas etárias se destacam: o grupo das pessoas que têm idade compreendida entre os 31 e os 40 anos (42,2%), tratando-se dos encarregados de educação das crianças, e o grupo das pessoas com 71 anos de idade e mais (29,3%), estando aqui grande parte das pessoas que frequentam as valências da terceira idade.

1.3- Estado Civil

1.3.1- Colaboradores

Tabela nº 14 – *Colaboradores * Estado civil*

Estado civil					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent

Valid	Solteiro/a	22	21,2	21,2	21,2
	Casado/a	73	70,2	70,2	91,3
	União de Facto	4	3,8	3,8	95,2
	Divorciado/a Separado/a	2	1,9	1,9	97,1
	Viúvo/a	3	2,9	2,9	100,0
	Total	104	100,0	100,0	

A grande maioria dos colaboradores é casada – 70,2%, existindo uma percentagem razoável de solteiros – 21,2%. Também nos deparamos com alguns inquiridos a viverem em união de facto, outros separados ou divorciados e ainda alguns viúvos.

1.3.2- Utentes/clientes

Tabela nº 15 – *Utentes/clientes * Estado civil*

Estado civil					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Solteiro/a	13	10,6	10,7	10,7
	Casado/a	74	60,2	61,2	71,9
	União de facto	5	4,1	4,1	76,0
	Divorciado/a Separado/a	5	4,1	4,1	80,2
	Viúvo/a	24	19,5	19,8	100,0
	Total	121	98,4	100,0	
Missing	System	2	1,6		
	Total	123	100,0		

A grande maioria das pessoas servidas pelas instituições é casada, existindo 61,2% nesse estado civil, estando 10,7% solteiras e 19,8% viúvas. Este número alto das pessoas viúvas liga-se com os utentes/clientes da terceira idade.

1.4- *Habilitações literárias:*

1.4.1- Colaboradores

Tabela nº 16 – *Colaboradores * Habilitações literárias*

Habilitações literárias					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ensino Básico Primário (4º ano)	5	4,8	4,9	4,9
	Ensino Preparatório (6º ano)	8	7,7	7,8	12,7
	Ensino Básico 3º Ciclo (9º ano)	26	25,0	25,5	38,2
	12º ano	22	21,2	21,6	59,8
	Curso superior completo	41	39,4	40,2	100,0
	Total	102	98,1	100,0	
Missing	System	2	1,9		
	Total	104	100,0		

Quanto às habilitações literárias, verificamos que mais de três quartos dos inquiridos têm formação semelhante ou superior ao 9º ano – 87,3%; também se nota a existência de uma percentagem grande de colaboradores com curso superior completo – 40,2%. Certamente que terá contribuído para esta realidade o facto de emanarem do Ministério que tutela estas instituições obrigações quanto às qualificações académicas para determinados serviços nas IPSS's⁴⁸⁹, nomeadamente os educadores de infâncias e auxiliares de ação educativa na infância, e as pessoas formadas em serviço social e geriatria na terceira idade.

1.4.2- Utentes/clientes

Tabela nº 17 – *Utentes/clientes * Habilitações literárias*

⁴⁸⁹ Colocamos aqui a referência a alguma legislação em vigor em torno dos quadros técnicos que se tornaram obrigatórios para as valências da infância e da terceira idade: MINISTÉRIOS DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL, «Portaria nº 262/2011», in *Diário da República* 167 (2011) 4338-4343, Versão Digital/Eletrónica: <https://dre.pt/pdfgratis/2011/08/16700.pdf>, 20 de Janeiro de 2014; MINISTÉRIOS DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL, «Portaria nº 62/2012», in *Diário da República* 58 (2012) 1324-1329, Versão Digital/Eletrónica: <https://dre.pt/pdfgratis/2012/03/05800.pdf>, 20 de Janeiro de 2014; MINISTÉRIOS DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL, «Portaria nº 38/2013», in *Diário da República* 21 (2013) 605-608, Versão Digital/Eletrónica: <https://dre.pt/pdfgratis/2013/01/02100.pdf>, 20 de Janeiro de 2014; MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO, «Portaria nº 147/1997», in *Diário da República* 133 (1997) 2828-2834, Versão Digital/Eletrónica: <https://dre.pt/pdfgratis/1997/06/133A00.pdf>, 20 de Janeiro de 2014.

Habilitações literárias					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ensino Básico Primário (4º ano)	30	24,4	26,1	26,1
	Ensino Preparatório (6º ano)	9	7,3	7,8	33,9
	Ensino Básico 3º Ciclo (9º ano)	6	4,9	5,2	39,1
	12º ano	19	15,4	16,5	55,7
	Curso superior completo	51	41,5	44,3	100,0
	Total	115	93,5	100,0	
Missing	System	8	6,5		
	Total	123	100,0		

A nível das habilitações literárias, a maior representatividade dos utentes/clientes encontra-se nos que têm curso superior completo – 44,3%, situando-se o segundo maior grupo nos que possuem o ensino básico primário (26,1%). Os que têm o 12º ano completo encontram-se em terceiro lugar, com 16,5%. As pessoas com maior formação situam-se essencialmente nos encarregados de educação e as que tem o 4º ano maioritariamente na terceira idade. Nestes números reflete-se a evolução da escolarização da população portuguesa⁴⁹⁰.

2- Vínculo à instituição

Pretendemos objetivar o vínculo dos colaboradores e dos utentes/clientes às instituições, já que se poderá tratar de um elemento importante a atender na análise das respostas.

2.1- Ligação à instituição

⁴⁹⁰ Fazemos referência a três obras que ajudam a perceber o percurso da história da educação em Portugal: J. F. GOMES, *Para uma História da Educação em Portugal*, Porto Editora, Porto, 1995; J. F. GOMES – R. GRÁCIO – R. FERNANDES, *História da Educação em Portugal*, Livros Horizonte, Porto, 1988; R. RAMOS, «Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo», in *Análise Social*, 24 (1988) 1067-1145.

2.1.1- Colaboradores

Tabela nº 18 – *Colaboradores * Vínculo institucional*

Situação face à instituição					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Auxiliar	52	50,0	50,5	50,5
	Educador/a de infância/social	20	19,2	19,4	69,9
	Responsável técnico/a ou coordenador/a	11	10,6	10,7	80,6
	Direção	20	19,2	19,4	100,0
	Total	103	99,0	100,0	
Missing	System	1	1,0		
	Total	104	100,0		

Como seria de esperar, a grande maioria das pessoas ligadas às instituições enquadra-se na categoria de auxiliar – sejam as auxiliares dos serviços gerais, as auxiliares de ação educativa ou auxiliares de serviço de geriatria – (50,5%), aparecendo também um grande número de educadoras de infância/social e dos elementos das direções, com 19,4% cada. As responsáveis técnicas são um grupo pequeno, já que normalmente existe uma para cada valência (ou mesmo por conjunto de valências ligadas à infância ou à terceira idade) nas instituições. Consideramos que os quatro grupos encontram uma representatividade equitativa em função da quantidade de pessoas que estão presentes nas diferentes funções.

Tabela nº 19 – *Colaboradores * Vínculo * Género*

Situação face à instituição * Género Crosstabulation

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Situação face à instituição	Auxiliar	0,0%	57,5%	49,5%
	Educador/a de infância/social	0,0%	23,0%	19,8%
	Responsável técnico/a ou coordenador/a	0,0%	12,6%	10,9%
	Direção	100,0%	6,9%	19,8%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%

A amostra apresenta a população masculina exclusivamente nas direções. Contudo, existem algumas mulheres nas direções, como se pode verificar – a percentagem presente representa seis senhoras nas direções de duas instituições.

Tabela nº 20 – *Colaboradores * Vínculo * Idade*

Situação face à instituição * Idade Crosstabulation

		Idade					Total	
		Menos de 30 anos ou igual	31 - 40 anos	41 - 50 anos	51 - 60 anos	61 - 70 anos		71 e mais
Situação face à instituição	Auxiliar	6	14	17	5	1	0	43
	Educador/a de infância/social	5	7	4	2	0	0	18
	Responsável técnico/a ou coordenador/a	1	3	4	2	0	0	10
	Direção	0	3	4	3	3	6	19
Total		12	27	29	12	4	6	90

É interessante notar-se que a nível das direções encontramos uma população envelhecida, já que o grupo mais representativo é o que indica idade superior a 70 anos. A razão prender-se-á com a maior disponibilidade das pessoas com esta idade para voluntariamente desempenharem estes cargos. Inversamente, é no grupo das educadoras sociais ou de infância que encontramos a população mais jovem, a nível proporcional, sendo o primeiro e o segundo escalão os mais representativos, situando-se assim a maioria abaixo dos 41 anos. Podemos apontar uma dupla explicação para este segundo dado: por um lado, algumas das respostas sociais nas instituições não têm mais de vinte anos de existência, outras começaram por ser pequenas respostas, vindo a aumentar ao longo dos anos; por outro lado, a exigência, que é relativamente recente, de ter no quadro dos funcionários pessoas com as referidas qualificações escolares, conforme as referências legislativas anotadas no ponto 1.4.1.

Tabela nº 21 – *Colaboradores * Vínculo * Estado civil*

Situação face à instituição * Estado civil Crosstabulation

		Estado civil					Total
		Solteiro/a	Casado/a	União de facto	Divorciado/a Separado/a	Viúvo/a	
Situação face à instituição	Auxiliar	11	38	0	1	2	52
	Educador/a de infância/social	5	11	4	0	0	20
	Responsável técnico/a ou coordenador/a	1	9	0	1	0	11
	Direção	5	14	0	0	1	20
Total		22	72	4	2	3	103

Os colaboradores dividem-se pelos diversos estados civis, sendo que no grupo das auxiliares, dos responsáveis e das direções não encontramos ninguém em união de facto; nas direções, além disso, igualmente não está presente nenhum divorciado. Inversamente, no grupo das educadoras encontra-se uma representação a viver em união de facto, podendo este dado estar ligado com a razão de ser o grupo mais jovem, quer pela opção de viver em união de facto, quer considerando-o como passo intermédio para o casamento. Os casados são claramente o maior grupo.

Tabela nº 22 – Colaboradores * Vínculo * Habilitações literárias

Situação face à instituição * Habilitações literárias Crosstabulation

		Habilitações literárias					Total
		Ensino Básico Primário (4º ano)	Ensino Preparatório (6º ano)	Ensino Básico 3º ciclo (9º ano)	12º ano	Curso superior completo	
Situação face à instituição	Auxiliar	4	7	25	16	0	52
	Educador/a de infância/social	0	0	0	2	18	20
	Responsável técnico/a ou coordenador/a	0	1	0	2	8	11
	Direção	1	0	1	2	14	18
Total		5	8	26	22	40	101

A nível das habilitações literárias, verificamos que as auxiliares são as que têm habilitações inferiores, não existindo ninguém com curso superior; as educadoras encontram-

se, quase na totalidade, com curso superior – 90%. Nas direções também nos deparamos com uma maioria clara com curso superior – 77,8%.

Tabela nº 23 – *Colaboradores * Vínculo * Origem Institucional*

Situação face à instituição * Origem institucional

Crosstab
Count

		Origem Institucional				Total
		CP - Canónica Paroquial	CIR - Canónica de Instituto Religioso	CM - Canónica Misericórdia	NC - Não Canónica	
Situação face à instituição	Auxiliar	14	14	13	11	52
	Educador/a de infância/social	9	3	5	3	20
	Responsável técnico/a ou coordenador/a	2	1	4	4	11
	Direção	5	3	5	7	20
	Total	30	21	27	25	103

A quantidade de pessoas distribuídas segundo as diferentes instituições reflete, em parte, a diferença do tamanho das instituições e das respetivas valências, as quais exigem diferentes categorias profissionais. O grupo maioritário dos inquiridos em todas as instituições é o das auxiliares.

2.1.2- Utentes/clientes

Tabela nº 25 – *Utentes/clientes * Ligação à instituição*

Qual a sua ligação à instituição?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Encarregado de educação de uma criança a frequentar uma valência da infância	64	52,0	54,2	54,2
	Responsável por uma pessoa a frequentar uma valência da terceira idade	6	4,9	5,1	59,3
	Utente/cliente da terceira idade	48	39,0	40,7	100,0
	Total	118	95,9	100,0	
Missing	System	5	4,1		
	Total	123	100,0		

Os inquiridos dividem-se em dois grandes grupos: temos 54,2% de encarregados de educação e 40,7% de utentes/clientes da terceira idade. Procuramos ter também uma

representação das pessoas responsáveis pelos idosos nas instituições, mas os resultados foram muito reduzidos, tendo-se só conseguido 5,1% do total dos inquiridos, o que recomenda a não generalização dos dados apurados junto deles. Este dado prendeu-se com a pouquíssima disponibilidade destas pessoas para responderem aos inquéritos, conjugando-se com a sua muito pouca presença nas instituições.

Tabela nº 24 – *Utentes/clientes * Ligação à instituição * Género*

Qual a sua ligação à instituição? * Género

Crosstab Count				
		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Qual a sua ligação à instituição?	Encarregado de educação de uma criança a frequentar uma valência da infância	17	46	63
	Responsável por uma pessoa a frequentar uma valência da terceira idade	2	4	6
	Utente/cliente da terceira idade	10	37	47
Total		29	87	116

Verifica-se que as mulheres se encontram em maior número nos encarregados de educação e nos utentes/clientes da terceira idade. A população feminina representa 73% nos encarregados de educação e 78,7% nos utentes/clientes da terceira idade.

Tabela nº 26 – *Utentes/clientes * Ligação à instituição * Idade*

Qual a sua ligação à instituição? * Idade

Crosstab Count								
		Idade						Total
		Menos de 30 anos ou igual	31 - 40 anos	41 - 50 anos	51 - 60 anos	61 - 70 anos	71 e mais	
Qual a sua ligação à instituição?	Encarregado de educação de uma criança a frequentar uma valência da infância	6	46	9	0	0	0	61
	Responsável por uma pessoa a frequentar uma valência da terceira idade	0	0	2	1	1	1	5
	Utente/cliente da terceira idade	0	2	2	3	6	33	46
Total		6	48	13	4	7	34	112

Temos uma distribuição diferenciada muito clara entre os encarregados de educação e os utentes/clientes da terceira idade, como era espectável, sendo que os primeiros têm todos menos de 51 anos e os segundos todos mais de 31 anos, situando-se a larga maioria nas pessoas com mais de 70 anos. Apesar das poucas pessoas da terceira idade com idade inferior aos 60 anos, é de referir que poderão estes resultados ter duas justificações: ou ser fruto de dados não corretos colocados nos inquéritos, ou resultar das instituições que em situações especiais acolhem pessoas com idade inferior aos 65 anos, como efetivamente acontece.

Tabela nº 27 – *Utentes/clientes * Ligação à instituição * Estado civil*

Qual a sua ligação à instituição? * Estado civil

		Crosstab Count					Total
		Estado civil					
		Solteiro/a	Casado/a	União de facto	Divorciado/a Separado/a	Viúvo/a	
Qual a sua ligação à instituição?	Encarregado de educação de uma criança a frequentar uma valência da infância	1	54	5	3	1	64
	Responsável por uma pessoa a frequentar uma valência da terceira idade	1	5	0	0	0	6
	Utente/cliente da terceira idade	11	11	0	2	23	47
Total		13	70	5	5	24	117

As pessoas ligadas às instituições dividem-se pelas seguintes tendências: 77,1% dos casados e 100% dos que vivem em união de facto são encarregados de educação, ao passo que 84,6% dos solteiros e 95,8% dos viúvos são utentes/clientes da terceira idade. Voltamos a referir que a união de facto é uma realidade legal recente.

Tabela nº 28 – *Utentes/clientes * Ligação à instituição * Habilitações literárias*

Qual a sua ligação à instituição? * Habilitações literárias

Crosstab Count	
-------------------	--

		Habilitações literárias					Total
		Ensino Básico Primário (4º ano)	Ensino Preparatório (6º ano)	Ensino Básico 3º ciclo (9º ano)	12º ano	Curso superior completo	
Qual a sua ligação à instituição?	Encarregado de educação de uma criança a frequentar uma valência da infância	1	3	2	13	45	64
	Responsável por uma pessoa a frequentar uma valência da terceira idade	0	0	2	1	3	6
	Utente/cliente da terceira idade	29	6	1	3	2	41
Total		30	9	5	17	50	111

Os encarregados de educação são maioritariamente pessoas com curso superior (70,3%), enquanto os utentes/clientes da terceira idade têm maioritariamente o 4º ano (70,7%). Estes dados mostram como entre estas gerações existe uma mudança a nível da escolarização.

Tabela nº 29 – *Utentes/clientes * Ligação à instituição * Origem institucional*

Qual a sua ligação à instituição? * Origem institucional – Crosstabulation						
Count						
		Origem Institucional				Total
		CP – Canónica Paroquial	CIR – Canónica de Instituto Religioso	CM – Canónica Misericórdia	NC – Não Canónica	
Qual a sua ligação à instituição?	Encarregado de educação de uma criança a frequentar uma valência da infância	28	10	15	11	64
	Responsável por uma pessoa a frequentar uma valência da terceira idade	0	2	0	4	6
	Utente/cliente da terceira idade	22	5	11	10	48
Total		50	17	26	25	118

Nas diversas instituições encontramos um maior número de encarregados de educação do que utentes/clientes da terceira idade, traduzindo estes dados a dimensão das diferentes valências.

2.2- Quantificação

2.2.1- Colaboradores

Tabela nº 30 – *Colaboradores * Tempo de colaboração*

Tempo de colaboração					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Até 1 ano	13	12,5	12,9	12,9
	De 1 ano até 10 anos	38	36,5	37,6	50,5
	Maior que 10 anos	50	48,1	49,5	100,0
	Total	101	97,1	100,0	
Missing	System	3	2,9		
Total		104	100,0		

Olhando ao número de anos em que as pessoas são colaboradores nas instituições, constatamos que existe uma razoável estabilidade, já que um grande número se encontra há mais de 10 anos na instituição (49,5%); entre os restantes estão quase todos há mais de um ano (37,6%).

Tabela nº 31 – *Colaboradores * Tempo de colaboração * Género*

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Tempo de colaboração	Até 1 ano	0	13	13
	De 1 ano até 10 anos	8	29	37
	Maior que 10 anos	6	43	49
Total		14	85	99

Correlacionando o número de anos de colaboração nas instituições com o género, verificamos que os homens se situam na maioria entre um e dez anos, existindo um grupo razoável com mais de dez anos; conjugando com o facto de os homens da amostra se encontrem unicamente nas direções, este dado é significativo, já que retrata a rotatividade (ou não) que existe nestes órgãos; as mulheres encontram-se maioritariamente há mais de dez

anos, mas com um número razoável a trabalhar há menos de um ano. Olhando os dados, poderemos afirmar que estamos perante uma estabilidade cruzada com a alternância.

Tabela nº 32 – *Colaboradores * Tempo de colaboração * Idade*

		Idade						Total
		Menos de 30 anos ou igual	31 - 40 anos	41 - 50 anos	51 - 60 anos	61 - 70 anos	71 e mais	
Tempo de colaboração	Até 1 ano	3	4	5	0	0	0	12
	De 1 ano até 10 anos	8	12	10	2	0	3	35
	Maior que 10 anos	0	12	14	9	4	3	42
Total		11	28	29	11	4	6	89

Observando a tabela, percebemos como as pessoas com mais idade são aquelas que colaboram há mais tempo; contudo, existem pessoas entre os 41 e os 50 anos que só colaboram há um ano e pessoas com idade entre os 31 e 40 anos que colaboram há mais de 10 anos.

Tabela nº 33 – *Colaboradores * Tempo de colaboração * Estado civil*

		Estado civil					Total
		Solteiro/a	Casado/a	União de facto	Divorciado/a Separado/a	Viúvo/a	
Tempo de colaboração	Até 1 ano	5	8	0	0	0	13
	De 1 ano até 10 anos	7	28	2	1	0	38
	Maior que 10 anos	9	36	2	1	2	50
Total		21	72	4	2	2	101

Poderíamos dizer que as pessoas casadas permanecem mais tempo nas instituições, mas tal conclusão pode ser precipitada, já que também verificamos que a maioria das pessoas que colaboram há menos tempo são aquelas que têm menor idade, e essa poderá ser a variável

que influencia. O casamento poderá aparecer unicamente ligado ao fator da idade, vindo as pessoas a casarem-se posteriormente.

Tabela nº 34 – *Colaboradores * Tempo de colaboração * Habilitações literárias*

		Habilitações literárias					Total
		Ensino Básico Primário (4º ano)	Ensino Preparatório (6º ano)	Ensino Básico 3º ciclo (9º ano)	12º ano	Curso superior completo	Total
Tempo de colaboração	Até 1 ano	0	1	7	2	3	13
	De 1 ano até 10 anos	0	2	8	8	19	37
	Maior que 10 anos	5	4	10	11	19	49
Total		5	7	25	21	41	99

As habilitações literárias apresentam-nos um dado significativo: as pessoas que se encontram com qualificações equivalentes ao ensino básico primário, só existem entre os colaboradores com mais de 10 anos. Isto traduz o aumento das qualificações por parte da população portuguesa nas últimas décadas e poderá igualmente significar que as instituições estão empenhadas em admitirem pessoas com maiores qualificações.

Tabela nº 35 – *Colaboradores * Tempo de colaboração * Origem institucional*

Tempo de colaboração * Origem institucional

		Crosstab Count				Total
		Origem institucional				Total
		CP – Canónica Paroquial	CIR – Canónica de Instituto Religioso	CM – Canónica Misericórdia	NC – Não Canónica	
Tempo de colaboração	Até 1 ano	1	6	4	2	13
	De 1 ano até 10 anos	13	7	10	8	38
	Maior que 10 anos	16	9	12	13	50
Total		30	22	26	23	101

Em todas as instituições o grupo mais representado é o dos que colaboram há mais de 10 anos; destaca-se a CIR por ser a que tem maior percentagem de colaboradores inquiridos

com o tempo de colaboração de apenas um ano (27,3%) e a CP por ser a que apresenta a menor percentagem (3,3%), embora este dado seja meramente aleatório, apesar de refletir um pouco a antiguidade das valências.

2.2.2- Utentes/clientes

Tabela nº 36 – *Utentes/clientes * Tempo de ligação*

Há quantos anos está ligado à instituição?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 ano	14	11,4	11,5	11,5
	2 anos	23	18,7	18,9	30,3
	3 anos ou mais	85	69,1	69,7	100,0
	Total	122	99,2	100,0	
Missing	System	1	,8		
Total		123	100,0		

Como podemos facilmente verificar pela tabela, a grande maioria das pessoas está ligada à instituição há três ou mais anos. Com 1 ano temos 11,5%; com dois anos encontramos perto de 19% e 69,7% com três ou mais anos. Estes elementos refletem a permanência ao longo dos ciclos da infância e da fidelidade na terceira idade.

Tabela nº 37 – *Utentes/clientes * Tempo de ligação * Ligação à instituição*

Há quantos anos está ligado à instituição? * Qual a sua ligação à instituição? – Crosstabulation					
Count					
		Qual a sua ligação à instituição?			Total
		Encarregado de educação de uma criança a frequentar uma valência da infância	Responsável por uma pessoa a frequentar uma valência da terceira idade	Utente/cliente da terceira idade	
Há quantos anos está ligado à instituição?	1º ano	8	1	5	14
	2º ano	16	1	6	23
	3 anos ou mais	40	4	37	81
Total		64	6	48	118

Assinalamos que em todos os vínculos a grande maioria encontra-se há três e mais anos na respetiva instituição, sendo esta presença mais acentuada nos utentes/clientes da terceira idade: encarregados de educação – 62,5% e utentes/clientes da terceira idade – 77,1%. Isto manifesta que as pessoas da terceira idade são apoiadas ao longo de mais anos, sendo por norma até à morte. A nível da infância existem «ciclos» de três anos na creche e no jardim-de-infância, seguindo-se o ATL com correspondência mínima aos 4 anos da instrução primária, sendo esta resposta já alargada para o 2º Ciclo; nas respostas da terceira idade prolonga-se para toda a vida.

Tabela nº 38 – *Utentes/clientes * Tempo de ligação * Origem institucional*

Há quantos anos está ligado à instituição? * Origem institucional

Crosstab Count						
		Origem institucional				Total
		CP – Canónica Paroquial	CIR – Canónica de Instituto Religioso	CM – Canónica Misericórdia	NC – Não Canónica	
Há quantos anos está ligado à instituição?	1 ano	4	3	4	3	14
	2 anos	7	5	9	2	23
	3 anos ou mais	39	9	17	20	85
Total		50	17	30	25	122

Em todas as instituições, os utentes/clientes estão maioritariamente ligados há mais de três anos; em todas o número percentual sobe à medida que subimos no tempo de colaboração, com exceção da NC que tem um valor superior nas pessoas com um ano, isto em relação àquelas que estão há dois anos.

3- Religiosidade

Finalmente, dento da caraterização dos inquiridos, examinámos a religiosidade dos mesmos. Embora este trabalho não verse sobre a religiosidade das pessoas, consideramos que

estes elementos não seriam de descurar no estudo, já que estas variáveis, embora se trate de opiniões e vivências – variáveis dependentes –, poderão ser correlacionadas com outras respostas. De certo modo, serão «olhadas como independentes» face às questões posteriormente analisadas, permitindo ver se a religiosidade pessoal condiciona a resposta que as pessoas dão às questões centrais da temática em análise, ou se existe uma correlação significativa entre umas e outras.

3.1- Crença

3.1.1- Colaboradores

Tabela nº 39 – *Colaboradores * Crença*

É crente?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	96	92,3	92,3	92,3
	Não	2	1,9	1,9	94,2
	NS/NR	6	5,8	5,8	100,0
	Total	104	100,0	100,0	

Quando perguntámos acerca da crença das pessoas, verificámos que 92,3% refere que é crente, sendo que só dois afirmam não o ser (1,9%), apesar de termos alguns casos NS/NR. O número dos não crentes é tão reduzido que não permite tirar conclusões acerca das tendências; contudo, manifestamos três dados: só aparecem não crentes nas pessoas com idade inferior a 40 anos e entre as auxiliares; a nível institucional, na CIR o valor dos crentes é de 100%; segue-se a CM (96,3%) e a CP (90%); o valor menor é na NC (84%).

3.1.2- Utentes/clientes

Tabela nº 40 – Utentes/clientes * Crença

É crente?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	109	88,6	89,3	89,3
	Não	7	5,7	5,7	95,1
	NS/NR	6	4,9	4,9	100,0
	Total	122	99,2	100,0	
Missing	System	1	,8		
Total		123	100,0		

Os utentes/clientes das instituições analisadas são na maioria crentes, já que 89,3% assim se consideram, mas encontramos 5,7% que se afirmam não crentes. Já não será um valor tão residual como nos colaboradores, embora ainda seja um número bastante pequeno, o que não merecerá a atenção na variação que possa apresentar nos diferentes grupos. No entanto deixamos algumas tendências.

Percebemos que existe uma diferença entre os homens e as mulheres, já que 94,5% das mulheres se afirma crente e só 75,9% dos homens o manifesta; só encontramos não crentes nas pessoas com idades compreendidas entre os 31 e os 50 anos. Olhando os valores percentuais segundo as qualificações literárias, tendo presente os três grupos mais representativos (superior a dez casos), verificamos que as pessoas com curso superior são as que têm menor percentagem de crentes (80,4%) e maior de não crentes (9,8%).

Encontramos dados diferenciadores entre as pessoas ligadas à infância (encarregados de educação) e os utentes/clientes da terceira idade, sendo que estes se consideram todos crentes e nos primeiros apenas 81,3%. Finalmente, não podemos afirmar que existe uma diferença significativa entre as diversas instituições, mas dá para ver que é na CIR que a percentagem de crentes é maior (94,1%) e na NC que é menor (84%). Assim, a variável idade, a escolarização e o sexo marcam uma diferenciação.

3.2- Religião

3.2.1- Colaboradores

Tabela nº 41 – *Colaboradores * Religião*

Que religião?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Católico/a	95	91,3	97,9	97,9
	Evangélico	1	1,0	1,0	99,0
	Outra	1	1,0	1,0	100,0
	Total	97	93,3	100,0	
Missing	System	7	6,7		
Total		104	100,0		

Dentro dos crentes, estamos perante uma grande maioria que é católica, existindo uma quase nula representação de outras religiões; só dois não são católicos.

3.2.2- Utentes/clientes

Tabela nº 42 – *Utentes/clientes * Religião*

Que religião?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Católico/a	106	86,2	97,2	97,2
	Evangélico	1	,8	,9	98,2
	Outra	2	1,6	1,8	100,0
	Total	109	88,6	100,0	
Missing	System	14	11,4		
Total		123	100,0		

Dos utentes/clientes crentes, encontramos 97,2% que se afirmam católicos, sendo 1,8% que selecionaram a opção de outra e 0,9% a afirmarem-se evangélicos.

3.3- Crente praticante

Uma questão sempre pertinente a nível religioso é a distinção entre o «crente não praticante» e o «crente praticante». Esta divisão é discutível, existindo por vezes oposição a tal divisão, já que se é crente ou não. E sendo-se crente ter-se-á de ser mais ou menos praticante, de modo que se considere um «absurdo» alguém se considerar crente sem ser praticante, o que se poderia assemelhar a um «ciclista que não pedala». Deixando de lado todas as reflexões em torno da questão, optamos por manter a diferenciação como categorização sociologicamente aceite.

3.3.1- Colaboradores

Tabela nº 43 – *Colaboradores * Praticantes*

Considera-se praticante?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	67	64,4	67,0	67,0
	Não	26	25,0	26,0	93,0
	NS/NR	7	6,7	7,0	100,0
	Total	100	96,2	100,0	
Missing	System	4	3,8		
Total		104	100,0		

A grande maioria dos inquiridos considera-se praticante (67%). Claramente trata-se de um dado que mereceria ser apurado entre aquilo que consideram para se ser praticante e aquilo que formalmente é definido pela instituição eclesial.

Vejamos algumas tendências: apesar dos dados reduzidos, merece destaque o facto de 100% dos que responderam como vivendo em união de facto se considerarem não praticantes; entre os grupos com maior representação, sobressaem os que têm curso superior (sobretudo nas educadoras) como sendo aqueles que mais se consideram não praticantes

(35,9%). Finalmente, a CIR distingue-se das restantes instituições, sendo esta marcada por uma percentagem de cerca de 91% a considerarem-se praticantes, enquanto na CP são 64,3%, na CM 63% e na NC 52,2%. Efetivamente a instituição NC acaba por se distanciar em cerca de 10% da CP e CM, sendo que as três se distanciam da CIR em cerca de 30% e 40% respetivamente.

Como tendência, verificamos que são as pessoas mais novas, com a função de educadoras e a frequentarem as instituições NC, as que menos se consideram praticantes.

3.3.2- Utentes/clientes

Tabela nº 44 – *Utentes/clientes * Praticantes*

Considera-se praticante?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	78	63,4	69,6	69,6
	Não	27	22,0	24,1	93,8
	NS/NR	7	5,7	6,3	100,0
	Total	112	91,1	100,0	
Missing	System	11	8,9		
Total		123	100,0		

Dos 89,3% que se apresentam como crentes, temos 69,6% que se consideram praticantes. Aqui temos um número razoável que escolheu a opção NS/NR, o que poderá indiciar a dificuldade em se autocaracterizarem.

Verifica-se uma tendência no sentido das mulheres serem mais praticantes do que os homens (mulheres – 73,9% e homens – 52,2%); e as pessoas mais idosas considerarem-se mais praticantes que as mais novas – essencialmente percebemos uma diferença razoável entre os dois maiores grupos mais representados (31 aos 40 anos – 58,1% e mais de 70 anos –

85,3%). A comprovar, vemos que os utentes/clientes da terceira idade (89,6%) apresentam valor bastante superior de praticantes do que os encarregados de educação (58,2%).

Institucionalmente vê-se que, com a mesma tendência dos colaboradores, é na CIR (82,4%) que temos a maior percentagem de praticantes e na NC que temos a menor percentagem (50%).

Fatores determinantes de diferenciação são a idade e o sexo. As instituições traduzem populações diferentes, ficando a questão: será essa diferença fruto da escolha das pessoas da respetiva instituição condicionada pela sua prática religiosa ou a ligação à instituição potenciou a prática religiosa ou inflacionou as respostas? As três hipóteses são legítimas, embora nos inclinemos mais para a primeira.

3.4- Prática dominical

A participação dominical na eucaristia apresenta-se, no «mundo cristão», como um indicador da vivência da fé. Se na pergunta anterior nos remetíamos à simples opinião subjetiva, agora pretendemos ter um dado objetivo dos inquiridos a nível da vivência da fé cristã católica.

3.4.1- Colaboradores

Tabela nº 45 – *Colaboradores * Eucaristia dominical*

Se professa a religião católica, frequenta assiduamente a eucaristia dominical?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	48	46,2	50,5	50,5
	Não	40	38,5	42,1	92,6
	NS/NR	7	6,7	7,4	100,0
	Total	95	91,3	100,0	
Missing	System	9	8,7		
Total		104	100,0		

Temos 50,5% a dizer que frequenta a eucaristia dominicamente e 42,1% que não. Analisando os dados, deparamo-nos com valores que estão bem acima dos valores de referência a nível nacional, onde se situam basicamente entre os 15% e 30%⁴⁹¹. A pergunta não coloca como sendo de participação dominical em todos os domingos; por isso, mesmo pessoas que não participem todos os domingos na eucaristia, mas esporadicamente, terão aqui ter respondido sim; ainda se poderá argumentar que as respostas possam ser influenciadas por saberem quem fazia o estudo ou por responderem em função da entidade que servem.

Olhando os dados comparativos, notamos que a população dos 31 aos 40 anos é aquela que se pronuncia mais a favor do não do que do sim, a saber: 66,7% e 33,3% respetivamente. As pessoas com 71 anos ou mais frequentam todas a eucaristia ao domingo. Percebe-se que a variável idade parece colocar influência na participação da eucaristia ao domingo, sendo os mais idosos os que mais o fazem em comparação com as gerações mais novas.

Quando olhamos para o estado civil das pessoas, ressaltam elementos diferenciadores: 72,7% dos solteiros afirma frequentar a eucaristia, enquanto os casados são apenas 46,9% a afirmá-lo; entre os que vivem em união de facto e separados/divorciados, nenhum o faz. Os grupos têm representações diferentes e alguns muito reduzida, o que obriga a existir prudência na generalização, mas podemos ver a ligação entre os que vivem em união de facto como sendo um sinal já da fragilidade do vínculo eclesial e, desse modo, reflete-se também ao nível da prática dominical; nos casados, os cuidados com os filhos e cuidados com a casa poderão influenciar as suas práticas nesta matéria.

⁴⁹¹ Os dados mais recentes podemos encontrá-los no Inquérito apresentado em 2012, a pedido da Conferência Episcopal Portuguesa, pela Universidade Católica Portuguesa, sob a Coordenação de Alfredo Teixeira, com o tema *Identidades Religiosas em Portugal: Representações, Valores e Práticas – 2011*: http://www.agencia.ecclesia.pt/dlds/bo/Inquirito2011_Resumo.pdf, 10 de Dezembro de 2012 – Publicado: TEIXEIRA, Alfredo, «A eclesiosfera católica: pertença diferenciada», in *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia / Lisboa*, 43 (2013) 115-205.

Em todos os níveis de habilitações literárias encontramos o «não» e o «sim», mas nos que têm curso superior, percebemos que as respostas são maioritariamente «não» (55,6%). É nas educadoras que temos uma percentagem superior no não, com 77,8%; as responsáveis apresentam 66,7% no «sim»; nas direções a percentagem é a maior de todos grupos no «sim» (77,8%).

À semelhança das respostas dadas na questão sobre os que se consideravam crentes e praticantes, também aqui verificamos a mesma tendência institucional, de modo que a instituição com um número superior no «não» ao «sim», é na NC, com 61,9% no «não» e 33,3% no «sim»; inversamente surge a CIR: «sim» – 68,2% e «não» – 31,8%.

Em síntese, verificando as respostas perante as diversas variáveis estudadas, podemos afirmar que as pessoas que menos frequentam a eucaristia ao domingo são as que têm curso superior, exercem a profissão de educadores, são casados, em união de facto e separados ou divorciados, a frequentar uma instituição NC e com 31 a 40 anos de idade.

3.4.2- Utentes/clientes

Tabela nº 46 – *Utentes/clientes * Eucaristia dominical*

Se professa a Religião Católica, frequenta assiduamente a eucaristia dominical?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	48	39,0	44,0	44,0
	Não	58	47,2	53,2	97,2
	NS/NR	3	2,4	2,8	100,0
	Total	109	88,6	100,0	
Missing	System	14	11,4		
Total		123	100,0		

Como já afirmámos anteriormente, a participação na eucaristia dominical é apontada pela igreja como um indicador importante para um católico ser considerado praticante. Dos

69,6% que se consideram praticantes, temos 44% que afirmam participar na eucaristia dominical, contra 53,2% que afirma não o fazer.

A participação é bastante menor nas pessoas mais novas que nas mais idosas: os que têm mais de 60 anos apresentam percentagens superiores a 70% e as pessoas com idade inferior aos 41 anos percentagens em torno dos 20%.

Já quanto à influência dos níveis de escolarização são as pessoas com mais habilitações literárias (12º ano – 33,3% e curso superior – 18,6%) que apresentam percentagens inferiores às que têm menos habilitações académicas: 4º ano – 65,5%; 6º ano – 66,7% e 9º ano – 50%. Daí que se denota uma correlação intrínseca entre os graus de escolarização e a prática religiosa.

Existe uma clara diferença entre os utentes/clientes da terceira idade (70,8%) e os encarregados de educação (20,8%), sendo os primeiros os que mais participam na eucaristia. Poderá, então, perguntar-se: será que os encarregados de educação, quando chegarem à idade de utentes/clientes da terceira idade, passarão a ser mais frequentadores, tendo até presente que têm vivenciado percursos de vida diferentes, inclusive a nível da socialização e da prática religiosa? Ou serão novas realidades que continuarão ao longo da vida?

São as pessoas da CIR que mais frequentam a eucaristia dominical (64,7%) e as que estão ligadas à CP que menos o fazem (30,4%), apresentando um valor inferior à NC (42,9%), sendo este dado diferente dos anteriores.

Síntese

Tendo analisado em pormenor todos os elementos que caracterizam a amostra do nosso trabalho, traçamos algumas tendências mais relevantes:

Caraterização da amostra

Tabela nº 47 – Caraterização dos colaboradores

Sexo	Idade	Habilitações literárias	Religiosidade	Prática religiosa	
				Praticantes	Eucaristia dominical
Mulheres	31 – 50 anos	Curso superior	Crentes	67%	50,5%
86,3%	61,7%	40,2%	92,3%		

Tabela nº 48 – Caraterização dos utentes/clientes

Sexo	Idade		Habilitações Literárias		Religiosidade Crentes	
	Encarregados de educação	Terceira idade	Encarregados de educação	Terceira idade	Encarregados de educação	Terceira idade
Mulheres	31 – 50 anos	Mais de 70 anos	12º ano e curso superior	4º e 6º ano		
	75,4%	71,7%	80,6%	85,3%	81,3%	100%
76%						

Prática religiosa			
Praticantes		Eucaristia dominical	
Encarregados de educação	Terceira idade	Encarregados de educação	Terceira idade
58,2%	89,6%	20,8%	70,8%

Verifica-se que se está perante uma população maioritariamente feminina e crente, com grande variação na idade e nas habilitações literárias; todavia, observa-se que os utentes/clientes se dividem entre os encarregados de educação e a população idosa, com as «consequências» da idade nas habilitações literárias e na vivência das crenças.

B – Relevância da ação social na vivência da religião

Com esta temática, iniciamos o núcleo central das questões para as quais desejamos conhecer a opinião das pessoas. Ao longo da reflexão que efetuámos, fomos mostrando e demonstrando a relevância que a ação social tem para uma religião e, de um modo peculiar,

para o cristianismo. Ao lado da liturgia e da formação doutrinal, é colocada a ação social como pilar estruturante da religião cristã. De certo modo, pretende-se apreender a relevância da vertente social como modo de viver a fé. Sendo esse o «rumo» do pensamento apresentado, analisamos neste momento a opinião das pessoas que operacionalizam a ação social da igreja e aqueles que dela beneficiam. Dada a centralidade do tema, colocamos uma questão similar em momentos diferentes do inquérito, para apurar a «solidez» das respostas.

1- Dimensões da religião

Apresentamos algumas dimensões da religião, sem a preocupação de sermos exaustivos, pretendendo essencialmente obter uma resposta clara sobre a importância atribuída à ação social no seio da religião, em comparação com outras dimensões, tais como a liturgia e a doutrinação (catequese). A partir desta análise, segue-se o estudo de algumas questões que procuraram aferir o grau de importância da ação social da igreja e a respetiva vivência nas suas instituições.

As diversas dimensões da religião foram colocadas para que fossem classificadas quanto à importância, a saber: liturgia, oração, meditação da bíblia, ação social e ação política. Seguimos na análise a ordem com que foram colocadas no inquérito.

1.1- Colaboradores

Liturgia

Tabela nº 49 – *Colaboradores * Dimensões da religião * Liturgia*

Caraterize as dimensões da religião, quanto à importância? (Liturgia)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante	63	60,6	65,6	65,6
	Pouco	16	15,4	16,7	82,3
	Nenhuma	4	3,8	4,2	86,5
	NS/NR	13	12,5	13,5	100,0
	Total	96	92,3	100,0	
Missing	System	8	7,7		
Total		104	100,0		

A liturgia é a primeira dimensão apresentada: 65,6% dos inquiridos atribui à liturgia bastante importância, 16,7% pouca e 4,2% nenhuma. A idade condiciona as respostas das pessoas: das pessoas com menos de 31 anos até às que têm mais de 70 anos, a percentagem dos que consideram como sendo muito importante a liturgia, é sempre crescente, começando nos 41,7% e chegando aos 100%. Nos três últimos escalões, pessoas com mais de 50 anos, excetuando os que NS/NR, todos consideraram a liturgia como bastante importante. Conclui-se que as pessoas mais idosas são as que mais valorizam a liturgia.

Por ordem crescente da atribuição de bastante importância à liturgia, temos os seguintes dados em função do vínculo das pessoas: Educadoras – 45%; Auxiliares – 64,4%; Responsáveis – 80%; Direções – 85%. A nível das direções e responsáveis temos percentagens muito altas, verificando-se que as educadoras apresentam valores pela metade das direções e responsáveis. Este dado há de correlacionar-se com a pouca presença da dimensão espiritual nas valências da infância, como já foi analisado.

Como seria de esperar, temos uma grande diferença entre os que se consideram praticantes e os que não se consideram, entre os que participam na eucaristia dominical e os que não participam. Entre os que se consideram praticantes, temos 85% a dar a «nota» de bastante importante; entre os que não se consideram praticantes, só 34,6% a consideram bastante importante. É nos que vão à eucaristia dominical que se encontram os que em maior percentagem atribuem bastante importância à liturgia: 95,5%; os que não vão à eucaristia dominical atribuem a essa importância 42,1%.

Analisando as respostas dadas pelos colaboradores das instituições, verificamos que não existem diferenças significativas entre a CP (60%), a CM (60%) e a NC (62,5%), com exceção para a CIR, na qual se encontra um valor bastante superior (88,2%).

A dimensão da liturgia, em resumo, é considerada como sendo bastante importante no seio de uma religião, embora se observe que são as pessoas idosas e aqueles que se consideram praticantes e frequentadores da eucaristia dominical os que mais a valorizam. Onde essa importância tem menor peso é nas educadoras e pessoas com menos de 31 anos.

Oração

Tabela nº 50 – *Colaboradores * Dimensões da religião * Oração*

Caraterize as dimensões da religião, quanto à importância? (Oração)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante	77	74,0	81,1	81,1
	Pouco	9	8,7	9,5	90,5
	Nenhuma	1	1,0	1,1	91,6
	NS/NR	8	7,7	8,4	100,0
	Total	95	91,3	100,0	
Missing	System	9	8,7		
Total		104	100,0		

Uma grande maioria dos inquiridos atribui bastante importância à oração como dimensão da religião, valor superior à importância atribuída à liturgia: 81,1% consideram a oração como bastante importante, quando na liturgia tínhamos 65,6%. Apenas 10,6% diz que a oração tem pouca ou nenhuma importância.

A variável da idade indica a mesma influência (a mesma diferença percentual) que na opinião sobre a liturgia, sendo as pessoas mais novas as que menos consideram como bastante importante a oração e as de mais idade as que mais valorizam a sua importância.

Nos elementos diretivos e responsáveis técnicas, excluindo a opção NS/NR, verificamos que todos selecionam a opção de bastante importante, com uma única exceção na

opção nenhuma; as educadoras são as que menos consideram a oração como bastante importante: 70%.

A nível da crença, constatamos que aqueles que se consideram crentes praticantes e os que vão à eucaristia dominical, quase 100% (só uma exceção nos que se consideram praticantes, os quais escolhem nenhuma) consideram bastante importante, estando os não praticantes e não participantes na eucaristia dominical num valor inferior em cerca de 30%.

A pertença às instituições deixa claro algumas tendências: na CIR temos 100% a considerarem a oração como bastante importante e na NC onde menos é referido: CM – 79,2%; CP – 76,7%; NC – 72,7%. Assim, todas as tendências se mantêm.

Meditação da bíblia

Tabela nº 51 – *Colaboradores * Dimensões da religião * Bíblia*

Caraterize as dimensões da religião, quanto à importância? (Meditação da bíblia)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante	52	50,0	56,5	56,5
	Pouco	23	22,1	25,0	81,5
	Nenhuma	3	2,9	3,3	84,8
	NS/NR	14	13,5	15,2	100,0
	Total	92	88,5	100,0	
Missing	System	12	11,5		
Total		104	100,0		

O interesse pela meditação da bíblia recebe uma percentagem inferior aos dois pontos anteriores: temos 56,5% a considerarem-na como bastante importante, contra 81,1% na oração e 65,6% na liturgia. É de deduzir que a bíblia não esteja muito presente nas vivências da fé do crente cristão católico, optando por outro tipo de orações.

As pessoas que se consideram praticantes e as que frequentam a eucaristia dominical atribuem maior importância (bastante) à meditação da bíblia do que as que não se consideram

praticantes nem vão à eucaristia dominical: praticantes – 70,7%; não praticantes – 32%; eucaristia dominical – 73,8%; não eucaristia dominical – 45,9%.

A pertença institucional manifesta resultados diferenciados: na CIR temos a maior percentagem das pessoas que consideram a meditação da bíblia como bastante importante (83,3%), na CP temos 58,6% e na CM 50,0%; só na NC é que encontramos o valor inferior aos 50% (38,1%). Para justificar estes dados, levantam-se algumas razões: são seleccionadas pelas instituições as pessoas já com maior vivência religiosa ou o facto de pertencer a uma instituição CIR potencia essa vivência? Ou será que a pertença a uma dada instituição condiciona a resposta ainda que a vivência seja diferente?

Catequese

Tabela nº 52 – *Colaboradores * Dimensões da religião * Catequese*

Caraterize as dimensões da religião, quanto à importância? (Catequese)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante	63	60,6	71,6	71,6
	Pouco	9	8,7	10,2	81,8
	Nenhuma	5	4,8	5,7	87,5
	NS/NR	11	10,6	12,5	100,0
	Total	88	84,6	100,0	
Missing	System	16	15,4		
Total		104	100,0		

Questionados sobre a importância da catequese, temos os seguintes resultados: 71,6% dos inquiridos consideram-na bastante importante, enquanto 10,2% lhe atribuem pouca importância. Esta valoração situa-se acima da liturgia e da meditação da bíblia, mas é inferior à oração.

As tendências setoriais mantêm-se as mesmas das dimensões anteriores. A vivência da fé condiciona as opiniões das pessoas sobre a importância da catequese: 89,1% dos que se

consideram praticantes atribuem-lhe bastante importância, contra os 47,8% dos que não se consideram praticantes; os que frequentam a eucaristia dominical são quase unânimes (92,7%) a considerarem-na como bastante importante, enquanto os que não frequentam a eucaristia dominical são 64,7% a atribuírem-lhe a mesma importância.

Também aqui se notam algumas diferenças entre as pessoas das diferentes instituições, sendo na CIR o valor mais alto na opção de bastante importante: CIR – 87,5%, NC 70%; CP – 69%, CM – 65,2%.

Ação social

Tabela nº 53 – *Colaboradores * Dimensões da religião * Ação social*

Caraterize as dimensões da religião, quanto à importância? (Ação social)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante	76	73,1	78,4	78,4
	Pouco	10	9,6	10,3	88,7
	Nenhuma	3	2,9	3,1	91,8
	NS/NR	8	7,7	8,2	100,0
	Total	97	93,3	100,0	
Missing	System	7	6,7		
Total		104	100,0		

A ação social desenvolvida pela religião é olhada como sendo muito importante: temos 78,4% das respostas validadas a considerarem a ação social como sendo bastante importante e 10,3% considera-a como pouco importante. Esta é a dimensão que recebe o segundo maior valor, a seguir à oração: 81,1%. As tendências continuam com a mesma tendência.

A nível das idades, os valores situam-se em todos os escalões entre os 70% e os 75% dos que consideram a ação social como bastante importante, mas as pessoas com mais de 60 anos são unânimes em considerar como bastante importante.

Perante o vínculo que as pessoas têm à instituição, é nas auxiliares que encontramos maior repartição das opiniões: bastante – 71,4%, pouco – 16,3%, nenhuma – 6,1% e NS/NR – 6,1%; todos os restantes têm valores superiores a 84% na opção de bastante importante.

A vivência religiosa condiciona as respostas que as pessoas dão a esta pergunta, já que só os que não se consideram praticantes e os que não vão à eucaristia dominical consideram a ação social sem qualquer importância na religião, com 12% e 7,9% respetivamente.

Perante a análise dos dados das instituições em separado, notamos que é na CIR e CP que os valores são mais altos nos que consideram a ação social da religião como bastante importante: CIR – 90%; CP – 86,7%; CM – 76%; NC – 59,1%.

Ação política

Tabela nº 54 – *Colaboradores * Dimensões da religião * Ação política*

Caraterize as dimensões da religião, quanto à importância? (Ação política)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante	13	12,5	14,6	14,6
	Pouco	27	26,0	30,3	44,9
	Nenhuma	32	30,8	36,0	80,9
	NS/NR	17	16,3	19,1	100,0
	Total	89	85,6	100,0	
Missing	System	15	14,4		
Total		104	100,0		

A ação política tem os resultados invertidos em relação às restantes dimensões em análise. Aqui temos a percentagem maior na opção de nenhuma importância (36%) e a menor na bastante importante (14,6%). A opinião dos inquiridos é claramente desvalorizadora da ação política na religião, já que nem a soma do bastante com o alguma importância chega aos 50%; ficando-se pelos 44,9%. Mesmo a grande quantidade de NS/NR e *missing* é um

elemento significativo, já que pode mostrar o distanciamento das pessoas em relação a esta área no seio de uma religião.

Um elemento relevante nos escalões etários é verificar que só nas pessoas com idade inferior aos 51 anos se atribui bastante importância a ação política, embora em pequena percentagem.

Diante dos elementos disponibilizados, notamos que é entre as auxiliares que encontramos uma prevalência maior para atribuir maior importância a esta dimensão, com 10% acima da média: bastante – 24,4%.

Nas vivências religiosas encontramos uma pequena diferença nos que frequentam a eucaristia dominical e os que não frequentam, entre os que se consideram praticantes e os que não, nomeadamente nos que consideram como bastante importante: eucaristia dominical – 17,9%; não eucaristia dominical – 13,5%; crentes praticantes – 18,2%; não praticantes – 8,3%.

Segundo a origem institucional, notamos que é na CP que aparece uma menor presença de respostas com escolha pela opção bastante (3,4%); em contrapartida, é na CM que essa presença é mais relevante (26,1%). Este dado pode derivar da longa história que as misericórdias têm na relação com o poder político, aspeto desenvolvido no capítulo da aferição estatutária e regulamentar.

Em conclusão, por ordem de importância, verificamos que se situam deste modo, por ordem decrescente, as diversas dimensões indicadas:

Tabela nº 55 – *Colaboradores * Hierarquia valorativa das dimensões religiosas*

Oração	81,1%
---------------	--------------

Ação social	78,4%
Catequese	71,6%
Liturgia	65,6%
Meditação da bíblia	56,5%
Ação política	14,6%

A oração encontra-se como a dimensão mais valorizada; segue-se de perto a ação social; depois surgem a catequese, a liturgia e a meditação da bíblia; por fim, bastante distante, aparece a ação política.

1.2- Utentes/clientes

Liturgia

Tabela nº 56 – *Utentes/clientes * Dimensões da religião * Liturgia*

Caraterize as dimensões da religião, quanto à importância? (Liturgia)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante	75	61,0	67,0	67,0
	Pouco	23	18,7	20,5	87,5
	Nenhuma	6	4,9	5,4	92,9
	NS/NR	8	6,5	7,1	100,0
	Total	112	91,1	100,0	
Missing	System	11	8,9		
Total		123	100,0		

Observando a tabela, vemos que a importância atribuída pelos inquiridos à liturgia no seio de uma religião é de 67% como bastante importante; 20,5% como pouco importante e 5,4% sem qualquer importância. Em comparação com os homens, as mulheres atribuem maior percentagem de importância à liturgia (bastante importância): homens – 57,1% e mulheres – 69,9%.

Encontramos uma diferença clara entre as pessoas que têm menos de 51 anos e as que têm mais de 50 anos, sendo estas as que mais valorizam a liturgia (consideram bastante importante), com percentagens superiores a 80%; enquanto nas pessoas com menos de 51 anos temos valores inferiores a 60%. Verifica-se uma diferença muito significativa entre as pessoas da terceira idade (bastante – 91,5%) e os encarregados de educação (bastante – 43,1%), sendo os primeiros aqueles que mais valorizam a liturgia.

Observa-se uma tendência clara para que as pessoas com maiores habilitações escolares valorizem menos a liturgia (bastante importância): 4º ano – 93,1%; 6º ano – 75%; 9º ano – 66,7%; 12º ano – 56,3% e curso superior – 50%. Existe uma influência clara com a escolarização e a idade: quando mais novos e maior escolarização, menor importância é atribuída à liturgia.

As pessoas que se dizem crentes praticantes e as que afirmam participar na eucaristia dominical valorizam mais a liturgia que as restantes (bastante importância): praticante – 81,9%; não praticante – 53,8%; eucaristia dominical – 89,1%; não eucaristia dominical – 61,1%.

As pessoas ligadas à CIR são as que mais valorizam a liturgia (bastante - 80%), seguindo-se as pessoas da CP (bastante – 69,4%); a CM e NC têm valores muito semelhantes entre si (bastante – 60% e 60,9% respetivamente).

Oração

Tabela nº 57 – *Utentes/clientes * Dimensões da religião * Oração*

Caraterize as dimensões da religião, quanto à importância? (Oração)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante	97	78,9	82,9	82,9
	Pouco	9	7,3	7,7	90,6
	Nenhuma	5	4,1	4,3	94,9

	NS/NR	6	4,9	5,1	100,0
	Total	117	95,1	100,0	
Missing	System	6	4,9		
Total		123	100,0		

Comparativamente à importância atribuída à liturgia na análise anterior, a oração auferiu uma importância superior, já que 82,9% considera como sendo bastante importante, contra os 67% que atribuíam a mesma importância à liturgia. Aqueles que a consideram como pouco relevante são 7,7% e 4,3% os que não lhe atribuem qualquer importância.

As mulheres, com 88,6% na opção de bastante importante, valorizam mais que os homens (64,3%) a oração.

Perante os graus de escolarização, os valores não manifestam uma tendência clara; porém, entre os dois grupos mais representados (4º ano e curso superior), é nos que têm curso superior onde se verifica o valor menos elevado na opção bastante importante (75,5%) e nas pessoas com o 4º ano o mais elevado (93,3%), fazendo sobressair uma possível correlação entre o grau de escolarização e a importância atribuída a esta dimensão da religião. Este dado interliga-se com o que se segue, já que a oração é mais valorizada pelos idosos do que pelos pais das crianças (bastante importante): utentes/clientes da terceira idade – 91,7% e encarregados de educação – 74,2%.

Os que se consideram crentes praticantes (93,4%) e os que vão à eucaristia dominical (95,7%) valorizam mais a oração do que os não praticantes (77,8%) e não frequentadores da eucaristia (82,8%). Estes dados traduzem uma certa coerência entre a prática da vida religiosa que levam e o pensamento que têm sobre as opções que fazem.

São as pessoas ligadas à CIR que mais valorizam a oração (bastante – 93,8%) e as ligadas à NC que menos o fazem (bastante importante): CIR – 93,8%; CM – 92,6%; CP – 80%; NC – 70,8%.

Meditação da bíblia

Tabela nº 58 – *Utentes/clientes * Dimensões da religião * Bíblia*

Caraterize as dimensões da religião, quanto à importância? (Meditação da bíblia)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante	63	51,2	54,3	54,3
	Pouco	31	25,2	26,7	81,0
	Nenhuma	11	8,9	9,5	90,5
	NS/NR	11	8,9	9,5	100,0
	Total	116	94,3	100,0	
Missing	System	7	5,7		
Total		123	100,0		

A meditação da bíblia recebe 54,3% dos inquiridos a considerarem-na como bastante importante, enquanto 26,7% a julgam pouco importante e 9,5% não lhe atribuem qualquer importância. Colocamos em análise este item, já que presentemente tem existido um trabalho da igreja católica em valorizar a importância da bíblia na vida do cristão. Lembremos o sínodo mundial dos Bispos realizado em 2008 sobre a Palavra de Deus, com os documentos que se seguiram: a *Mensagem dos Bispos ao Povo de Deus* e a exortação apostólica *Verbum Domini*. Os valores percentuais que aqui temos poderão indiciar como esta realidade é, de certo modo, secundarizada em relação a outras vivências religiosas. Poderá encontrar-se a justificação igualmente na pouca preparação das pessoas para lerem e compreenderem a bíblia.

As mulheres, seguindo as tendências anteriores, são as que mais valorizam a dimensão da meditação da bíblia (bastante importante): mulheres – 59,8% e homens – 39,3%.

Nota-se claramente como à medida que as pessoas têm mais habilitações literárias, menos importância atribuem à meditação da bíblia (bastante importância): 4º ano – 73,3%; 6º e 9º anos – 66,7%; 12º ano – 41,2% e curso superior – 42,6%. A meditação da bíblia é mais considerada pelos utentes/clientes da terceira idade do que pelos encarregados de educação, o

que manifesta igualmente a separação etária (bastante importante): encarregados de educação – 39,3%; utentes/clientes da terceira idade – 70,8%; com idades entre os 31 e os 40 anos – 39,1%; mais de 70 anos – 70,6%.

As pessoas que frequentam a eucaristia dominical e as que se consideram praticantes são as que mais valorizam a meditação da bíblia (bastante importante): praticantes – 63,2%; não praticantes – 50%; eucaristia dominical – 68,1%; não eucaristia dominical – 50,9%.

Contrariamente às dimensões anteriores, aqui não é a CIR que apresenta a maior percentagem, mas a CP (bastante importante); CP – 58%; CM – 57,7%; CIR – 52,9%; NC – 43,5%.

Catequese

Tabela nº 59 – *Utentes/clientes * Dimensões da religião * Catequese*

Caraterize as dimensões da religião, quanto à importância? (Catequese)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante	85	69,1	74,6	74,6
	Pouco	16	13,0	14,0	88,6
	Nenhuma	7	5,7	6,1	94,7
	NS/NR	6	4,9	5,3	100,0
	Total	114	92,7	100,0	
Missing	System	9	7,3		
Total		123	100,0		

A catequese sobe na valorização, face à meditação da bíblia: 74,6% das respostas válidas consideram-na bastante importante, 14% pouco importante e 6,1% com nenhuma importância. A população feminina valoriza mais a catequese que os homens (bastante importante): homens – 60,7% e mulheres – 80%.

São as pessoas da terceira idade, comparando-se com os encarregados de educação, as que mais valorizam a catequese (bastante importante): utentes/clientes da terceira idade

89,1%; encarregados de educação 63,3%; mais de 70 anos – 93,9%; menos de 51 anos – valor inferior a 71,5%.

Apesar das diferenças não serem muito grandes, verifica-se que as pessoas que se dizem crentes praticantes e que afirmam participar na eucaristia dominical valorizam mais a catequese que as restantes (bastante importante): praticantes – 86,3%; não praticantes – 74,1%; eucaristia dominical – 84,4%; não eucaristia dominical – 78,9%.

É na CIR que as pessoas mais consideram a catequese como bastante importante (82,4%) e na CM que menos o fazem (68%); na CP temos 77,1% e na NC 70,8%.

Ação Social

Tabela nº 60 – *Utentes/clientes * Dimensões da religião * Ação social*

Caraterize as dimensões da religião, quanto à importância? (Ação social)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante	97	78,9	83,6	83,6
	Pouco	10	8,1	8,6	92,2
	Nenhuma	1	,8	,9	93,1
	NS/NR	8	6,5	6,9	100,0
	Total	116	94,3	100,0	
Missing	System	7	5,7		
Total		123	100,0		

A ação social apresenta-se com valores muito elevados: são 83,6% os que consideram a ação social como muito importante, 8,6% pouco importante e 0,9% sem qualquer importância. Existe uma diferença grande entre os homens e as mulheres, sendo que estas valorizam bastante mais a ação social: 90,8% das mulheres contra 64,3% dos homens.

Aqui deparamo-nos com valores diferentes em relação às dimensões anteriores: se as pessoas com curso superior nas dimensões anteriores eram, normalmente, as que apresentavam percentagem inferior nos que consideravam bastante importante, aqui encontramos dos valores mais elevados: 4º ano – 83,3%; 6º ano – 62,5%; 9º ano – 83,3%; 12º

ano – 75%; curso superior – 82,6%. Daí que a dimensão da ação social de igreja apareça grandemente valorizada, contribuindo a escolarização para o mesmo. Os que consideram bastante importante a ação social numa religião apresentam valores próximos entre os utentes/clientes da terceira idade e os encarregados de educação (85,1% e 81,7%). Poder-se-á dizer que a escolarização e a idade não desvalorizam esta dimensão na religião, quando tal acontece nas restantes.

Os valores apresentados pelos que se consideram praticantes e pelos que não se consideram como tal, os que dizem participar na eucaristia dominical e os que não, invertem-se em relação às dimensões anteriores da religião: aqui são os que não se consideram praticantes e os que dizem não ir à eucaristia dominical que em maior percentagem entendem a ação social como bastante importante: não praticantes – 88,9% e praticantes – 86,5%; não eucaristia dominical – 87,7% e eucaristia dominical – 82,6%. Poder-se-á afirmar que entenderão mais a vivência da fé como intervenção social do que cultural.

As pessoas da CIR são as que apresentam a maior percentagem daqueles que consideram como bastante importante a ação social (94,1%) e na NC a menor percentagem (70,8%); a CP aproxima-se bastante da CIR com 89,6% e a CM apresenta 77,8% com esta opinião.

Ação Política

Tabela nº 61 – *Utentes/clientes * Dimensões da religião * Ação política*

Caraterize as dimensões da religião, quanto à importância? (Ação política)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante	30	24,4	26,8	26,8
	Pouco	41	33,3	36,6	63,4
	Nenhuma	30	24,4	26,8	90,2
	NS/NR	11	8,9	9,8	100,0
	Total	112	91,1	100,0	
Missing	System	11	8,9		

Total	123	100,0		
-------	-----	-------	--	--

A ação política é aquela que recebe menor valorização: só 26,8% a consideram como bastante importante, enquanto 36,6% a consideram pouco importante e 26,8% não lhe atribuem qualquer importância.

As pessoas com maiores habilitações académicas são as que menos valorizam a importância da ação política da igreja (bastante importante): 12º ano – 7,1% e curso superior – 17%; 4º ano – 43,3%, 6º ano – 50% e 9º ano 33,3%. A confirmar esta tendência, temos os encarregados de educação a serem os que menos valorizam a ação política na religião (bastante importante): encarregados de educação – 13,8% e utentes/clientes da terceira idade – 42,6%.

Os crentes praticantes e não praticantes apresentam valores muito próximos (bastante importante): 26,8% e 25,9%, respetivamente. Já entre os que participam na eucaristia dominical e os que não o fazem, encontramos alguma diferença, sendo os primeiros a valorizarem mais: 36,4% e 17,9% respetivamente.

A nível institucional, encontramos aqui os valores invertidos face à tendência nas dimensões anteriores: a NC é a que apresenta maior percentagem a considerar a política como bastante importante na religião e a CIR a que menos valor apresenta: NC – 37,5%; CP – 27,1%; CM – 20,8% e CIR – 18,8%.

Em conclusão, por ordem de importância, verificamos que se situam deste modo, por ordem decrescente, as diversas dimensões indicadas:

Tabela nº 62 – *Utentes/clientes * Hierarquia valorativa das dimensões religiosas*

Ação social	83,6%
-------------	-------

Oração	82,9%
Catequese	74,6%
Liturgia	67%
Meditação da bíblia	54,3%
Ação política	26,8%

A ação social encontra-se como a dimensão mais valorizada; segue-se de perto a oração; depois surgem a catequese, a liturgia e a meditação da bíblia; por fim, a ação política.

Síntese

Como resumo, colocando por ordem decrescente os itens analisados, ficamos com a seguinte hierarquia (colocamos os valores das percentagens da opção «bastante importante»):

Tabela nº 63 – *Colaboradores e utentes/clientes * Hierarquia valorativa das dimensões religiosas*

Colaboradores	Utentes/clientes
Oração – 81,1%	Ação social – 83,6%
Ação social – 78,4%	Oração – 82,9%
Catequese – 71,6%	Catequese – 74,6%
Liturgia – 65,6%	Liturgia – 67%
Meditação da bíblia – 56,5%	Meditação da bíblia – 54,3%
Ação política – 14,6%	Ação política – 26,8%

- A grande diferença situa-se nas duas dimensões mais importantes: os que são servidos pelas instituições consideram a ação social como sendo a dimensão mais importante, seguindo-se a oração; os que servem as instituições têm uma interpretação diferente, invertendo-se a ordem.

2- Importância da ação social desenvolvida pela igreja

Após a análise abrangente das diversas dimensões que uma religião pode conter, verificando-se a grande importância atribuída à dimensão social, queremos agora perceber a relevância que é concedida à ação social desenvolvida pela igreja.

2.1- Colaboradores

Tabela nº 64 – *Colaboradores * Importância da ação social da igreja*

Qual a importância da ação social desenvolvida pela igreja?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	48	46,2	46,2	46,2
	Alguma	36	34,6	34,6	80,8
	Pouca	7	6,7	6,7	87,5
	Nenhuma	5	4,8	4,8	92,3
	NS/NR	8	7,7	7,7	100,0
	Total	104	100,0	100,0	

A ação social desenvolvida pela igreja é considerada como importante por 80,8% dos inquiridos, dos quais 46,2% a consideram muito importante e 34,6% com alguma importância. Possivelmente, atendendo aos 78,4% que disseram ser bastante importante a ação social da religião, podia esperar-se aqui uma maior percentagem a avaliar como muito importante a ação social da igreja. Será que existe uma diferença de opinião quando se pensa na generalidade e quando se olha para a realidade do trabalho desenvolvido?

Sabendo já que são as pessoas com curso superior as que mais consideram a ação social de igreja como muito importante, verifica-se um grande equilíbrio entre as diversas funções, sobressaindo os membros das direções que maioritariamente dizem ter muita importância (65%) e as auxiliares como sendo as que menos o fazem (38,5%).

O facto de se considerarem praticantes ou não e de frequentar ou não a eucaristia dominical conduz a respostas diferentes, já que são os que se consideram praticantes e os que vão à eucaristia dominical que escolhem maioritariamente a opção de ser muito importante: praticantes – 58,2%; eucaristia dominical – 68,8%; não praticantes – 30,8%; não eucaristia dominical – 32,5%.

A origem institucional apresenta claramente respostas distintas nos que consideram a ação social como muito importante, na continuidade dos dados anteriores: CIR – 56,7%; CP – 56,7%; CM – 40,7%; NC – 24%.

Em resumo, os grupos que mais salientam a importância da ação social desenvolvida pela igreja são os que trabalham na CIR e na CP, as pessoas com curso superior, as direções, os que se consideram praticantes e os que frequentam a eucaristia dominical.

2.2- Utentes/clientes

Tabela nº 65 – Utentes/clientes * Importância da ação social da igreja

Qual a importância da ação social desenvolvida pela igreja?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	90	73,2	75,6	75,6
	Alguma	16	13,0	13,4	89,1
	Pouca	6	4,9	5,0	94,1
	Nenhuma	1	,8	,8	95,0
	NS/NR	6	4,9	5,0	100,0
	Total	119	96,7	100,0	
Missing	System	4	3,3		
Total		123	100,0		

As pessoas que são servidas pelas instituições, na grande maioria consideram a ação social desenvolvida pela igreja como sendo importante: são 89% que assim o afirmam (75,6% dizem ser muito importante e 13,4% afirmam ter alguma importância); unicamente 5,8% considera que a importância é pouca ou nenhuma.

Existe uma pequena diferença entre os encarregados de educação e os utentes/clientes da terceira idade, com a atribuição de maior importância (muita) a ser concedida pelos segundos: utentes/clientes da terceira idade – 77,1%; encarregados de educação – 72,1%.

Encontramos valores diferentes entre os que se consideram praticantes e os que não se consideram, entre os que dizem participar na eucaristia dominical e os que não: os que se consideram praticantes dão maior importância à ação social desenvolvida pela igreja que os não praticantes, mas os que não participam na eucaristia dominical valorizam mais do que os que participam: praticantes – 77,6% e não praticantes – 74,1%; eucaristia dominical – 72,9% e não eucaristia dominical – 77,2%. Não são valores muito diferenciados, mas esta grande percentagem dos que não frequentam a eucaristia dominical poderá manifestar a valorização que fazem da crença enquanto intervenção social em detrimento do culto, sendo este elemento um dado concordante com os anteriores.

São as pessoas ligadas à CP que maior importância (muita importância) atribuem à ação social da igreja e as ligadas à NC as que menor importância concedem: CP – 85,7%; CIR – 82,4%; CM – 67,9%; NC – 60%).

Em síntese, as pessoas servidas pelas instituições apresentam uma valorização da ação social da igreja superior aos colaboradores, sobretudo na percentagem dos que a consideram como muito importante (75,6% contra 46,2%). Destaca-se o grande valor que surge nos crentes que não frequentam a eucaristia dominical e nos membros da CP.

3- Reconhecimento da eclesialidade da instituição

Pretendemos aqui aferir se as pessoas reconhecem ou não a instituição onde se encontram como sendo ou não de igreja (canónica). Ao realizarmos o estudo, sabemos quem são as pessoas que trabalham numa instituição canónica e aquelas que não, mas pretendemos perceber a perceção que as pessoas têm desta realidade.

3.1- Colaboradores

Observemos as tabelas que permitem aferir a realidade da pertença institucional e a perceção dessa mesma pertença.

Tabela nº 66 – Colaboradores * Origem institucional

Origem institucional					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	CP – Canónica Paroquial	30	28,8	28,8	28,8
	CIR – Canónica de Instituto Religioso	22	21,2	21,2	50,0
	CM – Canónica Misericórdia	27	26,0	26,0	76,0
	NC – Não Canónica	25	24,0	24,0	100,0
	Total	104	100,0	100,0	

Tabela nº 67 – Colaboradores * Origem institucional - opinião

Opinião - A instituição onde trabalha é de igreja (Instituição Canónica)?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	62	59,6	61,4	61,4
	Não	33	31,7	32,6	94,1
	Não Sei	4	3,8	4,0	98,0
	Não Respondo	2	1,9	2,0	100,0
	Total	101	97,1	100,0	
Missing	System	3	2,9		
Total		104	100,0		

Tabela nº 68 – *Pertença institucional dos colaboradores – Comparação entre a opinião e a realidade*

	Opinião		Realidade	
	Canónica	Não canónica	Canónica	Não canónica
Colaboradores	61,4%	32,6%	76%	24%

É interessante comparar os dados entre a realidade da pertença institucional e a opinião que as pessoas têm sobre a identidade da instituição em que trabalham, verificando que os dados não são coincidentes. Dos inquiridos temos 79 inquéritos que pertencem a instituições canónicas, correspondendo a 76% do total (CP – 28,8%; CIR – 21,2%; CM – 26%); 24% são referentes aos inquiridos da instituição não canónica. Perante os dados, relembramos que existe equidade entre as diversas instituições na sua representatividade, sendo a CIR a que tem menor população a ela ligada (colaboradores e utentes/clientes), traduzindo-se numa percentagem maior. Analisando a opinião das pessoas acerca da identidade da instituição onde se encontram, verificamos que só 61,4% considera que trabalha numa instituição canónica, quando a realidade manifesta que são 76%; 32,6% considera trabalhar numa instituição não canónica, sendo na realidade apenas 24%. Ainda encontramos 6% que NS/NR.

Os dados manifestam como há pessoas que têm opinião errada acerca da identidade da instituição que servem. Pelas opiniões recolhidas também notamos que 57,1% da população masculina considera estar ligada a uma instituição não canónica – trata-se de um dado não concordante com a realidade, já que são 64,3%; seria de esperar que estas pessoas estariam em melhor condição para saber a identidade da instituição, se canónica ou não, já que são exclusivamente pessoas ligadas às direções; este elemento será de destacar, já que existem pessoas ligadas às instituições canónicas nas direções que consideram estar a servir

instituições não canónicas. A nível da população feminina temos 63,5% a afirmar que trabalha numa instituição canónica, quando na realidade são 77,3%.

Há uma clara tendência em todos os «segmentos» para se considerarem que estão numa instituição não canónica, quando essa não é a realidade; também os dados revelam que algumas pessoas da não canónica consideram estar numa instituição canónica. A justificar a primeira situação, poderá estar a frágil identidade formal cristã assumida em diversos serviços da instituição, nomeadamente na infância; na segunda situação poderá justificar-se pela não diferenciação entre uma IPSS canónica e uma não canónica, onde o olhar da pessoa comum iguala umas às outras.

3.2- Utentes/clientes

Efetuamos agora a mesma análise para os utentes/clientes: analisemos a coincidência ou discrepância entre a opinião e a realidade.

Tabela nº 69 – *Utentes/clientes * Origem institucional*

Origem institucional					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	CP – Canónica Paroquial	50	40,7	41,0	41,0
	CIR – Canónica de Instituto Religioso	17	13,8	13,9	54,9
	CM – Canónica Misericórdia	30	24,4	24,6	79,5
	NC – Não Canónica	25	20,3	20,5	100,0
	Total	122	99,2	100,0	
Missing	System	1	,8		
Total		123	100,0		

Tabela nº 70 – *Utentes/clientes * Origem institucional – opinião*

Opinião - A instituição onde trabalha é de igreja (Instituição Canónica)?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	86	69,9	70,5	70,5
	Não	28	22,8	23,0	93,4

	Não Sei	6	4,9	4,9	98,4
	Não Respondo	2	1,6	1,6	100,0
	Total	122	99,2	100,0	
Missing	System	1	,8		
Total		123	100,0		

Tabela nº 71 – *Pertença institucional dos utentes/clientes – Comparação entre a opinião e a realidade*

	Opinião		Realidade	
	Canónica	Não canónica	Canónica	Não canónica
Encarregados de educação	65,6%	23,4%	82,8%	17,2%
Utentes/clientes da terceira idade	81,3%	16,7%	79,2%	20,8%

São 70,5% dos inquiridos que reconhecem estar numa instituição canónica e 23% numa não canónica. Os dados confirmam que existem pessoas a pensar que estão numa instituição não canónica quando estão numa canónica: embora 70,5% considerassem estar numa instituição canónica, na realidade estão 79,5% (CP – 41%, CIR – 13,9%, CM – 24,6%); quando 23% afirmam estar numa não canónica, na realidade são 20,5%.

A diferença, comparando os dois grupos mais representados, é bem maior nos encarregados de educação das crianças do que nos utentes/clientes da terceira idade, sendo que nos encarregados de educação a tendência é para algumas pessoas considerarem estar numa instituição não canónica, quando estão numa canónica e nos idosos o desfasamento é inverso, existindo uma pequena percentagem que, estando numa instituição não canónica, considera estar numa canónica, como se pode ver na tabela nº 70.

É de notar que os utentes/clientes têm uma percepção mais aproximada da realidade do que os colaboradores, sendo nestes a diferença próxima dos 15% e nos primeiros inferior a 10%. A nossa expectativa seria contrária, já que suponha-se que os colaboradores estariam mais esclarecidos acerca da identidade da instituição onde trabalham e que os utentes/clientes

possivelmente não estariam tão informados dessa realidade. Os dados vêm comprovar o contrário, sobretudo na grande diferenciação entre a opinião e a realidade a nível dos colaboradores. Como razões poderemos apontar a não afirmação da identidade da instituição no recrutamento dos colaboradores ou a pouca afirmação da mesma nas atividades da mesma.

4- Trabalho social como modo de viver a fé

Após a análise do lugar que a dimensão social ocupa no seio de uma religião, sabida a matriz da pertença institucional, pretendemos, perante as pessoas que responderam não trabalhar numa instituição social de igreja, perceber se mesmo assim consideram o trabalho social como um modo de viver a fé.

4.1- Colaboradores

Tabela nº 72 – *Colaboradores * Trabalho social como modo de viver a fé*

Se respondeu não, sente que mesmo não sendo uma instituição de igreja, o trabalho social é um modo de viver a fé?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	30	28,8	71,4	71,4
	Não	5	4,8	11,9	83,3
	NS/NR	7	6,7	16,7	100,0
	Total	42	40,4	100,0	
Missing	System	62	59,6		
Total		104	100,0		

Os colaboradores que responderam não trabalhar numa instituição de igreja, maioritariamente (71,4%) consideram o trabalho social como um modo de viver a fé. Quanto ao vínculo institucional, os membros das direções e responsáveis técnicos (excluindo as respostas NS/NR) são unânimes em afirmar que o trabalho social é um modo de viver a fé; as auxiliares e educadoras dividem-se entre o sim (63,2% / 66,7%) e o não (21,1% / 16,7%).

Diante das vivências religiosas, percebemos que existe uma tendência para as pessoas que se consideram crentes e as que frequentam a eucaristia dominical considerarem mais o trabalho social como um modo de viver a fé (80,8% / 86,7%), do que os crentes não praticantes e não frequentadores da eucaristia dominical (69,2% / 63,2%).

Na divisão institucional, destacamos a CM e NC, já que é na CM que encontramos a maior percentagem de pessoas a dizer não (21,4%), quando na NC só encontramos 5% com a mesma opinião, sabendo nós que a primeira é canónica e a segunda não. Este elemento pode justificar-se pelo número relativamente alto de pessoas sem a percepção eclesial da CM.

4.2- Utentes/clientes

Tabela nº 73 – *Utentes/clientes * Trabalho social como modo de viver a fé*

Se respondeu não, sente que mesmo não sendo uma instituição de igreja, o trabalho social é um modo de viver a fé?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	23	18,7	71,9	71,9
	Não	4	3,3	12,5	84,4
	NS/NR	5	4,1	15,6	100,0
	Total	32	26,0	100,0	
Missing	System	91	74,0		
Total		123	100,0		

As opiniões apresentadas pelos utentes/clientes que se consideram não estar numa instituição de igreja não são muito diferentes das dos colaboradores: 71,9% (71,4% - colaboradores) considera que o trabalho social é um modo de viver a fé e 12,5% (11,9% - colaboradores) considera não. A nível das vivências religiosas, as tendências dos colaboradores mantêm-se.

Destaca-se o facto de serem as pessoas da terceira idade as que mais consideram a ação social como sendo um modo de viver a fé (88,9%), em comparação com os pais das crianças (65%).

A concluir, é relevante assinalar que em ambos os grupos encontramos uma maioria clara de pessoas a afirmarem que a ação social é um modo de viver a fé.

5- Prática eclesial na instituição

Perante as pessoas que consideram estar numa instituição de igreja, quisemos saber se sentem a mesma como tal.

5.1- Colaboradores

Tabela nº 74 – *Colaboradores * Eclesialidade da instituição*

Se respondeu sim, na questão 19, sente a instituição como sendo uma instituição de igreja?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	56	53,8	74,7	74,7
	Não	15	14,4	20,0	94,7
	NS/NR	4	3,8	5,3	100,0
	Total	75	72,1	100,0	
Missing	System	29	27,9		
Total		104	100,0		

A grande maioria das pessoas considera que a instituição onde colabora e trabalha é sentida como uma instituição de igreja: 74,7% considera que sim e 20% que não. O vínculo institucional manifesta uma tendência clara: são os membros das direções que em maior percentagem afirmam sentir a instituição como instituição de igreja e as educadoras as que menos o afirmam: direções – 92,9%; auxiliares – 78,9%; responsáveis técnicas – 71,4%; educadoras – 46,7%.

Quanto à crença dos inquiridos, notamos que as pessoas que se afirmam crentes praticantes e frequentadores da eucaristia dominical, são as que mais dizem sentir como sendo de igreja a instituição onde estão. Nos que se consideram não praticantes, temos 28,6% a

afirmar que não sentem ser de igreja, enquanto entre os que se consideram praticantes encontramos 15,4% com a mesma opinião; entre os que não frequentam a eucaristia dominical encontramos 42,9% a afirmarem que não se sente a eclesialidade da instituição canónica, mas entre os que frequentam a eucaristia dominical só encontramos 2,7%.

Objetivamente, a NC não deveria apresentar aqui qualquer valor, mas entre as respostas encontramos 33,3% a afirmar que, pensando ser uma instituição canónica, não sentem ser de igreja. Apesar de falarmos sempre de minorias, dentro das canónicas, a CP é a instituição onde as pessoas mais afirmam que não se sente ser de igreja (26,7%), segue-se a CM com 17,6% e, por último, a CIR com 5,3%. São valores significativos, já que poderão resultar da menor perceção da matriz cristã na instituição paroquial do que na de instituto religioso.

5.2- Utentes/clientes

Tabela nº 75 – Utentes/clientes * *Eclesialidade da instituição*

Se respondeu sim, na questão 19, sente a instituição como sendo uma instituição de igreja?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	67	54,5	73,6	73,6
	Não	19	15,4	20,9	94,5
	NS/NR	5	4,1	5,5	100,0
	Total	91	74,0	100,0	
Missing	System	32	26,0		
Total		123	100,0		

Refletindo sobre as percentagens das opiniões dos utentes/clientes que pensam estar numa instituição canónica, acerca da mesma perceção, verificamos que não se distancia dos colaboradores: 73,6% dos utentes/clientes afirma sentirem que a instituição canónica (onde estão) é sentida como sendo de igreja e 20,9% que não; nos colaboradores tínhamos a percentagem de 74,7% e 20%, respetivamente.

A população masculina apresenta uma maior percentagem que afirma sentir a instituição em que se encontra como sendo de igreja: masculino – 84,2% e feminino – 70%. Focalizando a atenção nos dois grupos mais representados, vemos que os mais novos sentem menos que a instituição seja de igreja do que os mais idosos: 31 aos 40 anos – 61,5%; 71 anos e mais – 96,2%. Estes dados confirmam-se, já que são os utentes/clientes da terceira idade aqueles que mais dizem sentir a instituição como sendo de igreja (94,6%) face aos encarregados de educação (56,3%).

Na mesma proporção da idade, são as pessoas com maior escolaridade que menos dizem sentir a instituição como sendo de igreja: 4º ano e 6º ano – 100%; 9º ano – 66,7; 12º ano – 64,3%; curso superior: 55,6%).

As pessoas que se consideram crentes praticantes e as que vão à eucaristia dominical, em comparação com as restantes, dizem sentir mais a instituição como sendo de igreja: crentes praticantes – 78%; não praticantes – 57,9%; eucaristia dominical – 88,2%; não eucaristia dominical – 63%).

É na CIR que mais as pessoas a consideram como sendo uma instituição de igreja; segue-se a CM e em último a CP: CIR – 93,3%; CM – 73,7%; NC – 70%; CP – 68,1%. Estes dados devem ser salientados, já que a NC não é de igreja, mas dentro das pessoas que lá consideram ser de igreja (10 pessoas), temos uma percentagem superior à da CP.

Os resultados manifestam que a maioria reconhece a instituição onde se encontram como uma instituição de igreja, mas também existem os que negam essa realidade em número significativo.

6- Trabalho social como ação em igreja

Tabela nº 76 – *Colaboradores * Trabalho social como ação em igreja*

Quando desempenha este trabalho, sente que está a desenvolver uma ação em igreja?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	46	44,2	53,5	53,5
	Não	29	27,9	33,7	87,2
	NS/NR	11	10,6	12,8	100,0
	Total	86	82,7	100,0	
Missing	System	18	17,3		
Total		104	100,0		

Perguntamos aos colaboradores se pessoalmente sentem que exercem um trabalho em igreja quando desempenham esta missão/tarefa social. A maioria (53,5%) afirma que sente estar a fazer um trabalho em igreja enquanto desempenha as suas tarefas numa instituição social, mas 33,7% diz que não.

A idade manifesta influenciar a opinião das pessoas, já que as pessoas mais novas são aquelas que manifestam maioritariamente não sentir que neste trabalho estejam a realizar uma ação em igreja, começando com 55,6% com esta opinião nas pessoas com menos de 31 anos, diminuindo em percentagem à medida que a idade avança, até desaparecer no último escalão etário (pessoas com 71 e mais anos).

As auxiliares e as educadoras são aquelas que apresentam uma percentagem menor no sim, estando os membros das direções no oposto: educadoras – 37,5%; auxiliares – 42,9%; responsáveis técnicas – 70%; direções – 88,2%. Pode concluir-se que estes dados resultarão dos funcionários estarem essencialmente nestes serviços por necessidade de trabalho e os membros das direções estarem sobretudo por opção de compromisso evangélico.

As vivências das crenças das pessoas condicionam a opinião das mesmas sobre a pergunta formulada: nos que se consideram praticantes temos 63,3% e nos que frequentam a eucaristia dominical 75% a dizerem que sentem estar a realizar um trabalho em igreja, ao passo que nos que não se consideram praticantes só temos 31,3% e 35,5% nos que não frequentam a eucaristia dominical.

Diferente pertença institucional conduz a opiniões divergentes: na CP é onde a percentagem dos que consideram estar a desenvolver um trabalho em igreja é inferior, e na CIR esse valor é superior: CIR – 66,7%; NC – 57,1%; CM – 54,5%; CP – 41,4%. A alta percentagem nas pessoas da NC poderá resultar da matriz cristã das pessoas que lá trabalham; inversamente, o menor valor na CP poderá derivar de uma menor ligação às vivências religiosas por parte das pessoas.

7- Ação social como realização da fé

Este tópico já está, em certa medida, analisado nos pontos anteriores, mas surge aqui através de uma nova questão, já que se trata de uma pergunta colocada posteriormente no inquérito, pretendendo deste modo aferir se as respostas se mantêm.

7.1- Colaboradores

Tabela nº 77 – *Colaboradores * Trabalho social como realização da fé*

A ação social, por si, já é realização da fé?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	69	66,3	68,3	68,3
	Não	12	11,5	11,9	80,2
	Não Sei	10	9,6	9,9	90,1
	Não respondo	10	9,6	9,9	100,0
	Total	101	97,1	100,0	
Missing	System	3	2,9		
Total		104	100,0		

Tendo presente a perspetiva teórica do trabalho segundo a qual a ação social é um modo de operacionalizar a fé, perguntámos às pessoas se sentem que a ação social é em si mesma uma realização da fé. Uma larga maioria (68,3%) afirma que sim, sendo que perto de 20% NS/NR e 11,9% diz que não.

Em função dos cargos exercidos na instituição, percebemos que maioritariamente todos consideram a ação social como uma realização da fé, mas com uma diferenciação clara: em todos os funcionários temos percentagens entre os 60% e os 70%, quando nos membros das direções temos 90%. Confirma-se a tendência para serem os membros das direções que mais afirmam a vertente «religiosa» da ação social.

É nos inquiridos que frequentam a eucaristia dominical e nos que se consideram crentes praticantes que temos a maior percentagem a afirmar a ação social como realização da fé.

A origem institucional das pessoas inqueridas deixa ver os seguintes dados: contra o que se poderia esperar, é na CM e NC que temos a maior percentagem no sim (próximo dos 76%) e na CP que temos a percentagem menor (55,2%); ficando claro que não é a vertente formal cristã da identidade da instituição a condicionar a opinião.

7.2- Utentes/clientes

Tabela nº 78 – Utentes/clientes * Trabalho social como realização da fé

A ação social, por si, já é realização da fé?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	91	74,0	75,2	75,2
	Não	12	9,8	9,9	85,1
	NS/NR	18	14,6	14,9	100,0
	Total	121	98,4	100,0	
Missing	System	2	1,6		
Total		123	100,0		

Os utentes/clientes das instituições são de opinião, em larga maioria (75,2%), que a ação social, em si mesma, já é realização da fé; 14,8% NS/NR e 9,9% afirma que não. Em comparação com os colaboradores, notamos que existem menos “indecisos” (NS/NR), já que

aqui diminui a percentagem em cerca de 5%, aumentando em cerca de 5% no sim dos utentes/clientes face aos colaboradores.

Observando a comparação entre os encarregados de educação da infância – (pessoas mais novas e com mais escolarização) e os utentes/clientes da terceira idade (pessoas mais idosas e com menor escolarização), verificamos que os segundos são os que mais afirmam a ação social como realização da fé: utentes/clientes da terceira idade – 81,3% e encarregados de educação – 71,4%.

Os que não são crentes praticantes e os que não frequentam a eucaristia dominical consideram mais a ação social como realização da fé do que os outros, confirmando os dados anteriores.

Repartindo os inquiridos pelas instituições às quais estão ligadas, é na NC que temos o valor mais alto no sim (80%), seguindo-se a CP (77,6%), depois a CIR (76,5%) e em último a CM (66,7%). Como acontece nos colaboradores, nota-se que a matriz cristã da instituição não marca a positividade da resposta nesta questão.

Síntese

*Tabela nº 79 – Colaboradores e utentes/clientes * Comparação acerca da relação entre a ação social e a fé*

A ação social desenvolvida pela igreja /Importância	Colaboradores	80,8% – Importância (Muita – 46,2% + alguma – 34,6%)	
	Utentes/clientes	89,1% – Importância (Muita – 75,6% + alguma – 13,4%)	
Reconhecimento da eclesialidade da instituição	Colaboradores	Sim – 61,4%	Não – 32,7%
	Utentes/clientes	Sim – 70,5%	Não – 23%
Trabalho social como modo de viver a fé	Colaboradores	Sim – 71,4%	Não – 11,9%
	Utentes/clientes	Sim – 71,9%	Não – 12,5%
Prática eclesial da instituição	Colaboradores	Sim – 74,7%	Não – 20%
	Utentes/clientes	Sim – 73,6%	Não – 20,9%

Trabalho que se exerce, sentido como ação de igreja	Colaboradores	Sim – 53,5%	Não – 33,7%
Ação social como realização da fé	Colaboradores	Sim – 68,3%	Não – 11,9%
	Utentes/clientes	Sim – 75,2%	Não – 9,9%

- A ação social desenvolvida pela igreja – Os utentes/clientes atribuem maior importância à ação social desenvolvida pela igreja que os colaboradores, sendo por isso mais valorizada pelos que são servidos do que pelos que têm lá o seu posto de trabalho.
- Reconhecimento da eclesialidade da instituição – Constatamos que os utentes/clientes têm uma perceção mais próxima da realidade do que os colaboradores, quanto à matriz cristã da instituição que frequentam.
- Trabalho social como modo de viver a fé – Os inquiridos que afirmam não estar numa instituição não canónica consideram maioritariamente a ação social como modo de viver a fé.
- Prática eclesial da instituição – A grande maioria dos inquiridos que afirma estar numa instituição canónica reconhece que a mesma manifesta essa realidade nas ações que desenvolve.

- Trabalho que se exerce, sentido como ação de igreja – os colaboradores afirmam maioritariamente que sentem desempenhar uma ação de igreja na medida que desempenham estas funções, embora não se trate de uma opinião muito generalizada.

- Ação social como realização da fé – maioritariamente as pessoas consideram que a ação social é uma realização da fé, mas os utentes/clientes manifestam-no mais que os colaboradores.

Como conclusão percebemos que a ação social não só é relevante para uma religião e para a vivência da fé, mas como ela própria é já um modo de se exercer a crença que se professa. Em suma, não existe religião (nomeadamente a cristã – situamo-nos em ambiente cristão) sem ação social e a ação social (para todos, crentes praticantes e não praticantes) é já um modo de se dar vida à fé que se professa.

A ação social, deste modo, é claramente assumida como uma concretização da fé, independentemente das restantes dimensões que compõem uma religião, como a liturgia e a catequese.

As conclusões confirmam a reflexão realizada sobre esta temática, nomeadamente com a DSI. Como afirma Bento XVI: «a caridade não é uma espécie de atividade de assistência social que se poderia mesmo deixar a outros, mas pertence à sua natureza [à igreja cristã], é expressão irrenunciável da sua própria essência»⁴⁹². E, como refere J. Milbank⁴⁹³ na análise que fizemos, a religião não é mero produto da sociedade, mera função para justificar algo, ela própria é fazedora da sociedade e produtora da ação social.

⁴⁹² *Deus Caritas Est*, 25.

⁴⁹³ Cf. J. MILBANK, *Teologia e Teoria Social – Para além da razão secular*.

C – Ação social de igreja (IPSS's canónicas) – Que importância?

Com esta alínea pretendemos medir a importância atribuída às instituições que em concreto desempenham a ação social de igreja no seio da sociedade, nomeadamente às IPSS's canónicas. Colocamos questões, num primeiro momento, que procuraram perceber as diferenças valorativas em relação à importância que é percebida pelos inquiridos em relação as estas instituições por parte da igreja, da sociedade e do estado, para posteriormente analisarmos as opiniões sobre as possíveis diferenças que são apontadas em relação às instituições sociais de igreja e às não confessionais. Terminamos procurando perceber o «peso» que tem na escolha da instituição onde trabalhar ou onde procurar um determinado serviço, o facto de se tratar ou não de uma instituição de igreja.

1- Reconhecimento da ação social de igreja

A existência da ação social desenvolvida por instituições de igreja é um dado adquirido, o qual não pode ser contestado; contudo, ambicionamos perceber a importância que as pessoas atribuem a estas instituições para a igreja, para o estado e para a sociedade em geral.

1.1- Importância das instituições sociais de igreja para a igreja

1.1.1- Colaboradores

Tabela nº 80 – *Colaboradores * Importância das instituições sociais de igreja para a igreja*

Qual a importância das instituições sociais de igreja para a igreja?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	51	49,0	49,0	49,0
	Alguma	29	27,9	27,9	76,9
	Pouca	2	1,9	1,9	78,8
	Nenhuma	2	1,9	1,9	80,8
	NS/NR	20	19,2	19,2	100,0
	Total	104	100,0	100,0	

Nos colaboradores, temos 49% que consideram ser de muita importância para a própria igreja a existência destas instituições, enquanto 27,9% afirmam ter apenas alguma importância. Não deixa de ser significativa a grande percentagem de respostas na opção NS/NR (19,2%). As opiniões que se situam na pouca importância ou alguma são quase nulas (1,9% para cada).

É entre as auxiliares que encontramos a opinião menos valorativa da importância das instituições sociais da igreja para a própria igreja e nas direções que encontramos a maior valorização (muita importância): auxiliares – 36,5%; responsáveis – 45,5%; educadoras – 50%; direção – 80%.

As vivências religiosas são fator condicionante da opinião das pessoas: entre os que não se consideram praticantes, temos 30,8% que consideram muito importante para a igreja a existência de instituições sociais de igreja e 32,5% entre os que afirmam não ir à eucaristia dominical; pelo contrário, entre os que se consideram praticantes temos 62,7% com essa opinião e 68,8% entre os que frequentam a eucaristia dominical.

Dividindo as pessoas pela origem institucional, verificamos que a CP e a CIR são as que têm a maior percentagem na opção de muito importante e a NC a que tem menor percentagem : CP – 56,7%, CIR – 54,5%, CM – 48,1% e NC – 36%.

1.1.2- Utentes/clientes

Tabela nº 81 – *Utentes/clientes * Importância das instituições sociais de igreja para a igreja*

Qual a importância das instituições sociais de igreja para a igreja?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	78	63,4	65,5	65,5
	Alguma	24	19,5	20,2	85,7
	Pouca	5	4,1	4,2	89,9
	NS/NR	12	9,8	10,1	100,0
	Total	119	96,7	100,0	
Missing	System	4	3,3		
Total		123	100,0		

Os utentes/clientes das instituições consideram maioritariamente (65,5%) que é muito importante para a igreja terem instituições sociais de igreja (percentagem superior à dos colaboradores – 49%); 20,2% atribui alguma importância e 10,1% NS/NR.

Existe uma diferença de cerca de 10% entre os utentes/clientes da terceira idade e os encarregados de educação – diferença esta que se reflete na distinção etária, com os segundos a terem idade maioritariamente igual e inferior aos 50 anos e os primeiros a terem essencialmente 71 e mais anos –, sendo nos utentes/clientes da terceira idade onde existe uma percentagem maior a considerar como sendo muito importante as instituições sociais para a igreja: utentes/clientes da terceira idade – 70,8% e encarregados de educação – 60,7%.

As pessoas que se consideram crentes praticantes e os que participam na eucaristia dominical apresentam maior percentagem a considerar como muito importante as instituições sociais para a igreja do que os outros: crentes praticantes – 72,4%; não praticantes – 59,3%; eucaristia dominical – 75%; não eucaristia dominical – 63,2%.

A nível institucional encontramos uma grande diferença: os inquiridos da CIR são os que mais consideram como sendo muito importante as instituições sociais para a igreja e os da NC os que menos o consideram: CIR – 88,2%; CM – 71,4%; CP – 65,3%; NC – 44%. A

pertença a uma instituição de matriz cristã potencia a valorização destas instituições para a igreja.

1.2- Importância das instituições sociais de igreja para a sociedade

1.2.1- Colaboradores

Tabela nº 82 – *Colaboradores * Importância das instituições sociais de igreja para a sociedade*

Qual a importância das instituições sociais de igreja para a sociedade?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	61	58,7	58,7	58,7
	Alguma	30	28,8	28,8	87,5
	Pouca	2	1,9	1,9	89,4
	Nenhuma	3	2,9	2,9	92,3
	NS/NR	8	7,7	7,7	100,0
	Total	104	100,0	100,0	

Olhamos agora para a importância que atribuem às instituições sociais de igreja para a sociedade. Temos 58,7% a considerar que é de muita importância para a sociedade, sendo esta percentagem maior do que a que considerava ser muito importante para a igreja (49%). Também verificamos que as pessoas não estão tão indecisas quanto a esta importância, existindo 7,7 que NS/NR, contra os 19,2% na anterior questão.

Distribuindo as pessoas pelas funções que exercem nas instituições, verificamos que nos elementos das direções existe uma percentagem significativamente superior nesta valorização, registando-se entre as restantes pessoas os valores bastante aproximados: direção – 75%; auxiliares – 55,8%, responsáveis – 54,5%; educadoras – 50%.

As pessoas que frequentam a eucaristia dominical são as que maior importância atribuem a estas instituições para a sociedade (muita importância – 81,3%); as que se

consideram praticantes também manifestam maioritariamente a opinião de que são muito importantes para a sociedade (71,6%); os que não se consideram praticantes e os que afirmam não irem à eucaristia dominical encontram-se numa percentagem bem inferior: não praticantes – 38,5% e não frequentadores da eucaristia dominical – 40%.

Em função das instituições para quem as pessoas trabalham, as respostas variam bastante: na CIR (72,7%) e na CP (70%) uma larga percentagem considera muito importante; um pouco acima dos 50% está a CM (51,9%) e a NC situa-se nos 40%.

1.2.2- Utentes/clientes

Tabela nº 83 – *Utentes/clientes * Importância das instituições sociais de igreja para a sociedade*

Qual a importância das instituições sociais de igreja para a sociedade?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	84	68,3	70,6	70,6
	Alguma	25	20,3	21,0	91,6
	Pouca	5	4,1	4,2	95,8
	NS/NR	5	4,1	4,2	100,0
	Total	119	96,7	100,0	
Missing	System	4	3,3		
Total		123	100,0		

Os utentes/clientes das instituições pensam maioritariamente (70,6%) que é muito importante para a sociedade terem instituições sociais de igreja, sendo uma maioria superior à importância que atribuíam a estas instituições para a própria igreja (65,5%); igualmente a percentagem é superior à dos colaboradores – 58,7%.

É clara uma diferença entre os utentes/clientes da terceira idade (pessoas mais idosas) e os encarregados de educação (pessoas com menor idade), sendo os primeiros aqueles que mais consideram ser muito importante a existência das instituições sociais de

igreja para a sociedade: utentes/clientes da terceira idade – 77,1% e encarregados de educação – 65,6%.

Os valores percentuais não diferem muito entre os que participam na eucaristia dominical e os que não participam: com opção de muita importância nos que participam na eucaristia dominical temos 72,9% e nos que não participam 73,9% (continua a confirmar-se a grande valorização, nos utentes/clientes, da dimensão social nos que não frequentam a eucaristia dominical); mas já temos uma diferença percentual maior entre os que se consideram crentes praticantes e os não praticantes: crentes praticantes – 76,3% e não praticantes – 66,7%.

São as pessoas ligadas à CIR e à CP que mais consideram como sendo muito importante para a sociedade a existência de instituições sociais de igreja, na NC é onde essa percentagem é inferior: CIR – 82,4%; CP – 81,6%; CM – 64,3%; NC – 48%.

1.3- Importância das instituições sociais de igreja para o estado

1.3.1- Colaboradores

Tabela nº 84 – *Colaboradores * Importância das instituições sociais de igreja para o estado*

Qual a importância das instituições sociais de igreja para o estado?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	36	34,6	34,6	34,6
	Alguma	26	25,0	25,0	59,6
	Pouca	17	16,3	16,3	76,0
	Nenhuma	5	4,8	4,8	80,8
	NS/NR	20	19,2	19,2	100,0
	Total	104	100,0	100,0	

Concentrando a análise sobre a importância que as pessoas reconhecem que as instituições sociais da igreja têm para o estado, os valores modificam-se em relação às duas

questões anteriores: se nas anteriores encontrávamos valores de 49% e 58,7% para aqueles que atribuíam muita importância, aqui temos só 34,6%; 25% são os que afirmam ter alguma importância, 16,3% pouca e 4,8% nenhuma. Novamente aparece um grande grupo de pessoas que NS/NR – 19,2%.

Existe uma grande diferença entre as diversas funções exercidas nas instituições. Aparece uma maioria clara nos elementos diretivos (60%) com a opinião de que é muito importante, enquanto nos funcionários temos valores inferiores a 30%: auxiliares – 28,8%; responsáveis técnicas – 27,3%; educadoras – 25%.

Encontramos uma grande diferença entre as pessoas que se consideram crentes praticantes e as que vão à eucaristia dominical, em comparação com as que não se consideram crentes praticantes e as que não vão à eucaristia dominical: são 46,3% dos que se consideram crentes praticantes e 54,2% dos que vão à eucaristia dominical que afirmam ser muito importante; só 11,5% dos crentes não praticantes e 17,5% e dos que não frequentam a eucaristia dominical têm essa opinião.

Colocando por ordem decrescente segundo a instituição de pertença as pessoas que atribuem muita importância às instituições sociais de igreja para o estado, ficamos com a seguinte hierarquia: CIR – 40,9%; CP – 36,7%; NC – 32%; CM – 29,6%. Os valores não são muito diferenciados.

1.3.2- Utentes/clientes

Tabela nº 85 – *Utentes/clientes * Importância das instituições sociais de igreja para o estado*

Qual a importância das instituições sociais de igreja para o estado?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	46	37,4	38,7	38,7
	Alguma	40	32,5	33,6	72,3
	Pouca	9	7,3	7,6	79,8
	Nenhuma	1	,8	,8	80,7

	NS/NR	23	18,7	19,3	100,0
	Total	119	96,7	100,0	
Missing	System	4	3,3		
Total		123	100,0		

As pessoas servidas pelas instituições dividem-se em dois grupos com grande representatividade: muita importância – 38,7% e alguma importância – 33,6%. Também se deteta um grande grupo na opção NS/NR – 19,3%. São números que findam com a maioria das duas questões anteriores: muito importante para a igreja – 65,5% e muito importante para a sociedade – 70,6%.

Entre as diversas variáveis, não existem valores diferentes que justifiquem ser realçados.

1.4- Importância atribuída pelo estado às instituições sociais em geral

1.4.1- Colaboradores

Tabela nº 86 – *Colaboradores * Importância atribuída pelo estado às instituições sociais em geral*

Qual a importância que é atribuída pelo estado às instituições sociais em geral?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	13	12,5	12,6	12,6
	Alguma	53	51,0	51,5	64,1
	Pouca	26	25,0	25,2	89,3
	Nenhuma	1	1,0	1,0	90,3
	NS/NR	10	9,6	9,7	100,0
	Total	103	99,0	100,0	
Missing	System	1	1,0		
Total		104	100,0		

Quando perguntamos sobre a importância que é atribuída pelo estado às instituições sociais em geral, verificamos que a maioria (51,5%) opta por atribuir alguma importância;

25,2% reconhece que o estado «dá» pouca importância a estes organismos e 12,6% que o estado admite muita importância nelas.

A única variável que se destaca como diferenciadora é a pertença à instituição. São sempre valores baixos nos que consideram ser atribuída muita importância, mas é na CP que esse valor é inferior: CP – 3,3%; CIR – 13,6%; NC – 16%; CM – 19,2%. A forte ligação histórica entre as misericórdias e o estado pode justificar os valores na CM.

1.4.2- Utentes/clientes

Tabela nº 87 – *Utentes/clientes * Importância atribuída pelo estado às instituições sociais em geral*

Qual a importância que é atribuída pelo estado às instituições sociais em geral?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	22	17,9	18,5	18,5
	Alguma	54	43,9	45,4	63,9
	Pouca	16	13,0	13,4	77,3
	Nenhuma	5	4,1	4,2	81,5
	NS/NR	22	17,9	18,5	100,0
	Total	119	96,7	100,0	
Missing	System	4	3,3		
Total		123	100,0		

Perante a mesma questão colocada aos utentes/clientes, observamos que 45,4% consideram ser atribuída pelo estado alguma importância; 18,5% muita importância e 13,4% pouca importância. Os utentes/clientes da terceira idade reconhecem um pouco mais que os encarregados de educação a muita importância atribuída pelo estado: utentes/clientes da terceira idade – 20,8% e encarregados de educação – 16,4%.

Existe uma diferença significativa entre os que se consideram crentes praticantes e os que afirmam participar na eucaristia dominical, em oposição aos que não se consideram praticantes e aos que não vão à eucaristia dominical, sendo que a diferença é mais acentuada

nos segundos que nos primeiros: são os praticantes e que participam na eucaristia dominical que mais reconhecem a imputação, por parte do estado, de muita importância às instituições sociais: crentes praticantes – 21,1%; não praticantes – 11,1%; eucaristia dominical – 27,1%; não eucaristia dominical – 10,5%.

São as pessoas da CIR que mais afirmam a muita importância atribuída pelo estado às instituições sociais: CIR – 23,5%; CM – 21,4%; CP – 18,4%; NC – 12%.

1.5- Importância atribuída pelo estado às instituições sociais de igreja

1.5.1- Colaboradores

Tabela nº 88 – *Colaboradores * Importância atribuída pelo estado às instituições sociais de igreja*

Qual a importância que é atribuída pelo estado às instituições sociais de igreja?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	11	10,6	10,8	10,8
	Alguma	49	47,1	48,0	58,8
	Pouca	22	21,2	21,6	80,4
	Nenhuma	1	1,0	1,0	81,4
	NS/NR	19	18,3	18,6	100,0
	Total	102	98,1	100,0	
Missing	System	2	1,9		
Total		104	100,0		

Quantificada e analisada a importância que é atribuída pelo estado às instituições sociais em geral, quisemos saber qual a opinião sobre a importância que é atribuída pelo estado às instituições sociais de igreja, para compararmos. Não existe grande diferença de opinião entre as duas questões, mas encontramos uma certa tendência, a da diminuição da valorização: a opção que recebe mais votos (alguma importância) tem 48%, quando na anterior tinha 51,5%; as opções de muita importância e pouca importância descem

igualmente, de 12,6% para 10,8% e de 25,2% para 18,6%, respetivamente. O valor que sobe é o da opção NS/NR, que aqui atinge o valor de 18,6% quando era de 9,7%.

Não existindo grandes variações, importa realçar três aspetos. É nos elementos das direções (5,3%) onde existe a menor percentagem das pessoas que seleciona a opção muita importância; opostamente, são as educadoras as que mais o fazem (15%). A justificar estes dados poderemos encontrar o facto de as pessoas das direções terem uma maior expectativa da ajuda do estado do que realmente acontece.

Dentro dos que se consideram praticantes e dos que não se consideram praticantes, encontramos uma tendência para os não praticantes afirmarem mais que é reconhecida muita importância pelo estado às instituições sociais de igreja face aos praticantes: não praticantes: muita – 20%, pouca – 8%; praticantes: muita – 9,1%, pouca – 25,8%. Poderá justificar estes números o facto de os crentes praticantes desejarem um maior reconhecimento por parte do estado.

A nível institucional, é na CP que temos a menor percentagem de pessoas a considerarem que seja reconhecida muita importância (3,3%) e na posição inversa a CM: CP – 3,3%; NC – 12%; CIR – 13,6%; CM – 16%. Por outro lado, é na CIR que temos a maior percentagem das pessoas a dizerem que o estado atribui pouca importância: CIR – 40,9%; CP – 23,3%; CM – 16%; NC – 12%. Poderão estes dados demonstrar que as instituições de igreja desejariam um maior reconhecimento do estado.

1.5.2- Utentes/clientes

Tabela nº 89 – *Utentes/clientes * Importância atribuída pelo estado às instituições sociais de igreja*

Qual a importância que é atribuída pelo estado às instituições sociais de igreja?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent

Valid	Muita	22	17,9	18,6	18,6
	Alguma	49	39,8	41,5	60,2
	Pouca	23	18,7	19,5	79,7
	Nenhuma	4	3,3	3,4	83,1
	NS/NR	20	16,3	16,9	100,0
	Total	118	95,9	100,0	
Missing	System	5	4,1		
Total		123	100,0		

Nos utentes/clientes, relativamente à importância que é atribuída pelo estado às instituições sociais em geral, os resultados foram os seguintes: 45,4% selecionaram a opção alguma; 18,5% muita; 13,4% pouca e 18,5% NS/NR. Relativamente às instituições sociais de igreja, os resultados não diferem muito dos das instituições sociais na generalidade: 41,5% selecionam a opção alguma importância; 18,6% muita importância; 19,5% pouca importância e 16,9% NS/NR.

Existe uma pequena diferença entre os encarregados de educação e os utentes/clientes da terceira idade, sendo estes os que apresentam maior valor percentual a reconhecer que o estado atribui muita importância às instituições sociais de igreja: encarregados de educação – 16,8% e utentes/clientes da terceira idade – 20,8%. Poderá ajudar nesta valorização dos encarregados de educação o apoio Estatal aos serviços da infância.

As pessoas ligadas à CIR são as que menos consideram que o estado atribua muita importância às instituições sociais de igreja, estando na CP e NC aqueles que em maior percentagem reconhecem que o estado as considera como muito importante: CP e NC – 20,8%; CM – 17,2%; CIR – 11,8%.

Síntese

Observemos a tabela seguinte, que congrega a informação das diversas questões analisadas.

Tabela nº 90 – *Colaboradores e utentes/clientes * Importância das instituições sociais de igreja*

Questão	Opção de muito importante	
	Colaboradores	Utentes/clientes
Importância das instituições sociais de igreja para a igreja	49%	65,5%
Importância das instituições sociais de igreja para a sociedade	58,7%	70,6%
Importância das instituições sociais de igreja para o estado	34,6%	38,7%
Importância atribuída pelo estado às instituições sociais em geral	12,6%	17,9%
Importância atribuída pelo estado às instituições sociais de igreja	10,8%	18,6%

- A maioria das pessoas atribui muita importância à existência de instituições sociais de igreja para a própria igreja e para a sociedade, não acontecendo as restantes situações.

2- Especificações

Na análise da ação social desenvolvida pela igreja, estando perante instituições que são canónicas (de igreja) e uma que não o é, quisemos aferir a opinião das pessoas quanto às diferenças que consideram existir ou não entre umas e outras.

2.1- Diferenças entre as instituições sociais de igreja e as instituições sociais que não são de igreja

2.1.1- Colaboradores

Tabela nº 91 – *Colaboradores * Diferenças entre as instituições sociais de igreja e as que não são de igreja*

Considera que existem diferenças entre as instituições sociais de igreja e as instituições sociais que não são de igreja?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	47	45,2	48,0	48,0
	Não	16	15,4	16,3	64,3
	Não Sei	27	26,0	27,6	91,8
	Não respondo	8	7,7	8,2	100,0
	Total	98	94,2	100,0	
Missing	System	6	5,8		
Total		104	100,0		

Os resultados, nos colaboradores, mostraram que 48% diz existir diferenças, 16,3% afirma que não e na categoria NS/NR encontramos 35,8%. Além dos que se manifestam pela existência de diferenças, sobressai a grande percentagem de pessoas que não se pronunciam pelo não ou sim.

Separando pelas funções que exercem nas instituições, é de destacar os seguintes resultados: as pessoas das direções são as que mais afirmam existir diferenças (61,1%); as auxiliares são as que menos reconhecem tal diferença (40,8%); nas educadoras e responsáveis temos 50% com a opinião de que existem diferenças.

A análise dos resultados em função de serem ou não praticantes e de frequentarem ou não a eucaristia dominical manifesta dados importantes: os que se consideram praticantes são de opinião majoritária pela existência de diferenças (59,7%), quando nos não praticantes temos apenas 32% com a mesma opinião; a nível dos que frequentam a eucaristia dominical encontramos uma maioria que afirma existir diferenças (61,4%); nos que não frequentam a eucaristia dominical temos apenas 43,6%.

A origem institucional dos inquiridos revela igualmente resultados diferenciados: é na CIR que encontramos a maior percentagem dos que afirmam haver diferença entre instituições sociais de igreja e não de igreja (85%); na CP e CM encontramos percentagens muito próximas entre ambas: CP – 40% e na CM – 41,7%; na NC temos a menor percentagem no sim – 33,3%. Os valores na CIR confirmam os dados já analisados anteriormente, como sendo esta a que mais especifica a matriz cristã.

2.1.2- Utentes/clientes

Tabela nº 92 – *Utentes/clientes * Diferenças entre as instituições sociais de igreja e as que não são de igreja*

Considera que existem diferenças entre as instituições sociais de igreja e as instituições sociais que não são de igreja?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	43	35,0	36,8	36,8
	Não	25	20,3	21,4	58,1
	Não Sei	49	39,8	41,9	100,0
	Total	117	95,1	100,0	
Missing	System	6	4,9		
Total		123	100,0		

Colocados os utentes/clientes perante a questão da existência ou não de diferenças entre as instituições sociais de igreja e as que não são de igreja, a maior percentagem das

respostas acontece entre aqueles que afirmam não saber (41,9%); as restantes dividem-se entre o sim (36,8%) e o não (21,4%). Comparando com os colaboradores, vemos que nos utentes/clientes o sim é inferior e o não superior: colaboradores: sim – 48% e não – 16,3%.

São os encarregados de educação que mais afirmam existir diferenças: encarregados de educação – 41,7% e utentes/clientes da terceira idade – 29,2%. A razão poderá prender-se com o facto de na terceira idade as respostas sociais contemplarem igualmente a vertente religiosa, quer nas instituições canónicas, quer nas não canónicas.

As pessoas que se consideram crentes praticantes e as que afirmam participar na eucaristia dominical são as que mais afirmam existir diferenças: crentes praticantes – 40%; não praticantes – 29,6%; eucaristia dominical – 46,8%; não eucaristia dominical – 31,6%.

A nível das instituições, os valores são muito distintos uns dos outros, sendo a CIR onde as pessoas mais afirmam existir diferenças e a CP onde menos afirmam existir tais diferenças: CIR – 75%; CM – 57,1%; NC – 32%; CP – 14,6%. As razões apontadas anteriormente como justificação dos valores da CIR são igualmente válidas aqui.

2.2- Concretização

Não é objeto do nosso trabalho aferir as diferenças entre instituições sociais de igreja e as que não o são; porém, numa análise simples, já que seria necessária uma reflexão muito mais aprofundada para uma avaliação apurada deste ponto, desejamos saber, para aquelas pessoas que consideram existir diferenças, a que níveis elas acontecem.

2.2.1- Colaboradores

Os colaboradores apresentam os seguintes dados como diferenciadores:

Organização

Temos 18,3% dos colaboradores que afirmam existirem diferenças organizativas, sendo que os grupos que mais salientam esta vertente são as pessoas com curso superior, os membros das direções e as pessoas que se consideram crentes praticantes.

Plano de Atividades

O plano de atividades recebe apenas 9,6% das opiniões daqueles que o consideram como marca distintiva entre as instituições sociais de igreja e as que não o são. É de destacar o facto de serem crentes praticantes e participantes da eucaristia dominical quem mais aponta esta dimensão, sendo que esta correlação pode manifestar mais respostas no âmbito do que desejam do que acerca realidade.

Simpatia

A simpatia recebe apenas 3,8%, pelo que não se apresenta como valor a ser analisado com relevância na correlação com as restantes variáveis; contudo, é de destacar que são apenas mulheres que referem esta vertente. Tal poderá justificar-se pelo facto de ser a população feminina que mais valoriza esta dimensão.

Respostas sociais

Temos 22,1% dos colaboradores a considerarem que essas diferenças são a nível das respostas sociais que as mesmas desenvolvem. São sobretudo as auxiliares que exprimem esta opinião.

Atendimento

Só 7,7% dos inquiridos afirma que o atendimento é um elemento diferenciador entre as instituições sociais de igreja e as que não o são. Esta escolha acontece essencialmente nas mulheres e nas pessoas com curso superior. Como na simpatia, também temos o elemento feminino aqui a influenciar a escolha.

Dimensão espiritual

A dimensão espiritual recebe 17,3% das opiniões dos inquiridos como elemento diferenciador. Este elemento diferenciador é apontado essencialmente pelas pessoas crentes praticantes e frequentadoras da eucaristia. Os membros da NC são os que menos referem esta diferença; podendo tal justificar-se pelo possível desejo (ou mesmo realidade) de terem um enquadramento aproximado das restantes instituições nesta temática.

Colocadas diversas hipóteses, as opiniões dividiram-se pela seguinte ordem decrescente:

Tabela nº 93 – *Colaboradores * Diferenças assinaladas entre as instituições sociais de igreja e as que não são de igreja*

Respostas sociais	22,1%
Organização	18,3%
Espiritualidade	17,3%
Plano de atividades	9,6%
Atendimento	7,7%
Simpatia	3,8%

Verificamos que nenhum item recebe uma votação maioritária, destacando-se três como os mais votados: respostas sociais, organização e espiritualidade. Como já vimos, na análise do funcionamento das instituições, a diferença nestas dimensões não é muito grande; o elemento apontado como de maior diferenciação (respostas sociais) efetivamente merecerá alguma reserva, já que nas instituições analisadas as respostas sociais, apesar das reais diferenças, são muito padronizadas dentro dum modelo comum, em conformidade com os protocolos com a segurança social.

2.2.2- Utentes/clientes

As diferenças apontadas pelos utentes/clientes são as seguintes:

Organização

A organização recebe 19,5% de opiniões como elemento diferenciador entre as instituições sociais de igreja e as que não são de igreja. As pessoas que fazem esta escolha são essencialmente as crentes praticantes e as da CM. Os membros da CM poderão refletir aqui a longa história destas instituições.

Plano de Atividades

O plano de atividades recebe um valor um pouco inferior à dimensão anterior, existindo 15,4% de pessoas que consideram este aspeto como diferenciador. A maior presença de pessoas com esta opinião encontra-se nos encarregados de educação e nos crentes praticantes. Os encarregados de educação poderão traduzir nesta escolha a importância que dão à escolha da instituição para os filhos em função dos planos e programas que desenvolvem.

Simpatia

A simpatia recebe 8,1% das opiniões como elemento diferenciador entre as instituições sociais de igreja e as que não são de igreja. O número é muito reduzido para se apontarem tendências em função das realidades e pertenças das pessoas.

Respostas sociais

As respostas sociais recebem 12,2% das opiniões a considerem-nas como elemento diferenciador entre os dois tipos de instituições. São sobretudo as pessoas com curso superior que fazem esta referência. A maior escolarização poderá indiciar que as pessoas desejam uma maior pluralidade de respostas.

Atendimento

O atendimento recebe 8,9% enquanto elemento diferenciador. As pessoas que têm esta opinião são sobretudo os utentes/clientes da terceira idade. Poderão as pessoas idosas serem as que mais valorizam um atendimento atencioso.

Dimensão espiritual

A dimensão espiritual é referida em 18,7% das opiniões, como elemento capaz de diferenciar as instituições sociais de igreja e as não de igreja. Verificamos que quem mais aponta esta dimensão são as pessoas com curso superior; a nível institucional, é na CP que menos é referido este elemento. As respostas das pessoas com maior escolarização, mais do que indicar a realidade, poderão indiciar a conceção diferenciada que concebem para diferentes matrizes institucionais; os utentes/clientes da CP poderão ter esta desvalorização por darem pouca importância a esta dimensão nestas instituições.

Perante as diversas hipóteses, as opiniões apresentam-se pela seguinte ordem decrescente:

Tabela nº 94 – *Utentes/clientes * Diferenças assinaladas entre as instituições sociais de igreja e as que não são de igreja*

Organização	19,5%
Espiritualidade	18,7%
Plano de atividades	15,4%
Respostas sociais	12,2%
Atendimento	8,9%
Simpatia	8,1%

A organização e a espiritualidade são as dimensões mais referidas pelos utentes/clientes das instituições como marca distintiva entre as instituições de igreja e as que não são de igreja.

Colocados em tabela os valores dos utentes/clientes, em comparação com os dos colaboradores, ficamos com a seguinte ordem decrescente.

Tabela nº 95 – *Colaboradores e utentes/clientes * Diferenças assinaladas entre as instituições sociais de igreja e as que não são de igreja*

Colaboradores		Utentes/clientes	
Respostas sociais	22,1%	Organização	19,5%

Organização	18,3%	Espiritualidade	18,7%
Espiritualidade	17,3%	Plano de atividades	15,4%
Plano de atividades	9,6%	Respostas sociais	12,2%
Atendimento	7,7%	Atendimento	8,9%
Simpatia	3,8%	Simpatia	8,1%

Comparando os utentes/clientes com os valores obtidos nos colaboradores, notamos que existem algumas diferenças: a organização é o ponto mais referido pelos utentes/clientes, quando nos colaboradores está em segundo; o nível espiritual é colocado em segundo lugar pelos utentes/clientes quando nos colaboradores aparece em terceiro lugar; o plano de atividades é aqui referido em terceiro lugar, sendo que nos colaboradores aparecia em quarto; as respostas sociais, que nos colaboradores estavam em primeiro, aqui estão em quarto; o atendimento e a simpatia são os que menos escolhas recebem como elementos diferenciadores, quer nos utentes/clientes, quer nos colaboradores.

Síntese

Tabela nº 96 – *Colaboradores e utentes/clientes * Diferenças entre as instituições sociais de igreja e as que não são de igreja*

	Percentagem que afirma existir diferenças	Dimensões mais apontadas como diferenciadoras	
Colaboradores	48%	Respostas Sociais	22,1%
		Organização	18,3%
		Espiritualidade	17,3%
Utentes/clientes	36,8%	Organização	19,5%
		Espiritualidade	18,7%
		Plano de	15,4%

		Atividades	
--	--	------------	--

- Existe uma percentagem significativa de a reconhecer que existem diferenças entre as instituições sociais de igreja e as que não o são, sendo que os colaboradores manifestam mais esta opinião. A organização e a espiritualidade merecem referência em ambos os grupos.

Na parte teórica do trabalho, aferia-se que a emergência do estado social fez surgir um mundo de saber técnico na intervenção social, obrigando a religião cristã a repensar a sua ação social e o sentido dessa mesma ação. Assistiu-se nos últimos anos «a trajetórias em que, por um lado, se estadualizam lógicas de ação que tinham referências religiosas e, por outro, diferentes formas associativas e institucionais de índole eclesial se convertem – por vezes, sem rosto – aos modelos do estado social»⁴⁹⁴. A valorização da organização e da espiritualidade como dimensões diferenciadoras poderá indicar esta necessidade de diferenciação nestas áreas.

3- Motivações

Um elemento importante no nosso trabalho é perceber se a vertente religiosa marca a escolha das pessoas quando procuram o trabalho nas instituições sociais de igreja. Colocamos diversas opções, como se verifica nas tabelas que se apresentam a seguir.

3.1- Colaboradores

⁴⁹⁴ A. TEIXEIRA, Os “mundos sociais” da ação sócio-caritativa, in *Communio*. Revista Internacional Católica 26 (2009) 210.

Tabela nº 97 – *Colaboradores * Motivos na escolha do lugar de trabalho*

Desempenha este trabalho, nesta instituição, porque:					
		Frequency	Percent	Valid Percent	
Valid	Preciso de trabalho	22	21,2	21,8	21,8
	Motivos humanistas	7	6,7	6,9	28,7
	Motivos de fé	3	2,9	3,0	31,7
	Preciso de trabalho e Motivos humanistas e Motivos de fé	30	28,8	29,7	61,4
	Preciso de trabalho e Motivos humanistas	25	24,0	24,8	86,1
	Motivos humanistas e Motivos de fé	7	6,7	6,9	93,1
	NS/NR	7	6,7	6,9	100,0
	Total		101	97,1	100,0
Missing	System	3	2,9		
Total		104	100,0		

Examinando os resultados, temos de afirmar que a escolha da instituição é essencialmente marcada pela necessidade de trabalhar. As opções de respostas com referência à necessidade de trabalho recebem um valor percentual somado de 74%: preciso de trabalho – 21,2%; preciso de trabalho, motivos humanistas e motivos de fé – 28,8%; preciso de trabalho e motivos humanistas – 24%. É certo que temos percentagens relevantes na conjugação da necessidade de ter trabalho com os motivos humanistas e motivos de fé, mas quando olhamos as percentagens unicamente referentes aos motivos humanistas (6,7%) e às motivações da fé (2,9%), mesmo ao conjugar dos dois fatores (6,7%), percebemos que só por si estas motivações apresentam pouca força para motivarem a escolha do local para trabalhar. A fé é o fator menos valorizado para a seleção da instituição onde trabalhar.

Tabela nº 98 – *Colaboradores * Motivos na escolha do lugar de trabalho * Vínculo na instituição*

Crosstab Count						
		Situação face à Instituição				Total
		Auxiliar	Educador/a de infância/social	Responsável técnico/a ou coordenador/a	Direção	
Desempenha	Preciso de trabalho	28,0%	35,0%	9,1%	0,0%	22,0%

este trabalho, nesta instituição, porque:	Motivos humanistas	0,0%	0,0%	9,1%	31,6%	7,0%
	Motivos de fé	4,0%	0,0%	9,1%	0,0%	3,0%
	Preciso de trabalho e Motivos humanistas e Motivos de fé	30,0%	35,0%	45,5%	10,5%	29,0%
	Preciso de trabalho e Motivos humanistas	32,0%	30,0%	18,2%	5,3%	25,0%
	Motivos humanistas e Motivos de fé	0,0%	0,0%	0,0%	36,8%	7,0%
	NS/NR	6,0%	0,0%	9,1%	15,8%	7,0%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A análise segundo as funções exercidas nas instituições revela alguns dados interessantes: não existem membros das direções a referirem exclusivamente os motivos de fé, mas temos duas situações nas auxiliares e uma nas responsáveis; as auxiliares e as educadoras repartem-se entre a necessidade de trabalho e os motivos humanistas e de fé, embora com valores desiguais - auxiliares: necessidade de trabalho – 28%, necessidade de trabalho, motivos humanistas e motivos de fé – 30%, necessidade de trabalho e motivos humanistas – 32%; educadoras: necessidade de trabalho – 35%, necessidade de trabalho, motivos humanistas e motivos de fé – 35%, necessidade de trabalho e motivos humanistas – 30%. Os membros das direções repartem-se maioritariamente pelos motivos humanistas e de fé: motivos humanistas – 31,6%; motivos humanistas e motivos de fé – 36,8%.

A opinião das pessoas oscila conforme se consideram crentes praticantes ou não, se vão à eucaristia dominical ou não. Olhemos sinteticamente os valores percentuais: por motivos humanistas e de fé só encontramos nos que participam na eucaristia dominical e que se consideram praticantes (eucaristia dominical – 14,9% e praticantes – 10,8%); a percentagem dos que referem unicamente a necessidade do trabalho é substancialmente superior nas pessoas que não frequentam a eucaristia dominical e nos não praticantes (eucaristia dominical – 14,9% e praticantes – 16,9%; não eucaristia dominical – 28,2% e não praticantes – 28%).

Separando as pessoas pelas instituições, apuramos dois dados com relevo: é na CP que temos a maior percentagem de pessoas a referirem unicamente a necessidade de trabalho (CP – 41,4%; CM – 15,4%; CIR – 13,6%; NC – 12,5%) e é na CIR e NC que encontramos a referência exclusiva aos motivos de fé, embora em percentagem reduzida (CIR – 9,1% e NC – 4,2%). Possivelmente não seriam resultados esperados: sobretudo na CP uma percentagem tão diferenciadora na opção da necessidade de trabalho face às restantes instituições e a referência exclusiva à fé na NC.

3.2- Utentes/clientes

Tabela nº 99 – *Utentes/clientes * Motivos na escolha da instituição*

Porque motivo escolhe esta instituição?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Proximidade do local de residência/trabalho	38	30,9	32,5	32,5
	Qualidade do serviço prestado	54	43,9	46,2	78,6
	Por não ter lugar noutra instituição	2	1,6	1,7	80,3
	Por ser instituição de igreja	6	4,9	5,1	85,5
	Por não ser instituição de igreja	1	,8	,9	86,3
	Não tenho motivos especiais	14	11,4	12,0	98,3
	NS/NR	2	1,6	1,8	100,0
	Total	117	95,1	100,0	
Missing	System	6	4,9		
Total		123	100,0		

As motivações que levam os utentes/clientes das instituições analisadas a escolherem-nas para lhes prestarem os serviços solicitados é o elemento que agora analisamos. Existem duas razões com especial destaque para as escolhas das pessoas: o motivo que apresenta mais peso na escolha da instituição é a qualidade do serviço prestado (46,2%), seguindo-se a proximidade da instituição ao local de residência/trabalho (32,5%). Encontramos ainda uma percentagem significativa que não aponta razões especiais para a

escolha (12%); o facto de se tratar de uma instituição de igreja influencia apenas 5,1%; 1,7% afirma que se deve ao facto de não ter alternativa.

Como se verifica, as razões de fé por si só não condicionam, na grande maioria das pessoas, a escolha de uma instituição; a qualidade do serviço prestado e a proximidade geográfica são as razões marcantes nessa escolha.

Nestas escolhas, os homens apontam mais as razões de proximidade à residência/trabalho (50%) e as mulheres mais a qualidade do serviço prestado (47,1%). Por ser instituição de igreja nenhum homem a escolhe e 6,9% das mulheres fazem-no. Os encarregados de educação escolhem maioritariamente a instituição em função da qualidade do serviço prestado (66,1%) e os utentes/clientes da terceira idade oscilam bastante entre a proximidade (33,3%) e a ausência de motivos (29,2%); contudo, temos 10,4% dos idosos que escolhem a instituição em função de se tratar uma instituição de igreja, quando nos encarregados de educação encontramos apenas 1,6%.

A qualidade do serviço prestado influencia bastante, sobretudo os que não se consideram praticantes e os que não participam na eucaristia dominical (qualidade do serviço: não praticantes – 57% e não eucaristia dominical – 55,4%), sendo que é nos crentes praticantes e nos que participam na eucaristia dominical (essencialmente nestes) que encontramos a escolha em função de ser instituição de igreja (praticantes – 6,6% e eucaristia dominical – 12,8%).

A proximidade geográfica é o dado mais marcante na escolha das pessoas ligadas à CP e NC: CP – 42%; NC – 40%; CM – 19,2%; CIR – 12,5%. A qualidade do serviço, sendo importante em todas as instituições, aparece mais valorizada nas pessoas da CIR: CIR – 56,3%; CM – 53,8%; NC – 48%; CP – 38%. Por ser instituição da igreja, são as pessoas da CIR que mais salientam este aspeto, acontecendo que ninguém da CP o faz e que na NC se regista uma pequena percentagem: CIR – 12,5%; CM – 11,5%; NC – 4%; CP – 0%.

Síntese

Tabela nº 100 – *Colaboradores e utentes/clientes * Motivações na seleção da instituição*

	Motivações para a escolha da instituição	%
Colaboradores	Preciso de trabalho e Motivos humanistas e Motivos de fé	29,7%
	Preciso de trabalho	21,8%
	Preciso de trabalho e Motivos humanistas	24,8%
	Motivos de fé	2,9%
Utentes/clientes	Qualidade do serviço prestado	46,2%
	Proximidade do local de residência/trabalho	32,5%
	Não tenho motivos especiais	12%
	Por ser instituição de igreja	5,1%

- A exclusividade dos motivos de fé e da eclesialidade da instituição não parecem condicionar significativamente as escolhas de uns e outros.

D - Doutrina social de igreja: «ilustre (des)conhecida»

A reflexão apontou a DSI (normalmente designada como DSI, abreviatura que utilizaremos na referência das tabelas) como a conceptualização da ação social de igreja, surgindo as instituições sociais da mesma, em certo modo, como a operacionalização dos conteúdos referentes à ação sócio caritativa. Assim, procuramos saber o conhecimento que dela têm as pessoas, a opinião sobre a relevância que lhe é atribuída e a operacionalização da mesma que sentem existir nas instituições sociais canónicas.

1- Conhecimento da doutrina social da igreja

1.1- Colaboradores

Tabela nº 101 – Colaboradores * Conhecimento da DSI

Conhece a DSI?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	72	69,2	69,2	69,2
	Não	12	11,5	11,5	80,8
	NS/NR	20	19,2	19,2	100,0
	Total	104	100,0	100,0	

Quando inquirimos sobre a DSI e o conhecimento que as pessoas têm dela, partimos da hipótese que o mesmo seria reduzido; contudo, a opinião das pessoas sobre tal conhecimento parece indicar o contrário: temos 69,2% que afirmam conhecer, só 11,5% dizem que não e 19,2% dizem NS/NR (não deixa de ter leitura interpretativa tão grande percentagem, dado que poderiam ser respostas a engrossar o não). Torna-se evidente que aqui se encontra um tema que precisaria de ser apurado, já que a opinião das pessoas pode não coincidir com a realidade; seria necessário ver se elas conhecem os seus documentos e os seus conteúdos, para aferirmos com objetividade se a opinião é coincidente com a realidade. Esta é, certamente, matéria para uma outra investigação.

Perante as funções que exercem na instituição, assinalamos que os membros das direções são os que mais afirmam conhecer a DSI: direções – 100%; responsáveis técnicas – 72,7%; auxiliares – 65,4%; educadoras – 45%.

Aqueles que se consideram praticantes e frequentadores da eucaristia dominical são os que têm maior percentagem de opinião sobre o conhecimento da DSI: praticantes – 82,1% e frequentadores da eucaristia dominical – 91,7%; não praticantes – 46,2% e não frequentadores da eucaristia dominical – 50%.

Reparando na divisão das pessoas segundo as instituições, apuramos que é na CIR onde a percentagem dos que afirmam conhecer a DSI é maior. Este valor é menor na CM: CIR – 81,8%; NC – 72%; CP – 66,7%; CM – 59,3%. A CIR continua a mostrar uma maior ligação eclesial através deste dado.

1.2- Utentes/clientes

Tabela nº 102 – *Utentes/clientes * Conhecimento da DSI*

Conhece a DSI?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	91	74,0	77,8	77,8
	Não	16	13,0	13,7	91,5
	NS/NR	10	8,1	8,5	100,0
	Total	117	95,1	100,0	
Missing	System	6	4,9		
Total		123	100,0		

Se a perspetiva inicial foi surpreendida pela alta percentagem de pessoas que nos colaboradores afirmavam conhecer a DSI, nas pessoas servidas pelas instituições ainda temos surpresa maior, já que existe uma percentagem ainda maior com essa convicção: 77,8% afirmam que conhecem, 13,7% que não e 8,5% NS/NR.

Ao nível dos encarregados de educação, em comparação com os utentes/clientes da terceira idade, nota-se um valor inferior dos que conhecem a DSI: encarregados de educação – 70,5% e utentes/clientes da terceira idade – 91,5%. Serão os encarregados de educação mais esclarecidos quanto ao que se entende por conhecimento da DSI do que os idosos, já que têm uma maior escolarização? Ou pensaram que o conhecimento vago permite resposta afirmativa nesta questão?

As pessoas que afirmam participar na eucaristia dominical (91,3%) consideram-se mais conhecedores da DSI do que os que não frequentam a eucaristia dominical (71,9%).

Não temos grandes diferenças a nível institucional, mas é de realçar que são as pessoas da NC que mais afirmam ter o conhecimento da DSI: NC – 83,3%; CIR – 82,9%; CP – 77,1%; CM – 71,4%.

2- Importância da doutrina social da igreja

2.1- Colaboradores

Tabela nº 103 – *Colaboradores * Importância da DSI*

Considera a DSI Importante?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	77	74,0	74,0	74,0
	Não	3	2,9	2,9	76,9
	NS/NR	24	23,1	23,1	100,0
	Total	104	100,0	100,0	

Os colaboradores das instituições reconhecem maioritariamente que a DSI é importante (74%); só 2,9% dizem que não, encontrando-se 23,1% na categoria NS/NR.

O vínculo institucional revela que as pessoas têm opinião diversa em função das tarefas que desempenham, sendo as educadoras as que menos reconhecem esta importância: direções – 95%; responsáveis técnicas – 81,8%; auxiliares – 75%; educadoras – 45%. As direções são as maiores apologistas da DSI, certamente por também defenderem as instituições sociais de igreja.

As opiniões divergem em função das vivência da fé, quer entre os que se consideram crentes praticantes e os que não, quer entre os participem na eucaristia dominical ou não, com

tendência clara para os crentes participativos serem mais afirmativos na importância da DSI: praticantes – 88,1%; não praticantes – 46,2%; eucaristia dominical – 97,9%; não eucaristia dominical – 47,5%.

Em todas as instituições os colaboradores consideram a DSI como sendo importante; porém, vemos que na instituição em que a menor percentagem existe é na CP e a maior na CIR: CIR – 86,4%; CM – 77,8%; NC – 76%; CP – 60%. Estes dados manifestam o distanciamento eclesial já anteriormente salientado por parte dos membros da CP.

2.2- Utentes/clientes

Tabela nº 104 – *Utentes/clientes * Importância da DSI*

Considera a DSI Importante?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	97	78,9	81,5	81,5
	Não	6	4,9	5,0	86,6
	NS/NR	16	13,0	13,4	100,0
	Total	119	96,7	100,0	
Missing	System	4	3,3		
Total		123	100,0		

Os utentes/clientes das instituições apresentam valores superiores aos colaboradores na importância que atribuem à DSI e na percentagem daqueles que afirmam não ter importância (81,5% contra 74% no sim e 5% contra 2,9% no não), registando-se um valor inferior na categoria NS/NR (13,4% contra 23,1%).

Fixando-nos nas percentagens das pessoas que consideram a DSI como sendo importante, verificamos que as pessoas com menor idade a consideram menos importante do que as pessoas com mais idade: até 31 anos – 50%; 31 a 40 anos – 76,6%; 41 a 50 anos –

76,9%; 51 a 60 anos – 80%; 61 a 70 anos – 87,5%; mais de 70 anos – 91,2%. A confirmar, nos utentes/clientes da terceira idade temos 93,8% a considerarem a DSI como sendo importante e nos encarregados de educação 74,2%; deste modo, são as pessoas mais novas e com curso superior as que menos referem esta importância.

As pessoas que se consideram crentes e as que afirmam participar na eucaristia dominical afirmam em maior percentagem que a DSI é importante, face aos que não se consideram praticantes e aos que não frequentam a eucaristia dominical: praticantes – 88,2%; não praticantes – 81,5%; eucaristia dominical – 91,7%; não eucaristia dominical – 78,9%.

Sem grandes diferenças, verificamos que existem algumas dissemelhanças percentuais relativamente às instituições, sendo na CIR que há a maior percentagem de pessoas a dizerem que é importante e na CP onde essa percentagem é menor: CIR – 88,2%; NC – 87,5%; CM – 79,3% e CP – 77,6%.

3- Relevância da doutrina social da igreja para a sociedade

3.1- Colaboradores

Tabela nº 105 – *Colaboradores * Relevância para a Sociedade da DSI*

Considera a DSI relevante para a sociedade?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	76	73,1	73,1	73,1
	Não	2	1,9	1,9	75,0
	NS/NR	26	25,0	25,0	100,0
	Total	104	100,0	100,0	

Perguntamos aos inquiridos se consideram a DSI relevante para a sociedade. Os resultados não diferem muito da questão anterior: temos 73,1% (na anterior era 74%) que

dizem sim, uma pequena percentagem no não (1,9% - na anterior era 2,9%) e 25% na opção NS/NR (na anterior era 23,1%).

As tendências apresentadas acerca da importância mantêm-se nesta questão.

3.2- Utentes/clientes

Tabela nº 106 – Utentes/clientes * Relevância para a Sociedade da DSI

Considera a DSI relevante para a sociedade?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	94	76,4	79,0	79,0
	Não	6	4,9	5,0	84,0
	NS/NR	19	15,4	16,0	100,0
	Total	119	96,7	100,0	
Missing	System	4	3,3		
Total		123	100,0		

As pessoas servidas pelas instituições consideram, numa larga maioria (79%) que a DSI é relevante para a sociedade; também aqui nos deparamos com valores afirmativos superiores aos dos colaboradores; encontramos 5% que afirma não ser relevante e 16% que NS/NR. Relacionando com os valores percentuais das respostas à questão sobre a importância da DSI, vemos que as diferenças são pequenas e que as tendências são as mesmas.

4- Conhecimento da doutrina social da igreja nas IPSS's canónicas

4.1- Colaboradores

Tabela nº 107 – Colaboradores * Conhecimento da DSI pelas IPSS's canónicas

A DSI é conhecida nas IPSS's canónicas (instituições de igreja)?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent

Valid	Sim	48	46,2	48,5	48,5
	Não	10	9,6	10,1	58,6
	NS/NR	41	39,4	41,4	100,0
	Total	99	95,2	100,0	
Missing	System	5	4,8		
Total		104	100,0		

Tendo aferido a opinião das pessoas sobre o conhecimento, importância e relevância da DSI, procuramos saber a opinião das pessoas sobre o conhecimento que as IPSS's canónicas têm da DSI. Não chega a 50% o número daqueles que consideram que as IPSS's canónicas conhecem a DSI: 48,5% (percentagem bem inferior da resposta dada ao conhecimento que os próprios afirmam ter da DSI – 69,2%). A auto opinião é mais valorativa do que a hetero opinião.

As auxiliares são as que apresentam uma percentagem maior no sim (59,6%), situando-se no extremo oposto as responsáveis (33,3%) e as educadoras (35%); os membros das direcções encontram-se nos 41,2%. Os grupos com maior escolarização manifestam maior desconfiança em relação à temática.

Temos uma clara diferença entre os crentes que se consideram praticantes e os que participam na eucaristia dominical, por um lado, e os crentes não praticantes e os que não participam na eucaristia dominical, por outro, sendo os primeiros, em ambas as situações, que claramente afirmam mais este conhecimento: praticantes – 62,9%; não praticantes – 26,9%; eucaristia dominical – 72,9%; não eucaristia dominical – 25,6%.

A nível institucional, apuramos que são os colaboradores da CIR que mais consideram que a DSI seja conhecida nas IPSS's canónicas (70%); pelo contrário, é na NC que menos se pensa que a DSI seja conhecida nas IPSS's canónicas (37,5%); aparecendo na CM 44% e na CP 46,7% com essa opinião.

4.2- Utentes/clientes

Tabela nº 108 – Utentes/clientes * *Conhecimento da DSI pelas IPSS's canónicas*

A DSI é conhecida nas IPSS's canónicas (instituições de igreja)?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	52	42,3	44,8	44,8
	Não	7	5,7	6,0	50,9
	NS/NR	57	46,3	49,1	100,0
	Total	116	94,3	100,0	
Missing	System	7	5,7		
Total		123	100,0		

Sobre o conhecimento que as pessoas consideram existir nas IPSS's canónicas da DSI, a escolha que recebe mais respostas é a opção NS/NR (49,1%); situando-se o sim nos 44,8% e o não nos 6%. Estes valores não se distanciam muito dos apresentados pelos colaboradores, com diferença no não e NS/NR (sim – 48,5%; não – 10,1% e NS/NR – 41,4%. Mais uma vez, são valores muito diferentes dos que se referem à opinião das pessoas sobre o próprio conhecimento que afirmam ter da DSI: sim – 77,8%; não – 13,7%; NS/NR – 8,5%.

Existe uma enorme diferença percentual entre os dois grupos: as pessoas da terceira idade consideram que a DSI é conhecida em larga maioria (59,6%) e nenhuma nega tal realidade; nos encarregados de educação das crianças, apenas 35% referem que a mesma seja conhecida e 10% dizem mesmo que não.

Existe uma diferença ampla entre aqueles que se consideram crentes e os que não, entre os que afirmam participar na eucaristia dominical e os que não, com tendência para os que se dizem praticantes e os que vão à eucaristia dominical considerarem em maior número que a DSI seja conhecida nas IPSS's canónicas: praticantes – 50%; não praticantes – 38,5%; eucaristia dominical – 58,7%; não eucaristia dominical – 35,7%.

É na CIR que encontramos a maior percentagem dos que afirmam que a DSI é conhecida nas IPSS's canónicas, encontrando-se no polo oposto a CP (dado não projetável, já que se poderia pensar que seria na NC): CIR – 64,7%; NC – 54,2%; CM – 42,9%; CP – 34%. Poderão estes dados traduzir as expectativas defraudadas dos utentes/clientes da CP, os quais poderiam esperar ver a DSI mais presente na instituição; relativamente à CIR, os valores confirmam os anteriores, como sendo a instituição mais «eclesial».

5- IPSS's canónicas como operacionalização/concretização da doutrina social da igreja

5.1- Colaboradores

Tabela nº 109 – *Colaboradores * IPSS's como operacionalização da DSI*

Considera as IPSS's canónicas (instituições de igreja) como uma operacionalização/concretização da DSI?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	50	48,1	52,1	52,1
	Não	11	10,6	11,5	63,5
	NS/NR	35	33,7	36,5	100,0
	Total	96	92,3	100,0	
Missing	System	8	7,7		
Total		104	100,0		

Os colaboradores consideram, maioritariamente, as IPSS's como sendo uma concretização da DSI (52,1%), uma minoria afirma que não (11,5%) e uma grande percentagem NS/NR (36,5%). São valores bastante semelhantes aos que alcançamos na questão sobre o conhecimento que as IPSS's têm da DSI, com diferença próxima dos 5%, tendo «transitado» do NS/NR para o sim.

Existem opiniões diferentes conforme o vínculo que liga as pessoas às instituições: os membros das direções são aqueles que afirmam claramente as IPSS's como concretização da DSI (70,6%), seguem-se as auxiliares (54%), depois as responsáveis (44,4%) e, em último, as educadoras (36,8%). Os membros diretivos reconhecem mais estes serviços como operacionalização do conteúdo social cristão do que os funcionários.

Os resultados segundo as vivências das crenças manifestam tendências claramente distintas: os que se consideram praticantes e os que afirmam frequentar a eucaristia dominical são maioritariamente de opinião que as IPSS's canónicas são uma concretização da DSI: praticantes – 69,5% e eucaristia dominical – 81%; contrariamente aos que se dizem não praticantes e os que afirmam não frequentar a eucaristia dominical, onde a opinião é minoritária: não praticantes – 23,1% e não eucaristia dominical – 25,6%.

Separadas as opiniões pelas diversas instituições, verificamos que existe uma grande desigualdade entre elas: na CIR temos a maior percentagem no sim (70%), segue-se a CM (58,3%), aparece depois a CP (46,4%) e, por último, a NC (37,5%). Confirmam-se, assim, as tendências anteriores.

5.2- Utentes/clientes

Tabela nº 110 – Utentes/clientes * IPSS's como operacionalização da DSI

Considera as IPSS's canónicas (instituições de igreja) como uma operacionalização/concretização da DSI?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	63	51,2	52,9	52,9
	Não	10	8,1	8,4	61,3
	NS/NR	46	37,4	38,7	100,0
	Total	119	96,7	100,0	
Missing	System	4	3,3		
Total		123	100,0		

Colocadas as pessoas que são servidas pelas instituições perante a mesma questão, observamos que as opiniões são muito próximas da dos colaboradores: o sim recebe 52,9% das respostas, o não 8,4% e o NS/NR 38,7%; nos colaboradores eram os seguintes valores: sim – 52,1%; não – 11,5%; NS/NR – 36,5%.

A população ligada à infância tem claramente uma opinião menos favorável que a da terceira idade quanto ao considerar as IPSS's canónicas como uma operacionalização da DSI: encarregados de educação – 49,2% e utentes/clientes da terceira idade – 60,4%. Poderá este dado ser influência pelo facto de na terceira idade a matriz cristã ser mais trabalhada do que na infância.

Existe uma diferença de opinião entre os que se consideram crentes praticantes e os que dizem participar na eucaristia dominical, e aqueles que não se afirmam praticantes e que dizem não ir à eucaristia dominical, já que os primeiros afirmam mais a convicção de que as IPSS's canónicas são uma concretização da DSI: praticantes – 58,7%; não praticantes – 48,1%; eucaristia dominical – 68,1%; não eucaristia dominical – 45,6%.

As pessoas manifestam ter opinião diferente consoante a instituição onde se encontram, dado que a opinião é mais favorável a considerar as IPSS's canónicas como operacionalização da DSI na CIR e menos na CM, merecendo destaque o facto de a NC ter um valor alto: CIR – 82,4%; CP – 54,2%; NC – 52%; CM – 34,5%. A «eclesialidade» aparece reforçada, mais uma vez, na CIR e desvalorizada na CM.

Síntese

Tabela nº 111 – *Colaboradores e utentes/clientes * Conhecimento e valorização da DSI*

Questão	Colaboradores	Utentes/clientes
---------	---------------	------------------

Conhecimento da DSI	69,2%	77,8%
Importância da DSI	74%	81,5%
Relevância da DSI para a sociedade	73,1%	79%
Conhecimento da DSI nas IPSS's canónicas	48,5%	44,8%
IPSS's canónicas como operacionalização/concretização da DSI	52,1%	52,9%

- Em suma, uma larga maioria dos inquiridos afirma conhecer a DSI, reconhece a sua importância e a sua relevância para a sociedade; são mais desconfiados quanto ao conhecimento que dela têm as IPSS's canónicas, mas já aceitam melhor estas instituições como operacionalização da DSI.

Era referido na primeira parte do trabalho que a DSI «não é um conjunto de receitas práticas para resolver a questão social, nem um projeto económico ou político de carácter contingente»⁴⁹⁵; porém, mencionava-se que, estando numa amplitude abrangente, a nível dos princípios, carrega operacionalidade e concretude. O seu conhecimento será extensivo a todo o ser humano, referindo-se que a «doutrina social é um ensinamento expressamente dirigido a todos os homens de boa vontade»⁴⁹⁶.

Os dados estatísticos confirmam esta reflexão em torno da importância, do conhecimento que da DSI deve existir e da sua institucionalização socio-caritativa.

⁴⁹⁵ J. M. IBAÑES LANGLOIS, *Ibid.*, 24.

⁴⁹⁶ *Id.*, *Ibid.*, 84.

E – Ação social de igreja (IPSS's canónicas) – Qual a prioridade?

Após a apreciação das respostas já examinadas, conhecemos a opinião das pessoas sobre a relevância da ação social no seio de uma crença, a importância que é atribuída à ação social de igreja e como se situam face à DSI. Iremos agora perceber a opinião dos inquiridos sobre as prioridades e especificações que devem ou não existir nas instituições sociais de igreja, nomeadamente nas IPSS's canónicas.

1- Dimensões importantes numa instituição social

Colocamos os inquiridos perante algumas dimensões das instituições sociais, solicitando que se pronunciassem quanto à importância que lhes atribuem, a fim de aferirmos quais são as mais importantes e as menos importantes.

1.1- Colaboradores

Desempenho económico

Tabela nº 112 – *Colaboradores* * Valorização das dimensões numa instituição social *

Desempenho económico

Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social? (Desempenho económico)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	48	46,2	51,6	51,6
	Alguma	32	30,8	34,4	86,0
	Pouca	2	1,9	2,2	88,2
	Nenhuma	2	1,9	2,2	90,3
	NS/NR	9	8,7	9,7	100,0
	Total	93	89,4	100,0	
Missing	System	11	10,6		

Total	104	100,0		
--------------	-----	-------	--	--

A primeira dimensão que colocamos em avaliação foi o desempenho económico: temos 86% que atribuem alguma ou muita importância a esta dimensão nas instituições sociais, sendo 51,6% os que afirmam ser muito importante e 34,4% os que dizem ter alguma importância.

Sobressai aqui a elevada percentagem dos membros das direções que considera o desempenho económico como muito importante; entre os funcionários temos as auxiliares a valorizarem mais do que as educadoras: direções – 76,5%; auxiliares – 51,1%; responsáveis técnicas – 44,4%; educadoras – 36,8%. Poderá justificar estes dados o facto de esta dimensão ser sobretudo uma preocupação dos elementos diretivos.

Os crentes que se consideram praticantes e os que participam na eucaristia dominical valorizam mais o desempenho económico que os restantes, já que apresentam uma percentagem maior a considerar como muito importante: crentes praticantes – 58,6%; não praticantes – 36%; eucaristia dominical – 65%; não eucaristia dominical – 44,7%.

É na instituição CP que mais pessoas consideram muito importante o desempenho económico e na CIR que menos o fazem: CP – 64,3%; NC – 59,1%; CM – 41,7%; CIR – 36,8%. As preocupações económicas (ou ausência delas) de cada instituição poderão condicionar as respostas.

Desempenho pedagógico

Tabela nº 113 – *Colaboradores * Valorização das dimensões numa instituição social **

Desempenho pedagógico

Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social? (Desempenho pedagógico)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent

Valid	Muita	76	73,1	79,2	79,2
	Alguma	11	10,6	11,5	90,6
	Nenhuma	1	1,0	1,0	91,7
	NS/NR	8	7,7	8,3	100,0
	Total	96	92,3	100,0	
Missing	System	8	7,7		
Total		104	100,0		

O desempenho pedagógico é muito valorizado na opinião das pessoas: encontramos 79,2% que o consideram muito importante e 11,6% os que dizem ter apenas alguma. Ninguém considera esta componente pouco importante.

Verifica-se que as pessoas com curso superior são as que mais valorizam o desempenho pedagógico, existindo 92,3% a considerarem-no como muito importante, encontrando-se todos os outros graus de escolaridade com valores inferiores. Deste modo, a escolarização apresenta-se como uma condicionante na valorização desta dimensão. Na continuidade, vemos que são as educadoras que mais valorizam o desempenho pedagógico e as auxiliares que menos o fazem; também se observa que os membros das direções valorizam mais que os responsáveis técnicos: educadoras – 100%; direções – 84,2%; responsáveis – 80%; auxiliares – 68,1%.

Os colaboradores da NC são os que mais valorizam o desempenho pedagógico (considerando-o muito importante) numa instituição social e os da CM os que menos o referem como muito importante: NC – 87,5%; CP – 85,7%; CIR – 73,7%; CM – 68%.

Profissionalismo

Tabela nº 114 – *Colaboradores * Valorização das dimensões numa instituição social **

Profissionalismo

Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social? (Profissionalismo)
--

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	79	76,0	84,9	84,9
	Alguma	5	4,8	5,4	90,3
	Pouca	1	1,0	1,1	91,4
	NS/NR	8	7,7	8,6	100,0
	Total	93	89,4	100,0	
Missing	System	11	10,6		
Total		104	100,0		

O profissionalismo é ainda mais valorizado que o desempenho pedagógico: 84,9% afirma que é muito importante e 5,4% que tem alguma importância. Quem mais valoriza o profissionalismo (considerando-o muito importante) são as educadoras e os membros das direções quem menos o faz: educadoras – 100%; responsáveis técnicas – 88,9%; auxiliares – 83%; direções – 70,6%. Percebe-se a preocupação em afirmar-se a importância do profissionalismo por parte dos funcionários, o que pode mostrar o cuidado que têm nesse aspecto ou poderá esta ser uma resposta condicionada pelo que se pressupõe como sendo necessário.

Percebe-se uma tendência no sentido dos que se consideram crentes praticantes apreciarem mais como muito importante o profissionalismo: crentes praticantes – 89,9% e não praticantes – 79,2%. A crença não diminui a exigência profissional, pelo contrário, reforça-a.

Na CP é onde os colaboradores mais consideram como muito importante o profissionalismo e na CM onde menos o fazem: CP – 92,9%; NC – 85,7%; CIR – 84,2%; CM – 76%.

Humanismo

Tabela nº 115 – *Colaboradores * Valorização das dimensões numa instituição social **

Humanismo

Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social? (Humanismo)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	82	78,8	83,7	83,7
	Alguma	7	6,7	7,1	90,8
	Nenhuma	1	1,0	1,0	91,8
	NS/NR	8	7,7	8,2	100,0
	Total	98	94,2	100,0	
Missing	System	6	5,8		
Total		104	100,0		

O humanismo recebe um valor muito aproximado do profissionalismo, embora inferior: são 83,7% que considera o humanismo muito importante e 7,1% com alguma importância. São as educadoras as que mais consideram como muito importante o humanismo e as responsáveis técnicas as que menor percentagem apresentam com essa opinião: educadoras – 94,7%; direções – 84,2%; auxiliares – 80%; responsáveis – 77,8%.

Entre os que se consideram crentes praticantes e os que não se consideram, vemos que os primeiros apresentam maior valor percentual a considerar o humanismo como muito importante: crentes praticantes – 85,5% e não praticantes – 80%.

São os colaboradores da CP que maior percentagem atribuem ao humanismo na opção de muita importância e os da CIR que menos o fazem: CP – 89,7%; NC – 87,5%; CM – 80%; CIR – 75%.

Espiritualidade

Tabela nº 116 – *Colaboradores * Valorização das dimensões numa instituição social **

Espiritualidade

Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social? (Espiritualidade)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	35	33,7	38,5	38,5
	Alguma	28	26,9	30,8	69,2
	Pouca	15	14,4	16,5	85,7

	Nenhuma	4	3,8	4,4	90,1
	NS/NR	9	8,7	9,9	100,0
	Total	91	87,5	100,0	
Missing	System	13	12,5		
Total		104	100,0		

A espiritualidade é a dimensão que recebe menor importância, comparativamente com as outras: só 38,5% a consideram como sendo muito importante; 30,8% com alguma importância e 16,5% com pouca importância.

Examinando os valores daqueles que consideram a espiritualidade como muito importante, verificamos que as educadoras apresentam a percentagem inferior e os membros das direcções os mais elevados: direcções – 47,1%; auxiliares – 46,7%; responsáveis – 33,3%; educadoras – 15,8%. Estes resultados traduzem a pouca relevância que a espiritualidade tem nas valências da infância, como vimos nos planos de actividades.

Os colaboradores que se consideram crentes praticantes e os que dizem participar na eucaristia dominical pensam, em maior percentagem, que a espiritualidade é muito importante, isto quando comparados com os não praticantes e os que não frequentam a eucaristia dominical: crentes praticantes – 47,5%; não praticantes – 29,2%; eucaristia dominical – 51,2%; não eucaristia dominical – 29,7%.

Deparamo-nos com dados relevantes quando os dividimos pelas diferentes instituições, já que é na NC que temos a maior percentagem de pessoas que considera a espiritualidade como muito importante e na CIR onde a percentagem é menor: NC – 45%; CM – 41,7%; CP – 37,9%; CIR – 27,8%. Poderão estes resultados ser marcados pelo facto de estarmos a falar das instituições sociais em geral e não especificamente canónicas, o que acontecerá mais adiante.

As dimensões, atendendo aos valores percentuais dos que consideram ser muito importante, apresentam a seguinte ordem de importância:

Tabela nº 117 – *Colaboradores* * Valorização das dimensões numa instituição social

Colaboradores	
Profissionalismo	84,9%
Humanismo	83,7%
Desempenho pedagógico	79,2%
Desempenho económico	51,6%
Espiritualidade	38,5%

Três dimensões se destacam: profissionalismo, humanismo e desempenho pedagógico; o desempenho económico recebe um valor alto mas com uma relevância inferior às anteriores, a espiritualidade apresenta-se como a menos valorizada. O objetivo era claramente perceber como se situava a espiritualidade na relação com as outras dimensões: os dados manifestam-na como a menos valorizada.

1.2- Utentes/clientes

Desempenho económico

Tabela nº 118 – *Utentes/clientes* * Valorização das dimensões numa instituição social *

Desempenho económico

Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social? (Desempenho económico)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	61	49,6	52,1	52,1

	Alguma	34	27,6	29,1	81,2
	Pouca	6	4,9	5,1	86,3
	NS/NR	16	13,0	13,7	100,0
	Total	117	95,1	100,0	
Missing	System	6	4,9		
Total		123	100,0		

Nas pessoas que são servidas pelas instituições temos 52,1% que consideram o desempenho económico muito importante e 29,1% com alguma importância. São valores muito próximos dos que encontramos nos colaboradores (51,6% afirmavam muito importante). As mulheres têm mais propensão para considerar o desempenho económico como muito importante do que os homens: homens – 28,6% e mulheres – 59,8%. A diferença entre os vários vínculos das pessoas à instituição não é muito grande, já que nos encarregados de educação e nos utentes/clientes da terceira idade temos 50,8% e 54,2%, respetivamente, a considerarem-no muito importante.

Encontramos alguma diferença entre aqueles que se dizem praticantes e os que afirmam participar na eucaristia dominical, face aos que não se consideram praticantes e aos que dizem não participar na eucaristia dominical, apresentando os primeiros uma percentagem superior na opção de muito importante: praticantes – 55,4% e não praticantes – 44,4%; eucaristia dominical – 58,7% e não eucaristia dominical – 50,9%.

As pessoas manifestam alguma diferença em função da instituição a que pertencem, sendo a opinião de que é muito importante mais presente na CIR e menos na NC: CIR – 62,5%; CM – 55,6%; 51%; NC – 44%.

Desempenho pedagógico

Tabela nº 119 – *Utentes/clientes * Valorização das dimensões numa instituição social **

Desempenho pedagógico

Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social? (Desempenho pedagógico)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	86	69,9	74,1	74,1
	Alguma	16	13,0	13,8	87,9
	NS/NR	14	11,4	12,1	100,0
	Total	116	94,3	100,0	
Missing	System	7	5,7		
Total		123	100,0		

O desempenho pedagógico é uma das dimensões que é bastante valorizada pelas pessoas servidas nas instituições sociais, mas o valor percentual é inferior ao que os colaboradores atribuíam: temos 74,1% que considera muito importante, quando nos colaboradores era 79,2%.

Perante os resultados dos níveis das habilitações literárias, percebe-se que as pessoas com mais estudos são as mais exigentes nesta área, estando nelas a maior percentagem a referir como muito importante: curso superior – 88,2%; 12º ano – 85,7%; 4º ano – 55,2%.

Analisando a opinião das pessoas segundo o vínculo que as liga às instituições, verifica-se que as pessoas ligadas à infância são as que mais importância atribuem a esta dimensão: encarregados de educação – 86,9% e utentes/clientes da terceira idade – 58,7%.

As pessoas que mais valorizam esta dimensão a nível da vivência das crenças são os que não se consideram praticantes e os que dizem não ir à eucaristia dominical: não praticantes – 81,5%; não eucaristia dominical – 84,2%; praticante – 69,9%; eucaristia dominical – 60%.

Os resultados obtidos pelas diferentes instituições indicam que é na NC que mais se valoriza esta área na instituição (muito importante) e na CIR é onde menos acontece: NC – 91,7%; CP – 81,6%; CM – 66,7%; CIR – 37,5%.

Profissionalismo

Tabela nº 120 – Utentes/clientes * Valorização das dimensões numa instituição social *

Profissionalismo

Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social? (Profissionalismo)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	98	79,7	83,8	83,8
	Alguma	10	8,1	8,5	92,3
	Pouca	2	1,6	1,7	94,0
	NS/NR	7	5,7	6,0	100,0
	Total	117	95,1	100,0	
Missing	System	6	4,9		
Total		123	100,0		

O profissionalismo é muito valorizado pelas pessoas a quem são prestados os serviços pelas instituições sociais; aliás, à semelhança do que já acontecia com os colaboradores: são 83,8% que afirmam ser muito importante, quando nos colaboradores tínhamos 84,9%.

Verificamos que as pessoas com mais habilitações literárias são as que mais valorizam o profissionalismo, considerando-o muito importante: curso superior – 92,2%; 12º ano – 85,7%; 4º ano – 73,3%. Na mesma sequência, as pessoas responsáveis pelas crianças são as que mais valorizam esta dimensão (consideram-na muito importante), em detrimento das da terceira idade: encarregados de educação – 88,5%; utentes/clientes da terceira idade – 78,7%.

A nível das instituições, os resultados indicam que é nas pessoas da NC que esta dimensão é mais valorizada (considerada como muito importante), encontrando-se na situação oposta as pessoas da CIR: NC – 92%; CP – 83,7%; CM – 85,2%; CIR – 68,8%.

Humanismo

Tabela nº 121 – *Utentes/clientes* * *Valorização das dimensões numa instituição social* *

Humanismo

Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social? (Humanismo)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	100	81,3	85,5	85,5
	Alguma	10	8,1	8,5	94,0
	Pouca	1	,8	,9	94,9
	NS/NR	6	4,9	5,1	100,0
	Total	117	95,1	100,0	
Missing	System	6	4,9		
Total		123	100,0		

O humanismo foi outra vertente sobre a qual quisemos saber a opinião das pessoas. Os números manifestam claramente a grande importância que esta dimensão tem para as pessoas (85,5%), realidade igualmente valorizada nos colaboradores (83,7%).

As pessoas com maior escolaridade e responsáveis pelas crianças nas valências da infância são as que mais valorizam o humanismo (considerando-o muito importante): 4º ano – 76,7%; 12º ano – 85,7%; curso superior – 96,1%; encarregados de educação – 90,2%; utentes/clientes da terceira idade – 78,7%. A maior escolarização e a menor idade aparecem como fatores que favorecem a valorização do humanismo.

Em todas as instituições encontramos valores altos, mas na NC é onde esse valor é mais alto e na CIR onde é menor: NC – 96%; CM – 85,2%; CP – 83,7%; CIR – 75%.

Espiritualidade

Tabela nº 122 – *Utentes/clientes* * *Valorização das dimensões numa instituição social* *

Espiritualidade

Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social? (Espiritualidade)					
---	--	--	--	--	--

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	45	36,6	39,1	39,1
	Alguma	39	31,7	33,9	73,0
	Pouca	12	9,8	10,4	83,5
	Nenhuma	3	2,4	2,6	86,1
	NS/NR	16	13,0	13,9	100,0
	Total	115	93,5	100,0	
Missing	System	8	6,5		
Total		123	100,0		

A última dimensão a ser apresentada foi a espiritualidade. A opção de muito importante recebe aqui apenas 39,1%, valor que é muito próximo do apresentado pelos colaboradores (38,5%).

Os homens são as pessoas que menos valorizam a espiritualidade, apresentando-se a variável do sexo como condicionante da opinião (que consideram muito importante): homens – 32,1% e mulheres – 41,9%.

A escolarização também manifesta influência na (des)valorização da espiritualidade (nos que lhe atribuem muita importância), indicando que a maior escolarização leva à menor valorização da espiritualidade: curso superior – 16,3%; 12º ano – 57,1%; 4º ano – 53,3%.

As pessoas idosas são as que mais valorizam a espiritualidade (considerando-a muito importante): utentes/clientes da terceira idade – 55,3% e encarregados de educação da infância – 26,7%.

Temos uma diferença significativa entre os que se consideram crentes praticantes e os que não se consideram, entre os que vão à eucaristia dominical e os que não vão, com uma valorização superior da espiritualidade nos que vão à eucaristia dominical e nos que se consideram praticantes (percentagem dos que consideram muito importante): eucaristia dominical – 57,8%; não eucaristia dominical – 29,8%; praticantes – 45,2%; não praticantes – 33,3%.

A nível das instituições também encontramos valores diferenciados, sendo este um resultado surpreendente, já que é na CM e na NC que mais se valoriza a dimensão espiritual por parte das pessoas: CM – 48%; NC – 44%; CIR – 32,7%; CP – 32,5%. A razão poderá encontrar-se no facto de se falar das instituições sociais em geral.

Analisando os dados dos utentes/clientes sobre todas as dimensões, obtemos a seguinte hierarquia:

Tabela nº 123 – *Utentes/clientes * Valorização das dimensões numa instituição social*

Utentes/clientes	
Humanismo	85,5%
Profissionalismo	83,8%
Desempenho pedagógico	74,1%
Desempenho económico	52,1%
Espiritualidade	39,1%

O humanismo e o profissionalismo claramente sobressaem na importância que atribuída pelos utentes/clientes, seguindo-se o desempenho pedagógico. O lado humano e a competência no trabalho são as dimensões a serem mais atendidas por parte das instituições para agradarem aos utentes/clientes.

Em resumo, hierarquizamos as dimensões apresentadas comparando os utentes/clientes com os colaboradores:

Tabela nº 124 – *Colaboradores e utentes/clientes * Valorização das dimensões numa instituição social*

Utentes/clientes	Colaboradores
85,5% – Humanismo	Profissionalismo – 84,9%
83,8% – Profissionalismo	Humanismo – 83,7%
74,1% – Desempenho pedagógico	Desempenho pedagógico – 79,2%
52,1% – Desempenho económico	Desempenho económico – 51,6%
39,1% – Espiritualidade	Espiritualidade – 38,5%

Detetam-se algumas diferenças que importa anotar, embora não muito significativas: por uma pequena diferença percentual, os utentes/clientes colocam em primeiro lugar o humanismo, aparecendo de seguida o profissionalismo, mostrando como o humanismo é o elemento central para as pessoas que são servidas nestas instituições; ao passo que os colaboradores colocam o profissionalismo em primeiro lugar, seguindo-se de perto o humanismo; o desempenho pedagógico é mais valorizado nos colaboradores que nos utentes/clientes; a dimensão espiritual é minorada na importância que recebe face às restantes, sendo em ambos os casos a que menor valor recebe.

2- Dimensões importantes numa instituição social de igreja

Dissecada a importância que as pessoas atribuem às diferentes dimensões numa instituição social, analisamos de seguida a valoração que atribuem às mesmas dimensões numa instituição social de igreja, a fim de perceber se existem ou não diferenças.

2.1- Colaboradores

Desempenho económico

Tabela nº 125 – Colaboradores * Valorização das dimensões numa instituição social de igreja * Desempenho económico

Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social de igreja? (Desempenho económico)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	39	37,5	43,3	43,3
	Alguma	28	26,9	31,1	74,4
	Pouca	7	6,7	7,8	82,2
	Nenhuma	1	1,0	1,1	83,3
	NS/NR	15	14,4	16,7	100,0
	Total		90	86,5	100,0
Missing	System	14	13,5		
Total		104	100,0		

Relativamente às instituições sociais de igreja, apenas 43,3% dos colaboradores consideram que é muito importante o desempenho económico, quando em relação às instituições sociais em geral manifestavam esta opinião 51,6%. Embora não seja uma diferença muito grande, ela dá a conhecer que os inquiridos consideram que o desempenho económico deve ter menos relevância nas instituições sociais de igreja do que nas outras.

Apesar das diferenças serem pequenas, continuam a ser os membros das direções que mais referem ser muito importante o desempenho económico: direções – 47,1%; educadoras e responsáveis técnicas – 44,4%; auxiliares – 42,2%.

As pessoas que frequentam a eucaristia dominical e as que se consideram crentes praticantes são as que mais consideram como muito importante a dimensão económica: eucaristia dominical – 63,2%; não eucaristia dominical – 29,7%; crentes praticantes – 48,2%; não praticantes – 33,3%.

É nas pessoas da CP que encontramos a maior percentagem a considera como muito importante o desempenho económico e na NC que encontramos a menor percentagem: CP – 57,5%; CIR – 42,1%; CM – 37,5%; NC – 33,3%. Tal poderá indicar que as pessoas de uma instituição NC considerem que nas homólogas canónicas se deve valorizar pouco a dimensão económica.

Desempenho pedagógico

Tabela nº 126 – *Colaboradores * Valorização das dimensões numa instituição social de igreja * Desempenho pedagógico*

Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social de igreja? (Desempenho pedagógico)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	63	60,6	68,5	68,5
	Alguma	14	13,5	15,2	83,7
	Nenhuma	1	1,0	1,1	84,8
	NS/NR	14	13,5	15,2	100,0
	Total	92	88,5	100,0	
Missing	System	12	11,5		
Total		104	100,0		

O desempenho pedagógico recebe 68,5% dos colaboradores a considerá-lo como muito importante, sendo que as mesmas pessoas atribuíam maior importância a esta dimensão nas instituições sociais em geral (79,2%).

São as educadoras que continuam mais a considerar como sendo muito importante o desempenho pedagógico (esta é principal «responsabilidade» delas): educadoras – 94,4%; direções – 66,7%; auxiliares e responsáveis técnicas – 60%.

Quem mais considera o desempenho pedagógico como muito importante são os que se consideram crentes praticantes e os que dizem participar na eucaristia dominical: crentes

praticantes – 75,9%; não praticantes – 62,5%; eucaristia dominical – 80%; não eucaristia dominical – 70,3%.

Os colaboradores da CP são os que mais percebem o desempenho pedagógico como muito importante e os da NC que menos o fazem: CP – 92,3%; CIR – 73,7%; CM – 64%; NC – 40,9%.

Profissionalismo

Tabela nº 127 – *Colaboradores * Valorização das dimensões numa instituição social de igreja * Profissionalismo*

Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social de igreja? (Profissionalismo)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	68	65,4	73,1	73,1
	Alguma	8	7,7	8,6	81,7
	Pouca	2	1,9	2,2	83,9
	Nenhuma	1	1,0	1,1	84,9
	NS/NR	14	13,5	15,1	100,0
	Total	93	89,4	100,0	
Missing	System	11	10,6		
Total		104	100,0		

Questionadas as pessoas sobre a importância do profissionalismo, 73,1% consideram-no como sendo muito importante, quando nas instituições sociais em geral tínhamos 84,9%. As educadoras são as que mais julgam o profissionalismo como muito importante: educadoras – 88,9%; auxiliares – 72,9%; direções – 64,7%; responsáveis – 55,6%.

São os que se consideram crentes praticantes e os que frequentam a eucaristia dominical que mais percebem o profissionalismo como muito importante: crentes praticantes

– 79,3%; não praticantes – 68%; eucaristia dominical – 80%; não eucaristia dominical – 71,1%.

Dividindo as opiniões pelas instituições, anotamos que os colaboradores da CP são os que mais consideram o profissionalismo como muito importante e os da NC que menos o fazem: CP – 96,2%; CM – 80%; CM – 68%; NC – 45,5%.

Humanismo

Tabela nº 128 – *Colaboradores * Valorização das dimensões numa instituição social de igreja * Humanismo*

Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social de igreja? (Humanismo)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	73	70,2	79,3	79,3
	Alguma	4	3,8	4,3	83,7
	Pouca	1	1,0	1,1	84,8
	Nenhuma	1	1,0	1,1	85,9
	NS/NR	13	12,5	14,1	100,0
	Total	92	88,5	100,0	
Missing	System	12	11,5		
Total		104	100,0		

Segundo os dados recolhidos, 79,3% dos colaboradores consideram o humanismo como muito importante nas instituições sociais de igreja, percentagem inferior ao registado sobre a importância do humanismo nas instituições sociais na generalidade (83,7%). São as educadoras as que mais consideram ser muito importante o humanismo: educadoras – 88,9%; auxiliares – 78,3%; direções – 77,8%; responsáveis – 66,7%.

Quem mais considera o humanismo como muito importante são os crentes que se dizem praticantes e os que afirmam participar na eucaristia dominical: crentes praticantes –

88,1%; não praticantes – 65,2%; eucaristia dominical – 92,7%; não eucaristia dominical – 70,3%.

São os colaboradores da instituição CP que mais consideram o humanismo como muito importante e os da NC que menos o fazem: CP – 92,3%; CIR – 90%; CM – 79,2%; NC – 54,5%.

Espiritualidade

Tabela nº 129 – *Colaboradores * Valorização das dimensões numa instituição social de igreja * Espiritualidade*

Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social de igreja? (Espiritualidade)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	62	59,6	68,9	68,9
	Alguma	9	8,7	10,0	78,9
	Pouca	3	2,9	3,3	82,2
	Nenhuma	3	2,9	3,3	85,6
	NS/NR	13	12,5	14,4	100,0
	Total	90	86,5	100,0	
Missing	System	14	13,5		
Total		104	100,0		

A espiritualidade é considerada como sendo muito importante por 68,9% dos colaboradores das instituições, sendo este valor muito mais elevado do que aquele que se encontra para as instituições sociais gerais (38,5%). Percebe-se que as pessoas têm a expectativa que esta vertente deverá ter uma maior relevância numa instituição social de igreja do que numa que não é. As auxiliares são as que mais consideram a espiritualidade como muito importante e as educadoras as que menos o fazem: auxiliares – 73,3%; direções – 70,6%; responsáveis – 66,7%; educadoras – 55,6%.

As pessoas que se consideram crentes praticantes e as que afirmam participar na eucaristia dominical são as que mais consideram a espiritualidade como muito importante: crentes praticantes – 78,9%; não praticantes – 54,2%; eucaristia dominical – 82,1%; não eucaristia dominical – 62,2%.

Os colaboradores da CIR são os que mais consideram a espiritualidade como muito importante e os da NC que menos o fazem: CIR – 83,3%; CP – 70,4%; CM – 66,7%; NC – 57,1%.

Sintetizando os dados recolhidos, concluímos que os resultados se apresentam com a seguinte ordem:

Tabela nº 130 – *Colaboradores * Valorização das dimensões numa instituição social de igreja*

Colaboradores	
Humanismo	79,3%
Profissionalismo	73,1%
Espiritualidade	68,9%
Desempenho pedagógico	68,5%
Desempenho económico	43,3%

A grande nota que se destaca é a valoração que é dada à espiritualidade numa instituição social de igreja face aos resultados anteriores: de último passa para terceiro lugar e de valores inferiores a 40% passa para valores próximos dos 70%.

2.2- Utentes/clientes

Desempenho económico

Tabela nº 131 – *Utentes/clientes * Valorização das dimensões numa instituição social de igreja * Desempenho económico*

Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social de igreja? (Desempenho económico)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	51	41,5	44,3	44,3
	Alguma	35	28,5	30,4	74,8
	Pouca	11	8,9	9,6	84,3
	Nenhuma	1	,8	,9	85,2
	NS/NR	17	13,8	14,8	100,0
	Total	115	93,5	100,0	
Missing	System	8	6,5		
Total		123	100,0		

A primeira dimensão colocada em análise, como nos colaboradores, foi o desempenho económico: temos 44,3% que o considera como muito importante, sendo aqui atribuída uma importância inferior àquela que era atribuída às instituições em geral (muito importante – 52,1%). Aqui acontece a mesma «desvalorização» que nos colaboradores.

Verificamos que os utentes/clientes da terceira idade valorizam (consideram muito importante) mais o desempenho económico do que os responsáveis pelas crianças: encarregados de educação – 44,3% e utentes/clientes da terceira idade – 50%.

São sentidas algumas diferenças entre os que se consideram praticantes e os que não, entre os que afirmam participar na eucaristia dominical e os que não o fazem, sendo os que frequentam a eucaristia dominical e os que se consideram praticantes que valorizam mais (consideram muito importante) esta dimensão: eucaristia dominical – 56,8%; não eucaristia dominical – 36,8%; praticantes – 51,4%; não praticantes – 29,6%.

Encontramos a maior valorização do desempenho económico na CIR; as restantes estão todas muito próximas, mas é na NC que o valor é inferior: CIR – 50%; CP – 44,9%; CM – 42,3%; NC – 41,7%.

Desempenho pedagógico

Tabela nº 132 – *Utentes/clientes * Valorização das dimensões numa instituição social **

Desempenho pedagógico

Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social de igreja? (Desempenho pedagógico)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	87	70,7	75,7	75,7
	Alguma	11	8,9	9,6	85,2
	NS/NR	17	13,8	14,8	100,0
	Total	115	93,5	100,0	
Missing	System	8	6,5		
Total		123	100,0		

Inquiridas as pessoas sobre a importância do desempenho pedagógico, temos 75,7% a considerar que é muito importante, valor este que é muito próximo do que resultou na mesma questão em relação às instituições sociais em geral (74,1%). As tendências das diversas variáveis são as mesmas que se encontravam para as instituições sociais em geral.

Profissionalismo

Tabela nº 133 – *Utentes/clientes * Valorização das dimensões numa instituição social de igreja * Profissionalismo*

Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social de igreja? (Profissionalismo)
--

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	97	78,9	83,6	83,6
	Alguma	9	7,3	7,8	91,4
	NS/NR	10	8,1	8,6	100,0
	Total	116	94,3	100,0	
Missing	System	7	5,7		
Total		123	100,0		

O profissionalismo é bastante valorizado pelas pessoas que frequentam as instituições sociais analisadas, sendo que 83,6% o consideram como muito importante; o valor e as tendências são muito semelhantes aos que apareciam quando analisávamos a dimensão em relação às instituições sociais em geral (83,8%).

Humanismo

Tabela nº 134 – *Utentes/clientes * Valorização das dimensões numa instituição social **

Humanismo

Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social de igreja? (Humanismo)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	102	82,9	87,9	87,9
	Alguma	5	4,1	4,3	92,2
	NS/NR	9	7,3	7,8	100,0
	Total	116	94,3	100,0	
Missing	System	7	5,7		
Total		123	100,0		

O humanismo é uma das dimensões que é muito valorizada nas instituições sociais de igreja: 87,9%; um valor mais alto do que o sugerido para as instituições sociais em geral (85,5%), mas que continua a não ser muito distante do valor percentual e das tendências aferidas na análise para as instituições em geral.

Espiritualidade

Tabela nº 135 – *Utentes/clientes * Valorização das dimensões numa instituição social de igreja * Espiritualidade*

Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social de igreja? (Espiritualidade)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	80	65,0	70,2	70,2
	Alguma	18	14,6	15,8	86,0
	Pouca	2	1,6	1,8	87,7
	Nenhuma	1	,8	,9	88,6
	NS/NR	13	10,6	11,4	100,0
	Total	114	92,7	100,0	
Missing	System	9	7,3		
Total		123	100,0		

Encontramos 70,2% que consideram a espiritualidade como muito importante para as instituições sociais de igreja, sendo este valor muito superior ao que surgia sobre a importância da espiritualidade para as instituições sociais em geral (39,1%).

Quer os homens quer as mulheres consideram maioritariamente que a espiritualidade é muito importante, mas as mulheres valorizam-na claramente mais: homens – 51,9% e mulheres – 75,6%. Os utentes/clientes da terceira idade valorizam bastante mais (consideram-na muito importante) a espiritualidade nas instituições sociais de igreja que os encarregados de educação: utentes/clientes da terceira idade – 82,6% e encarregados de educação – 61%.

Existe uma diferença percentual entre os que se consideram praticantes e os que não, entre os que dizem participar na eucaristia dominical e os que não, sendo os que se consideram praticantes e os que afirmam ir à eucaristia dominical os que mais valorizam a espiritualidade (lhes atribuem muita importância) nas instituições sociais de igreja: praticantes – 80,8%; não praticantes – 50%; eucaristia dominical – 87%; não eucaristia dominical – 63,6%.

É na CM que temos a maior percentagem das pessoas a considerarem como sendo muito importante a espiritualidade nas instituições sociais de igreja e na CP que temos a menor percentagem: CM – 80%; CIR – 75%; NC – 68%; CP – 64,6%.

Resumindo os dados recolhidos, verificamos que os resultados se apresentam com a seguinte ordem:

Tabela nº 136 – *Utentes/clientes * Valorização das dimensões numa instituição social de igreja*

Utentes/clientes	
Humanismo	87,9%
Profissionalismo	83,6%
Desempenho pedagógico	75,7%
Espiritualidade	70,2%
Desempenho económico	44,3%

A grande nota que se destaca, na linha dos colaboradores, é a valorização que é dada à espiritualidade numa instituição social de igreja face às que não são de igreja: de valores inferiores a 40% passa para 70,2%.

Síntese

Como conclusão das questões examinadas – a importância de diversas dimensões na ação das instituições sociais em geral e das instituições sociais de igreja – expomos duas tabelas com as percentagens, tendo presente os valores referentes à opção de muita importância.

Tabela nº 137 – *Colaboradores e utentes/clientes * Valorização das dimensões numa instituição social*

Utentes/clientes	Colaboradores
Humanismo – 85,5%	Profissionalismo – 84,9%
Profissionalismo – 83,8%	Humanismo – 83,7%
Desempenho pedagógico – 74,1%	Desempenho pedagógico – 79,2%
Desempenho económico – 52,1%	Desempenho económico – 51,6%
Espiritualidade – 39,1%	Espiritualidade – 38,5%

Tabela nº 138 – *Colaboradores e utentes/clientes * Valorização das dimensões numa instituição social de igreja*

Utentes/clientes	Colaboradores
Humanismo – 87,9%	Humanismo – 79,3%
Profissionalismo – 83,6%	Profissionalismo – 73,1%
Desempenho pedagógico – 75,7%	Espiritualidade – 68,9%
Espiritualidade – 70,2%	Desempenho pedagógico – 68,5%
Desempenho económico – 44,3%	Desempenho económico – 43,3%

- Equiparando as duas tabelas, percebemos que as diferenças não são muitas, mas as que existem comportam bastante significado. Quer os utentes/clientes, quer os colaboradores consideram como sendo muito mais importante a espiritualidade numa instituição social de igreja do que numa instituição

social geral; O desempenho económico é menos valorizado nas instituições sociais de igreja do que nas instituições sociais em geral.

Recuperando a parte teórica do trabalho, vemos como o humanismo é essencial nestes serviços. Em qualquer situação, a pessoa fragilizada será cuidada com humanidade, ou seja, de modo benevolente, bondoso, compassivo e cortês⁴⁹⁷. Pretende-se que a dimensão pedagógica e o profissionalismo não cortem a relação pessoal e humana nos serviços prestados.

A espiritualidade é apresentada efetivamente como uma marca distintiva entre as instituições sociais de igreja e as que não são de igreja, sem que seja nelas descorado o humanismo, o profissionalismo e o desempenho pedagógico. Na reflexão alertava-se para o perigo da «promoção programada da indiferença religiosa ou do ateísmo prático», já que «o homem não é um átomo perdido num universo causal»⁴⁹⁸. A valorização que é dada à espiritualidade nas instituições sociais de igreja vem confirmar o cuidado a ter essa dimensão. Na perceção antropológica cristã do homem, suscitar-se-á a inquietação pela dimensão espiritual, sem que a caridade deixe de ser genuína e autêntica em si. Não será mero trampolim para o objetivo espiritual. «O cristão sabe quando é tempo de falar de Deus e quando é justo não o fazer, deixando falar somente o amor»⁴⁹⁹.

3- Características específicas da instituição

Quisemos saber a opinião das pessoas sobre as características ou dimensões que consideram como mais identificadoras da instituição onde se encontram. Não se trata de avaliar as instituições no intuito de ajuizar o seu desempenho, mas de conseguir mais um

⁴⁹⁷ Cf. R. NUNES - C. BRANDÃO, *Ibidem*, 101.

⁴⁹⁸ *Caritas in Veritate*, 29.

⁴⁹⁹ *Deus Caritas Est*, 31.

elemento para a valoração que é feita das diversas dimensões estudadas, nomeadamente a vertente espiritual. Colocamos diversas opções, solicitando que indicassem duas das apontadas, podendo acrescentar outra às que estavam sugeridas.

3.1- Colaboradores

Humanismo

Tabela nº 139 – *Colaboradores * Caraterística específica da instituição * Humanismo*

Quais as caraterísticas específicas desta instituição – (Humanismo)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	62	59,6	100,0	100,0
Missing	System	42	40,4		
Total		104	100,0		

O humanismo aufere 59,6% das opiniões como sendo uma das caraterísticas da instituição na qual trabalham. Quem mais refere esta dimensão são as auxiliares, os membros das direções, os crentes praticantes e os membros da NC.

Desempenho pedagógico

Tabela nº 140 – *Colaboradores * Caraterística específica da instituição * Desempenho pedagógico*

Quais as caraterísticas específicas desta instituição – (Desempenho pedagógico)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	46	44,2	100,0	100,0
Missing	System	58	55,8		

Total	104	100,0		
--------------	-----	-------	--	--

O desempenho pedagógico conta com 44,2% das opiniões como sendo uma das características da instituição na qual trabalham. As pessoas que mais consideram a vertente pedagógica são as que têm curso superior e as educadoras.

Profissionalismo

Tabela nº 141 – *Colaboradores * Característica específica da instituição * Profissionalismo*

Quais as características específicas desta instituição – (Profissionalismo)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	3	59	56,7	100,0	100,0
Missing	System	45	43,3		
Total		104	100,0		

O profissionalismo arrecada 56,7% das opiniões como característica marcante da instituição na qual trabalham. Neste contexto, destacam-se as pessoas que não participam na eucaristia dominical e as pessoas da instituição CP como as que mais salientam esta dimensão.

Desempenho económico

Tabela nº 142 – *Colaboradores * Característica específica da instituição * Desempenho económico*

Quais as características específicas desta instituição – (Desempenho económico)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	4	8	7,7	100,0	100,0
Missing	System	96	92,3		

Total	104	100,0		
--------------	-----	-------	--	--

O desempenho económico aparece com valor bastante inferior aos anteriores, tendo 7,7% das opiniões. É um valor muito reduzido para traçar preferências.

Simpatia

Tabela nº 143 – *Colaboradores * Característica específica da instituição * Simpatia*

Quais as características específicas desta instituição – (Simpatia)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	5	12	11,5	92,3	100,0
	Total	13	12,5	100,0	
Missing	System	91	87,5		
Total		104	100,0		

A simpatia recebe 11,5% das opiniões como sendo uma das características da instituição na qual trabalham. Os valores não permitem encontrar preferências.

Espiritualidade

Tabela nº 144 – *Colaboradores * Característica específica da instituição * Espiritualidade*

Quais as características específicas desta instituição – (Espiritualidade)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	6	21	20,2	100,0	100,0
Missing	System	83	79,8		
Total		104	100,0		

A espiritualidade surge com 20,2% das opiniões como característica da instituição onde estão a trabalhar. Em relação aos valores totais das pessoas, observamos que são os

membros das direções e os que frequentam a eucaristia dominical quem mais referem a espiritualidade; a nível das instituições é na NC que menos se refere.

Atendimento

Tabela nº 145 – *Colaboradores * Caraterística específica da instituição * Atendimento*

Quais as caraterísticas específicas desta instituição – (Atendimento)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	7	8	7,7	100,0	100,0
Missing	System	96	92,3		
Total		104	100,0		

Por fim, o atendimento recebe 7,7% de respostas das pessoas que a consideram como marca peculiar da instituição na qual trabalham. O valor não permite encontrar tendências.

3.2- Utentes/clientes

Humanismo

Tabela nº 146 – *Utentes/clientes * Caraterística específica da instituição * Humanismo*

Quais as caraterísticas específicas desta instituição – (Humanismo)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	64	52,0	100,0	100,0
Missing	System	59	48,0		
Total		123	100,0		

O humanismo recebe 52% das opiniões como uma das características da instituição à qual as pessoas estão ligadas. Embora existam valores diferenciados segundo as variáveis independentes, os mesmos não se mostram significativos.

Desempenho pedagógico

Tabela nº 147 – *Utentes/clientes * Característica específica da instituição * Desempenho pedagógico*

Quais as características específicas desta instituição – (Desempenho pedagógico)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	50	40,7	100,0	100,0
Missing	System	73	59,3		
Total		123	100,0		

O desempenho pedagógico situa-se nos 40,7% das opiniões como característica da instituição à qual as pessoas estão ligadas. Podemos afirmar que são as pessoas mais novas, com curso superior e encarregados de educação que mais salientam o desempenho pedagógico; é na CP que o desempenho pedagógico merece maior relevo.

Profissionalismo

Tabela nº 148 – *Utentes/clientes * Característica específica da instituição * Profissionalismo*

Quais as características específicas desta instituição – (Profissionalismo)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	3	64	52,0	100,0	100,0
Missing	System	59	48,0		
Total		123	100,0		

O profissionalismo recebe 52% das opiniões como característica marcante da instituição à qual as pessoas estão ligadas. São os encarregados de educação e as pessoas da CP que mais apontam o profissionalismo como marca da instituição.

Desempenho económico

Tabela nº 149 – *Utentes/clientes * Característica específica da instituição * Desempenho económico*

Quais as características específicas desta instituição – (Desempenho económico)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	4	3	2,4	100,0	100,0
Missing	System	120	97,6		
Total		123	100,0		

O desempenho económico surge com o valor mais baixo, 2,4% das opiniões indicam como sendo esta uma característica da instituição à qual as pessoas estão ligadas. Não existe valor suficiente para marcar qualquer tendência relevante.

Simpatia

Tabela nº 150 – *Utentes/clientes * Característica específica da instituição * Simpatia*

Quais as características específicas desta instituição – (Simpatia)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	5	33	26,8	100,0	100,0
Missing	System	90	73,2		
Total		123	100,0		

A nível da simpatia encontramos 26,8% das pessoas a apontarem-na como uma das características da instituição à qual estão ligadas. São as pessoas com mais de 70 anos, com o 4º ano de escolaridade e utentes/clientes da terceira idade as que mais referem a simpatia; a nível institucional, é na NC que esta dimensão é mais referida.

Espiritualidade

Tabela nº 151 – *Utentes/clientes * Característica específica da instituição * Espiritualidade*

Quais as características específicas desta instituição – (Espiritualidade)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	6	12	9,8	100,0	100,0
Missing	System	111	90,2		
Total		123	100,0		

A espiritualidade encontra 9,8% das opiniões de pessoas que a consideram como uma marca da instituição. São as pessoas com mais de 70 anos, utentes/clientes da terceira idade, participantes da eucaristia dominical e ligados à CIR que mais indicam a espiritualidade.

Atendimento

Tabela nº 152 – *Utentes/clientes * Característica específica da instituição * Atendimento*

Quais as características específicas desta instituição – (Atendimento)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	7	24	19,5	100,0	100,0
Missing	System	99	80,5		
Total		123	100,0		

Finalmente, o atendimento recebe 19,5% das opiniões como sendo uma das características da instituição à qual as pessoas se encontram ligadas. São sobretudo pessoas da terceira idade e utentes/clientes da CM e NC que mais acentuam o atendimento.

Síntese

Para uma análise aperfeiçoada e comparativa, colocamos numa tabela os valores apurados juntos dos colaboradores e dos utentes/clientes.

Tabela nº 153 – *Colaboradores e utentes/clientes * Características específicas da instituição*

Colaboradores	Utentes/clientes
Humanismo – 59,6%	Humanismo – 52%
Profissionalismo – 56,7%	Profissionalismo – 52%
Desempenho pedagógico – 44,2%	Desempenho pedagógico – 40,7%
Espiritualidade – 20,2%	Simpatia – 26,8%
Simpatia – 11,5%	Atendimento – 19,5%
Desempenho económico – 7,7%	Espiritualidade – 9,8%
Atendimento – 7,7%	Desempenho económico – 2,4%

- Destacamos que a espiritualidade é mais anotada pelos colaboradores do que pelos utentes/clientes, aparecendo mesmo nos primeiros com um valor significativo; já nos segundos encontra-se com valores bem inferiores. Será que os utentes/clientes desejariam que fosse uma realidade mais viva, quando

não o é? Ou será que os colaboradores se preocupam mais com esta dimensão que os utentes/clientes, sendo para estes secundária?

4- Importância da dimensão religiosa

No inquérito procuramos saber se os encarregados de educação atribuem importância à dimensão espiritual na formação dos seus filhos e os utentes/clientes da terceira idade às suas atividades.

Tabela nº 154 – *Utentes/clientes * Importância da dimensão religiosa*

Considera importante a dimensão religiosa na formação dos seus filhos (na situação de ter filhos nas valências da Infância) ou nas "atividades" dos idosos (na situação de frequentar valências da terceira idade)?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	98	79,7	83,8	83,8
	Não	12	9,8	10,3	94,0
	Não sei	3	2,4	2,6	96,6
	Não respondo	4	3,2	3,3	100,0
	Total	117	95,1	100,0	
Missing	System	6	4,9		
Total		123	100,0		

Esta vertente, em certo sentido, já foi refletida quando apuramos os dados sobre a importância das diversas dimensões na ação das instituições sociais em geral e de igreja, nomeadamente no que se refere à dimensão espiritual; contudo, quisemos agora aferir a opinião em específico: temos 83,8% a considerar ser importante a dimensão espiritual e 10,3% a negarem tal importância.

Existe uma maior preocupação por parte das mulheres pela dimensão religiosa, já que temos uma percentagem bastante maior nelas a considerar que é importante: homens – 67,9%; mulheres – 89,7%, confirmando deste modo a tendência já anotada.

É muito clara a diferença de opinião entre os encarregados de educação das crianças e os idosos que estão nas instituições sociais, sendo os primeiros aqueles que menos importância imputam à religião, na linha dos dados anteriores: encarregados de educação – 72,1% e utentes/clientes da terceira idade – 95,7%.

As diversas vivências religiosas traduzem opiniões distintas sobre este assunto: temos uma diferença significativa entre os que se consideram crentes praticantes e os não praticantes, entre os que afirmam participar na eucaristia dominical e os que não, sendo os que se consideram praticantes e os que afirmam ir à eucaristia dominical os que mais importante consideram a religião nestas instituições: praticantes – 98,6%; não praticantes – 70,4%; eucaristia dominical – 100%; não eucaristia dominical – 82,5%.

São as pessoas ligadas à CIR que mais valorizam a religiosidade e as da CP que menos o fazem: CIR – 100%; CM – 88,9%; NC – 80%; CP – 77,6%.

Em resumo, a grande maioria das pessoas reconhece que é importante a dimensão religiosa na formação dos filhos e nas atividades das pessoas idosas, estando estes dados a confirmarem os referidos anteriormente sobre a importância da espiritualidade nas IPSS's canónicas.

5. Atenção aos necessitados

Um tema recorrente quando se reflete sobre os objetivos e a missão dos centros sociais paroquiais prende-se com a capacidade e vocação para desenvolver ação caritativa para com os necessitados (apoio concreto aos desprotegidos, os quais não tenham

enquadramento nas respostas sociais tipificadas); ou se essa ação terá de ser exercida por outra instituição/outro grupo numa dada paróquia (ex.: conferência vicentina). Será que as IPSS's canónicas deverão restringir a sua ação aos protocolos estabelecidos com a Segurança Social? A necessidade de ter uma gestão sustentável das mesmas permitirá tais práticas? Muitas são as questões que aqui se levantam, as quais não podemos aprofundar; contudo, poderão merecer reflexão futura a partir da única questão aqui colocada.

Tabela nº 155 – *Colaboradores * Ajuda gratuita aos necessitados*

É possível a ajuda gratuita aos necessitados, nesta instituição?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	70	67,3	68,6	68,6
	Não	4	3,8	3,9	72,5
	Não Sei	21	20,2	20,6	93,1
	Não respondo	7	6,7	6,9	100,0
	Total	102	98,1	100,0	
Missing	System	2	1,9		
Total		104	100,0		

Construímos uma questão em sentido amplo – para a colocar só aos colaboradores, já que as outras pessoas não teriam «informação» suficiente sobre o tema –, para perceber o que pensam acerca da ajuda gratuita aos necessitados. Observamos que 68,6% das pessoas consideram que tal é possível; 27,5% dizem não saber ou não responder, e só 3,9% afirmam que não.

Os membros das direções são os que mais referem existir resposta gratuita aos necessitados: direções – 85%; responsáveis técnicos – 72,7%; auxiliares – 66%; educadoras – 55%. Estes dados indicam que os responsáveis diretivos estão mais empenhados nesta ação, dependendo essa ajuda da decisão ou permissão deles.

As pessoas que se consideram crentes praticantes e os que participam na eucaristia dominical são as que mais reconhecem existir possibilidade de resposta gratuita aos necessitados: crentes praticantes – 75,4%; não praticantes – 61,5%; eucaristia dominical – 78,7%; não eucaristia dominical – 65%. A crença potencia a predisposição para este tipo de serviço.

É na NC que mais se reconhece existir possibilidades de ajuda gratuita aos necessitados e na CP onde tal menos se admite: NC – 92%; CM – 76,9%; CIR – 61,9%; CP – 46,7%. Não é a matriz canónica que marca a opção mais favorável neste assunto, muito embora devamos atender que a afirmação cristã dos inquiridos acontece numa ampla maioria em todas as instituições e poderá esse dado estar presente.

R. Girard apresentava a preocupação moderna com as vítimas como o «avanço histórico inexorável da verdade cristã no nosso mundo»⁵⁰⁰, estando esta preocupação confirmada nas respostas afirmativas que são dadas nesta questão.

F – Cidadania do religioso

Terminamos a análise da opinião dos inquiridos solicitando-lhes o parecer sobre o «direito à cidadania de uma religião no seio de uma sociedade», tema este que foi aprofundado ao longo da reflexão que efetuámos. Nela afirmámos a necessidade de as sociedades encontrarem espaço para a vida «cívica» das religiões, não as remetendo à invisibilidade pública; simultaneamente foi afirmado que a religião não controlará a sociedade secular. Dada a pertinência do tema no quadro geral de toda a reflexão, vejamos o que pensam os inquiridos sobre o assunto.

⁵⁰⁰ R. GIRARD, *Ibid.*, 215.

1- Presença pública/cívica da religião na sociedade

1.1- Colaboradores

Tabela nº 156 – Colaboradores * Presença pública/cívica da religião

A religião deve ter presença pública/cívica na sociedade?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	75	72,1	76,5	76,5
	Não	2	1,9	2,0	78,6
	NS/NR	21	20,2	21,4	100,0
	Total	98	94,2	100,0	
Missing	System	6	5,8		
Total		104	100,0		

Os colaboradores consideram, em larga maioria, que a religião deve ter presença pública/cívica no seio da sociedade, existindo uma percentagem quase nula de inquiridos que se opõem, surgindo um grupo razoável sem se exprimir positivamente ou negativamente (sim – 76,5%; não – 2%; NS/NR – 21,4%).

As pessoas das direções são as que mais consideram como necessária a existência de uma presença pública/cívica da religião na sociedade e as educadoras as que menos o afirmam: direções – 84,2%; responsáveis – 81,8%; auxiliares – 77,6%; educadoras – 61,1%. Os elementos diretivos são os impulsionadores destes serviços sociais, o que já é uma concretização da presença social da religião.

Perante as vivências religiosas, vemos que os crentes que se dizem praticantes e os que afirmam participar na eucaristia dominical consideram mais necessária a presença pública/cívica de uma religião na sociedade que os que os restantes: crentes praticantes – 90,3%; não praticantes – 60%; eucaristia dominical – 97,8%; não eucaristia dominical – 65,8%. Temos uma defesa clara dos crentes comprometidos no sentido de a religião ter uma presença pública na sociedade.

Os colaboradores da instituição CIR são os que mais consideram como relevante a presença pública/cívica da religião na sociedade e os da CP (não era resultado projetável) os que menos o referem: CIR – 94,7%; CM – 76,9%; NC – 75%; CP – 65,5%.

1.2- Utentes/clientes

Tabela nº 157 – *Utentes/clientes * Presença pública/cívica da religião*

A religião deve ter presença pública/cívica na sociedade?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	93	75,6	76,9	76,9
	Não	14	11,4	11,6	88,4
	NS/NR	14	11,4	11,6	100,0
	Total	121	98,4	100,0	
Missing	System	2	1,6		
Total		123	100,0		

Os utentes/clientes indicam maioritariamente que a religião deve ter presença pública/cívica no seio de uma sociedade (76,9%), valor muito semelhante ao dos colaboradores (76,5%); a diferença está na menor percentagem que aqui existe nos que NS/NR e maior percentagem nos que consideram não. Nos utentes/clientes temos no não 11,6% e no NS/NR 11,6%; nos colaboradores tínhamos 2% no não e 21,4% no NS/NR.

Encontramos nas mulheres uma percentagem superior à dos homens como sendo favoráveis à presença pública/cívica da religião na sociedade: homens – 62,1% e mulheres – 83,3%. Este dado encontra-se na linha das conclusões anteriores em torno desta variável.

Entre os encarregados de educação e os utentes/clientes da terceira idade, são as pessoas idosas, na continuidade dos dados anteriores, que mais referem a necessidade da religião ter uma presença pública/cívica na sociedade: utentes/clientes da terceira idade – 85,4% e encarregados de educação – 74,6%.

Entre os crentes que se consideram praticantes e os que afirmam ir à eucaristia dominical encontramos apenas uma pequena superioridade na afirmação da mesma presença da religião em comparação com os não crentes e os que não vão à eucaristia dominical: praticantes – 88,3%; não praticantes – 77,8%; eucaristia dominical – 87,5%; não eucaristia dominical – 84,2%.

Os valores da CP, CM e CIR são muito semelhantes uns aos outros quanto às pessoas que afirmam a necessidade da religião ter uma presença pública/cívica na sociedade; na NC encontramos um valor bastante inferior com esta opinião: CP – 83,7%; CM – 83,3%; CIR – 82,4%; NC – 52%. Nos utentes/clientes parece indicar-se que o facto de se estar numa instituição cristã favorece a opinião favorável à ação pública da religião.

Síntese

Tabela nº 158 – *Colaboradores e utentes/clientes * Presença pública/cívica da religião*

	A religião deve ter presença pública/cívica na sociedade	
	Sim	Não
Colaboradores	76,5%	2%
Utentes/clientes	76,9%	11,6%

- Os dados do inquérito vêm confirmar os dados apresentados pela reflexão teórica, no sentido da afirmação da relevância pública da religião; a história manifesta o papel inegável da religião na edificação das sociedades: «Inegável é a contribuição que as religiões prestam à sociedade. São numerosas as instituições caritativas e culturais que atestam o papel construtivo dos crentes na vida social. Ainda mais importante é a

contribuição ética da religião no âmbito político»⁵⁰¹. Tudo se articula no pensamento de J. Milbank⁵⁰², segundo o qual o secular não pode «policar» o sagrado para fora da vida cívica.

2- O estado face às instituições sociais: imposição ou relação de parceria?

As instituições sociais, nomeadamente as IPSS's, funcionam na correlação com o estado, fruto dos protocolos de cooperação e por força das leis e normas que a tutela emite no sentido de nortear a ação social das mesmas. A questão que se levantou aos colaboradores (unicamente a eles) foi no sentido de apurar se a função de tutela que o Ministério exerce sobre estas instituições permite liberdade para que sejam autónomas na ação que desenvolvem.

Tabela nº 159 – *Colaboradores * Autonomia das IPSS's face ao estado*

Na relação com o estado, que autonomia é concedida às instituições sociais?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	4	3,8	4,0	4,0
	Alguma	55	52,9	54,5	58,4
	Pouca	15	14,4	14,9	73,3
	Nenhuma	27	26,0	26,7	100,0
	Total	101	97,1	100,0	
Missing	System	3	2,9		
Total		104	100,0		

Os resultados expressam que só 4% afirmam que as instituições sociais têm muita autonomia, a maior parte (54,5%) diz que têm alguma autonomia; 14,9% são de opinião que

⁵⁰¹ *Dum Dies XLIV Internationalis commemoratur pro Pace promovenda: «Libertas religiosa, iter ad pacem», 6.*

⁵⁰² Cf. J. MILBANK, *Ibidem*, 143.

lhes é atribuída pouca autonomia e, finalmente, 26% respondem que não existe nenhuma autonomia.

São os membros das direções, as pessoas com mais idade, os crentes praticantes e os que participam na eucaristia dominical que mais afirmam a autonomia das instituições face ao estado; os que menos afirmam esta autonomia são as auxiliares. Existe pouca aceitação da existência de muita autonomia.

Esta temática enquadra-se na reflexão da DSI acerca do princípio da subsidiariedade. Recuperamos a afirmação de que, «assim como é injusto subtrair aos indivíduos o que eles podem efetuar com a própria iniciativa e trabalho, para o confiar à comunidade, do mesmo modo, passar para uma sociedade maior e mais elevada o que comunidades menores e inferiores podem realizar, é uma injustiça (...). O fim natural da sociedade e da sua ação é coadjuvar os seus membros, e não destruí-los nem absorvê-los»⁵⁰³. Como princípio, as sociedades de ordem superior devem colocar-se em atitude de ajuda (*subsidium*) em relação às menores. Desse modo os corpos sociais intermédios conseguirão cumprir adequadamente as funções que lhes competem, sem ter que cedê-las a outros entes sociais de nível superior, pelos quais seriam absorvidos e substituídos. A opinião dos inquiridos não afirma muito a autonomia institucional, indicando que o estado terá com as IPSS's uma atitude de controlo mais do que de «ajuda».

3- Estado e instituições sociais de igreja: que espaço para projetos de fé?

Dentro da autonomia que é ou não concedida às instituições sociais, surge a especificidade da vertente espiritual, nomeadamente nas instituições sociais de igreja. A possibilidade da existência de tais projetos e planos permite igualmente aferir a autonomia das

⁵⁰³ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 186.

instituições. Como facilmente se compreende, esta pergunta só é colocada aos colaboradores das instituições.

Tabela nº 160 – *Colaboradores * Autonomia das IPSS's canónicas para projetos de fé*

O estado permite que as instituições sociais da igreja desenvolvam projetos específicos de fé?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	42	40,4	41,6	41,6
	Não	6	5,8	5,9	47,5
	Não Sei	43	41,3	42,6	90,1
	Não respondo	10	9,6	9,9	100,0
	Total	101	97,1	100,0	
Missing	System	3	2,9		
Total		104	100,0		

Os resultados manifestam que a maior percentagem dos colaboradores está na opção não sabe (42,6%), seguindo-se os que afirmam existir essa possibilidade (41,6%) e um pequeno grupo que atesta não existir (5,9%).

Sobre a liberdade concedida pelo estado para a existência de uma «agenda da fé» nas instituições sociais de igreja, é exteriorizada uma grande dúvida sobre a temática, já que o grupo mais representativo considera não o saber (42,6%). São os membros das direções, os crentes praticantes, os que participam na eucaristia e as pessoas da CIR que mais afirmam a possibilidade de desenvolvimentos de dinâmicas no «circuito» da fé; quem menos afiança tal potencialidade são as responsáveis técnicas, os crentes não praticantes, os que não participam na eucaristia dominical e as pessoas da NC.

Estes são dados de grande relevo, já que algumas questões se podem levantar: as direções pretenderão projetos de fé no seio das instituições e as responsáveis técnicas que planeiam pedagogicamente não poderão fazer por imposição do estado ou por opção pessoal? Os que têm prática mais assumida da fé sentem autonomia para que a realidade da fé seja

trabalhada nas instituições e os com menos vivências da crença não, ou, quer uns quer outros, transmitem aqui apenas uma resposta projetiva das suas convicções e dos seus desejos?

Concluimos com a reflexão de J. Milbank, já apresentada, a qual denunciava o propósito de garantir que a religião seja mantida conceptualmente nas margens⁵⁰⁴. Estes dados indicam que essa possibilidade pode ocorrer, embora não forçosamente nem de modo determinante nas IPSS's.

⁵⁰⁴ Cf. J. MILBANK, *Ibidem*, 142-144.

IV – ANÁLISE CRÍTICA: OBJETIVOS E HIPÓTESES EM APRECIÇÃO

Ao desencadearmos a presente investigação, elencámos os objetivos que pretendíamos atingir com o trabalho. Algumas questões eram levantadas para as quais a pesquisa aturada devia apresentar respostas ou orientações para a possível formulação das suas respostas: a questão fundante de todo o trabalho versava sobre o «direito à cidadania de uma dada religião» – Que lugar para a religião na sociedade? A questão era secundarizada por outras questões que a explicitavam: Religião – que relevância social lhe é imputada? Que relevância social lhe é constitutiva? Qual o enquadramento religioso das estruturas e dos agentes das IPSS's canónicas e das misericórdias?

Com base nas questões enunciadas, traçaram-se os objetivos a serem atingidos e as hipóteses sugeridas para serem validadas (ou não) através da investigação nas instituições selecionadas.

A – Objetivos

Recuperamos os *objetivos* delineados no início da pesquisa:

- 1 – Refletir a identidade da religião no binómio: interioridade – exterioridade; individualidade – coletividade; templo – ação social.
- 2 – Fundamentar na reflexão e na história a relevância social da religião.
- 3 – Decifrar a cidadania da religião na sociedade.
- 4 – Descortinar as linhas centrais da DSI, de um modo peculiar, nos princípios fundamentais da ação social.

- 5 – Perceber até que ponto as misericórdias e IPSS's canónicas são instituições de ou da igreja?
- 6 – Encontrar o lugar/relevância da matriz cristã nas misericórdias e IPSS's canónicas.
- 7 – Compreender até que ponto os seus agentes (direção, técnicos, colaboradores e utentes/clientes) concebem a ação destas instituições (o seu trabalho) como ação de igreja.

Os primeiros quatro objetivos foram atingidos ao longo da primeira parte da investigação; nela – pela reflexão teórica – apresentou-se a tese da justificação da cidadania de uma dada religião no seio da sociedade: faz parte da «identidade» da religião não se confinar ao «templo», tendo de exercer envolvimento na vida pública dos seus crentes; especificadamente o cristianismo reivindica a ação social, a exterioridade e a coletividade. A DSI foi examinada nos princípios centrais, na qual se defende um compromisso ativo e dinâmico dos cristãos pela transformação da sociedade, particularmente pela transmutação das condições de miséria, de exploração e de injustiça, fermentando ações e instituições assentes na caridade, solidariedade, fraternidade e subsidiariedade. A pesquisa permitiu situar as IPSS's canónicas (onde incluímos as misericórdias) na matriz eclesial, tendo ficado claro que se está diante de instituições marcadas pela eclesialidade cristã, e, como tal, designadas de igreja.

Os dados recolhidos pela análise documental, pelos inquéritos e entrevistas, permitiu perceber a opinião das pessoas acerca da cidadania da religião e da perceção da eclesialidade nas IPSS's canónicas, aprofundando deste modo o quinto e sexto objetivo: os resultados obtidos pela observação dos estatutos indicam que é muito evidente a presença da referência

cristã nessas instituições; o mesmo já não acontece em muitos dos regulamentos internos e planos de atividades, como previamente foi exposto.

O sétimo objetivo é alcançado essencialmente pelos inquéritos. Perceberemos esta realidade na validação das hipóteses que se segue. Ao finalizar a investigação, nomeadamente o comentário do caminho percorrido no intuito de alcançar os objetivos, confirmamos que os mesmos, inicialmente delineados, foram atingidos.

B – Hipótese

As cinco *hipóteses*, expressas no início do trabalho, procuravam sugerir as possíveis conclusões que seriam obtidas na pesquisa a efetuar nas instituições assinaladas, acerca das temáticas presentes nos objetivos enumerados. As hipóteses possibilitaram focalizar e nortear a investigação de modo a poderem ser corroboradas ou contraditas. Relembremos as *hipóteses* enunciadas:

- 1 – As misericórdias e IPSS's canónicas são uma concretização específica da DSI.
- 2 – Os agentes das referidas instituições, na generalidade, sentem que estão a «ser igreja», a ser agir eclesial.
- 3 – O agir social nas IPSS's canónicas, enquanto tal, incorpora uma dimensão de carácter religioso.
- 4 – As IPSS's ligadas às ordens religiosas têm mais vincada a matriz cristã e a sua concretização.
- 5 – As IPSS's não canónicas manifestam apenas algumas diferenças, relativamente às IPSS's canónicas, pelo facto de os seus agentes serem na maioria «pessoas

cristsãs» e encontrarem-se «ambas» subordinadas aos mesmos regulamentos imanados do estado.

Na globalidade, as hipóteses procuraram situar a ação social como contendo no seu «ADN» uma «marca religiosa» e apresentar as instituições sociais de igreja, nomeadamente as IPSS's canónicas, como incorporando a matriz cristã no seu seio, acontecendo com maior clareza nas IPSS's canónicas ligadas às ordens religiosas. Terminada a investigação e analisados os dados, vejamos como se situam as hipóteses face aos resultados obtidos.

1 – *As misericórdias e IPSS's canónicas são uma concretização específica da DSI.*

O assunto da DSI foi amplamente tratado no inquérito: quisemos saber o conhecimento pessoal da DSI e o conhecimento que reconhecem dela existir nas IPSS's canónicas (no conceito estão incluídas as misericórdias); a sua importância intrínseca e relevância para a sociedade; e, finalmente, a operacionalização/concretização da DSI que são as IPSS's canónicas. A maioria dos inquiridos afirma a importância da DSI e a sua relevância para a sociedade (os utentes/clientes apresentam valores mais altos que os colaboradores); uma larga maioria declara conhecer a DSI (colocamos reservas sobre a profundidade deste conhecimento), mas já são menos afirmativos sobre o conhecimento que dela terão as IPSS's canónicas (os utentes/clientes são os mais céticos).

Quanto à concretização que as IPSS's canónicas serão espelho da DSI, adquirimos os seguintes resultados: um pouco acima dos 50% conhece nas IPSS's canónicas uma forma de concretização da DSI (colaboradores – 52,1% e utentes/clientes – 52,9%). A nível dos colaboradores, apreendemos que são as direções, os crentes praticantes, frequentadores da

eucaristia dominical e as pessoas ligadas à CIR aqueles que mais sentem isso; as educadoras/auxiliares/responsáveis técnicas, crentes não praticantes, não frequentadores da eucaristia e membros da NC apresentam-se com valores inferiores. Nos utentes/clientes encontramos tendências que importam ser registadas, já que são os utentes/clientes da terceira idade, os crentes praticantes, os que participam na eucaristia dominical e as pessoas da CIR que mais autenticam as IPSS's canónicas como concretização da DSI; os encarregados da educação, crentes não praticantes, não frequentadores da eucaristia dominical e da CM são os que menos o sentem.

Em resumo, a hipótese é validada.

2 – Os agentes das referidas instituições, na generalidade, sentem que estão a «ser igreja», a ser agir eclesial.

Um elemento precioso prende-se com a consciência, ou não, da pertença a uma instituição eclesial: descobrimos que os utentes/clientes têm, quanto à matriz cristã da instituição que frequentam, uma perceção mais próxima da realidade do que os colaboradores, mas em todos existem dados não coincidentes entre a opinião e a realidade. Destacamos a presença de membros das direções das instituições canónicas que afirmam não ser canónica; uma percentagem razoável de colaboradores que diz não estar numa instituição canónica quanto efetivamente está; e a existência de pessoas na NC que afirmam estar numa instituição canónica. O conhecimento da identidade da instituição não acontece na totalidade das pessoas, sendo os colaboradores os que mais se enganam.

Os inquiridos que atestam estar numa instituição eclesial reconhecem que a eclesialidade é evidente no agir da instituição (colaboradores – 74,7% e utentes/clientes – 73,6%). A hipótese relaciona-se com os colaboradores, mas é interessante notar igualmente as

tendências presentes nos utentes/clientes: nos colaboradores são as educadoras e as pessoas da CP que menos afirmam sentir ser ação de igreja, enquanto as pessoas da CIR são as que mais atestam sentir essa realidade; nos utentes/clientes são os encarregados de educação e as pessoas da CP que menos afirmam sentir estar numa instituição de igreja; e as pessoas da CIR, clientes da terceira idade, crentes praticantes e os que participam na eucaristia dominical que mais afirmam sentir a instituição como de igreja – encontramos pontos de encontro entre colaboradores e utentes/clientes, nomeadamente a diferença entre CIR e CP.

No ponto central da questão, os colaboradores afirmam maioritariamente que sentem desempenhar uma ação de igreja na medida que desempenham as funções na instituição. Os membros das direções e as responsáveis técnicas são os que mais o confirmam, as educadoras e auxiliares as que menos o fazem; os crentes praticantes e os que participam na eucaristia dominical declaram, na maioria, que sim; na CP é onde existem mais pessoas a pronunciarem que não e na CIR a dizerem que sim.

A hipótese aparece validada, mas com reservas, já que nem todos o afirmam.

3 – O agir social nas IPSS's canónicas, enquanto tal, incorpora uma dimensão de carácter religioso.

Questionamos diretamente os inquiridos sobre a ação social como modo de realizar a fé e a ação social como uma forma de a religião mostrar o seu dinamismo. Existe uma tendência maioritária para dizerem que a ação social é já em si uma realização da fé, embora os utentes/clientes o declarem mais que os colaboradores (colaboradores – 68,3% e utentes/clientes – 75,2%): nos colaboradores vemos que são as pessoas com mais idade, com mais formação, membros das direções, crentes praticantes e participantes da eucaristia dominical que mais identificam esta realidade; contudo, observamos igualmente que é na CP

que a percentagem no sim é menor e na NC e CM que é maior, sendo este dado não esperado, no que se refere à CP e NC. Entre os utentes/clientes, são os utentes/clientes da terceira idade, os crentes não praticantes, os que não frequentam a eucaristia dominical e as pessoas ligadas à NC quem maior percentagem apresenta com opinião favorável, os encarregados de educação e as pessoas da CM as que menos afirmam reconhecer a ação social como realização da fé.

Os próprios inquiridos que não consideram trabalhar numa instituição de igreja reconhecem maioritariamente a ação social como uma vivência da fé (colaboradores – 71,4% e utentes/clientes – 71,9%): nos colaboradores evidenciam-se as educadoras e auxiliares por serem as que menos confirmam o trabalho social como modo de viver a fé e o facto de as pessoas da CM emitirem uma opinião negativa bastante acima dos da NC. Nos utentes/clientes são as pessoas da terceira idade, crentes praticantes e participantes da eucaristia dominical que mais consideram a ação social como sendo uma concretização da fé; são as pessoas da NC que mais têm essa opinião e na CP que menos o fazem.

É de ter ressaltar que há uma grande consciência na própria instituição NC da dimensão religiosa da ação social.

Com estes dados, afirmamos que *não existe religião sem ação social e a ação social é em si mesma já um modo de se dar vida à fé que se professa.*

Na generalidade a hipótese é confirmada.

- 4 – As IPSS's ligadas às ordens religiosas têm mais vincada a matriz cristã e a sua concretização.

Esta hipótese ficou claramente confirmada pelos resultados obtidos na análise do plano de atividades e organização do dia-a-dia, nomeadamente nas valências da infância. Na instituição CIR é referido o cuidado que é tido em se falar de Jesus às crianças, procurando

que a dimensão religiosa faça parte das diferentes dimensões a serem desenvolvidas nas mesmas. Nas valências da terceira idade não é sentida grande diferença entre a CIR e as restantes instituições canónicas; aliás, nestas valências nem se verificam diferenças significativas entre as instituições sociais canónicas e não canónicas.

Generalizando, podemos afirmar que as IPSS's dos institutos religiosos assumem a matriz cristã como relevante, fazendo-o de um modo diferente das outras IPSS's canónicas, que, sem negarem esta matriz, empalidecem a dimensão religiosa e cristã nas valências da infância. Nas valências da terceira idade não se sentem diferenças significativas, dado que a população servida nestas valências «exige» a vivência da religiosidade em todas instituições, seja canónica ou não, seja de instituto religioso ou não.

Destacamos alguns dados dos inquéritos que certificam a maior presença da matriz cristã nas IPSS's canónicas de institutos religiosos.

Tabela nº 161 – *Colaboradores da CIR*

Mais valorizam a dimensão da liturgia, da oração, da catequese, da meditação da bíblia e da ação social
Mais reconhecem a importância da ação social desenvolvida pela igreja
Mais sentem a prática eclesial da instituição
Maior importância atribuem às instituições sociais de igreja para a igreja e sociedade
Mais identificam diferenças entre as instituições sociais de igreja e as que não o são
Mais certificam o conhecimento pessoal e nas IPSS's canónicas da DSI, bem assim como a sua importância
Mais afirmam as IPSS's canónicas como operacionalização/concretização da DSI
Mais valorizam a dimensão espiritual nas instituições sociais de igreja
Mais salientam a espiritualidade como característica específica da instituição onde trabalham
Mais sentem a necessidade da presença pública/cívica da religião na sociedade
Mais asseguram a possibilidade de desenvolvimentos de dinâmicas no «circuito» da fé
As motivações de fé são razão para a escolha da instituição para trabalhar

Também a nível dos *utentes/clientes* percebemos a especificidade da CIR na sua vertente cristã.

Tabela nº 162 – *Utentes/clientes da CIR*

Mais valorizam na religião as dimensões da liturgia, oração, catequese, meditação da bíblia e ação social
Mais sentem a prática eclesial da instituição
Maior importância conferem às instituições sociais de igreja para a igreja e para a socialidade
Mais confirmam a existência de diferenças entre as instituições sociais de igreja e as que não o são
Mais atestam o conhecimento pessoal e nas IPSS's canónicas da DSI, bem assim como a sua importância
Mais declaram as IPSS's canónicas como operacionalização/concretização da DSI
Mais reconhecem que é importante a dimensão religiosa na formação dos filhos e nas atividades dos idosos

Todos estes dados servem para confirmar a hipótese de que as CIR's são as que mais operacionalizam a identidade cristã.

5 – As IPSS's não canónicas manifestam apenas algumas diferenças, relativamente às IPSS's canónicas, pelo facto de os seus agentes serem na maioria «pessoas cristãs» e encontrarem-se «ambas» subordinadas aos mesmos regulamentos emanados do estado.

Efetivamente, quer os dados documentais quer os dados dos inquiridos manifestam que as diferenças não são muito grandes entre as IPSS's canónicas e não canónicas (mormente entre NC/CP/CM), a não ser a nível dos estatutos, já que aí são notórias as divergências. Percebendo as vivências religiosas de uns e outros, poderemos concluir que não são muito distantes os resultados obtidos entre as pessoas das instituições de igreja e as que não são, podendo encontrar-se aí uma causa da reduzida diferença «religiosa» no quotidiano das suas vidas. Não esqueçamos algumas pequenas diferenças: é na NC que temos a menor percentagem de crentes que se consideram praticantes e na CP que temos a menor percentagem de pessoas que dizem participar na eucaristia dominical.

Impõe-se acrescentar um outro motivo que muito deve contribuir para esta realidade: o peso dos utentes/clientes, já que as valências da infância e da terceira idade são muito

próximas nas diversas instituições, sugerindo que o que os utentes/clientes querem é o que se faz – utentes/clientes semelhantes, desempenho semelhante nas instituições apesar da distinta identidade das mesmas (a CIR parece ultrapassar um pouco esta lógica a nível da infância).

Ainda se pode adiantar uma terceira razão: a grande diferença de opinião que existe entre as direções e restantes colaboradores/funcionários. A partir das direções até se poderia aferir uma determinada «postura diferenciadora», mas nos restantes colaboradores tal já não acontece, sendo disso um exemplo, como vimos, a opinião sobre a liberdade para com os «projetos de fé».

Questionadas as pessoas sobre esta temática, uma percentagem significativa reconhece que existem diferenças entre as instituições sociais de igreja e as que não o são, sendo que os colaboradores manifestam mais esta opinião (colaboradores – 48% e utentes/clientes – 36,8%); todavia, aparece-nos um valor muito alto que afirma não saber, sendo nos utentes/clientes que esta opinião é mais forte (colaboradores – 27,6% e utentes/clientes – 41,9%). Nos colaboradores são os membros das direções, os crentes praticantes, os participantes da eucaristia dominical e as pessoas da CIR (85%) que mais declaram existir diferenças, sendo as auxiliares e os colaboradores da NC (33,3%) que menos afirmam existir distinção. Nos utentes/clientes temos os encarregados de educação, os crentes praticantes, os que participam na eucaristia dominical e as pessoas da CIR (75%) como aqueles que mais afirmam a diferença, sendo os utentes/clientes da CP que menos o dizem (14,6%). Os resultados indicam que a espiritualidade é referida como uma das dimensões que deverá diferenciar as instituições canónicas das não canónicas.

Sendo realidades muito semelhantes, existem diferenças que importa salientar, apesar dos valores percentuais nem sempre serem muito distantes. Observemos alguns dados específicos dos colaboradores e utentes/clientes da NC, nos quais se percebe algumas diferenças, ou pelo menos algumas acentuações face às instituições canónicas.

Tabela nº 163 – *Colaboradores da NC*

Menos afirmam, nas dimensões da religião, a importância da liturgia, da oração, da catequese, da meditação da bíblia e da ação social
Menos reconhecem a prática eclesial da instituição (como era espectral)
Menos declaram a importância das instituições sociais de igreja para a igreja e para a sociedade
Menos pensam existir diferenças entre as instituições sociais de igreja e as que não o são
Menos afirmam o conhecimento pessoal e nas IPSS's canónicas da DSI
Menos sentem as IPSS's canónicas como operacionalização/concretização da DSI
Menos confirmam a possibilidade de desenvolvimento de dinâmicas no «circuito» da fé

Tabela nº 164 – *Utentes/clientes da NC*

Menos importância atribuem à ação social desenvolvida pela igreja
Menos importância imputam às instituições sociais de igreja para a igreja e para a sociedade
Menos sentem as diferenças entre as instituições sociais de igreja e as que não o são
Menos aprofundam o conhecimento da DSI nas IPSS's canónicas
Menos declaram a necessidade da presença pública/cívica da religião na sociedade

Em resumo, as diferenças não são muito grandes, fruto da vivência religiosa e cultural dos colaboradores e utentes/clientes, mas algumas existem e não deverão ser negadas.

C – Conteúdos transversais

As conclusões elencadas na apreciação dos objetivos traçados para a investigação e das respostas obtidas nos inquéritos dentro da temática das hipóteses são complementadas por um conjunto de elementos adquiridos pelos dados obtidos pelo todo do questionário.

1 – Dimensões da religião

A análise da importância de algumas das dimensões da religião permite ver como a «religião é ação social e a ação social é religião». Olhemos as percentagens que são atribuídas a cada uma como bastante importante.

Tabela nº 165 – *Colaboradores e utentes/clientes * Dimensões da religião*

Colaboradores	Utentes/clientes
Oração – 81,1%	Ação social – 83,6%
Ação social – 78,4%	Oração – 82,9%
Catequese – 71,6%	Catequese – 74,6%
Liturgia – 65,6%	Liturgia – 67%
Meditação da bíblia - 56,5%	Meditação da bíblia – 54,3%
Ação política – 14,6%	Ação política – 26,8%

A grande divergência situa-se nos dois mais valorizados: os utentes/clientes das instituições consideram a ação social como sendo a dimensão mais importante, seguindo-se a oração; os que servem as instituições tem uma versão diferente, invertendo a ordem. As restantes dimensões seguem a mesma sequência, com valores análogos, sendo que a ação política é menos enaltecida pelos colaboradores do que pelos utentes/clientes das instituições. Nos utentes/clientes sobressai o facto de serem as pessoas com curso superior, os crentes não praticantes e os crentes que não frequentam a eucaristia dominical que mais valorizam a ação social.

O objetivo (1º) de se refletir sobre a identidade da religião no binómio: interioridade – exterioridade; individualidade – coletividade; templo – ação social; o objetivo (2º) que traça a investigação sobre relevância social da religião e o objetivo (7º) de se compreender até que ponto os seus agentes (direção, técnicos, colaboradores e utentes/clientes) concebem a ação destas instituições (o seu trabalho) como ação de igreja, encontra aqui uma resposta

afirmativa da exterioridade da religião na ação social: *A ação social é claramente assumida como uma concretização e vivência da fé, independentemente das restantes dimensões.*

2 – Valorização da ação social de igreja

A ação desenvolvida pela igreja é considerada pelos colaboradores como tendo muita ou alguma importância (46,2% / 34,6%) 80,8% e pelos utentes/clientes (muita – 75,6% e alguma – 13,4%) 89,1%; sendo deste modo *mais valorizada pelos que são servidos do que pelos que têm lá o seu posto de trabalho.*

A maioria das pessoas atribui muita importância à existência de instituições sociais de igreja para a própria igreja, ainda que sejam os utentes/clientes que mais o dizem (muita: colaboradores – 49% e utentes/clientes – 65,5%); encontramos um valor superior a reconhecer a importância das instituições sociais de igreja para a sociedade, continuando a ter um resultado maior nos utentes/clientes que nos colaboradores (muita: colaboradores – 58,7% e utentes/clientes – 70,6%); a importância destas instituições para o estado é muito inferior à importância que atribuíam para a igreja e para a sociedade (muita: colaboradores – 34,6% e utentes/clientes – 38,7%). Em contrapartida, afirmam inequivocamente que o estado reconhece pouco a importância das instituições sociais, quer as de igreja quer as outras. Percebe-se que as pessoas desejavam mais em relação à relevância que afirmam existir por parte do estado.

Os mesmos objetivos referidos anteriormente (1º, 2º e 7º) encontram aqui conteúdo no mesmo sentido apurado; acrescentando-se o objetivo (3º) acerca da cidadania da religião na sociedade: *confirma-se que as pessoas sentem as instituições sociais como muito importantes para a sociedade e para a igreja.*

3 – Dimensões valorizadas nas instituições sociais

Recordamos os valores que foram obtidos pelos inquéritos sobre as dimensões que devem ser valorizadas nas instituições sociais em geral e nas instituições sociais de igreja:

Tabela nº 166 – *Colaboradores e utentes/clientes* * *Valorização das instituições sociais em geral*

Utentes/clientes	Colaboradores
Humanismo – 85,5%	Profissionalismo – 84,9%
Profissionalismo – 83,8%	Humanismo – 83,7%
Desempenho pedagógico – 74,1%	Desempenho pedagógico – 79,2%
Desempenho económico – 52,1%	Desempenho económico – 51,6%
Espiritualidade – 39,1%	Espiritualidade – 38,5%

Tabela nº 167 – *Colaboradores e utentes/clientes* * *Valorização das instituições sociais de igreja*

Utentes/clientes	Colaboradores
Humanismo – 87,9%	Humanismo – 79,3%
Profissionalismo – 83,6%	Profissionalismo – 73,1%
Desempenho pedagógico – 75,7%	Espiritualidade – 68,9%
Espiritualidade – 70,2%	Desempenho pedagógico – 68,5%
Desempenho económico – 44,3%	Desempenho económico – 43,3%

As diferenças não são muitas, mas as que existem emergem com bastante significado: quer os utentes/clientes, quer os colaboradores encaram como sendo muito mais

importante a espiritualidade numa instituição social de igreja do que numa instituição social geral; as percentagens ligadas com o humanismo, profissionalismo e desempenho pedagógico mantêm-se em valores muito semelhantes quer nas instituições sociais em geral quer para as de igreja; porém nos colaboradores descem o valor em cerca de 10% para estas três dimensões, com um corte menor na dimensão do humanismo para as instituições sociais de igreja. Os encarregados de educação valorizam mais o desempenho pedagógico, profissionalismo e o humanismo; os utentes/clientes da terceira idade enaltecem mais a espiritualidade e o desempenho económico; os crentes praticantes e os que participam na eucaristia dominical são os que mais valorizam a espiritualidade e o desempenho económico.

Na continuidade da valorização das dimensões das instituições sociais, também apresentamos as características aventadas como qualificadoras das instituições onde se encontram, já que se aproximam bastante das dimensões indicadas:

Tabela nº 168 – *Colaboradores e utentes/clientes * Especificidades da instituição*

Colaboradores	Utentes/clientes
Humanismo – 59,6%	Humanismo – 52%
Profissionalismo – 56,7%	Profissionalismo – 52%
Desempenho pedagógico – 44,2%	Desempenho pedagógico – 40,7%
Espiritualidade – 20,2%	Simpatia – 26,8%
Simpatia – 11,5%	Atendimento – 19,5%
Desempenho económico – 7,7%	Espiritualidade – 9,8%
Atendimento – 7,7%	Desempenho económico – 2,4%

O objetivo (6º) que procura encontrar o lugar/relevância da matriz cristã nas misericórdias e IPSS's canónicas tem aqui um dado com grande significado: como ponto

central, observamos que a espiritualidade, na opinião das pessoas, deverá ser uma marca distintiva entre as instituições sociais de igreja e as que não são de igreja.

4 – Motivações na preferência da instituição

A exclusividade dos motivos de fé e da eclesialidade da instituição não parecem condicionar expressivamente as escolhas de uns e outros (motivos de fé: colaboradores – 3% e eclesialidade da instituição: utentes/clientes – 5,1%). Nos colaboradores, temos os seguintes valores como dominantes: a necessidade de trabalho (21,2%), a necessidade de trabalho e motivos humanistas (24,8%) e a necessidade de trabalho, motivos humanistas e motivos de fé (29,7%). Nos utentes/clientes são dois os tipos de motivos que condicionam fortemente a preferência da instituição: proximidade do local de residência/trabalho (32,5%), qualidade do serviço (46,2%).

5 – Dimensão religiosa da educação das crianças e atividades dos idosos

A grande maioria das pessoas assegura que é importante a dimensão religiosa na formação dos filhos e nas atividades dos idosos, mas igualmente percebemos que quem mais abaliza a dimensão religiosa são as mulheres, os clientes da terceira idade (previsivelmente as pessoas com menor escolaridade e as pessoas com mais idade), os crentes que se afirmam praticantes, os frequentadores da eucaristia dominical e as pessoas da CIR, sendo os da CP que menos o aludem. Os objetivos (5º e 6º) para se entender a conservação da identidade cristã e eclesial das instituições sociais de igreja têm aqui um acréscimo de conteúdo indicativo da relevância e importância da espiritualidade nestas instituições, apesar dos dados diferenciados entre a CP e CIR.

6 – Presença pública/cívica da religião

Uma larga maioria considera existir necessidade da religião ter uma presença pública/cívica na sociedade (colaboradores – 76,5% e utentes/clientes – 76,9%). Nos colaboradores são os membros das direções, os crentes praticantes, os que participam na eucaristia dominical, os colaboradores da CIR que mais referem a necessidade da presença pública/cívica da religião; nos utentes/clientes são mais as mulheres, os utentes/clientes da terceira idade (as pessoas com menores graus académicos e com mais idade), as pessoas crentes praticantes, os que participam na eucaristia dominical e os clientes das instituições canónicas (CP, CM e CIR). Estamos com um novo contributo na afirmação da exterioridade da religião (objetivos 1º, 2º e 3º).

7 – Autonomia das instituições

Os colaboradores, na sua maioria, pensam existirem alguma autonomia (54,5%) face ao estado; um grupo expressivo afirma não existir qualquer autonomia (26,7%) e só uma pequena percentagem afirma existir muita autonomia (4%). Acerca da liberdade concedida pelo estado para a existência de uma «agenda da fé» nas instituições sociais de igreja, os resultados exteriorizam uma grande dúvida sobre a temática, já que a maior parte considera não saber (42,6%), sucedendo-se os que afirmam existir essa possibilidade (41,6%) e um pequeno grupo que nega tal possibilidade (5,9%). Verificamos que são os membros das direções os que mais afirmam a possibilidade de desenvolvimentos de dinâmicas no «circuito» da fé e as responsáveis técnicas quem menos caucionam tal independência – poderá estar aqui uma causa da pouca diferenciação entre as instituições como a CP e CM *versus* NC.

Os objetivos (5º e 6º) para se compreender a manutenção da identidade cristã e eclesial das instituições sociais de igreja têm aqui mais uma indicação manifesta dessa (in)capacidade.

D – Instituições sociais de igreja: dupla face

A investigação dos dados auferidos pelas respostas nos inquéritos autorizam perceber que as instituições sociais de igreja manifestam ter um rosto com faces distintas (consideramos menor esta divisão na CIR), a diversos níveis, a saber:

Tabela nº 169 – *Valorização da eclesialidade e religiosidade nas instituições*

Mais favoráveis à eclesialidade e religiosidade das instituições	Menos favoráveis à eclesialidade e religiosidade das instituições
Direção	Educadoras/auxiliares
Encarregados de educação	Utentes/clientes da terceira idade
Crentes praticantes e que afirmam participar na eucaristia dominical	Crentes não praticantes e que não são frequentadores da eucaristia dominical
Estatutos	Ação concreta de cada dia

1 – Colaboradores

O rosto dos colaboradores manifesta uma face composta pelos membros das direções e uma outra constituída essencialmente pelas educadoras, embora quase sempre seguidas de perto pelas opiniões das auxiliares e responsáveis técnicas.

Nas *direções* percebemos que são quem mais valoriza e considera determinados aspetos:

Tabela nº 170 – *Direções * Valorizações*

Dimensões da religião: liturgia, oração, catequese, meditação da bíblia e ação social
Mais consideram a ação social desenvolvida pela igreja
Mais sentem o trabalho que se exercem como ação de igreja
Mais atestam a ação social como realização da fé
Mais admitem a importância das instituições sociais de igreja para a igreja e para a sociedade
Referem mais a existência de diferenças entre as instituições sociais de igreja e as que não o são
Mais asseguram o conhecimento/importância/relevância da DSI
Mais abonam as IPSS's canónicas como operacionalização/concretização da DSI
Mais valorizam o desempenho económico
Apontam mais como características das instituições que administram: a espiritualidade e o humanismo
Mais aprovam a necessidade da religião ter uma presença pública/cívica na sociedade
Mais asseguram a liberdade concedida pelo estado para a existência de uma «agenda da fé» nas instituições sociais de igreja

Nas *colaboradoras/funcionárias* (evidenciando-se as *educadoras*) encontram-se opiniões distintas das anteriores na valorização e apreciação que fazem das diferentes realidades:

Tabela nº 171 – *Funcionários * Valorizações*

Dimensão da religião que mais referem: ação social (secundarizando-se as restantes)
Menos reconhecem o trabalho social como modo de viver a fé
Menos sentem a instituição ser ação de igreja
Menos percebem o trabalho que exercem como ação de igreja
Menos declaram o conhecimento/importância/relevância da DSI
Valorizam mais o desempenho pedagógico e o profissionalismo
Apontam como característica da instituição (sobretudo as educadoras): o desempenho pedagógico
Menos (sobretudo as educadoras) reconhecem a necessidade de a religião ter uma presença pública/cívica na sociedade
Menos (responsáveis técnicos) abonam a liberdade concedida pelo estado para a existência de uma «agenda da fé» nas instituições sociais de igreja

2 – Utentes/clientes

Os utentes/clientes das instituições manifestam traços diferentes entre os utentes/clientes da terceira idade e os encarregados de educação, traçando uma linha diferenciadora entre as pessoas mais novas e com maior escolarização e as pessoas com mais idade e com menor escolarização.

Os *encarregados de educação e utentes/clientes da terceira idade* manifestam as diferenças que se colocam nas tabelas que se seguem.

Tabela nº 172 – *Encarregados de educação * Valorizações*

Menos afirmam sentir estar numa instituição de igreja
Mais afirmam existir diferenças entre as instituições sociais de igreja e as que não o são
Menos indicam a importância e relevância da DSI
Menos consideram existir conhecimento da DSI nas IPSS's canónicas
Valorizam mais o desempenho pedagógico, o profissionalismo e o humanismo
Como características da instituição apontam o desempenho pedagógico

Tabela nº 173 – *Utentes/clientes da terceira idade * Valorizações*

Dimensões da religião: liturgia, oração, catequese e meditação da bíblia
Mais consideram a ação social como sendo uma concretização da fé
Mais afirmam sentir a instituição como de igreja
Mais apreciam a ação social como realização da fé
Mais atestam a importância das instituições sociais de igreja para a igreja/para a sociedade
Mais reconhecem a importância atribuída pelo estado às instituições sociais de igreja
Mais declaram o conhecimento da DSI e as IPSS's canónicas como operacionalização/concretização da DSI
Enaltecem mais a espiritualidade e o desempenho económico
Caraterísticas da instituição indicadas: simpatia e atendimento
Mais valorizam a dimensão religiosa na formação dos filhos e nas atividades dos idosos
Mais consideram necessário a religião ter uma presença pública/cívica na sociedade

Ainda é de destacar um outro dado, já que separando entre *homens e mulheres*, notamos que são as mulheres quem mais valoriza a espiritualidade e a dimensão religiosa na formação dos filhos e nas atividades dos idosos, quem mais certifica a importância da religião

ter uma presença pública/cívica na sociedade. Estes resultados poderão situar-se na tendência aceite de que as mulheres estão mais presentes nas vivências culturais da igreja.

3 – Vivências religiosas

Uma outra separação notória nos inquiridos é entre os que se consideram crentes praticantes e os que não se consideram, entre os que participam na eucaristia dominical e os que não participam. Colocamos unicamente as valorizações dos crentes praticantes e dos que participam na eucaristia dominical, deduzindo-se a opinião dos «opostos».

Tabela nº 174 – *Crentes praticantes * Valorizações*

Mais valorizam as dimensões da religião – liturgia, oração, catequese, meditação da bíblia e ação social
Mais importância atribuem à ação social desenvolvida pela igreja
Mais consideram a ação social como sendo uma concretização da fé
Mais afirmam sentir a instituição como de igreja
Mais sentem o trabalho que se exerce como ação de igreja
Maior importância imputam às instituições sociais de igreja para a igreja e para a sociedade
Mais atestam existirem diferenças entre as instituições sociais de igreja e as que não o são
Reconhecem maior conhecimento/importância/relevância da DSI
Concedem maior conhecimento da DSI nas IPSS's canónicas e as IPSS's canónicas como operacionalização/concretização da DSI
Salientam mais a dimensão espiritual
Valorizam mais a espiritualidade e o desempenho económico
Como característica da instituição mencionam o humanismo
Manifestam mais a importância da dimensão religiosa na formação dos filhos e nas atividades dos idosos
Mais declaram a necessidade da religião ter uma presença pública/cívica na sociedade
Mais afirmam a liberdade concedida pelo estado para a existência de uma «agenda da fé» nas instituições sociais de igreja

Tabela nº 175 – *Crentes não praticantes * Valorizações*

Mais sentem a ação social como realização da fé

Mais identificam a importância atribuída pelo estado às instituições sociais de igreja
--

A opinião dos crentes que expressam participar na eucaristia dominical não se desvia muito da dos crentes praticantes, apesar de algumas dissemelhanças:

Tabela nº 176 – *Crentes que participam na eucaristia dominical * Valorizações*

Mais valorizam as dimensões da religião – liturgia, oração, catequese, meditação da bíblia e ação social
Mais consideram a ação social como sendo uma concretização da fé
Mais afirmam sentir a instituição como de igreja
Mais sentem o trabalho que se exerce como ação de igreja
Mais sentem a ação social como realização da fé
Maior importância atribuem às instituições sociais de igreja para a igreja e para a sociedade
Mais atestam existirem diferenças entre as instituições sociais de igreja e as que não o são
Reconhecem maior conhecimento/importância/relevância da DSI
Concedem maior conhecimento da DSI nas IPSS's canónicas e as IPSS's canónicas como operacionalização/concretização da DSI
Salientam mais a dimensão espiritual
Mais valorizam a espiritualidade e o desempenho económico
Como característica da instituição mencionam a espiritualidade
Manifestam mais a importância da dimensão religiosa na formação dos filhos e nas atividades dos idosos
Mais escolhem a instituição por ser de igreja
Mais declaram a necessidade de a religião ter uma presença pública/cívica na sociedade
Mais garantem a liberdade concedida pelo estado para a existência de uma «agenda da fé» nas instituições sociais de igreja

Os crentes que dizem não participar na eucaristia dominical são os que imputam maior importância à ação social desenvolvida pela igreja.


4 – Estatutos – Prática

Sem desenvolver a reflexão que já foi com clareza exposta, indicamos que nas instituições, essencialmente na CP e CM, em dados aspetos os estatutos são muito claros

sobre a matriz cristã da instituição e as implicações da mesma, mas nos respetivos regulamentos, planos de atividades e ações desenvolvidas no dia-a-dia, particularmente na infância, tal não se verifica.

Como **conclusão**, percebemos que podemos agrupar numa das faces do rosto das IPSS's canónicas as direções, os utentes/clientes da terceira idade (pessoas com menor escolaridade e gerações mais idosas), os crentes que se consideram praticantes, os que participam na eucaristia dominical e os estatutos; na outra face temos as educadoras/auxiliares/responsáveis técnicas, os encarregados de educação (pessoas com maior escolaridade e gerações mais novas), os crentes que não se consideram praticantes, os que não vão à eucaristia dominical e os «planos de atividades» da infância.

Um Rosto – Duas Faces



Direções, utentes/clientes da terceira idade (pessoas com menor escolaridade e gerações mais idosas), crenças que se consideram praticantes, os que participam na eucaristia dominical e os estatutos.

Educadoras/auxiliares/responsáveis técnicas, encarregados de educação (pessoas com maior escolaridade e gerações mais novas), crenças que não se consideram praticantes, que não vão à eucaristia dominical e os «planos de atividades» da infância.

CONCLUSÃO

As conclusões elencadas prendem-se com uma análise descomprometida a nível da vivência eclesial, podendo os elementos recolhidos merecer posteriormente uma abordagem no sentido de uma *reflexão* por parte da igreja, a fim de encontrar estratégias que considere oportunas para a sua ação na dinamização das instituições sociais de igreja. Poder-se-á aprofundar a identidade das mesmas e um plano para que a matriz cristã não seja secundarizada nas gerações mais novas que as servem e que por elas são servidas.

No seguimento do pensamento de John Milbank, afirmando-se a necessidade de se ultrapassar o «policimento do sublime»⁵⁰⁵, a investigação nas instituições sociais canónicas manifesta que uma outra realidade pode suceder: o «*policimento geracional do religioso nas IPSS's canónicas*».

Sobressai como importância o facto de se perceber que o espaço secular não é alheio ao crente; pelo contrário, o crente entender-se-á como peregrino executante nesse espaço. Uma marca indiscutível da história da humanidade é a dimensão sócio caritativa do cristianismo; não se trata de uma ação para se abrihantar diante do olhar secular nem de um complemento a uma realidade mais importante, mas surge como uma realidade intrínseca à própria fé, está no seu ADN. Poder-se-á afirmar que ainda que a caridade e a solidariedade passassem de moda, ainda que se considerassem ultrapassadas e fossem coletivamente desconsideradas, elas continuariam a colocarem-se como o rosto palpável da fé cristã, faceta inegociável e irrecusável.

Nos dias 7 a 28 de Outubro de 2012 decorreu a XIII Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos sobre o tema *A nova evangelização para a transmissão da fé cristã*. Os *Lineamenta*, entre muitas preocupações e inquietações que colocam, deixam muito clara a importância de

⁵⁰⁵ J. MILBANK, *Ibidem*, 143; 315-316.

perceber a fé como realidade que penetrará todo o tecido humano, não sendo reduzida à espiritualidade litúrgica ou contemplativa. A nova evangelização significa «ter a audácia de levar a questão de Deus para dentro» de todos os problemas que afligem o homem, é «fazer emergir a questão de Deus na vida das pessoas»⁵⁰⁶. Evoca-se um empenho claro para a igreja «não perder o rosto de igreja “doméstica, popular”. Mesmo em contextos de minoria ou de discriminação, a igreja não pode perder a sua capacidade de estar perto da vida das pessoas, para a partir daí anunciar a mensagem vivificante do evangelho. “Nova evangelização” significa refazer o tecido cristão da sociedade humana, refazendo o tecido das próprias comunidades cristãs»⁵⁰⁷.

Bento XVI proclamou o Ano da Fé, pela *carta apostólica* Porta Fidei, de 11 de Outubro de 2012 (data em que se comemoram os cinquenta anos da abertura do Segundo Concílio do Vaticano e os vinte anos da publicação do *Catecismo da Igreja Católica*) a 24 de Novembro de 2013, festa de Cristo Rei. Neste documento, Bento XVI convida a uma profunda reflexão sobre os conteúdos da fé e a uma renovada convicção na profissão da fé, deixando clara a dimensão pública e social da fé. Citando Paulo na Epístola aos Romanos, «Acredita-se com o coração e, com a boca, faz-se a profissão de fé» (Rm 10, 10), manifesta que a fé, sendo proclamada pelo coração, implica a exterioridade: «o professar com a boca indica que a fé implica um testemunho e um compromisso públicos. O cristão não pode jamais pensar que o crer seja um facto privado. A fé é decidir estar com o Senhor, para viver com Ele. E este “estar com Ele” introduz na compreensão das razões pelas quais se acredita. A fé, precisamente porque é um ato da liberdade, exige também assumir a responsabilidade social daquilo que se acredita»⁵⁰⁸. E acrescenta: «O Ano da Fé será uma ocasião propícia também para intensificar o testemunho da caridade. Recorda S. Paulo: «Agora permanecem

⁵⁰⁶ Sínodo dos Bispos, *A nova evangelização para a transmissão da fé cristã. Lineamenta*, 7. *Só documento de trabalho*.

⁵⁰⁷ *Id.*, *Ibid.*, 9.

⁵⁰⁸ *Porta Fidei*, 10.

estas três coisas: a fé, a esperança e a caridade; mas a maior de todas é a caridade» (*1 Cor 13, 13*). Com palavras ainda mais incisivas – que não cessam de empenhar os cristãos –, afirmava o apóstolo Tiago: «De que aproveita, irmãos, que alguém diga que tem fé, se não tiver obras de fé? Acaso essa fé poderá salvá-lo? Se um irmão ou uma irmã estiverem nus e precisarem de alimento quotidiano, e um de vós lhes disser: “Ide em paz, tratai de vos aquecer e de matar a fome”, mas não lhes dais o que é necessário ao corpo, de que lhes aproveitará? Assim também a fé: se ela não tiver obras, está completamente morta. Mais ainda! Poderá alguém alegar sensatamente: “Tu tens a fé, e eu tenho as obras; mostra-me então a tua fé sem obras, que eu, pelas minhas obras, te mostrarei a minha fé” (*Tg 2, 14-18*)». Proclamar a fé é publicamente afirmá-la e vivê-la ativamente nas ações em prol dos outros, nomeadamente na ação social.

Após a reflexão realizada, a investigação efetuada e as conclusões retiradas, deixamos algumas indicações para futuras investigações. Dado o caráter público e cívico de uma dada religião, designadamente da religião cristã, seria interessante realizarem-se futuras investigações em três áreas da vida pública, além da ação social aqui tratada. São âmbitos que se podem situar no horizonte dos «Estudos da Religião», buscando a compreensão da religião como «interveniente» nas diversas dimensões da sociedade, nomeadamente na economia, política e meios de comunicação social.

- Uma das áreas a refletir poderá ser a economia: até que ponto e de que modo a bíblia e a DSI influenciam (ou podem influenciar) a economia? Analisar nas instituições/empresas da ACEGE (Associação Cristã de Empresários e Gestores) esta realidade.

- Um segundo horizonte de investigação situa-se na política: Os partidos ditos de inspiração cristã são rosto do evangelho e da DSI? Brotam da fé? Uma dada crença deverá fazer brotar partidos «eclesiais»?

- Finalmente, sugerimos o mundo dos meios de comunicação social: ver o que diferencia os meios de comunicação social de inspiração cristã dos restantes? Como são vistas as religiões, de um modo particular o cristianismo (especificamente o catolicismo) pelos meios de comunicação social (não de inspiração cristã)? O trato dado à religião em que difere nos meios de comunicação social seculares e nos meios de comunicação social de inspiração cristã?

Estas são algumas das dimensões que nos suscitam interesse e que, ao lado da dimensão social – aqui aprofundada – terão interesse académico e prático.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Geral

A Bíblia de Jerusalém, Edições Paulinas, S. Paulo, 1991.

Bíblia Sagrada, Difusora Bíblica, Fátima, 2008.

AA. VV., *Elites e Poder*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1997.

AA. VV., *Entre necessidade e desejo. Diálogos da psicologia com a religião*, Loyola, São Paulo, 2001.

AA. VV., *Manual de Doctrina Social de la Iglesia*, Biblioteca de autores cristianos. Fundacion Pablo VI, Madrid, 1993.

AA. VV., *Missionação, Perseguição e Conflito de Pertenças. Um pano de fundo para ler a documentação da Nunciatura portuguesa. TomoII: O Oriente*, Esfera do Caos, Lisboa, 2011.

AA. VV., *O regresso do sagrado*, Livros e leituras, Lisboa, 1998.

AA.VV., *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Misericórdias e secularização num século turbulento (1910-2000)*, Volume 9 Tomo II, União das Misericórdias Portuguesas, Lisboa, 2011.

AA.VV., *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Misericórdias e secularização num século turbulento (1910-2000)*, Volume 9 Tomo I, União das Misericórdias Portuguesas, Lisboa, 2010.

ABREU, Laurinda, «A especificidade do sistema de assistência pública portuguesa. Linhas estruturantes», in *Arquipélago. História*, 6 (2002) 417-434.

ACKERMANN, Stephan, «A Igreja como pessoa na teologia de Hans Von Balthasar», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 19 (2002) 209-219.

ALMODOVAR, António, «Algumas notas sobre o pensamento social católico em Portugal», in *Communio – Revista Internacional Católica* 26 (2009) 177-186.

ANTUNES, Manuel Luís Marinho, «Notas sobre a organização e os meios de intervenção da Igreja Católica em Portugal: 1950-80», in *Análise Social*, 18 (1982) 1141-1154.

ARAÚJO DE FREITAS, José António, *Centros Sociais Paroquias. Redes de Comunicação para a “Terceira Idade”: Contexto institucional e social*, Editora s. n., Ponte de Lima, 2012.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)*, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e de Ponte de Lima, 2000.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *Rituais de Caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (Séculos XVII – XIX)*, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, Ponte de Lima, 2003.

ARMOGATHE, Jean-Robert, «Da esmola à assistência. Secs. XV-XVIII», in *Communio – Revista Internacional Católica* 26 (2009) 165-170.

AYDIN, Mehmet S., «Contributo das religiões para a partilha dos valores e da cidadania comum», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 18 (2001) 427-436.

BALLESTREM, Karl Graf, «Igreja e cultura democrática. Adaptação e conflitos», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 18 (2001) 411-426.

BASLEZ, Marie-Françoise, «Paulo e a escravatura», in *Communio – Revista Internacional Católica* 26 (2009) 235-244.

BEIRANTE, Ângela, *Confrarias medievais portuguesas*, Autora, Lisboa, 1990.

BELLAH, Robert Neelly, *Beyond belief: essays on religion in a post-traditional world*, University of California Press, Berkeley, 1991.

BERGER, Peter Ludwig and LUCKMANN, Thomas, *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge*, Doubleday, New York, 1989.

BERGER, Peter Ludwig, *Um Rumor de Anjos. A sociedade moderna e a descoberta do sobrenatural*, Vozes, Rio de Janeiro, 1973.

BERMEJO, José Carlos, *La muerte enseña a viver. Viver sanamente el duelo*, San Pablo, Madrid, 2003.

BOLTANSKI, Luc, *L'Amour et la Justice comme compétences – Trois essais de sociologie de l'action*, Éditions Métallié, Paris, 1990.

BONHOEFFER, Dietrich, *Sociologia de la Iglesia. Sanctorum communio*, Sigueme, Salamanca, 1969.

BORGES DE PINHO, José Eduardo, «Comunhão eclesial e diaconia», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 18 (2001) 116-129.

BORGES DE PINHO, José Eduardo, «Diaconia e caridade. Uma aproximação eclesiológica», in *Communio – Revista Internacional Católica* 26 (2009) 195-208.

BOURDIEUR, Pierre, *Homo academicus*, Editora UFSC, Florianópolis, 2011.

BOURDIEUR, Pierre, *Questões de Sociologia, Fim de Século*, Lisboa, 2003.

BRAGA DA CRUZ, Manuel, *Teorias Sociológicas. Os fundadores e os clássicos. Coletânea de textos*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989

BREYNER, Sophia de Mello, *Contos Exemplares*, Figueirinhas, Porto, 1982.

BRUTO DA COSTA, Alfredo, «Quem são os pobres hoje?», in *Communio – Revista Internacional Católica* 26 (2009) 135-144.

CAMPENHOUDT, Luc Van, *Introdução à análise dos fenómenos sociais*. Tradução, Gradiva, Lisboa, 2003.

CAPELA, José Viriato – ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Santa Casa da Misericórdia de Braga, Braga, 2013.

CARVALHO, Lázaro Messias de, *Doença e cura em África. Medicina tradicional e pastoral da saúde no povo chuabo – Uma questão de inculturação*, Dissertação de Doutoramento em teologia Prática, sob a orientação de José Manuel Valente da Silva Nunes, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia, Lisboa, 2008.

CASSIRER, Ernest, *Linguagem, mito e religião*, Rés, Porto, 1976.

CERTEAU, Michel de, «Autoridades cristãs e estruturas sociais», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 21 (2004) 51-60.

CERTEAU, Michel de, «Credibilidades políticas», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 21 (2004) 39-49.

CERTEAU, Michel de, *La debilidad de creer*, Katz, Buenos Aires, 2006.

CLEMENTE, Manuel, «A Igreja e o Liberalismo – Questões oitocentistas», in *Eborensis*, 17,33 (2004) 25-38.

CLEMENTE, Manuel, «Igreja e Sociedade Portuguesa do Liberalismo à República», in *Didaskalia*, 24 (1994) 119-129.

COSTA, Ana Filipa Ladeira Félix da, *Assistência ao doente moribundo no século XVIII*, Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Cuidados Paliativos, Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Ciências da Saúde, Porto, 2012.

COUTINHO, Jorge, *Caminhos da razão no horizonte de Deus. Sobre as razões do crer*, Tenacitas, Coimbra, 2010.

CREPALDI, Giampaolo, «Compêndio da Doutrina Social da Igreja Para um Novo Humanismo Solidário», in *Theologica*, 40 (2005) 107-116.

CRUZ, Manuel Braga da, «As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (II)», in *Análise Social*, 14 (1978) 525-607.

CRUZ, Manuel Braga da, «As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (II)», in *Análise Social*, 14 (1978) 525-607.

CUNHA, Jorge Teixeira da, «A Doutrina Social da Igreja entre a utopia e a ideologia», in *Theologica*, 39 (2004) 55-71.

DIAS, Antonino, «Ação social nas comunidades cristãs», in *Theologica*, 39 (2004) 107-122.

DINIS, Alfredo s.j., «Desafios da teoria da evolução ao cristianismo», in *Brotéria* 169 (2009) 529-550.

DIX, Steffen, «A visibilidade e a invisibilidade das pessoas “sem religião” na sociedade portuguesa», in *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia / Lisboa*, 43 (2013) 57-80.

DIX, Steffen, «Da crítica à sociologia da religião. Uma viragem e seu impacto sócio-cultural», in *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, 5 (2006) 9-24.

DUQUE, João Manuel Duque, «“Invenção” Social do cristianismo», in *Theologica*, 39 (2004) 13-27.

DURKHEIM, Émile, *A divisão do trabalho social*, Editorial Presença, Lisboa, 1977.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*, Ática, São Paulo, 1981.

DUVIGNAUD, Jean, *A solidariedade: laços de sangue, laços de razão*, Instituto Piaget, Lisboa, 1995.

EDWARDS, Denis, *El Dios de la evolución*, Sal Terrae, Santander, 2006.

FALESIEDI, Ugo, *Le Diaconie: I servizi assistenziali nella Chiesa antica*, Istituto Patristico Augustinianum, Roma, 1995.

FERNANDES, António Teixeira, *O retorno do sagrado*, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1388.pdf>, 11 de Dezembro de 2011(199 – 240).

FERREIRA, António Matos, «Laicismo ideológico e laicidade. Entre a ideia de tolerância e a tentação totalitária», in *Theologica*, 39 (2004) 313-330.

FERREIRA, Januário Torgal Mendes, «Intervenção política do cristão», in *Theologica*, 39 (2004) 99-106.

FIGUEIRA, Antero Rodrigues, *Qualidade de vida e espiritualidade em pessoas idosas*, Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gerontologia, Universidade de Aveiro, Secção Autónoma de Ciências da Saúde, Aveiro, 2010.

FONSECA DA SILVA, Simão Daniel Cristóvão, «Fé ou Razão? O dilema do pensamento moderno», in *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, 5 (2006) 131-162

GEREMEK, Bronislaw, *A Piedade e a Força. História da Miséria e da Caridade na Europa*, Terramar, Lisboa, 1986.

GIRARD, René, *Eu via Satanás cair do céu como um raio*, Instituto Piaget, Lisboa, 2002.

GOMES, Joaquim Ferreira – GRÁCIO, Rui – FERNANDES, Rogério, *História da Educação em Portugal*, Livros Horizonte, Porto, 1988.

GOMES, Joaquim Ferreira, *Para uma História da Educação em Portugal*, Porto Editora, Porto, 1995.

GOTTWALD, Normam K., *As tribos de Iahweh. Uma sociologia da religião de Israel liberto 1250-1050 a.C.*, Paulus, São Paulo, 1986.

GRENZ, Standley G. *Pós Modernismo, Vida Nova*, São Paulo, 1997.

GROUNDS, Vernon C., “Precusores da teologia radical dos anos 60 e 70”, in GUNDRY, Stanley, *Teologia Contemporânea*, Mundo Cristão, São Paulo, 1983.

HAUGHT, John F., *Cristianismo e evolucionismo em 101 perguntas e respostas*, Gradiva, Lisboa, 2009.

HERVIEU-LÉGER, Danièle, *O peregrino e o convertido. A religião em movimento*, Gradiva, Lisboa, 2005.

HILAIRE, Yves-Marie, «A caridade à prova dos factos. Secs. XIX-XX», in *Communio – Revista Internacional Católica* 26 (2009) 171-176.

HÖFFNER, Josph cardeal, *Doutrina social cristã*, Loyola, S. Paulo, 1986.

JENKINS, Philip, *Pedophiles and Priests: Anatomy of a Contemporary Crisis*, Oxford University Press, Oxford, 2001.

JORGE, João de Deus da Costa, «Aspetos psicológicos dos novos movimentos religiosos», in *Communio. Revista Internacional Católica* VIII, 4 (1991) 349-352.

JULIANO, *Contra los Galileus. Cartas y fragmentos. Testimonios. Leyes*, Gredos, 2008.

KOET, Bart J., «O diácono “evangelista”. Um díptico sobre o diaconado», in *Communio – Revista Internacional Católica* 26 (2009) 245-255.

LAITI, Guiseppe, «São Basílio e a prática da caridade», in *Communio – Revista Internacional Católica* 26 (2009) 157-164.

LANGLOIS, José Miguel Ibañes langlois, *Doutrina Social da Igreja*. Reis dos Livros, Lisboa, 1990.

LEVINAS, E. *Difficile Liberté. Essais sur le judaïsme*, Librairie Générale Française, Paris, 1984.

LEVINAS, E. *Ética e Infinito: diálogos com Philippe Nemo*, Edições 70, Lisboa, 1988.

LEVINAS, E. *Totalidade e infinito*, Edições 70, Lisboa, 1988.

LIMA, José da Silva, «revisitar a cidade: identidades religiosas em meio urbano», in *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia / Lisboa*, 43 (2013) 345-379.

LIMA, José da Silva, *Teologia Prática Fundamental. Fazei vós, também*, Universidade Católica, Lisboa, 2009.

LOBKOWICZ, Nikolaus, «Há uma responsabilidade pela “história”? Sobre a relação do cristão com o tempo», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 20 (2003) 321-333.

LOURENÇO VIEIRA, Domingos, «A solidariedade cristã. Horizonte de sentido e lógica de ação», in *Communio – Revista Internacional Católica* 26 (2009) 187-194.

LOURENÇO VIEIRA, Domingos, *La solidarité au coeur de l'éthique sociale. La notion de solidarité dans l'enseignement social de l'Église catholique*, Mare et Martin, Paris, 2006.

LUHMANN, Niklas, *Funktion der Religion*, Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1996.

MACINTYRE, Alasdair, *Tres versiones rivales de la ética*, Rialp, Madrid, 1992.

MANICARDI, Luciano, *A Caridade dá que fazer. Redescobrimo a atualidade das «Obras de misericórdia»*, Paulinas, Prior Velho, 2010.

MARINHO, José, «Relação da filosofia e da teologia no pensamento português moderno», in *Estudos sobre o pensamento português contemporâneo*, Lisboa, 1981, 16-23.

MARQUES JOAQUIM, Henrique Manuel, *Lógicas de Ação no Campo Católico. Diversidade de Modelos e Práticas no Domínio da Ação Social*, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade das Ciências Humanas, 2011.

MAUSS, Marcel, *Essai sur le don*, PUF, Paris, 2007.

MEAD, George Hebert, *Espíritu, persona y sociedad*, Paidós, Buenos Aires, 1968.

MELO, Helena, *Os aspetos jurídicos dos direitos do doente*, Actas do V Seminário do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1999.

MENDONÇA, José Tolentino, «O que resta de Deus», in *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia / Lisboa*, 43 (2013) 285-293.

METZ, Johann Baptist, *Dios y tiempo. Nueva teología política*, Trotta, Madrid, 2002.

METZ, Johann Baptist, *Memoria passionis. Una evocación provocadora en una sociedad pluralista*, Sal Terrae, Santander, 2007.

METZ, Johann Baptist, *Teologia do mundo*, Moraes, Lisboa, 1969.

MILBANK, John, *Teologia e Teoria Social. Para além da razão secular*, Loyola, S. Paulo, 1995.

MIRANDA, Mário de França, «Existência cristã hoje», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 20 (2003) 309-320.

Mitos sobre pedofilia envolvendo sacerdotes,
http://www.sinaisdostempos.org/perguntas/pedofilia_sacerdotes, 27 de Maio de 2011.

MOREIRA, Adriano, *I Jornadas da Cultura sobre «Religião, Igreja e Sociedade»*, organizada pela Pastoral Universitária e Vigararia Episcopal da Cultura e Diálogo da Arquidiocese de Braga, no Auditório Vita em Braga, a 19 e 20 de Novembro de 2010, intervindo na Mesa Redonda, na qualidade de presidente da Academia das Ciências, sobre o tema: *Uma Igreja renovada e operativa*. Não publicado.

MORGADO, Miguel, «Público e Privado: a Religião entre a “Saída” e a “Entrada”», in *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia / Lisboa*, 43 (2013) 257-283.

NETO, Vítor – «O Estado e a Igreja na 1ª República», in *A Igreja e o Estado em Portugal*, Vila Nova de Famalicão, 2004, 15-28.

NORONHA GALVÃO, Henrique, «Díaconos. Ordenados para o serviço», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 18 (2001) 130-143

NORONHA GALVÃO, Henrique, «Origem teológica do conceito de pessoa. Algumas notas», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 19 (2002) 205-208.

NUNES, Rui - BRANDÃO, Cristina, *Humanização da Saúde*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2007.

OLIVEIRA, Maria Helena Mendes da Rocha, *Confraria de S. Crispim e S. Crispiniano e o seu Hospital da Idade Média*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2001.

OLIVEIRA, Maria Tavares Escocard de, «As Misericórdias e a assistência aos presos», in *Cadernos do Noroeste. Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho*, 11, 2 (1998) 65-81.

PARSONS, Talcott, *Estrutura da Ação Social*, Vozes, Rio de Janeiro, 2010.

PEÑA, Juan L. Ruiz de la, *Teologia da criação*, Loyola, São Paulo, 1989.

PENTEADO, Pedro, «Das Confrarias medievais às Misericórdias. Salvação da alma, solidariedade e serviço aos protegidos», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 18 (2001) 162-174.

PINHO, José Eduardo Borges de, «Comunidades eclesiais: as exigências da integração plural», in *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia / Lisboa*, 43 (2013) 295-317.

PINTO, Cândida – PAIS-RIBEIRO, José Luís, «Construção de Uma Escala de Avaliação da Espiritualidade em Contextos de Saúde», in *Arquivos de Medicina*, 21, 2 (2007) 47-53.

POLICARPO, José da Cruz «A laicidade», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 18 (2001) 389-399.

RAMOS, Rui, «Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo», in *Análise Social*, 24 (1988) 1067-1145.

RATZINGER, Joseph, *Fé e Futuro*, Principia, Estoril, 2008.

- RATZINGER, Joseph, *Introdução ao Cristianismo*, Principia, Estoril, 2005.
- RATZINGER, Joseph, *No princípio Deus criou o céu e a terra*, Principia, Estoril, 2009.
- RAWLS, John *Uma teoria da justiça*, Editorial Presença, Lisboa, 1993.
- RÉMOND, René, *O novo anti-cristianismo*, Tenacitas, Coimbra (ainda não publicado). REMOND, René, *O Novo Anti-Cristianismo*, Conversas com Marc-Le Boucher, Ed. Tenacitas, Coimbra (no prelo).
- RICARTE, Luís Filipe Caldeira da Silva, *Sobrecarga do cuidador informal de idosos dependentes no concelho de Ribeira Grande*, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Porto, 2011.
- RICO, Hermínio, «O catolicismo face à laicidade. Resignação ou oportunidade», in *Communio. Revista Internacional Católica*, 18 (2001) 400-410.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, «A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu (1490-1600)», in *Cadernos do Noroeste. Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho*, 11, 2 (1998) 31-63.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português: 1500-1800*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1997.
- SANTO AGOSTINHO, *De Trinitate*, VIII, 8, 12, CCL 50, Turnholti, 1961.
- SANTOS, Rogério, «O estudo “Identidades religiosas em Portugal”: a mediação jornalística», in *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia / Lisboa*, 43 (2013) 235-255.
- SAPETA , Ana Paula Gonçalves Antunes, *A família face ao doente terminal hospitalizado. O caso particular do HAL*, Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de mestre em sociologia, variante família e população, Universidade de Évora, Évora, 1997.

SCHMITZ-MOORMANN, Karl Schmitz.Moormann, *Teología de la creación de un mundo en evolución*, Verbo Divino, Navarra, 2005.

SEABRA, João, *O Estado e a Igreja em Portugal no Início do Século XX. A lei da Separação de 1911*, Princípia, Cascais, 2009.

SERRÃO, Daniel - NUNES, Rui, *Ética em Cuidados de Saúde*, Porto Editora, Porto, 1999.

SILVA, Augusto da, «Continuidade e inovação na doutrina social da Igreja», in *Análise Social*, 28 (1993) 775-786.

SILVA, Célia Maria Jordão Simões, *Espiritualidade e religiosidade das pessoas idosas: consequências para a saúde e bem-estar*, Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de doutor em enfermagem, Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Ciências da Saúde, Lisboa, 2012.

SOUSA SANTOS, Boaventura de, *Um discurso sobre as ciências*, Edições Aprofundamento, Porto, 1993.

TAVARES, Maria José Ferro, *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*, Presença, Lisboa, 1989.

TAYLOR, Charles, «A política de Reconhecimento», in *Multiculturalismo. Examinando a política de reconhecimento*, Instituto Piaget, Lisboa, 1998, 45-94.

TAYLOR, Charles, *La ética de la autenticidad*, Paidós, Barcelona, 1994.

TAYLOR, Charles, *Las variedades de la religión hoy*, Paidós, Barcelona, 2003.

TEIXEIRA, Alfredo, «A eclesiosfera católica: pertença diferenciada», in *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia / Lisboa*, 43 (2013) 115-205.

TEIXEIRA, Alfredo, «Os “mundos Sociais” da ação sócio-caritativa», in *Communio – Revista Internacional Católica* 26 (2009) 209-222.

TEIXEIRA, Alfredo, *Entre a exigência e a ternura. Uma antropologia do habitat institucional católico*, Paulinas, Lisboa, 2004.

TEIXEIRA, Alfredo, *Identidades Religiosas em Portugal: Representações, Valores e Práticas – 2011*: http://www.agencia.ecclesia.pt/dlds/bo/Inquirito2011_Resumo.pdf, 10 de Dezembro de 2012. Trabalho realizado pela Universidade Católica Portuguesa, sob a Coordenação de Alfredo Teixeira, a pedido da Conferência Episcopal Portuguesa.

TERRA, Domingos, «Os dados da Individualização crente: uma reflexão teológica», in *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia / Lisboa*, 43 (2013) 319-344.

TERTULIANO, Quinto Sptímio Florence, *Apologético. Introdução, versão do latim e comentários: José Carlos Lopes e Miranda*, Livraria Alcalá, Lisboa, 2002.

TOLDY, Teresa Martinho, «A secularização da sociedade portuguesa no contexto das modernidades múltiplas», in *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia / Lisboa*, 43 (2013) 23-55.

TURNER, Bryan S., *Religion and social theory*, Sage, London, 1994.

TURNER, Victor – TURNER, Edith, *Image and Pilgrimage in Christian Culture*, Columbia University Press, Nova Iorque, 1978.

TURNER, Victor, *Dramas, Fields, and Metaphors: Symbolic. Action in Human Society*, Cornell University Press, Ithaca, 1974.

UNAMUNO, Miguel, *Del sentimiento trágico de la vida*, Editorial Credos, Madrid, 1980.

VARELA ALMENDRA, Luísa Maria, «Quem é o meu próximo?», in *Communio – Revista Internacional Católica* 26 (2009) 145-156.

VERGOTE, Antonie, «Necessidade e desejo da religião na óptica da psicologia», in *Entre necessidade e desejo. Diálogos da psicologia com a religião*, Loyola, S. Paulo, 2001, 9-

VERGOTE, Antonie, *Modernidade e Cristianismo. Interrogações críticas recíprocas*, Loyola, S. Paulo, 2002.

VILAÇA, Helena, «Novas paisagens religiosas em Portugal: do centro às margens», in *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia / Lisboa*, 43 (2013) 81-114.

WEBER, Max, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Pioneira, São Paulo, 1996.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*, Editora UNB, Brasília, 1991.

WOODS, Thomas E., *O que a civilização ocidental deve à Igreja Católica*, Alêtheia, Lisboa, 2009.

YUNUS, Muhammad, *O banqueiro dos pobres*, Difel, Lisboa, 2002.

Doutrina social da igreja – Magistério

BENEDICTUS PP. XVI, *Dum Dies XLIV Internationalis commemoratur pro Pace promovenda: «Libertas religiosa, iter ad pacem»* (8 mensis Decembris 2010), in AAS 103 (2011) 46-58.

BENEDICTUS PP. XVI, *Epistula apostólica Porta Fidei* (11 mensis Octobris 2011), in AAS 103 (2011) 723-734.

BENEDICTUS PP. XVI, *Litterae encyclicae de christiano amore «Deus Caritas Est»* (25 mensis Decembris 2005), in AAS 98 (2006) 217-41.

BENEDICTUS PP. XVI, *Litterae encyclicae de humana integra progressionem in caritate veritateque «Caritas In Veritate»* (29 mensis Iunii 2009), in AAS 101 (2009) 641-709.

CONSELHO PONTIFÍCIO «JUSTIÇA E PAZ», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, Principia, Cascais, 2005.

IOANNES PAULUS PP. II, *Codex Iuris Canonici* (25 mensis Ianuarii 1983), in AAS 75, II (1983) 1-324. *Código de Direito Canónico*, CEP - Apostolado da Oração, Braga, 1983. Versão digital: <http://www.paroquia-sagradafamilia.org/textos/codigodediretocanonico.pdf>, 10 de Junho de 2011.

IOANNES PAULUS PP. II, *Epistula apostólica de anni MM Iubilaeum ad parandum «Tertio Millennio Adveniente»* (10 mensis Novembris 1994), in AAS 87 (1995) 5-41.

IOANNES PAULUS PP. II, *Litterae encyclicae de labore humano, LXXXX expleto anno ab editis Litteris Encyclicis Rerum Novarum. «Laborem Exercens»* (14 mensis Septembris 1981), in AAS 73 (1981) 577-647.

IOANNES PAULUS PP. II, *Litterae encyclicae de saeculo ipso Encyclicis ab editis litteris «Rerum novarum» transato «Centesimus Annus»* (Kalendis Maiis 1991), in AAS 83 (1991) 793-867.

IOANNES PAULUS PP. II, *Litterae encyclicae de vicesimo expleto anno ab editis Litteris Encyclicis a verbis «Populorum progressio» incipientibus «Sollicitudo Rei Socialis»* (30 mensis Decembris 1987), in AAS 80 (1988) 513-324.

IOANNES PAULUS PP. II, *Litterae encyclicae de vitae humanae inviolabili bono «Evangelium Vitae»* (25 mensis Martii 1995), in AAS 87 (1995) 402-522.

IOANNES PAULUS PP. II, *Litterae encyclicae Pontificali eius Ministerio ineunte «Redemptor Hominis»* (4 mensis Martii 1979), in AAS 71 (1979) 257-324.

IOANNES PP. XXIII, *Litterae encyclicae de recentioribus rerum socialium processibus ad christiana praecepta componendis «Mater Et Magistra»* (15 mensis Maii 1961), in AAS 53 (1961) 401-464.

IOANNIS PP. XXIII, *Litterae encyclicae de pace omnium gentium in veritate, iustitia, caritate, libertate constituenda «Pacem In Terris»* (11 mensis Aprilis 1963), in AAS 55 (1963) 257-304.

JOÃO PAULO II, *Catecismo da Igreja Católica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993.

LEONIS PP. XIII, LEÃO XIII, *Litterae encyclicae «Rerum Novarum»* (15 mensis Maii 1891), Acta Leonis, 11 (1892) 97-144.

lineamenta-xiii-assembly_po.html, 2 de Fevereiro de 2011. *Documento de trabalho*.

PAULUS PP. VI, *Adhortatio apostolica de Evangelizatione in mundo huius temporis «Evangelii Nuntiandi»* (8 mensis Decembris 1975), in AAS 68 (1976) 5-76.

PAULUS PP. VI, *Epistula apostólica octogesimo expleto anno ab editis Litteris Encyclicis e verbis appellatis «Rerum Novarum» «Octogesima Adveniens»* (14 mensis Maii 1971), in AAS 63 (1971) 401-299.

PAULUS PP. VI, *Litterae encyclicae de populorum progressionem promovenda «Populorum Progressio»* (26 mensis Martii 1967), in AAS 59 (1967) 257-299.

PIUS PP. XI, *Litterae encyclicae de ordine sociali instaurando et ad Evangelicae legis normam perficiendo, in annum XL post editas Leonis XIII litteras encyclicas «Rerum Novarum» «Quadragesimo Anno»* (15 mensis Maii 1931), in AAS 23 (1931) 177-228.

SACROSANCTUM CONCILIUM OECUMENICUM VATICANUM II (PAULUS PP. VI), *Constitutio pastoralis de ecclesia in mundo huius temporis «Gaudium et Spes»* (7 mensis decembris 1965), in AAS 58 (1966) 1025-1120.

SACROSANCTUM CONCILIUM OECUMENICUM VATICANUM II (PAULUS PP. VI), *Constitutio Dogmatica de Ecclesia «Lumen Gentium»* (21 mensis Novembris 1964), in AAS 57 (1965) 5-71.

SACROSANCTUM CONCILIUM OECUMENICUM VATICANUM II (PAULUS PP. VI), *Declaratio de educatione christiana «Gravissimum Educationis»* (28 mensis Octobris 1965), in AAS 57 (1965) 728-739.

SACROSANCTUM CONCILIUM OECUMENICUM VATICANUM II (PAULUS PP. VI), *Declaratio de libertate religiosa «Dignitatis Humanae»* (7 mensis Decembris 1965), in AAS 58 (1966) 929-946.

SACROSANCTUM CONCILIUM OECUMENICUM VATICANUM II (PAULUS PP. VI), *Decretum de instrumentis communicationis socialis «Inter Mirifica»* (4 mensis Decembris 1963), in AAS 56 (1964) 145-157.

SÍNODO DOS BISPOS, *A nova evangelização para a transmissão da fé cristã. Lineamenta*, http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20110202_

SYNODI EPISCOPORUM, *Documenta synodi episcoporum. «II De iustitia in mundo»* (30 mensis Novembris 1971), in AAS 63 (1971) 923-942.

Metodologia

ALVESSON, Mats and SKÖLDBERG, Kaj, *Reflexive Methodology. New Vistas for Qualitative Reserarch*, Sage, London, 1988.

BARDIN, Laurence, *Análise de conteúdo*, Edições 70, Lisboa, 1994.

BELL, Judith, *Como realizar um projecto de investigação. Um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*, Gradiva, Lisboa, 1997.

CASSELAND GILLIAN SYMOR, Catherine, *Essential Guide to Qualitative Methods in Organizational Research*, Sage, London, 1988.

CHIZZOTTI, Antonio, «A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios», in *Revista Portuguesa de Educação*, 2003 (16) 221-236.

DESHAIES, Bruno, *Metodologia da Investigação em Ciências Humanas*, Instituto Piaget, Liboa, 1992.

DESROCHE, Henri, *Sociologias Religiosas*. Tradução de Fernando Leorne, rés, Porto, 1984.

DURKHEIM, Émile, *As regras do método sociológico*, Editorial Presença, Lisboa, 1980.

ESTEVES, António e AZEVEDO, José, *Metodologias qualitativas para as ciências sociais*, Instituto de Sociologia – faculdade de letras – universidade do Porto, Porto, 1998.

FERREIRA, Vergínia, «O inquérito por questionário na construção de dados sociológicos», in SANTOS SILVA, Augusto e MADUREIRA PINTO, José (org.), *Metodologia das ciências sociais*, Afronto, Porto (1986) 165-196.

FLICK, Uwe, *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Monitor, Lisboa, 2005.

GIDDENS, Anthony, *Novas regras do método sociológico*, Gradiva, Lisboa, 1996.

GIL, António Carlos, *Métodos e técnicas de pesquisa social*, Atlas, São Paulo, 2006.

- GRAWITZ, Madeleine, *Méthodes des Sciences Sociales*, Dalloz, Paris, 1986.
- HUOT, Réjean, *Métodos Quantitativos para as Ciências Humanas*, Lisboa, Instituto Piaget, 2002.
- KAUFMANN, Jean-Claude, *L'entretien compréhensif*, Ed. Nathan, Paris, 1996.
- LIMA, José da Silva - *Teologia Prática Fundamental. Fazei vós, também*, UCP, Lisboa, 2009.
- MORAES, Roque, «Análise de conteúdo», in *Revista Educação*, 1999 (37) 7-32.
- MOREIRA, João Manuel, *Questionários: Teoria e Prática*, Almedina, Coimbra, 2004.
- OLABUENAGA, José I. Ruiz e ISPIZUA, María Antonia, *La descodificación de la vida cotidiana: métodos de investigación cualitativa*, Bilbao, Universidad de Deusto, 1989.
- OLABUÉNAGA, José Ignacio Ruiz, *Metodología de la investigación cualitativa*, Bilbao, Universidade de Duesto, 2003.
- POPPER, Karl R., *Em busca de um mundo melhor*, Fragmentos, Lisboa, 1989.
- RODRIGUEZ GOMEZ, Gregorio – FLORES, Javier Gil – GARCÍA JIMÉNEZ, Eduardo, *Metodología de la investigación cualitativa*, Ediciones Aljibe, Archidona, 1996.
- SALLES OLIVEIRA, Paulo de, *Metodologia das Ciências Humanas*, Editora Hucitec, São Paulo, 1998.
- SANTOS SILVA, Augusto «A rutura com o senso comum nas ciências sociais», in SANTOS SILVA, Augusto e MADUREIRA PINTO, José (org.), *Metodologia das ciências sociais*, Afronto, Porto (1986) 29-53.
- SANTOS SILVA, Augusto e MADUREIRA PINTO, José (orgs.), *Metodologia das ciências sociais*, Afronto, Porto, 1986.

SIMON, Pierre-Jean, *História da sociologia*. Tradução de Emília Laura Seixas, Rés, Porto, 199(?).

VALA, Jorge, «A análise de conteúdo», in SANTOS SILVA, Augusto e MADUREIRA PINTO, José (org.), *Metodologia das ciências sociais*, Afronto, Porto (1986) 101-128.

WEBER, Max, *Fundamentos da Sociologia*, Rés, Porto, 1983.

WEBER, Max, *Metodologia das Ciências Sociais*, Campinas, Cortez – Unicamp, S. Paulo, 1992.

IPSS's: legislação civil e canónica, estatutos, regulamentos e planos de atividades

ARQUIDIOCESE DE BRAGA, *Estatuto do Centro de Solidariedade da (...), Arciprestado de Braga, Arquidiocese de Braga. Distrito Braga*, aprovado a 23 de Setembro de 1993.

ARQUIDIOCESE DE BRAGA, *Estatutos do Centro Social da Paróquia de (...) ou Centro Paroquial de Fraternidade Cristã e de Solidariedade Social de (...). Arquidiocese de Braga. Distrito Braga*, aprovado a 26 de Junho de 1991.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, «Lei Constitucional nº1 2005», in *Diário da República* 155 (2005) 4642-4686, Versão Digital/Eletrónica: <http://www.dre.pt/comum/html/legis/crp.html>, 10 de Junho de 2011.

CENTRO DE SOLIDARIEDADE DA (...), *Plano de Atividades 2011*, aprovado a 7 de Janeiro de 2011.

CENTRO DE SOLIDARIEDADE DA (...), *Plano de Atividades. Centro de Solidariedade da (...). 2010-2011*, sem data de aprovação.

CENTRO DE SOLIDARIEDADE DA (...), *Regulamento Interno. Centro de Solidariedade da (...)*, aprovado em Maio de 2008.

CENTRO DE SOLIDARIEDADE DA (...), *Regulamento Interno. Lar de Terceira Idade*, sem data de aprovação.

CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE (...), *Manual da Qualidade*, aprovado a 4 de Maio de 2009.

CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE (...), *Manual de Acolhimento*, sem data de aprovação.

CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE (...), *Plano Anual de Atividades. 2010-2011. (para o Lar)*, aprovado a 1 de Setembro de 2010

CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE (...), *Plano Anual de Atividades. 2010/2011. Centro de Dia*, aprovado a 1 de Setembro de 2010.

CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE (...), *Plano Anual de Atividades. Ano Lectivo: 2010/2011. Resposta Social: Infância (Creche/Jardim/Catl)*, aprovado a 22 de Novembro de 2010.

CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE (...), *Regulamento Interno. Creche*, aprovado a 1 de Janeiro de 2011; *Regulamento Interno. Jardim de Infância*, aprovado a 1 de Janeiro de 2011; *Regulamento Interno. CATL*, aprovado a 1 de Janeiro de 2011.

CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE (...), *Regulamento Lar de Idosos*, sem data de aprovação; *Regulamento do Apoio Domiciliário*, sem data de aprovação; *Regulamento do Centro de Dia*, sem data de aprovação.

CENTRO SOCIAL DE (...), *Estatutos*, aprovados a 27 de Outubro de 1997.

CENTRO SOCIAL DE (...), *Plano Anual de Atividades. 2011*, aprovado a 12 de Novembro de 2011.

CENTRO SOCIAL DE (...), *Regulamento Interno. Creche*, sem data de aprovação. *Regulamento Interno. Creche*, sem data de aprovação; *Regulamento Interno. Jardim de Infância*, sem data de aprovação; *Regulamento Interno. CATL*, sem data de aprovação.

CENTRO SOCIAL DE (...), *Regulamento Interno. Lar de Idosos*, sem data de aprovação. *Regulamento Interno. Serviço de Apoio Domiciliário*, sem data de aprovação; *Regulamento Interno do Centro de Dia*, sem data de aprovação.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, «Normas Gerais das Associações de Fiéis», in ARQUIDIOCESE DE BRAGA, *Estatutos, normas e diretivas*, Diário do Minho, Braga, 2009, 355-394.

FREIRE, Manuel Leal, *As Misericórdias e as IPSS em geral, na história, na legislação, na jurisprudência e na prática administrativa*, Ecla, Porto, 1995.

FREIRE, Manuel Leal, *As Misericórdias e as Ipss em geral. Na história, na legislação, na jurisprudência e na prática administrativa*, Elcla, Porto, 1995.

IRMANDADE SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE (...), *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de (...)*, 1982.

JOAQUIM, Henrique, «Centros Sociais paroquiais. Missão e organização», in *Communio – Revista Internacional Católica* 26 (2009) 223-228.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL, «Despacho Normativo nº 75/92», in *Diário da República* 116 (1992) 2369 – 2374, Versão Digital/Eletrónica: <http://dre.pt/pdf1sdip/1992/05/116B00/23692374.pdf>, 10 de Junho 2011.

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS, SECRETARIA DE ESTADO E DA SEGURANÇA SOCIAL, «Decreto-Lei nº 119/83», in *Diário da República* 46 (1983) 643-656, Versão Digital/Eletrónica: <http://dre.pt/pdf1sdip/1983/02/04600/06430656.pdf>, 10 de Junho de 2011.

MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO, «Portaria nº 147/1997», in *Diário da República* 133 (1997) 2828-2834, Versão Digital/Eletrónica: <https://dre.pt/pdfgratis/1997/06/133A00.pdf>, 20 de Janeiro de 2014.

MINISTÉRIOS DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL, «Portaria nº 262/2011», in *Diário da República* 167 (2011) 4338-4343, Versão Digital/Eletrónica: <https://dre.pt/pdfgratis/2011/08/16700.pdf>, 20 de Janeiro de 2014.

MINISTÉRIOS DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL, «Portaria nº 62/2012», in *Diário da República* 58 (2012) 1324-1329, Versão Digital/Eletrónica: <https://dre.pt/pdfgratis/2012/03/05800.pdf>, 20 de Janeiro de 2014.

MINISTÉRIOS DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL, «Portaria nº 38/2013», in *Diário da República* 21 (2013) 605-608, Versão Digital/Eletrónica: <https://dre.pt/pdfgratis/2013/01/02100.pdf>, 20 de Janeiro de 2014.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO E DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL, «Decreto-Lei nº 9/85», in *Diário da República* 7 (1985) 38-39, Versão Digital/Eletrónica: <http://dre.pt/pdf1sdip/1985/01/00700/00380039.pdf>, 10 de Junho de 2011.

ORTIGA, D. Jorge, «Centros Sociais Paroquiais como Ação Social da Igreja», in *Estatutos, normas e diretivas. Arquidiocese de Braga* (2009) 281-290.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE (...), [*Centro de Dia*] *Plano de Atividades 2011*, Sem data de aprovação.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE (...), *Creche (...). Plano Anual de Atividades. Ano Lectivo 2010/2011*, 12 de Janeiro de 2011.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE (...), *Lar (...). Plano de Atividades 2011*, Sem data de aprovação.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE (...), *Plano de Atividades. Exercício 2011*, sem data de aprovação.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE (...), *Regulamento Interno das valências das Creches*, aprovado a 19 de Novembro de 2009.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE (...), *Regulamento Interno do Lar de 3ª Idade (...)*, sem data de aprovação.

ANEXOS – QUESTIONÁRIOS

QUESTIONÁRIO PARA SONDAGEM DE OPINIÃO: Direção/Colaboradores

Este inquérito tem como objetivo primordial recolher opiniões acerca do trabalho desenvolvido pelas IPSS's. Trata-se de um trabalho de índole estritamente académica, no âmbito do «Doutoramento - Estudos da Religião», realizado na Universidade Católica, visando recolher informações acerca desta problemática. Garantimos a confidencialidade dos dados. Agradecemos, desde já, a sua colaboração.

1- Género:

Masculino	Feminino
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2

2- Idade: _____ anos.

3- Estado civil

Solteiro/a	Casado/a	União de facto	Divorciado(a)/ Separado(a)	Viúvo/a
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

Outro. Qual? _____

4- Habilitações literárias:

Ensino Básico Primário (4.º ano)	Ensino Preparatório (6.º ano)	Ensino Básico 3.º ciclo (9.º ano)	12.º ano	Curso Superior completo
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

Outro. Qual? _____

5- Situação face à instituição

Auxiliar	Educador/a de infância/social	Responsável técnico/a ou coordenador/a	Serviços administrativos	Direção
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

6- Tempo de colaboração

Até 1 ano	De 1 ano até 10 anos	Maior que 10 anos
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

7- Desempenha este trabalho, nesta instituição, porque (escolha apenas uma opção):

Preciso de trabalho	Motivos humanistas	Motivos de fé	Preciso de trabalho e motivos humanistas e motivos de fé	Preciso de trabalho e motivos humanistas	Motivos humanistas e motivos de fé	Preciso de trabalho e motivos de fé	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 8

8- É crente?

Sim	Não	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2 (Passar para a 12)	<input type="checkbox"/> 3 (Passar para a 12)

9- Que religião?

Católico/a	Evangélico	Ortodoxo	Outra
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	Qual? _____

10- Considera-se praticante?

Sim	Não	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

11- Se professa a religião católica, frequenta assiduamente a eucaristia dominical?

Sim	Não	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

12- Caracterize as dimensões da religião, quanto à importância?

	Bastante	Pouco	Nenhuma	NS/NR
Liturgia	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Oração	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Meditação da bíblia	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Catequese	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Ação social	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Ação política	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4

13- Qual a importância da Ação social desenvolvida pela igreja?

Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

14- Qual a importância das instituições sociais de igreja para a igreja?

Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

15- Qual a importância das instituições sociais de igreja para a sociedade?

Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

16- Qual a importância das instituições sociais de igreja para o estado?

Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

17- Qual a importância que é atribuído pelo estado às instituições sociais em geral?

Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

18- Qual a importância que é atribuído pelo estado às instituições sociais de igreja?

Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

19- A Instituição onde trabalha é de igreja (instituição canónica)?

Sim	Não	Não Sei	Não respondo
<input type="checkbox"/> 1 (Passar para a 21)	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4

20- Se respondeu não, sente que mesmo não sendo uma instituição de igreja, o trabalho social é um modo de viver a fé?

Sim	Não	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

(Passar para a 23)

21- Se respondeu sim, na questão 19, sente a instituição como sendo uma instituição de igreja?

Sim	Não	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

22- Quando desempenha este trabalho, sente que está a desenvolver uma Acção em igreja?

Sim	Não	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

23- Conhece a doutrina social da igreja?

Sim	Não	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

24- Considera a doutrina social da igreja importante?

Sim	Não	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

25- Considera a doutrina social da igreja relevante para a sociedade?

Sim	Não	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

26- A doutrina social da igreja é conhecida nas IPSS's canónicas (instituições de igreja)?

Sim	Não	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

27- Considera as IPSS's canónicas (instituições de igreja) como uma operacionalização/concretização da doutrina social da igreja?

Sim	Não	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

28- Considera que existem diferenças entre as instituições sociais de igreja e as instituições sociais que não são de igreja?

Sim	Não	Não sei	Não respondo
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3 (Passar para a 30)	<input type="checkbox"/> 4 (Passar para a 30)

29- Se sim, a que nível?

Organização	Plano de atividades	Simpatia	Respostas sociais	Atendimento	Atenção à dimensão espiritual
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6

Outro. Qual? _____

30- Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social?

	Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma	NS/NR
Desempenho económico	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Desempenho pedagógico	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Profissionalismo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Humanismo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Espiritualidade	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4

31- Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social de igreja?

	Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma	NS/NR
Desempenho económico	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Desempenho pedagógico	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Profissionalismo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Humanismo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Espiritualidade	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4

32- **Quais as características específicas desta instituição – Indique apenas duas?**

Humanismo	<input type="checkbox"/> 1
Desempenho pedagógico	<input type="checkbox"/> 2
Profissionalismo	<input type="checkbox"/> 3
Desempenho económico	<input type="checkbox"/> 4
Simpatia	<input type="checkbox"/> 5
Espiritualidade	<input type="checkbox"/> 6
Atendimento	<input type="checkbox"/> 7

Outra: _____ 8

33- **A religião deve ter presença pública/cívica na sociedade?**

Sim	Não	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

34- **Na relação com o estado, que autonomia é concedida às instituições sociais?**

Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4

35- **O estado permite que as instituições sociais da igreja desenvolvam projetos específicos da fé?**

Sim	Não	Não Sei	Não respondo
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4

36- **A ação social, por si, já é realização da fé?**

Sim	Não	Não Sei	Não respondo
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4

37- **É possível a ajuda gratuita aos necessitados, nesta instituição?**

Sim	Não	Não Sei	Não respondo
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4

Obrigado pela colaboração.

QUESTIONÁRIO PARA SONDAGEM DE OPINIÃO: Encarregados de educação da infância – Responsáveis dos utentes/clientes da terceira idade – Utentes/clientes da terceira idade

Este inquérito tem como objetivo primordial recolher opiniões acerca do trabalho desenvolvido pelas IPSS,s. Trata-se de um trabalho de índole estritamente académica, no âmbito do «Doutoramento - Estudos da Religião», realizado na Universidade Católica, visando recolher informações acerca desta problemática. Garantimos a confidencialidade dos dados. Agradecemos, desde já, a sua colaboração.

1- Género:

Masculino	Feminino
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2

2- Idade: _____ anos.

3- Estado civil

Solteiro/a	Casado/a	União de facto	Divorciado(a)/ Separado(a)	Viúvo/a
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

Outro. Qual? _____

4- Habilitações literárias:

Ensino Básico Primário (4.º ano)	Ensino Preparatório (6.º ano)	Ensino Básico 3.º ciclo (9.º ano)	12.º ano	Curso Superior completo
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

Outro. Qual? _____

5- Qual a sua ligação à instituição?

Encarregado de educação de uma criança a frequentar uma valência da infância	Responsável por uma pessoa a frequentar uma valência da terceira idade	Utente/cliente da terceira idade
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

6- Há quantos anos está ligado à instituição?

1º ano	2º ano	Mais de 3 anos
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

7- **É crente?**

Sim	Não	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2 (Passar para a 11)	<input type="checkbox"/> 3 (Passar para a 11)

8- **Que religião?**

Católico/a	Evangélico	Ortodoxo	Outra
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	Qual? _____

9- **Considera-se praticante?**

Sim	Não	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

10- **Se professa a religião católica, frequenta assiduamente a eucaristia dominical?**

Sim	Não	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

11- **Caracterize as dimensões da religião, quanto à importância?**

	Bastante	Pouco	Nada	NS/NR
Liturgia	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Oração	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Meditação da bíblia	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Catequese	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Ação social	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Ação política	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4

12- **Qual a importância da Ação social desenvolvida pela igreja?**

Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

13- **Qual a importância das instituições sociais de igreja para a igreja?**

Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

14- Qual a importância das instituições sociais de igreja para a sociedade?

Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

15- Qual a importância das instituições sociais de igreja para o estado?

Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

16- Qual a importância que é atribuído pelo estado às instituições sociais em geral?

Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

17- Qual a importância que é atribuído pelo estado às instituições sociais de igreja?

Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

18- A Instituição onde se encontra é de igreja (instituição canônica)?

Sim	Não	Não sei	Não respondo
<input type="checkbox"/> 1 (Passar para a 20)	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4

19- Se respondeu não, sente que mesmo não sendo uma instituição de Igreja, o trabalho social é um modo de viver a fé?

Sim	Não	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

(Passar para a 21)

20- Se respondeu sim, na questão 18, sente a instituição como sendo uma instituição de igreja?

Sim	Não	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

21- conhece a doutrina social da igreja?

Sim	Não	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

22- **Considera a doutrina social da igreja importante?**

Sim	Não	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

23- **Considera a doutrina social da igreja relevante para a sociedade?**

Sim	Não	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

24- **A doutrina social da igreja é conhecida nas IPSS's canónicas (instituições de igreja)?**

Sim	Não	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

25- **Considera as IPSS's canónicas (instituições de igreja) como uma operacionalização/concretização da doutrina social da igreja?**

Sim	Não	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

26- **Porque motivo escolheu esta instituição:**

Proximidade do local de residência/ Trabalho	Qualidade do serviço prestado	Por não ter lugar noutra Instituição	Por ser instituição de Igreja	Por não ser instituição de Igreja	Não tenho motivos especiais	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 8

27- **Considera que existem diferenças entre as instituições sociais de igreja e as instituições sociais que não são de igreja?**

Sim	Não	Não Sei	Não respondo
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4

28- **Se sim, quais?**

Organização	Plano de atividades	Simpatia	Respostas sociais	Atendimento	Atenção à dimensão espiritual
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6

Outro. Qual? _____

29- Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social?

	Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma	NS/NR
Desempenho económico	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Desempenho pedagógico	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Profissionalismo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Humanismo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Espiritualidade	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4

30- Qual a importância das seguintes dimensões numa instituição social da igreja?

	Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma	NS/NR
Desempenho económico	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Desempenho pedagógico	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Profissionalismo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Humanismo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
Espiritualidade	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4

31- Considera importante a dimensão religiosa na formação dos seus filhos (na situação de ter filhos nas valências da infância) ou nas "atividades" dos idosos (na situação de frequentar valências da terceira idade)?

Sim	Não	Não Sei	Não respondo
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4

32- Quais as características específicas desta instituição – Indique apenas duas?

Humanismo	<input type="checkbox"/> 1
Desempenho pedagógico	<input type="checkbox"/> 2
Profissionalismo	<input type="checkbox"/> 3
Desempenho económico	<input type="checkbox"/> 4
Simpatia	<input type="checkbox"/> 5
Espiritualidade	<input type="checkbox"/> 6
Atendimento	<input type="checkbox"/> 7

Outra: _____ 8

33- A religião deve ter presença pública/cívica na sociedade?

Sim	Não	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

34- A ação social, por si, já é realização da fé?

Sim	Não	Não Sei	Não respondo
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4

Obrigado pela colaboração.